

NÃO CALO GRITO



MEMÓRIA VISUAL DA
**DITADURA
CIVIL-MILITAR**
NO RIO GRANDE DO SUL

NÃO CALO, GRITO

MEMÓRIA VISUAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR
NO RIO GRANDE DO SUL

© dos autores
1ª edição 2013

Direitos reservados desta edição:
Centro de Assessoria Multiprofissional e
Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais
que podem ser conhecidos em www.tomoeditorial.com.br

R687n Rodeghero, Carla Simone
Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul /
Carla Simone Rodeghero, Dante Guimaraens Guazzelli, Gabriel Dienstmann. –
Porto Alegre : Tomo Editorial, 2013.
256 p. : principalmente il.

Inclui caderno pedagógico
Inclui bibliografia

ISBN 978-85-86225-79-6

I. Política : Ditadura militar : Rio Grande do Sul : Ilustração. I. Dienstmann,
Gabriel. II. Guazzelli, Dante Guimaraens. III. Título.

CDU 321.6(816.5)(084.1)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

Coordenação editorial
João Carneiro

Editora assistente
Krishna Chiminzazzo Predebon

Comercial
Marga Comassetto

Leitura prévia
Roberto Cataldo Costa

Revisão
Maira Revisões e
Comissão de Anistia

Capa, projeto gráfico e diagramação
Krishna Chiminzazzo Predebon
Tomo Editorial

Imagem da capa
Wilson Cavalcanti [Não calo. Grito.]

Texto da aba
Luis Fernando Verissimo

Conselho diretor do CAMP
Bernadete Maria Konzen
Jairo Santos Silva Carneiro
Lauro Wagner Magnago
Domingos Antônio Armani
Mauri José Vieira Cruz
Iria América Charão Rodrigues

*Equipe do projeto Memória Visual da
Ditadura no Rio Grande do Sul*
Gabriel Dienstmann
[Historiador]
Dante Guimaraens Guazzelli
[Historiador]
Márcio Fagundes Cardoso
[Assistente administrativo]

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça
José Eduardo Cardozo

Secretária Executiva
Márcia Pelegrini

Presidente da Comissão de Anistia
Paulo Abrão

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
Egmar José de Oliveira
Sueli Aparecida Bellato

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
Muller Luiz Borges

Secretária Executiva Substituta
Amarílis Busch Tavares

*Coordenador Geral de Memória Histórica da
Comissão de Anistia*
Marcelo D. Torelly

*Coordenadora de Políticas de Justiça de
Transição e Memória Histórica*
Rosane Cavalheiro Cruz

*O presente projeto foi apresentado no ano de 2011 à
II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória,
da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e
selecionado por Comitê independente para fomento.
A realização do projeto objetiva atender as missões
legais da Comissão de Anistia de promover o
direito à reparação, memória e verdade, permitindo
que a sociedade civil e os anistiados políticos
concretizem seus projetos de memória. Por essa
razão, as opiniões e dados contidos na publicação
são de responsabilidade de seus organizadores
e autores, e não traduzem opiniões do Governo
Federal, exceto quando expresso em contrário.*

*Coordenação de Políticas de Justiça de
Transição e Memória Histórica*
Aline Agnes Vieira Macabeu
Daniel Fernandes da Rocha
Deborah Nunes Lyra
Eduardo Henrique Falcão Pires
Erik de Carvalho Lobo Vianna [Estagiário]
Jeny Kim Batista
Juliana de Oliveira Carlos Costa
[Consultora MJ/PNUD]
Maria José Vicente da Silva [Apoio]
Paula Regina M. G. de Andrade
Sônia Maria Alves da Costa [Consultora
MJ/PNUD]

Conselheiros da Comissão de Anistia
Aline Sueli de Salles Santos
Ana Maria Guedes
Ana Maria Lima de Oliveira
Carolina de Campos Melo
Carol Proner
Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto
Edson Cláudio Pistori
Eneá de Stutz e Almeida
Henrique de Almeida Cardoso
José Carlos Moreira da Silva Filho
Juvelino José Strozake
Luciana Silva Garcia
Márcia Elayne Berbich de Moraes
Marina da Silva Steinbruch
Mário Miranda de Albuquerque
Narciso Fernandes Barbosa
Nilmário Miranda
Prudente José Silveira Mello
Rita Maria de Miranda Sipahi
Roberta Camineiro Baggio
Rodrigo Gonçalves dos Santos
Vanda Davi Fernandes de Oliveira
Virginius José Lianza da Franca

Carla Simone Rodeghero
Dante Guimaraens Guazzelli
Gabriel Dienstmann

NÃO CALO, GRITO

MEMÓRIA VISUAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR
NO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE, 2013

REALIZAÇÃO



Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça





A Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 25 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há doze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2011 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo

fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2007 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram as violações por meio das Caravanas da Anistia, que já superaram 50 edições; promovendo chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

Marcas da Memória

um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001 por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei nº 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus 12 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é meio de buscar reconciliar cidadãos violados, que tem então a

oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou para com eles, devolvendo-lhes a cidadania e o patrimônio roubados, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública em todo o território dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Ao fazê-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e

qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa seguir sempre sendo aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas... mas também, pode-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

A) AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.

B) HISTÓRIA ORAL: entrevistas com perseguidos políticos baseada em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral.

C) CHAMADAS PÚBLICAS DE FOMENTO À INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: por meio de Chamadas Públicas a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.

D) PUBLICAÇÕES: com o propósito de publicar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil além de reimprimir ou republicar outras obras e textos históricos e relevantes e registrar anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Sumário

9 Introdução

PARTE I

15 A LEGALIDADE E O GOVERNO JANGO
31 O GOLPE
39 PRISÕES, CASSAÇÕES, EXPURGOS E IPMs
49 O EXÍLIO - PRIMEIRA FASE
55 O CASO DAS MÃOS AMARRADAS
61 ATOS INSTITUCIONAIS, PARTIDOS E ELEIÇÕES
71 O MOVIMENTO ESTUDANTIL

81 O MOVIMENTO SINDICAL
83 AS ORGANIZAÇÕES CLANDESTINAS DE ESQUERDA
91 A REPRESSÃO NOS "ANOS DE CHUMBO"
101 O EXÍLIO - SEGUNDA FASE
107 A CULTURA NA DÉCADA DE 1960
117 AS FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DA DITADURA

PARTE II

- | | | | |
|------------|--|------------|---|
| 129 | AS ELEIÇÕES DE 1974, 1976 E 1978 | 197 | OS “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS |
| 139 | A LUTA PELA ANISTIA E A REFORMA PARTIDÁRIA | 207 | AS DIRETAS JÁ |
| 153 | O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS | 215 | CULTURA NOS ANOS 1970 E 1980 |
| 159 | O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL | 231 | A ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE |
| 171 | O MOVIMENTO SINDICAL URBANO | 241 | AS HERANÇAS DA DITADURA |
| 183 | A RETOMADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO | | |
| 245 | Considerações finais | 248 | Sobre os autores das imagens |
| 247 | Siglas utilizadas | 251 | Referências |

Iste livro é uma contribuição para o entendimento da história da ditadura a partir da sua instalação e de seus desdobramentos no Rio Grande do Sul. Não se trata de dizer que em solo gaúcho a ditadura foi diferente do que no restante do país, mas sim de trazer a um público mais amplo, especialmente ao público jovem, elementos que permitam reconhecer as particularidades desse tempo vivido pelas gerações que nos precederam. A ideia desta publicação surgiu a partir da constatação de que as imagens mais divulgadas sobre a ditadura (como fotos e charges) se concentravam em fatos e personagens geralmente localizados no centro do país. Tanques nas ruas, prisões oficiais e centros clandestinos de tortura, agentes famosos da repressão, grandes passeatas estudantis, enfrentamentos entre manifestantes e forças policiais, greves e manifestações de trabalhadores, missas em homenagem a mortos pela repressão, ações de organizações da luta armada, capas de jornais da imprensa alternativa: praticamente todas as imagens dessas situações que povoam nosso imaginário e que dizem respeito ao enfrentamento entre o regime e seus opositores estão marcadas, aqui no sul do Brasil, pelo distanciamento geográfico. Parece que elas aconteceram longe

daqui. Da mesma forma, as imagens relativas aos projetos implantados ou incentivados pela ditadura (como grandes obras de infraestrutura) e aquelas que dizem respeito às manifestações de apoio (como marchas e desfiles cívicos) ou de convivência em relação ao regime – das quais lembramos menos vezes – se referem, geralmente, a espaços que estão distantes de nós.

A proposta de organização e de publicação deste livro foi submetida e aprovada pelo edital do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e visa a contribuir para a sistematização do conhecimento histórico e para o resgate da memória visual do período ditatorial no Rio Grande do Sul. Apesar de centrada na realidade gaúcha, a obra tem contribuições para o entendimento do quadro geral da ditadura no Brasil. Esse material tem uma preocupação pedagógica, manifesta tanto na seleção das imagens quanto na elaboração do texto. Uma brochura, destinada aos professores, acompanha o livro e traz sugestões para a utilização do material em sala de aula, especialmente com alunos do ensino médio. A busca das imagens exigiu um conhecimento prévio a respeito dos processos e dos personagens relativos à ditadura no Rio Grande do Sul e a definição de grandes temas sobre os quais poderiam ter sido produzidas imagens – fotografias,

Introdução

charges, cartazes, panfletos etc. Pesquisas anteriores nos permitiram traçar um primeiro esboço dos temas a serem buscados. A partir daí, iniciamos um minucioso trabalho de garimpagem em acervos de empresas jornalísticas, de profissionais e de instituições públicas. Foram consultados mais de 60 acervos e pré-selecionadas cerca de seis mil imagens. O trabalho foi facilitado pela receptividade que a proposta teve entre fotógrafos, cartunistas e familiares dos autores já falecidos das imagens que aqui serão apresentadas, pela colaboração dos funcionários e pela riqueza do material guardado em instituições como o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e o Memorial da Assembleia Legislativa. A pesquisa no Centro de Documentação do jornal Zero Hora, por sua vez, foi de vital importância para a coleta de fotos. Algumas instituições do interior do estado também colaboraram com essa etapa da pesquisa.

Ao mesmo tempo em que víamos se formar uma valiosa coleção de imagens, percebíamos que a maior parte delas dizia respeito a acontecimentos transcorridos em Porto Alegre. Repetia-se, sob nossos olhos, a concentração espacial que esteve na origem de nossa crítica a uma história visualizada quase só a partir do centro do país. Tentando sanar esse problema, insistimos nos contatos com historiadores que atuam em universidades do interior, além de instituições como museus e bibliotecas públicas. Buscamos, ainda, contato com empresas jornalísticas que pudessem manter acervos fotográficos. Os poucos resultados conseguidos nessa busca são indicativos de uma situação geral de desleixo em relação à nossa história, especialmente a mais recente. Não há, praticamente, setores de fotografia nas instituições de guarda de acervos

de diversos grandes municípios gaúchos. As empresas jornalísticas também parecem não ter compromisso com a preservação das edições antigas dos seus jornais e das fotos que foram ou não publicadas.

A dificuldade maior, portanto, foi a de que os materiais produzidos no passado chegassem preservados até os dias de hoje e que dissessem respeito a outros espaços, não apenas a Porto Alegre. Outro obstáculo, crucial para todo estudo de história, é o fato de alguns acontecimentos serem eleitos como dignos de registro e outros não. Nossa pretensão de encontrar imagens sobre todos os temas selecionados previamente teve que ceder lugar à constatação de que certos acontecimentos não foram registrados da mesma forma que outros. Os atos dos governadores, por exemplo, foram amplamente documentados pela Assessoria da Imprensa do Palácio Piratini, cujo acervo está sob a guarda do Museu Hipólito. O mesmo aconteceu em relação às visitas dos presidentes da República. As tentativas de organização sindical entre 1966 e 1968, por sua vez, não deixaram registros imagéticos; sabemos desses acontecimentos pelos relatos de seus participantes. Por relatos de memória e por pesquisas acadêmicas sabemos, também, que existiram articulações para ajudar perseguidos políticos de todo o Brasil a saírem do país, passando pelo estado. Dificilmente se encontrariam fotos que retratassem essas articulações. As reuniões e ações dos diversos grupos clandestinos de esquerda que atuaram no estado também não tinham, por motivos de segurança, razão para ser fotografadas. Quando da prisão de seus membros, eles, o seu “arsenal” e seus planos, no entanto, foram bem registrados pela polícia e divulgados pela imprensa.

As imagens não nos mostram tudo o que aconteceu. Elas nos permitem saber que certas situações foram registradas, algumas delas foram divulgadas na época, parte delas chegou aos dias atuais. Podem contar sobre os acontecimentos e também sobre os sujeitos que as produziram, os órgãos que as divulgaram e os setores da sociedade a quem eram destinadas (como os leitores de determinados jornais, por exemplo). Podem dar a ver questões que não estavam colocadas para os que as produziram. Além disso, a existência de muitas imagens sobre certos fatos e de raras sobre outros pode ser um elemento a mais para a análise histórica.

A pesquisa se voltou também para a localização e seleção de charges, material que existe – e está preservado – de forma abundante no Rio Grande do Sul, por iniciativa de muitos dos profissionais que se dedicaram a essa arte. A linguagem própria dos chargistas permite o contato com situações marcantes do período estudado e com um olhar geralmente crítico à ditadura. Foram buscados também panfletos, cartazes, “santinhos”, capas ou manchetes da imprensa alternativa e da grande imprensa.

O texto que acompanha as imagens foi escrito com o objetivo de dialogar com elas e de proporcionar informações e análises sobre os fatos e personagens retratados. Foi elaborado a partir da sistematização de trabalhos acadêmicos, de relatos de memória de pessoas que se engajaram em diferentes iniciativas de oposição à ditadura e de pesquisa na imprensa. Nos últimos anos, houve um incremento das pesquisas históricas sobre a ditadura. A exploração de diferentes fontes documentais referentes ao Rio Grande do Sul (como documentos ligados à Secretaria de Segurança – Departamento e Seções de Ordem Política e Social (DOPS e SOPS) –, imprensa, materiais

produzidos por grupos de oposição, entrevistas, anais do legislativo estadual etc.) tem contribuído para a construção do conhecimento a respeito desse período e das conexões entre as realidades regionais, nacionais e internacionais. Esse é um processo que marca a pesquisa acadêmica sobre a ditadura em todo o Brasil e que se corporifica em trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado em História e em áreas afins, como a Ciência Política e a Comunicação, e também em livros ou artigos publicados em periódicos científicos. Ao mesmo tempo, os relatos de memória de contemporâneos – publicados em livros ou registrados na forma de entrevistas de história oral – nos permitiram o acesso à diversidade das experiências vividas naquele tempo. Recorremos, também, à imprensa de Porto Alegre para dar conta de alguns temas que ainda não tinham sido alvo de pesquisa histórica.

O período enfocado pelo livro vai da crise da Legalidade (1961) até a promulgação da Constituição de 1988. Optamos por dividir a nossa narrativa em duas grandes partes. Na primeira, partimos do contexto de 1961, relatamos como se deu o golpe no Rio Grande do Sul e mostramos os passos dados para a montagem da ditadura. Buscamos explorar os meandros da repressão e os planos dos grupos de oposição, em diferentes momentos. Demos atenção aos partidos políticos e às eleições. Destacamos, ainda, as iniciativas governamentais para construir uma imagem positiva do regime e as inúmeras solenidades cívicas, como os desfiles de Sete de Setembro, as comemorações do aniversário do golpe e as recepções aos presidentes da República em visita ao estado. Na segunda parte, acompanhamos com detalhes as promessas de

abertura e a forma como diferentes grupos de oposição passaram a ocupar as brechas criadas pelo poder. Nos dois momentos, apresentamos diferentes manifestações culturais, como a música, o teatro, a literatura, por meio das quais também se pode ter acesso às formas como o vivido foi encarado e representado.

Em diversos momentos da obra, nossa narrativa escrita e visual quis mostrar o valor do protagonismo coletivo na construção das noções de cidadania, de participação e de democracia. Acreditamos que dar a conhecer particularidades da experiência ditatorial pode ser uma forma de, como historiadores (como pesquisadores e como professores de história), colaborarmos para os processos de esclarecimento, de justiça em relação aos crimes da ditadura e de fortalecimento democrático que estão em curso no Brasil. Dialogando com o que fizeram os autores das imagens apresentadas no livro, procuramos tornar esse passado mais visível e compreensível. Ao mesmo tempo em que quisemos explicar, mantivemos a perspectiva de denúncia em relação aos crimes da ditadura, tomando como inspiração o sentido da obra de Wilson Cavalcanti utilizada na capa (*Não calo. Grito.*) e o trabalho desenvolvido por muitos fotógrafos e cartunistas que integram o livro.

Algumas questões metodológicas devem ser apontadas para facilitar a leitura. Na preparação do livro, optou-se por não alterar através de tratamento digital o estado em que se encontravam as imagens originais, respeitando o seu caráter de documentos históricos. As fotografias, desenhos e charges são acompanhadas por legendas que mencionam o fato representado, o nome do seu autor (quando disponível) e o acervo ao qual o material pertence. As imagens cujas

legendas não explicitam este último aspecto foram fornecidas pelos próprios autores. A preocupação com a clareza do texto e o propósito de que ele atinja também um público não especializado estiveram na base da escolha de não utilizar notas de rodapé com as referências à bibliografia ou às fontes consultadas. Todas as referências que embasam os textos são apresentadas ao final da obra, organizadas de acordo com a sua utilização em cada capítulo.

Gostaríamos de dizer, finalmente, que para este trabalho ser publicado contamos com a colaboração de diversas instituições e pessoas, às quais agradecemos: ao Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) – que abrigou o projeto e lhe deu suporte ao longo de sua vigência; à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que selecionou nosso projeto no edital Marcas da Memória, de 2012; aos funcionários das diversas instituições que guardam acervos imagéticos, que tornaram possível o acesso às fotos, cartazes e charges; e às mais diversas pessoas e instituições a quem recorremos na busca do material. Um agradecimento especial deve ser dado aos fotógrafos, cartunistas e aos familiares que disponibilizaram seus arquivos e que acreditaram na validade da nossa proposta. Este livro só foi possível devido à importante atuação desses profissionais durante o período da ditadura e à riqueza artística das obras que produziram. ■

PARTE I

O período de 1945 até 1964 foi marcado por uma conjuntura de modernização, democratização e industrialização da sociedade brasileira. Novas categorias sociais vinham buscando mais espaço e inserção no campo político: estudantes, camponeses pobres, agricultores sem-terra, operários, militares nacionalistas, entre outros. Nesse contexto, uma crescente disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento marcou a vida política nacional.

Ao longo da década de 1950 e, sobretudo, no início dos anos 1960, ocorreu um acirramento das tensões entre projetos políticos antagônicos. De um lado, estavam os nacionalistas, que incluíam setores populares, movimento estudantil, movimento sindical, trabalhadores sem-terra e subalternos das Forças Armadas, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Do outro lado, havia o projeto conservador, que encontrava o seu principal expoente político na União Democrática Nacional (UDN), liderada por Carlos Lacerda, e tinha apoio de setores do Exército, de grandes empresários, de latifundiários, da Igreja Católica e de boa parte da imprensa.

A conjuntura internacional era marcada pela Guerra Fria, com a divisão do mundo

em dois blocos ideológicos, o do comunismo e o do capitalismo. A Revolução Cubana de 1959 aumentou o temor de que a América Latina, estrategicamente pensada como zona de influência capitalista e estadunidense, pudesse sofrer uma onda de revoluções comunistas. Qualquer político progressista que defendesse reformas sociais ou se aproximasse das massas populares poderia ser taxado de comunista – termo ao qual, na época, eram atribuídos os piores adjetivos – e visto como uma “ameaça à democracia”.

Para combater o comunismo, foi desenvolvida nos meios militares a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que definia a existência de fronteiras ideológicas e de inimigos internos – os comunistas – que deviam ser debelados. Esse conjunto de proposições foi transmitido através da Escola do Panamá, mantida pelos EUA, para militares de toda a América Latina. No Brasil, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), que contava com a participação de setores militares e civis e deu uma linguagem nacional para a DSN. Nessa escola foi formada durante a década de 1950 a maioria dos oficiais que apoiariam a tentativa de golpe em 1961 e o golpe em 1964, e que posteriormente se tornariam peças-chave na ditadura civil-militar (a expressão serve para caracterizar o regime como uma experiência

A Legalidade

e o governo

Jango

JQ RENUNCIA ESPETACULARMENTE
E DEIXA EM TODOS OS BRASILEIROS
A MESMA PERGUNTA:

-"AFINAL, PRESIDENTE: POR
QUE RENUNCIOU?"



APROVEITANDO-SE DA CONFUSÃO,
ALGUNS CHEFES MILITARES TENTAM,
MAIS UMA VEZ, GOLPEAR A CONSTI-
TUIÇÃO

Charges de Sampaolo sobre a
renúncia de Jânio Quadros.

Reprodução do livro *H,U,M,O,R*,
do 1º ao 5º (Editora Globo, 1963)

construída tanto por forças militares, quanto por civis). Ao lado do poder militar, o anticomunismo recebia também um importante respaldo de setores civis, sobretudo das elites conservadoras, da grande mídia e da Igreja Católica.

Em 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil. Ele recebeu o apoio da UDN e venceu o Marechal Lott, candidato da aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB. Contudo, como na época a votação para presidência era separada daquela para a vice-presidência, o candidato do PTB, João Goulart, foi eleito vice. Jânio assumiu com respaldo popular e apoio das classes dominantes. Porém, sem sustentação no Congresso e sem condições para governar devido às insatisfações que suas políticas geravam na direita e na esquerda, renunciou ao cargo no dia 25 de agosto de 1961. Prevaleceu a interpretação de que a renúncia do presidente foi premeditada e visava provocar uma reação social para que ele voltasse ao cargo com um maior poder, legitimado pelo apoio popular. Isso explicaria por que o vice Jango foi enviado em missão comercial para a China comunista, passando pela União Soviética, situação que contribuiu para a criação de um ambiente desfavorável à sua posse e foi utilizada como argumento dos golpistas. Jânio buscou apoio entre os seus ministros militares, os quais, respaldados por oficiais da ESG, manifestaram o propósito de impedir Jango de voltar ao Brasil e de assumir a presidência, desencadeando, assim, a crise da Legalidade.

O veto dos militares à posse de João Goulart teve como base argumentos anticomunistas e recebeu forte apoio de partidos de direita e dos setores conservadores da sociedade. Na época, Leonel Brizola, do PTB, era o governador do

Rio Grande do Sul. Ele era também cunhado de Jango, e os dois eram considerados os principais herdeiros políticos do trabalhismo getulista. Ao saber da conspiração, Brizola tomou a decisão de lutar pelo cumprimento da Constituição, que determinava a posse do vice-presidente, e de resistir militarmente à tentativa de golpe em curso. Já no dia 26 de agosto, ele deslocou todos os contingentes disponíveis da Brigada Militar para Porto Alegre e começou a construir barricadas ao redor do Palácio Piratini. Uma grande mobilização popular em prol da Legalidade se formou, com dezenas de milhares de participantes na Praça da Matriz. Entrincheirado no Piratini, Brizola passou a fazer inflamados discursos, convocando mobilizações sociais de resistência. Armas chegaram a ser distribuídas para a população.

No centro de Porto Alegre, foi instalado o Comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, onde pessoas se inscreviam como voluntárias e faziam doações para a campanha. Mais de 60 mil voluntários se inscreveram. Outros comitês do tipo foram criados em diferentes lugares do estado; foram formados, também, os Batalhões Operários e Populares, que se propunham a defender militarmente a cidade em caso de invasão de tropas golpistas. Até mesmo opositores políticos de Brizola, como o Partido Libertador (PL) e o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, declararam apoio à campanha. Escolas de todo o estado tiveram suas aulas suspensas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) decretou greve nacional em repúdio ao golpe e deslocou toda a sua diretoria para o Rio Grande do Sul.

Contudo, não bastava o forte apoio da população porto-alegrense para barrar o golpe que pretendia impedir a posse de Jango. Era

necessário mobilizar o restante do estado e do país, disseminar a ideia de uma resistência legalista por amplos meios de comunicação, conferindo legitimidade social à causa. No dia 27 de agosto, sob ordem de Brizola, o Batalhão de Choque da Polícia Civil ocupou a Rádio Guaíba. As transmissões passaram a ser feitas ao vivo dos porões do Piratini, e as ondas curtas da rádio atingiram todo o Brasil. Os clamores de Brizola encontraram imediata adesão, conseguindo mobilizar a população e construindo um imaginário de defesa da constituição, da democracia e da liberdade. Através da Rede da Legalidade, foi possível também difundir as manifestações de resistência dos legalistas, rompendo a censura imposta pelos golpistas no resto do país.

Em outra frente de batalha, Brizola tentava conseguir apoio militar para a resistência. O comandante do III Exército (responsável pelas guarnições militares de toda a região sul do Brasil), Machado Lopes, ainda não tinha definido a sua posição. O General Odílio Denys, Ministro da Guerra, já havia dado ordens para Machado Lopes agir energicamente para conter Brizola, deslocando para Porto Alegre todos os batalhões necessários e até mesmo bombardeando o Piratini – ainda que houvesse uma multidão em frente. Nessa intrincada situação, a corajosa resistência dos sargentos e suboficiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea foi decisiva: diante da ordem de bombardear o Palácio Piratini recebida pelo comandante da 5ª Zona Aérea de Canoas, os mais de 200 sargentos do destacamento se reuniram e decidiram pelo descumprimento das determinações superiores, quebrando a hierarquia militar. Recusaram-se a armar os aviões e retiraram os instrumentos necessários

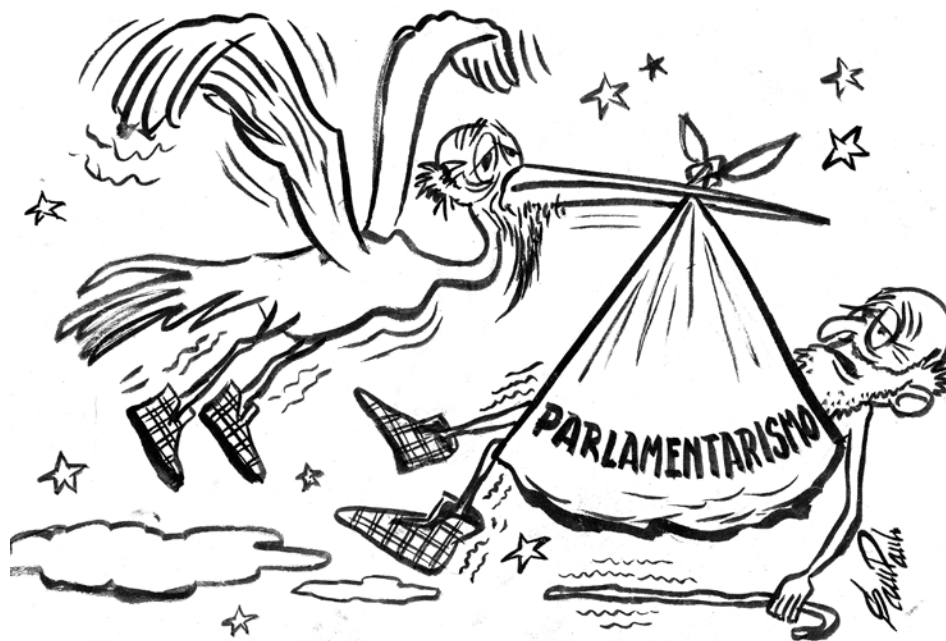
para a decolagem, impedindo, assim, o bombardeio.

O 18º Regimento de Infantaria, localizado no bairro Partenon em Porto Alegre, era comandado por oficiais favoráveis ao golpe; também ali os sargentos se rebelaram, assumindo o comando do quartel, tomando os postos de guarda e dando ordens de prisão a qualquer oficial golpista que retornasse ao destacamento. A Marinha teve mais um foco de revolta: os marinheiros dominaram as embarcações e prenderam os oficiais, impedindo o ataque de forças golpistas em Rio Grande. Essas mobilizações foram cruciais para que o comandante do III Exército, Machado Lopes, se reunisse com Brizola no dia 28 de agosto e tomasse a decisão de aderir à Legalidade. A partir de então, ele se tornou uma figura emblemática do movimento.

No dia 31, João Goulart desembarcou em Montevideú, onde foi recebido por lideranças

políticas e articulou seu retorno ao Brasil. No Congresso, estava em negociação uma medida pretensamente conciliatória: a Emenda Parlamentarista, que previa a posse do vice-presidente eleito com o deslocamento do papel de chefe de governo a um primeiro-ministro. A proposta recebeu fortes críticas de Brizola e daqueles que lutavam ao seu lado: se assumisse a presidência sob o modelo parlamentarista, Jango teria seus poderes drasticamente reduzidos e os militares conseguiriam uma saída honrosa para sua frustrada tentativa de golpe. A despeito da oposição, a mudança do regime político nacional acabou por ser aprovada pelo Legislativo no dia 1º de setembro. Ao chegar a Porto Alegre, no dia seguinte, Jango foi saudado por uma multidão. Aceitando o parlamentarismo, porém, frustrou grande parte dos manifestantes.

A mobilização popular em torno da Legalidade fortaleceu os setores identificados



Charge de Sampaio sobre a aprovação da emenda parlamentarista.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

com o nacionalismo e radicalizou as posturas dos movimentos sociais, que passaram a pressionar o governo Jango por reformas políticas e sociais que beneficiassem as camadas populares: as reformas de base. A crise teve uma importância fundamental na expansão da ação política e ideológica da UNE, potencializando a sua implantação nacional e a adoção de uma linha política ainda mais à esquerda. Além disso, fortaleceu a aliança entre militares das três armas e civis nacionalistas. Os sargentos ganharam prestígio e articularam a possibilidade de participar de maneira mais ativa do cenário político nacional e da luta por reformas.

O termo “reformas de base” englobava transformações em variados setores, tais como reformas urbanas (controle dos aluguéis), reforma política (votos para analfabetos e elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas), reformas nacionalistas (leis limitando as remessas de lucro ao exterior, proibição de empresas estrangeiras atuarem em setores estratégicos da economia, nacionalizações e encampações de empresas), reformas de ensino (popularização do ensino e da cultura, ampliação da rede de escolas e universidades), reforma agrária (leis trabalhistas no campo, desapropriações de terras e criação de assentamentos) e organização sindical. A maioria do Congresso era contra as reformas, o que impedia a sua aprovação pelas vias constitucionais.

Os militares, os políticos e os setores civis conservadores que patrocinaram a tentativa de golpe em 1961, preocupados com a derrota que sofreram, criaram novas organizações, intensificaram suas articulações, seu discurso anticomunista e suas ações conspiratórias, visando construir bases para uma nova tentativa de golpe. O período de 1961 a 1964 foi marcado

por um crescente acirramento das tensões políticas entre os setores que lutavam por reformas e os conservadores. Os grupos mais atuantes na defesa da Legalidade passaram a ser muito visados pelos golpistas, que iniciaram, ainda no período democrático, uma onda de perseguições aos militares subalternos que aderiram à resistência legalista. A maioria dos sargentos que se rebelaram foi transferida para longínquas bases na fronteira com a Bolívia e Paraguai ou sofreu punições disciplinares – como detenção, prisão, não recebimento de promoções.

Após a Legalidade, Brizola se tornou uma liderança de esquerda em nível nacional e radicalizou seu discurso e suas ações políticas. Ele havia sido eleito governador do Rio Grande do Sul em 1958, recebendo apoio tanto do PCB quanto de uma controversa coligação com o Partido de Representação Popular (PRP), partido de direita que tinha ex-integralistas entre seus membros. Logo após a Legalidade e a ruptura com o PRP em 1961, Brizola iniciou uma política de reforma agrária, com a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e com o Projeto de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico (PRADE).

A luta pela terra havia ganhado força e visibilidade na década de 1950 e estava se tornando um movimento de massas na década de 1960. A identidade dos “sem-terra” estava em pleno processo de formação. A Igreja Católica e alguns partidos políticos (PCB e PTB) disputaram a liderança do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e atuaram como seus principais mediadores. O movimento visava à conquista de direitos, à regulamentação das condições de trabalho no campo e à democratização do acesso à terra.

O trabalho inicial de mobilização e criação de sindicatos rurais partiu dos comunistas

na década de 1950. No contexto nacional, popularizavam-se as Ligas Camponesas, criadas por Francisco Julião, que adotavam um projeto mais radical de reforma agrária, tomando como exemplo o modelo cubano. No Rio Grande do Sul, o PTB estava buscando estender a sua influência para o eleitorado rural. O partido tomou a iniciativa – com apoio do PCB – de criar o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) em 1960. Impulsionado pelo apoio oficial do governo, o MASTER se tornou o principal movimento de luta pela terra no estado e adquiriu importância nacional. A política de reforma agrária do governo Brizola tinha o objetivo de servir como modelo e pressionar João Goulart a concretizar as reformas de base. Contudo, o governo recebeu fortes críticas dos ruralistas e da Igreja, e uma grande frente anti-PTB surgiu no estado para confrontar as políticas de Brizola – a mesma frente que viria a apoiar o golpe em 1964.

Para dar visibilidade à política de reforma agrária e impulsionar as reformas de base, Brizola desapropriou duas áreas no início de 1962: a Fazenda Sarandi, em Nonoai, com cerca de 25 mil hectares e de propriedade de uma empresa uruguaia; e 19 mil hectares de terras da área do Banhado do Colégio, em Camaquã. Nesse mesmo ano, Brizola nacionalizou a Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da empresa estadunidense International Telephone and Telegraph (ITT), para viabilizar a criação da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT). Em 1959, ele já havia nacionalizado a também subsidiária de empresa estadunidense Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERS) para a criação da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Apesar de existirem divergências na avaliação dos reais propósitos e efeitos das políticas que Brizola passou a adotar após a Legalidade, ele conseguiu conquistar um amplo apoio dos diversos setores sociais que lutavam por reformas de base, tornando-se uma liderança política de destaque nessa intrincada conjuntura. Contudo, a radicalização da sua postura também acarretou perda de parte de sua base governista e atraiu para a eleição do seu sucessor uma forte frente antipetebista, composta por diversos partidos, setores da Igreja Católica, militares e civis que se articulavam em torno de um discurso anticomunista. Essas forças conseguiram fazer com que o candidato da oposição, Ildo Meneghetti, vencesse a eleição para governador em 1962, interrompendo as políticas de reformas e reprimindo as mobilizações populares. Brizola, por seu turno, tentou se fortalecer como liderança nacional e se elegeu deputado federal pela Guanabara.

No início de 1963, após quase um ano e meio de regime parlamentarista, o Congresso Nacional aprovou a realização de um plebiscito para definir o modelo de governo a ser adotado no Brasil. O presidencialismo saiu vitorioso e João Goulart finalmente assumiu com plenos poderes. Contudo, a composição do seu ministério, incluindo conservadores e nacionalistas, já revelava de forma muito expressiva as ambiguidades e a tendência conciliadora de Jango. Com o fortalecimento das mobilizações populares, o governo Goulart passou a se aproximar mais das esquerdas e empunhar a bandeira das reformas. Nessa conjuntura, destaca-se a atuação dos trabalhadores sindicalizados – através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1962, logo após a Legalidade – dos

militares nacionalistas e dos estudantes. O CGT congregava várias confederações sindicais e teve um papel fundamental na intensificação das mobilizações dos trabalhadores, propondo centenas de paralisações e várias greves para defender as reformas de base e pressionar Jango para a sua efetivação.

Os militares nacionalistas também tiveram uma importante participação nas lutas pelas reformas. Nas eleições de 1962, os sargentos Almoré Zoch Cavalheiro e Leão Serrano de Oliveira Brito se candidataram à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No entanto, a elegibilidade de militares subalternos não estava clara na Constituição em vigor, o que fez com que o deputado eleito Almoré Zoch – entre outros militares em todo Brasil – não pudesse ser empossado. Nesse quadro, houve um fortalecimento das associações e clubes dos sargentos e uma radicalização das ações políticas da categoria. A aproximação dos militares nacionalistas com os setores populares e civis na luta pelas reformas gerava um grande temor nos oficiais golpistas das Forças Armadas. Receava-se que houvesse uma divisão entre os militares, que os setores subalternos quebrassem a hierarquia e que resistissem, mais uma vez, à tentativa de golpe –

O GOVÊRNO GAÚCHO ENCAMPOU A CIA. TELEFÔNICA



Charge de Sampaolo sobre as nacionalizações feitas pelo governador Brizola. Reprodução do livro *H,U,M,O,R*, do 1º ao 5º (Editora Globo, 1963)

que já estava sendo rearticulado pela direita nesse momento. Temia-se, também, que esses militares viessem a utilizar o poder das armas para defender a aprovação das reformas de base por vias não constitucionais.

Durante o governo João Goulart, o movimento estudantil também teve uma grande importância política. Após a Legalidade, a UNE fundou Diretórios Centrais de Estudantes e Centros Acadêmicos em diversas universidades do Brasil, aumentando sua atuação nacional. Criou, além disso, o Centro Popular de Cultura (CPC) e promoveu as Caravanas Culturais – com música, teatro, cinema e literatura – nas cidades do interior em diversos estados. No Rio Grande do Sul, a União Estadual dos Estudantes (UEE), que tinha como grupo hegemônico o PCB, atuou fortemente no

sentido de politizar os estudantes e reforçar a luta por reformas sociais. Um dos episódios mais marcantes desse período foi a Greve Nacional do Terço, que ocorreu entre julho e setembro de 1962. Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de universidades do interior aderiram à greve, que era promovida pela UNE e tinha como principal objetivo a luta pela democratização da estrutura universitária.

Em novembro de 1963, com o objetivo de pressionar João Goulart a adotar as reformas e de criar uma organização para resistir ao iminente golpe, Brizola passou a conclamar a população a formar os chamados Grupos dos Onze – tal qual um time de futebol –, que, articulados, ajudariam a defender as reformas de base. Os interessados deveriam organizar listas com os nomes dos participantes e enviá-las à Rádio Mayrink Veiga, da Guanabara,

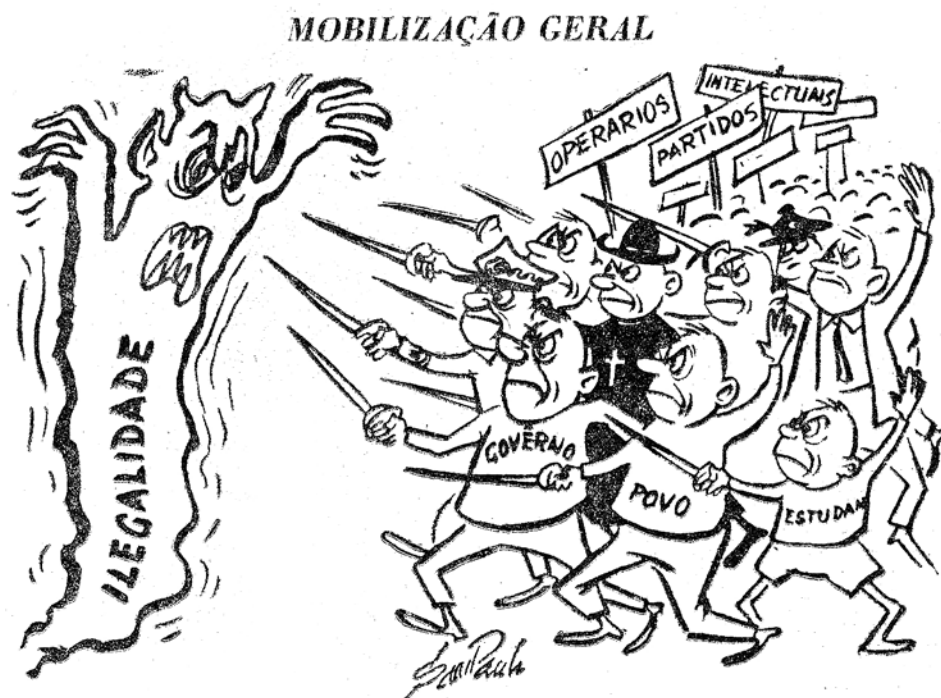
emissora utilizada por Brizola para fazer sua propaganda política. A proposta foi acolhida por militantes do PTB nas mais distantes comunidades do interior do Rio Grande do Sul, que assinaram listas de formação de Grupos dos Onze, os quais acabaram ficando apenas no planejamento, sem nunca terem passado por treinamento militar ou ação.

A visita de dois líderes políticos ao Rio Grande do Sul, em 1961 e em 1963, é indicativa do acirramento das tensões entre as forças golpistas e os defensores das reformas. Em 1961, quando Luís Carlos Prestes esteve em Caxias do Sul, setores anticomunistas apoiados por alguns padres locais organizaram uma manifestação contrária à presença do líder do PCB na cidade. Houve confronto entre civis, e a polícia tentou conter a manifestação. Várias pessoas acabaram feridas. No fim de julho de 1963, Carlos Lacerda, líder da UDN, que havia

apoiado a tentativa de golpe em 1961 e vinha em forte campanha contra Jango e Brizola, visitou Porto Alegre. Isso motivou a organização de uma manifestação em repúdio à sua presença. A tropa de choque da polícia foi chamada e reprimiu violentamente os manifestantes, desencadeando uma onda de protestos populares nos dias seguintes.

No início de 1964, Jango enviou projetos com as reformas de base para o Congresso, que, composto por uma maioria conservadora, dificilmente os aprovaria. Essa percepção fez com que os setores populares radicalizassem suas ações, e algumas parcelas do movimento chegaram a defender a aprovação das reformas a todo custo, mesmo que contra a lei, o que significaria uma ruptura constitucional: ganhou força o slogan “Reforma na Lei ou na Marra”. Em março de 1964, a mobilização se intensificou com os Comícios pelas Reformas de Base, como o acontecido em Porto Alegre no dia 9 de março, e o da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13.

Nesse contexto, a conspiração golpista passou a ser visível e ostensiva. As organizações anticomunistas se fortaleceram. O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL) – entidade que havia sido criada em 1962 e que congregava grandes empresários, políticos e militares conservadores gaúchos – e a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) serviram como centro articulador e financiador do golpe no estado. No dia 20 de março de 1964, foi fundada a Ação Democrática Feminina (ADF), na PUCRS. Em conjunto com outros setores de direita, a ADF organizou em Porto Alegre a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” para se contrapor à luta pelas reformas de base. ■



Charge de Sampaolo sobre a Legalidade, *Diário de Notícias*, 28 de setembro de 1961.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

Resistência popular pela defesa da Legalidade em frente ao Palácio Piratini. Porto Alegre, 28 de agosto de 1961. Fotografia jornal Última Hora [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Governador Leonel Brizola inspecionando as fortificações do Palácio Piratini no episódio da Legalidade, 27 de agosto de 1961.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Resistência popular pela defesa da Legalidade em frente ao Palácio Piratini.
Fotógrafo Assis Hoffmann.



Inscrição de voluntários para a formação dos Comitês de Resistência Democrática. Centro de Porto Alegre, antigo prédio "Mata-Borrão". Fotógrafo jornal Última Hora [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora





Lideranças políticas do episódio da Legalidade. Da esquerda para direita: presidente João Goulart, governador Leonel Brizola e comandante do III Exército general Machado Lopes. Fotógrafo Assis Hoffmann.

Soldados legalistas de prontidão no telhado do Palácio Piratini. Fotógrafo Assis Hoffmann.



Presidente João Goulart e premier Tancredo Neves em visita a Porto Alegre, 30 de outubro de 1961.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



Greve dos metalúrgicos em Caxias do Sul, 1963.

Acervo do Instituto Bruno Segalla



Conflito durante manifestação contra a vinda de Luiz Carlos Prestes a Caxias do Sul. Final do ano de 1961. Fotógrafo Assis Hoffmann.



Conflito entre populares e forças policiais na vinda de Carlos Lacerda a Porto Alegre, 21 de julho de 1963. Fotógrafo Assis Hoffmann.





Luta pelas reformas de base: comício pela encampação da Refinaria Ipiranga, Porto Alegre, 9 de março de 1964.
Fotógrafo Wilson [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Im 1964, o ano em que foi dado o golpe, o Rio Grande do Sul era governado por Ildo Meneghetti, do PSD. Os partidos que o apoiavam – PSD, PL, PDC, PRP e UDN – haviam formado a Ação Democrática Popular (ADP) para a eleição de 1962. A vitória de Meneghetti e a derrota do candidato de Brizola foram resultado do apoio que a ADP teve de setores empresariais, por intermédio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – entidade que financiou a eleição de diversos governadores contrários a Jango – e do surgimento de uma nova força política, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Liderada por Fernando Ferrari, até então figura expressiva do PTB, a nova agremiação dividiu o eleitorado desse partido. Meneghetti fez parte do grupo de governadores – junto com Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais) – que se aproximou dos militares e participou da conspiração que levaria ao golpe.

Durante o mês de março, os confrontos entre os grupos que pressionavam por reformas e aqueles que as viam como medidas “comunistas” se acirraram – com importante contribuição da imprensa. A maior parte dos órgãos da grande mídia colocou-se contra

o governo Jango: no Rio Grande do Sul, os jornais do grupo Caldas Júnior, o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde*, e o representante gaúcho dos Diários Associados, o *Diário de Notícias*, lhe faziam oposição. Já o tabloide *Última Hora*, que pertencia a Samuel Wainer, estava afinado com o discurso das reformas. Se entre agosto e setembro de 1961, durante a Crise da Legalidade, os nacionalistas tinham sido bem-sucedidos em difundir suas imagens e propósitos, entre março e abril de 1964, os grupos conservadores foram os vitoriosos na batalha simbólica. Apareceram frente ao público como defensores da ordem legal e apresentaram os apoiadores das reformas como aqueles que as implantariam “na marra”, ou seja, contra a lei, contra a legalidade.

As mobilizações que antecederam o golpe foram os comícios pelas reformas, já mencionados, e as “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”; a mais famosa delas aconteceu em São Paulo, em 19 de março, em resposta ao comício da Central do Brasil. A tensão aumentou no dia 25, quando os marinheiros decidiram comemorar o segundo aniversário da sua associação, que havia sido declarada ilegal pela Marinha. Diversos militares que compareceram à reunião foram presos. Em solidariedade a eles, milhares de marinheiros e sargentos protestaram no

O golpe

Sindicato dos Metalúrgicos, apoiados pelo CGT e pelos fuzileiros navais que haviam sido enviados para reprimir os revoltosos. Após esse fato, o Ministro da Marinha e o comandante dos fuzileiros navais renunciaram, Jango nomeou um substituto favorável às reformas e deu anistia aos revoltosos. Tais ações geraram grande mobilização entre os setores conservadores: os membros do Clube Naval fizeram um manifesto contra as medidas de Jango, exigindo novas punições. Jango, por sua vez, demonstrou solidariedade aos subalternos, ao comparecer, em 30 de março, a uma reunião com cinco mil sargentos e suboficiais da Polícia Militar da Guanabara, no Automóvel Clube. No discurso feito na ocasião, o presidente atacou os golpistas, defendendo mudanças constitucionais e a hierarquia, já que ele era o chefe máximo dos militares. Esse evento fortaleceu a união do grupo favorável às reformas, aumentando o temor dos oficiais das Forças Armadas.

Foi nesse contexto que, em 31 de março, o comandante da 4ª Região Militar (que corresponde ao estado de Minas Gerais), General Olympio Mourão Filho, com o apoio do governador do estado, Magalhães Pinto, iniciou a movimentação de tropas visando derrubar o governo estabelecido. Até o início de 1963, Mourão Filho havia sido comandante da guarnição de Santa Maria, de onde atuava para unir os conspiradores. Os contatos entre os governadores golpistas foram facilitados por pessoas como Mourão, que circulavam entre os gabinetes, e também por funcionários de 1º e 2º escalão dos governos estaduais e oficiais em posição de comando.

Após esse primeiro movimento dos golpistas, João Goulart, com o objetivo de garantir que o Exército se mantivesse fiel à Legalidade,

trocou o comando do III Exército e nomeou para o posto o general Ladário Pereira Telles em substituição ao general Benjamin Galhardo, que era próximo a Meneghetti e conhecido por ser um dos principais oficiais conspiradores. Sabendo do levante em Minas e da mudança de comando do III Exército, o governador Ildo Meneghetti decidiu tomar medidas para reprimir uma possível resistência ao golpe; requisitou as emissoras de rádio e televisão de todo o estado e colocou a Brigada Militar e a Polícia Civil de prontidão.

Essas medidas visavam também sua proteção, já que uma parcela da população de Porto Alegre estava decidida a defender o governo Jango, tomar o Palácio Piratini e depor Meneghetti. Para evitar o enfrentamento, o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, do PTB, clamou à população que aguardasse o desenlace dos acontecimentos no Paço Municipal. A aglomeração que esperava orientações para resistir ao golpe se transferiu, assim, para a frente da prefeitura, aguardando as decisões tomadas pelos líderes da resistência.

No dia 1º de abril, Leonel Brizola chegou a Porto Alegre e logo se reuniu com o general Ladário e com oficiais nacionalistas para elaborar um plano de resistência. Uma das primeiras propostas foi a reedição da Rede da

Legalidade e a requisição das tropas da Brigada Militar pelo comandante do III Exército. Esse ato gerou atritos entre o governador e o general Ladário; temendo o movimento de militares e de civis, Meneghetti decidiu pôr em prática a “Operação Farroupilha” e transferiu a sede do governo do estado para o 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar em Passo Fundo, onde ficaria até o dia 3 de abril.

Essa operação era fruto de um planejamento anterior, que compreendia outras duas



Charge de Sampaolo sobre as tensões no governo Jango, *Diário de Notícias* 18 de março de 1964.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

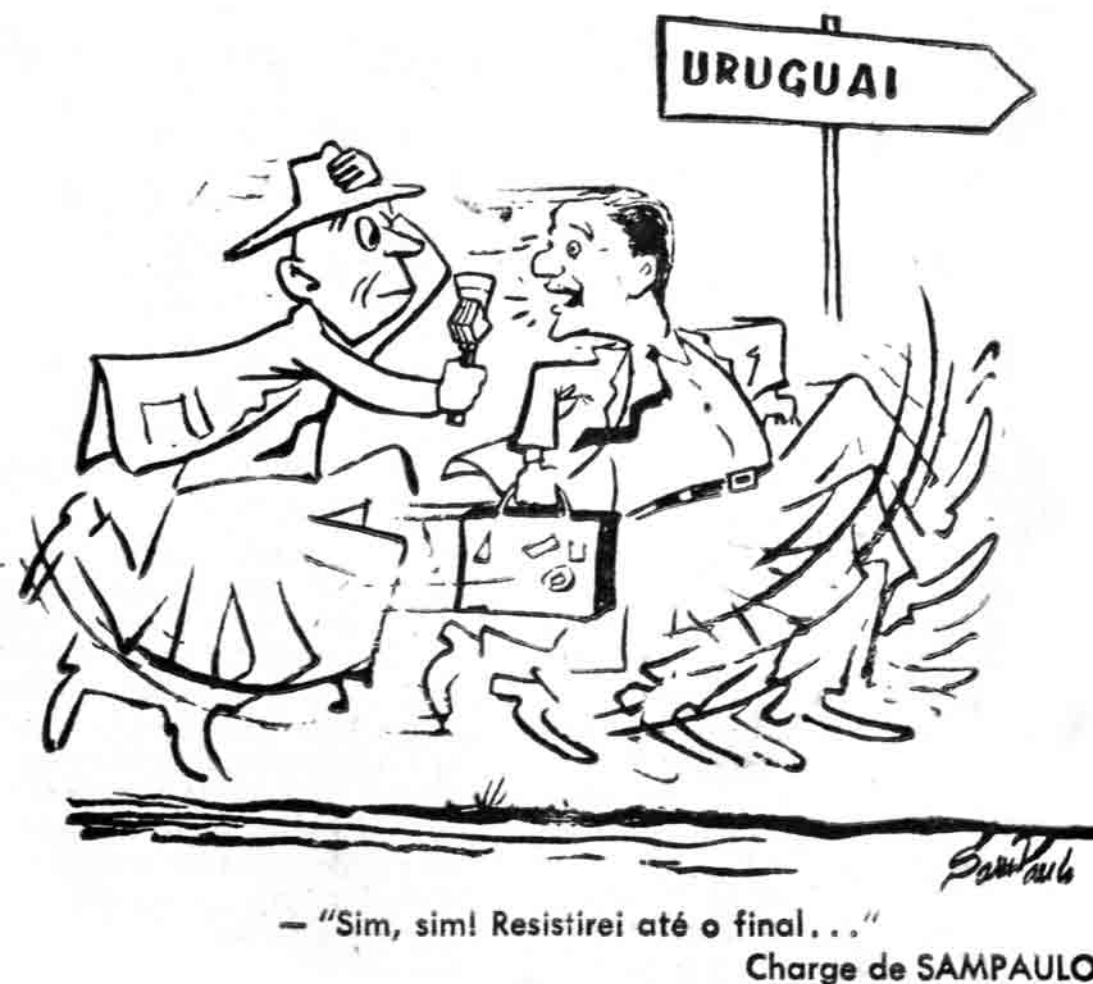
alternativas para o caso de um golpe: a “Operação Aliados”, que consistia na resistência conjunta do III Exército e da Brigada Militar, e a “Operação Combate”, que se fundamentava em ações da Brigada Militar em conjunto com tropas do Exército localizadas no interior. Não havendo possibilidade de colocar em prática qualquer das outras, optou-se pela “Operação Farrroupilha”. Passo Fundo foi escolhida devido à sua localização (próxima de Santa Catarina e, assim, das tropas golpistas do centro do país), ao fato de o comando da Brigada da cidade ser fiel a Meneghetti e porque o prefeito da cidade era de oposição ao PTB.

No dia 1º, Meneghetti saiu pelas portas dos fundos do Palácio Piratini em direção a Passo Fundo. Lá, foi recebido pelo prefeito Mário Meneghaz, do MTR, e pelo comandante da Brigada Militar. O 3º Batalhão da Brigada Militar de Passo Fundo foi a sede do executivo estadual até o dia 3 de abril, quando Meneghetti e sua comitiva, que contava com o general Poppe Figueiredo (comandante da 3ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa Maria), retornaram à capital. Em Passo Fundo, o governador manteve contato com os insurgentes de cidades do interior do estado.

Enquanto isso, na madrugada do dia 1º para o dia 2, o presidente João Goulart chegou a Porto Alegre. Diversos oficiais e subalternos foram à residência do comandante do III Exército na Avenida Cristóvão Colombo manifestar seu apoio e mostrar que estavam à disposição para qualquer iniciativa de resistência. Na prefeitura de Porto Alegre, setores civis também se organizavam para levar adiante a resistência ao “golpe dos gorilas”, assim como aconteceu com os trabalhadores de cidades como Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Pelotas e Rio Grande.

Apesar dessas mobilizações, Jango chegou à capital decidido a não provocar “derramamento de sangue”; sabia que os golpistas contavam com muita força, além do apoio do governo estadunidense, e não queria iniciar uma guerra civil. No final da manhã do dia 2, Jango viajou para São Borja e de lá partiu para o exílio no Uruguai; não voltou com vida ao Brasil. O

governador Meneghetti, por sua vez, voltou à capital com honras de herói, e promoveu um comício para saudar o “movimento revolucionário” e sua nova ordem. Nas semanas seguintes, foi visitado por seus colegas conspiradores: o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, em 22 de abril, e o primeiro presidente-ditador Castello Branco, em 22 de maio. ■



Charge de Sampaolo sobre a situação de Jango após o golpe, *Diário de Notícias*, 3 de abril de 1964.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



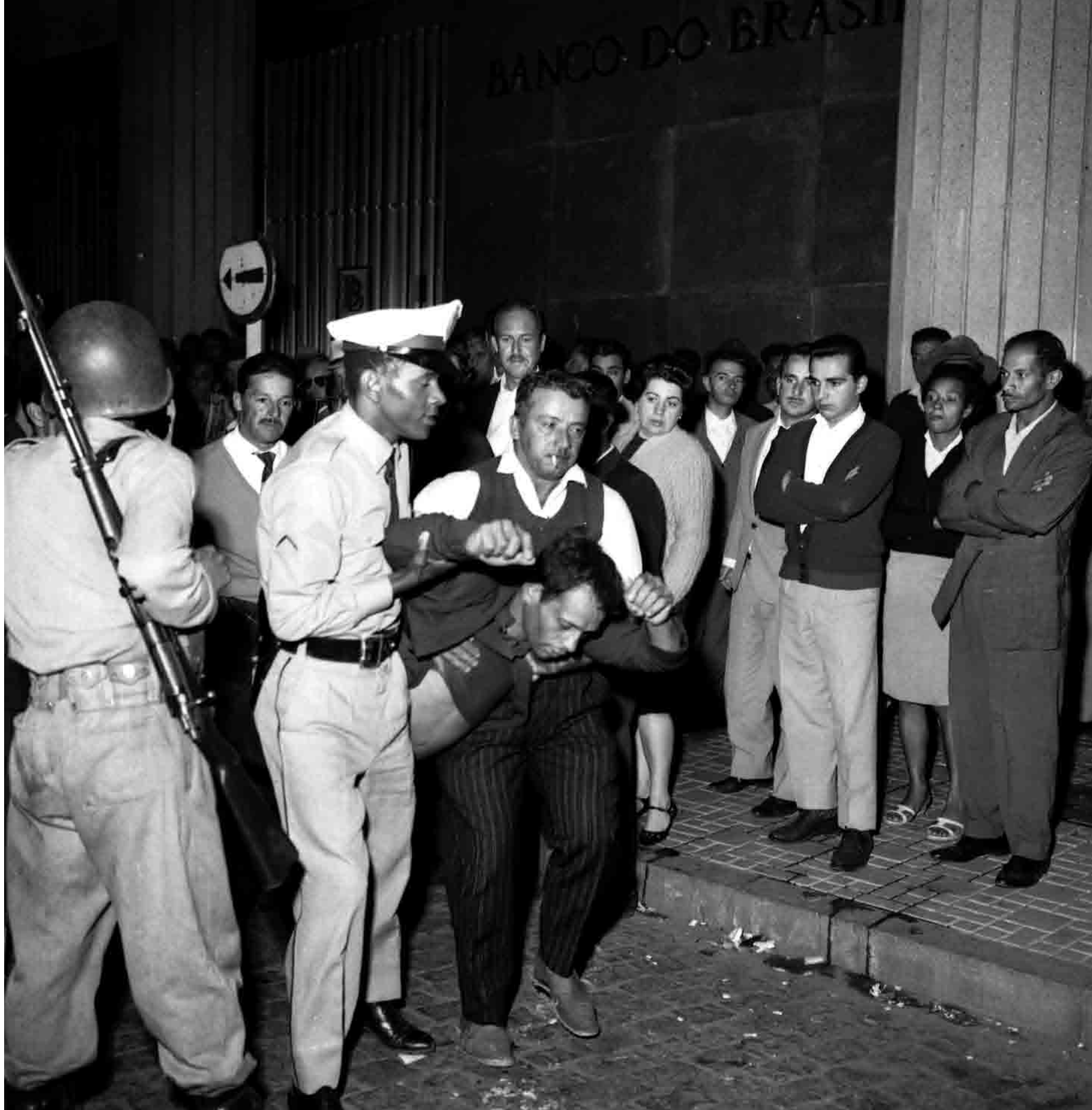
Comício de Meneghetti em Passo Fundo após sua chegada através da Operação Farroupilha, em 1º de abril de 1964.

Fototeca Sioma Breitman, Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

Repressão à resistência ao golpe, em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, provavelmente no dia 2 de abril de 1964.

Fototeca Sioma Breitman, Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo







Governador Ildo Meneghetti e general Poppe Figueiredo no Palácio Piratini após retornarem da cidade de Passo Fundo, em 3 de abril de 1964.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Manifestação popular de apoio ao governador Ildo Meneghetti em frente ao Palácio Piratini, 3 de abril de 1964.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Manifestação durante o golpe em Porto Alegre. 1º de abril de 1964. Fotógrafo Assis Hoffmann.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Governador Meneghetti recebe o presidente Castello Branco, no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, 22 de maio de 1964.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Castello Branco desfila em carro aberto, Porto Alegre, 22 de maio de 1964.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



A

s perseguições iniciaram nos primeiros dias depois do golpe, com a prisão de apoiadores do governo deposto em lugares improvisados como quartéis e delegacias. O principal espaço utilizado como cárcere foi a sede do SESME (Serviço Social de Menores) em Porto Alegre, para onde foram conduzidos presos provenientes de todo o estado. Também foram utilizados a Escola Paulo da Gama, o prédio da Divisão de Trânsito e quartéis como o do 19º Regimento de Infantaria, o QG do III Exército e a Companhia de Guardas. Em 24 de abril de 1964, a imprensa publicou uma lista com os nomes de 241 pessoas presas em diversos municípios gaúchos, encaminhadas para o SESME.

No dia 9 de abril, os comandantes em chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (que se apresentavam como o Comando Supremo da Revolução), assinaram o Ato Institucional, uma medida que procurava legitimar o golpe e dar-lhe uma base legal. O Ato convocava a eleição indireta para o próximo presidente, redefinia a relação entre executivo e legislativo quanto à apresentação de emendas constitucionais e de projetos de lei e, finalmente, dotava o Comando Supremo da Revolução – e, depois, o novo presidente da república – de poderes

extraordinários, considerados pelos golpistas como indispensáveis para assegurar os meios para a reconstrução do país. O golpe foi apresentado como uma “revolução”, que teria sido necessária para impedir Jango de “bolchevizar o país” e, conforme os golpistas, teria contado com o apoio popular. Até hoje, parte das pessoas que viveram aquele momento se refere ao golpe como “revolução de 1964”.

Ao Comando Supremo da Revolução e ao futuro presidente eram outorgados poderes para cassar mandatos de políticos eleitos, suspender direitos políticos de qualquer cidadão e garantias de vitaliciedade e estabilidade de funcionários públicos. As medidas que atingiram os funcionários públicos ficaram conhecidas como expurgos. Eram previstas, ainda, a abertura de inquéritos individuais ou coletivos para apurar “responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social, ou de atos de guerra revolucionária” e a limitação do controle do Judiciário sobre a aplicação das medidas constantes no Ato. Poucos dias após a sua edição, o general Castello Branco foi eleito pelo Congresso Nacional para a presidência da república.

Com base no Ato Institucional, diversos deputados gaúchos perderam seus mandatos e alguns chegaram a ser presos logo depois. As cassações se concentravam no partido

**Prisões,
cassações,
expurgos
e IPMs**

do governo deposto (PTB) e na Aliança Republicana Socialista (ARS), vistos como representativos da subversão em movimento no estado. Em 1966, aconteceram novas cassações, às vésperas da eleição indireta para governador, em que votariam os deputados eleitos em 1962. Um grupo formado por 26 deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e três da Aliança Renovadora Nacional (Arena), novos partidos criados depois do segundo Ato Institucional, começou a articular a candidatura do professor Ruy Cirne Lima, sem a anuência da ditadura. Os

votos dos 29 deputados garantiriam vitória a Cirne Lima, contra o vencedor da convenção da Arena, o coronel Walter Peracchi Barcelos. Antes da votação, porém, as cassações mudaram a correlação de forças na Assembleia, dando vitória ao candidato preferido do regime. Sete deputados do MDB foram cassados. Em relação aos votos dos arenistas, foi decretado o Ato Complementar nº 16, que versava sobre fidelidade partidária e anulava os votos dos dissidentes do partido do governo.

Os deputados estaduais e suplentes cassados em 1964 foram Marino dos Santos, Beno

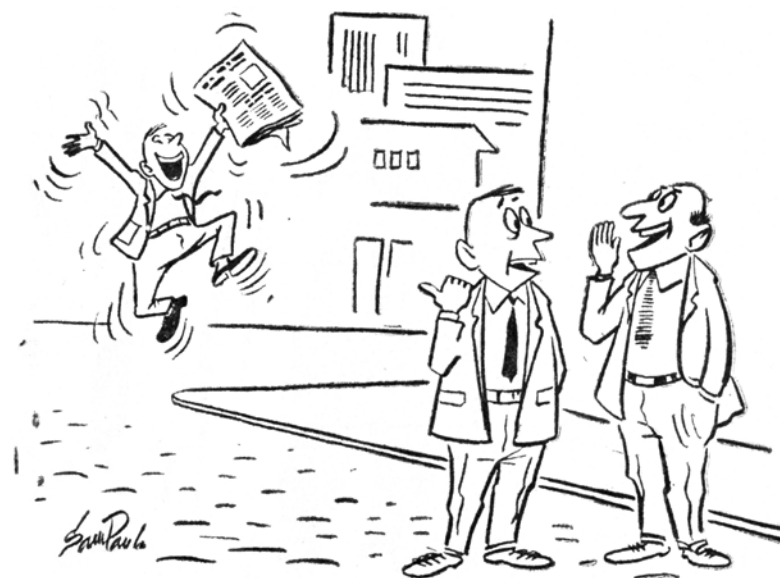
Orlando Burmann, João Caruso Scuderi, José Lamaison Pôrto, Justino da Costa Quintana, Ruben Dario Porciúncula, e Wilson Vargas da Silveira (deputados); Carlos Lima Aveline, Alberto Schroetter, Jorge Alberto Campezzato, Ottomar Ataliba Dillemburg, Edson Medeiros, Jair de Moura Calixto, Nelson Amorelli Vianna, Guilherme do Vale Toningues, Bruno Segalla, Fúlvio Petraco e Vicente Martins Real (suplentes). Também foi cassado o mandato de Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre, que em 1º de janeiro de 1964 havia assumido o cargo. Os deputados estaduais cassados em



... E o Sereno ficou... agarrado no pincel!!!
Charge de SAMPAULO

Charge de Sampaolo sobre prisão de Sereno Chaise após o golpe. *Diário de Notícias*, 8 de abril de 1964.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



— “Não compreendo a razão daquela alegria tôda. Será que o nome dêle está na nova lista de Ministros?”
— “Nada disso! É porque não está na nova lista dos prêsos!”

(Charge de Sampaolo)

Charge de Sampaolo sobre prisões. *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1964.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

1966 pertenciam ao MDB (Álvaro Petracco da Cunha, Antônio Simão Visintainer, Darcy Von Hoonholtz, Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura, Cândido Norberto dos Santos, Osmar Lautenschleiger, Carlos Moraes Rodrigues, Seno Frederico Ludwig e Wilmar Corrêa Taborda). Em 1969, foram cassados os deputados do MDB (Darcilo Ivo Giacomazzi, Flávio Antônio Lopes Ramos, João Brusa Netto, Lauro Hagemann, Moab Caldas, Mozart Bianchi Rocha, Pedro Gomes Nunes, Renato Souza, Rubem Machado Lang, Terezinha Irigaray Chaise e Walter Bertolucci), além do deputado da Arena, Ary da Silva Delgado. Prefeituras e Câmaras Municipais também foram atingidas. Porto Alegre, Santa Maria, Viamão e Bagé tiveram prefeito e vice-prefeito cassados. Em outros municípios, como Venâncio Aires, Rio Grande e Camaquã, apenas o prefeito foi afastado. Nas Câmaras, ocorreram situações diversas: algumas protestaram contra as cassações de prefeitos e outras aproveitaram a oportunidade para desembaraçar-se de adversários políticos. Em Viamão, por exemplo, a Câmara votou pela cassação de um vereador do PTB que estava preso por associação ao Grupo dos Onze. Poucos dias depois, cassou o prefeito e o vice por terem convocado a população para defender o governo de João Goulart. As Câmaras de Santa Maria e de Bagé propuseram eleição indireta para o novo mandatário; as de Caxias e de Rio Pardo, por sua vez, cassaram vereadores, um da ARS e outro do PTB, respectivamente.

A partir da edição do segundo Ato Institucional, tais medidas passaram a ser conhecidas pelas siglas AI-1, AI-2 etc. O AI-2 foi uma reação do governo aos resultados das eleições diretas para governador que aconteceram em 1965 em parte dos estados brasileiros. À vitória da oposição em estados

importantes seguiu-se uma medida que impunha, entre outras coisas, eleições indiretas para o governo dos estados e a extinção dos partidos existentes. Logo depois, foram anunciadas as regras para a montagem dos novos partidos, surgindo, então, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que passaram a ser os únicos a poder atuar legalmente. Outra importante mudança definida no Ato foi a transferência dos julgamentos de crimes cometidos por civis contra a segurança nacional da justiça comum para a justiça militar, visando facilitar a atuação repressiva da ditadura.

Imediatamente após o golpe, em 1964, também começaram a acontecer os expurgos, que atingiram órgãos dos governos federal, estadual e municipal e também empresas estatais e de economia mista. Foram sumariamente afastados funcionários públicos estaduais, professores universitários, membros da Brigada Militar, funcionários da Prefeitura de Porto Alegre e de Caxias do Sul, da Rede Ferroviária Federal e da Refinaria Alberto Pasqualini. No dia seguinte à decretação do Ato Institucional, o governador Ildo Meneghetti nomeou uma Comissão de Expurgos para o funcionalismo estadual, da qual fizeram parte o secretário de administração, Antonio Pires, o major Léo Etchegoyen, chefe de polícia do RS, e Caio Brandão de Melo, procurador do estado. No dia 18 de abril, foi divulgada uma primeira lista de 54 servidores a serem afastados – diversos deles tinham sofrido ou vieram a sofrer outras punições além do expurgo. Ainda em abril foi divulgada uma lista de mais de 40 oficiais da Brigada Militar que foram punidos com o seu afastamento da corporação; entre eles, vários dos envolvidos no Movimento da Legalidade e



Charge de Sampaolo sobre expurgos. *Diário de Notícias*, 23 de abril de 1964.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

alguns dos que se dispuseram a resistir ao golpe em 1964. Também foram montadas comissões na Prefeitura de Porto Alegre, na Refinaria Alberto Pasqualini, nas faculdades que mais tarde formariam a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na PUCRS, quatro estudantes foram expulsos. Na UFRGS, quatro dezenas de professores foram expurgados entre 1964 e 1969. A imprensa gaúcha divulgou tanto as listas de punidos quanto charges que questionavam esse processo.

Os expurgados vivenciaram situações extremamente difíceis a partir daí, relacionadas às transformações ocorridas em sua vida e na da família, e também à farsa representada pelas Comissões. Em vários casos, os afastamentos representaram possibilidade de ascensão para colegas coniventes com a ditadura. O advogado Honório Peres, que era militante do Partido

Comunista e trabalhava na Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, concedeu entrevista em 2011 ao projeto *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Contou que, tendo sido chamado a se defender, em 1964, organizou seus argumentos, que foram inócuos: “aquela comissão que eles juntaram era uma comissão mentirosa, farsante. Era só pra dizer que tinha uma (...). Não adiantou nada aquela minha defesa”. Cláudio Accurso, na época professor da Faculdade de Economia, se apresentou à Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS para fazer sua defesa. Em entrevista ao Projeto Marcas da Memória, contou que a Comissão era “uma grande palhaçada, não era para fazer inquérito coisa nenhuma, era para colocar as pessoas pra rua, pura e simplesmente”. O capitão da Brigada Militar Maildes de Mello, expurgado em 1964, por sua vez, aponta em seu livro de memórias que “aqueles afastamentos eram uma grande e imediata oportunidade de acesso, em suas carreiras, aos remanescentes na ativa. Então a *vindicta* muito dizia com o sentido prático e físico de afastamento do colega e irmão que abria espaço ao carreirismo”.

O funcionamento das comissões de expurgo é indicativo de que havia setores da sociedade, no serviço público, na universidade, na imprensa, nos parlamentos, que consideravam válida uma varredura no país, para detectar e punir os subversivos e os corruptos. O acompanhamento da imprensa diária gaúcha nos primeiros meses após o golpe, da mesma forma, permite captar diversos outros indícios de apoio e conivência com o processo ditatorial em curso: vereadores ávidos para cassar prefeitos e seus próprios colegas; políticos gaúchos se reportando a autoridades federais ou a militares solicitando intensificação da



A “fábrica de inquéritos”. Charge de Sampaio.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

“limpeza” no Rio Grande do Sul, berço do trabalhismo; lideranças sindicais pedindo que os expurgos atingissem as “falsas” lideranças de classe; particulares enviando denúncias anônimas às comissões; a imprensa criando uma espécie de disputa pela divulgação dos nomes dos novos “degolados”.

Além das prisões, das cassações e dos expurgos, o período inicial da ditadura foi marcado por um grande número de intervenções, com militares e alguns civis de confiança do regime assumindo o comando de universidades, empresas, entidades estudantis, sindicatos etc. Foi o caso da UFRGS, da Refinaria Alberto Pasqualini, da Rede Férrea Federal, do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), de sindicatos

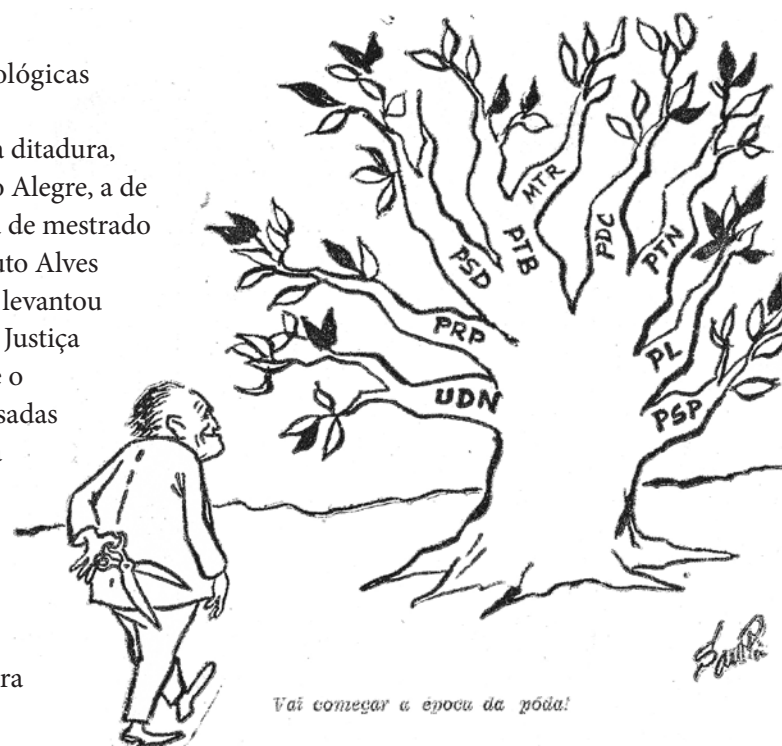
(como os dos jornalistas, dos radialistas e dos bancários de Porto Alegre), do Escritório da Companhia Siderúrgica Nacional. As entidades estudantis, como será visto adiante, também sofreram intervenção.

A “operação limpeza” se utilizou, ainda, do Inquérito Policial Militar, o IPM. A abertura do inquérito, que poderia se dar tanto pela Polícia Civil (através do DOPS) quanto por unidades militares, era o primeiro passo para que cidadãos fossem processados por crimes contra a segurança nacional. A noção de segurança nacional era muito abrangente: na prática, qualquer um que se manifestasse publicamente contra a ditadura corria o risco de ser considerado criminoso. O período entre a prisão de uma pessoa e a finalização

do seu inquérito era extremamente inseguro e violento; relatos sobre isso estão presentes em muitos livros de memórias e confirmados em documentos oficiais revelados pela primeira vez no livro *Brasil nunca mais*, publicado em 1985. A pesquisa foi realizada a partir de 707 processos por crimes contra a segurança nacional que tramitaram no Superior Tribunal Militar entre 1964 e 1979. Nos processos constavam depoimentos de presos políticos prestados aos Conselhos de Justiça (formados por dois juizes militares e um civil), nas diversas Auditorias Militares então existentes no país. Na ocasião, com a presença de seus defensores, os presos denunciavam o tratamento recebido em quartéis e delegacias, as prisões na forma de sequestro, a incomunicabilidade prolongada, as confissões

forjadas e as torturas físicas e psicológicas pelas quais haviam passado.

No Rio Grande do Sul, durante a ditadura, existiram três Auditorias: a de Porto Alegre, a de Santa Maria e a de Bagé. A pesquisa de mestrado em história realizada por Taiara Souto Alves concentrou-se nas duas primeiras e levantou dados relevantes sobre a atuação da Justiça Militar no Rio Grande do Sul, sobre o perfil das pessoas que foram processadas e também sobre particularidades da relação entre oposição e repressão na capital gaúcha e no interior. A pesquisadora constatou que, entre 1964 e 1978, mais de 900 pessoas foram julgadas pelas auditorias referidas por crimes contra a segurança nacional.



Vai começar a época da poda!

Charge de Sampaio: "poda" dos partidos políticos. *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1965.

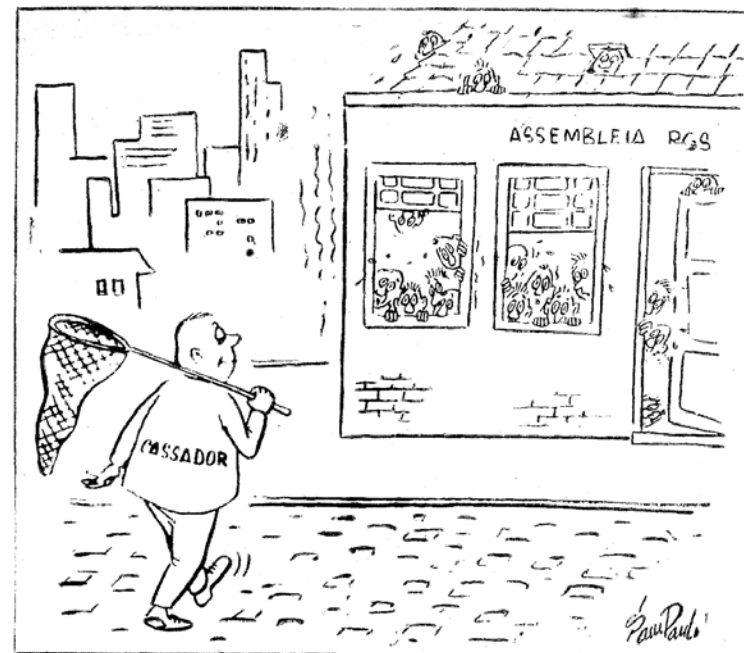
Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio



DEPUTADO DA OPOSIÇÃO ESCUTANDO O FUTEBOL

Charges de Sampaio sobre a cassação de deputados na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul. *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1966 (à direita) e 10 de março de 1966 (acima).

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio



Os processos de Santa Maria concentraram-se no período de 1964 a 1967 (85% deles iniciaram nesse período), enquanto os de Porto Alegre foram iniciados em maior número nos anos de 1965 e 1966 (36%) e em 1970 (40%). Esses números têm relação com os alvos da repressão em cada momento e com a dinâmica das ações da oposição, temas que serão abordados adiante. A existência de fortes núcleos trabalhistas no interior do estado no início da década de 1960, a ligação de trabalhistas e de comunistas com o MASTER, o disseminado nacionalismo entre militares, oficiais e graduados e, ainda, o envolvimento

de muitos homens em listas para a formação dos Grupos dos Onze em diferentes municípios gaúchos são variáveis que ajudam a entender a concentração de processos na Auditoria de Santa Maria no início da ditadura e o peso significativo deles na de Porto Alegre. Uma nova onda repressiva foi deslançada após o quinto ato institucional, decretado em 13 de dezembro de 1968, e teve seu ápice no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, em 1970.

Logo após o golpe, diversos inquéritos e processos foram abertos por conta da participação nos Grupos dos Onze, com a apreensão das listas de membros que tinham

sido enviadas à Rádio Mayrink da Veiga, seguida de prisões e IPMs. Disseminou-se a ideia de que os grupos tinham armas, faziam treinamento militar e estariam a serviço do comunismo. A análise dos inquéritos e de entrevistas com pessoas investigadas por envolvimento nos Grupos dos Onze permite afirmar que o golpe criou condições para mudanças no poder em nível municipal e que a perseguição aos membros de tais grupos teve a participação e o apoio de civis ligados a partidos como o PSD, a UDN e o PRP. Muitos dos que assinaram as listas alegaram que o fizeram por simpatia a Brizola ou porque a organização contribuiria para trazer melhorias ao meio rural. Todos negaram a existência de armas. Boa parte dos inquéritos não se transformou em processo judicial e, em alguns dos casos em que isso ocorreu, os réus foram absolvidos por falta de provas. Isso, no entanto, não anulou o sofrimento dos acusados e de seus familiares e o estigma que recaiu sobre eles. A experiência da prisão, mesmo que curta, deixou marcas negativas na vida de muitas famílias por todo o estado. ■

Estamos aí



Charge de Sampaolo nas vésperas da decretação do AI-5. *Folha da Tarde*, 12 de dezembro de 1968.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

SUBVERSÃO: MAIS DE DUZENTAS PESSOAS DETIDAS PELA DOPS

Por tornada ontem à imprensa a relação das pessoas detidas pelas autoridades do Exército e Polícia nessa Capital e em diversas cidades do Interior do Estado sob a acusação de exercício ou terem exercido atividades subversivas durante o governo do sr. João Goulart. O total das detidas atingiu a 231, alguns das quais já foram postos em liberdade.

E a seguinte a relação dos detidos recolhidos ao SESME:

LETRA "A"

Antonio Pulco — Bagé — apresentado dia 15-4; Alfredo Vaz da Silva — Bagé — apresentado dia 15-4; Antonio Carlos Rosa — Oliviera — Caxias do Sul — apresentado dia 14-4; Antonio Lisboa da Silva — Caxias do Sul — apresentado dia 14-4; Adão Pedro Soares — Santa Bárbara — apresentado dia 9-4; Antonio Batista — Pôrto Alegre — apresentado dia 7-4; Afrânio Monteiro — Pôrto Alegre — apresentado dia 7-4; Antonio José Duarte — Pôrto Alegre — apresentado dia 12-4; Antonio Raul de Queiroz — apresentado dia 11-4; Abílio Osvaldo Weber — apresentado dia 9-4; Alcibiades Konte — São Leopoldo — apresentado ao 19-4; B. I. Alberto Alves — apresentado dia 12-4; Adalberto Simpt — apresentado dia 12-4; Arnaldo Damiani — apresentado dia 13-4; Artur Oscar Schlem — apresentado dia 12-4; Alcides Machado — apresentado dia 10-4 e liberado dia 13; Adão Nascimento Athaydes — apresentado dia 12-4; Aristides Severo de Oliveira — Taquara — removido para Taquara em 12-4; Antônio Spindler — Taquara; Adão Batista Pihan — Cruz Alta — apresentado dia 13-4; Alenar Alves Lopez — São Leopoldo — apresentado dia 13-4; Angélio Prata Testeig — Taquara — apresentado dia 15-4; Assis Marques — Pôrto Alegre; Aldrovando Guerra — Pôrto Alegre — preso em 14 e liberado em 15-4; Antonio de Padua Ferreira da Silva — Pôrto Alegre; Adalberto Gutiérrez Bernardi — São Gabriel; Américo Salvo — São Gabriel; Alfredo Bortolin — São Gabriel; Alfredo Souto — São Gabriel; Antonio Piniere Machado Neto — Pôrto Alegre; Alcides Arend — Gramado; Atílio Possavito — Gramado; Arno Cláudio Trapp — apresentado dia 18-4; Aristides Severo de Oliveira; Antonio Nalven Espinosa — Rio Grande; Abraão Galbinski — Rio Grande.

LETRA "B"

Bernabé Lopes Soares — Pelotas — preso em 9-4; Bruno Segalla — Caxias do Sul — apresentado dia 13-4; Baldevin Pereira de Oliveira — Cruz Alta — apresentado dia 13-4; Bruno Henrique Egert — São Leopoldo — apresentado dia 15-4; Bolivar Prates — Cruz Alta — apresentado dia 14-4; Baltazar Martins Coimbra de Pôrto Alegre.

LETRA "C"

Clóvis Antônio Sperandio — Caxias do Sul — apresentado dia 14-4; Carlos Codevillis Tavares — Lajeado; Carol Magagnoli — Cruz Alta — apresentado dia 15-4; Claudomir Spingolier — Rio Pardo — apresentado dia 14-4; Cecílio Carvalho Neto — apresentado dia 14-4; Carlos Orestes Gallage — Pôrto Alegre; Carlos Rodrigues Souza — São Gabriel; Cyrano Araújo — Pôrto Alegre; Osure Cardoso Nanni — Pôrto Alegre; Cecílio Fernandes — São Jerônimo — apresentado dia 19-4; Claudomir Parias — Rio Grande; Custódio Martins — Minas do Butiá.

LETRA "D"

Dante Giampoli — Pôrto Alegre — preso em 10-4; Darzín Gazona — Caxias do Sul — preso em 10-4 e liberado em 16-4; Dinarte da Silva Vaz — Bagé — apresentado dia 15-4; Danilo Adão Benotto — Chapada — apresentado dia 15-4; Darwin Corvelli — Caxias do Sul — preso em 10-4 e liberado em 11-4; Delfino Antunes da Silva — liberado; Darcy Rosa — Bagé — apresentado em 15-4; Dalmácio Batista Dibe — Camaquã — apresentado em 15-4; Dante Bordim — Gramado; Darello Ivo Giacomoni — Canoas; Dinarte Luz Alves — Rio Grande.

LETRA "E"

Eldia Costa — Bagé — apresentada dia 19-4; Eilberto Palma Oculicchio — apresentado dia 12-4; Egon Albert Steigleder — Estelo — preso em 9-4; Ernesto Bernardi; Eudino Gonçalves da Silva — liberado; Eduardo Vieira — liberado provisoriamente; Erico Ribeiro Cavalo Wayne — Bagé — apresentado dia 12-4; Elio Pivato — Caxias do Sul — apresentado dia 14-4; Emio Gutiérrez Bernardi — São Gabriel; Edson Medeiros — Canoas; Emaminondas Silveira — Camaquã; Enefero Fezias Albernaz — Rio Grande; Evaristo Victor Rodrigues — Rio Grande; Eurides Palm Vieira — Rio Grande.

LETRA "F"

Fernando Ribelle — Pôrto Alegre — liberado dia 7-4; Francisco Tejada Romales — Camaquã; Fredolino Pereira dos Santos.

LETRA "G"

Gilberto Nunes — Bagé — apresentado dia 15-4; General Pereira de Oliveira — Cruz Alta — apresentado dia 15-4; Guido Endres — São Leopoldo; Guilherme Nogueira — Pôrto Alegre — apresentado dia 14-4; Cláudio Nunes Macedo — São Gabriel; Graziela Namdyk — São Gabriel; Gomercindo Noboa Gomara; Gervazy Melnik — Pôrto Alegre; Genérico Lúcas — Minas do Butiá.

LETRA "H"

Henrique Orlovaz — apresentado dia 12-4; Herman Paulo Durán — apresentado e liberado em 12-4; Henriete da Silva — apresentada dia 12-4; Heráclito Carlos Nogueira — P. Alegre — apresentado dia 14-4; Heráclito de Azevedo — Campinas do Sul — apresentado dia 14-4; Humberto Ferreira da Silva — Cruz Alta — apresentado dia 13-4; Hamilton Rey Alencastro; Heitor Gabinsky — apresentado dia 17-4; Heitor Vilhete da Oliveira — Rio Grande.

LETRA "I"

Ivan Luis Eggers — Pôrto Alegre — apresentado dia 12-4 e liberado em 14-4; Indio Benedito Cesar — Taquara — recolhido a Taquara em 12-4; Ilka Pegas — Bagé — apresentada em 12-4; Ivo da Silva Bilenociri; Ison Paulo Yamashita — Gramado; Iria Bezzi — Gramado; Ivan Barbosa Netto — Pôrto Alegre — preso em 12-4 e liberado em 30-1; Ivo José — Pôrto Alegre; Italo Pastori.

LETRA "J"

João Boloko Abeco — Bagé — apresentado dia 15-4; Jacó Schan Filho — Bagé — apresentado dia 24-4; João Pedro Purlan — Caxias do Sul — apresentado dia 14-4; João Rodrigues Barceles Filho — Caxias do Sul — apresentado dia 14-4; José Lino Eloy — Caxias do Sul — apresentado dia 11-4; Jorge Eduardo Schaan — Pôrto Alegre — apre-

sentado dia 9-4; Jacy Pedro da Luz — Pôrto Alegre; José Vidal Maria Soares — Pelotas — apresentado dia 10-4; Jesse Madureira Coelho — Taquara — removido para Taquara; João Edvino Osório — Taquara — removido para Taquara; José Carlos Valenzen — Pôrto Alegre — apresentado e liberado em 7-4; Jorge Kringer de Mello — São Leopoldo — apresentado dia 12-4; João Setembrino Ramus — apresentado dia 12-4 e recolhido ao H. P. S. em 13-4; Januário Benites Campio — apresentado dia 12-4; João Antônio F. Pinheiro; José Freitas Tavares — apresentado dia 11-4; José Wilson Figueiredo — Cruz Alta — apresentado em 13-4; José Guarante Filho — São Leopoldo — apresentado em 15-4; José Ademir Sarmento de Paiva — São Leopoldo — apresentado em 15-4; José Nemes Duarte — Pedro Osório — apresentado em 12-4 e liberado em 12-4; José Carlos de Marco — Camaquã — apresentado em 15-4; José Zúlo da Silva — Pôrto Alegre — apresentado em 14-4; José Carlos Silveira — Cruz Alta — apresentado em 14-4; Jacó Carlos Agazal — apresentado em 14-4; João Antônio Oliveira Coimbra — Pôrto Alegre; Joaquim José Felizardo — Pôrto Alegre; João Carlos de Oliveira — Gramado; Joias Marinho — Gramado; José Adão Barboza — Camaquã; João Edvino Osório; Justino Mariano — Torres; João Carlos Haas Sobrinho — Pôrto Alegre; José Ferreira da Costa — Rio Grande; João Rodrigues Viana — Rio Grande; João Pires Aguiar — Rio Grande; Jorge Sbrólian — Rio Grande; José Serafim Soares dos Santos — Minas do Butiá.

LETRA "K"

Kurt Menz — Gramado

LETRA "L"

Luiz Pinzetti — Caxias do Sul — apresentado em 14-4; Luiz Fernando Cocciari Galati — Gramadara — apresentado em 12-4; Luiz Eurico Moreira — apresentado em 14-4; Luci Bizarro Martins — preso dia 11 e liberado dia 12-4; Lovildo Neri de Campos — Caxias do Sul — apresentado dia 15-4; Leandro Calvete Corêa — Rio Grande — apresentado dia 15-4; Luiz Carlos Gomêz; Lúmaro Siqueira — Rio Pardo — apresentado dia 14-4; Lucy Osório; Luiz A. Ribeiro de Mota — Pôrto Alegre — apresentado dia 19-4; Luiz A. Cunha de Moraes — Pôrto Alegre — apresentado dia 19-4; Laudelino Dias de Oliveira — Rio Grande.

LETRA "M"

Marino Ventura dos Santos — Pôrto Alegre — apresentado dia 12-4; Milton Torres Rodrigues — Encruzilhada — apresentado dia

14-4; Mantel Samuel da Rosa — apresentado dia 13-4; Marcellio Cardoso — Gramado; Manoel Antônio da Rosa; Mário Antônio da Silva; Mário Pereira da Silva; Manoel Gonçalves — Rio Grande; Miguel Gomêz — Rio Grande; Manoel Recchia — Rio Grande.

LETRA "N"

Nery Machado Lacerda — Pôrto Alegre — preso dia 12-4; Ney Menes Barreto — Passo Fundo — preso dia 12 e liberado dia 12-4; Nabor Meneses — Bagé — apresentado dia 10-4; Nelson Alves de Oliveira — Camaquã; Nery de Avila — Rio Grande.

LETRA "O"

Oscar Mello das Santos — Pôrto Alegre — apresentado dia 13-4 e liberado dia 16-4; Omar Borges — Pôrto Alegre — apresentado em 12-4 e liberado em 16-4/64; Otomar Ataliba Dillenburg — São Leopoldo — apresentado dia 13-4; Olavo Vargas de Almeida — apresentado dia 11-4 e liberado em 16-4; Oscar Diehl — São Leopoldo — apresentado em 15-4; Osvaldo Mossman — São Leopoldo — apresentado em 14-4; Odílio Cunha Malheiros — São Leopoldo — apresentado em 14-4; Oscar Spert — São Leopoldo — apresentado em 14-4; Octávio Oliveira Barreto — Camaquã; Otto Luís Pazin; Osmar Santa Helena — Rio Grande.

LETRA "P"

Paraguassu de Moura Brazão — Passo Fundo — apresentado em 10-4 e liberado em 14-4; Pêrci de Abreu Lima — Caxias do Sul — removido ao Sanatório Bolson; Paulo Ferreira de Souza — Pôrto Alegre — apresentado em 14-4; Pedro Palavestino — Pôrto Alegre — apresentado em 10-4; Pedro Protásio Congo — São Gabriel; Paulo Eloy Passos — Bagé; Protásio Marques da Rosa — Osório; Pedro Lindolfo Rachel — Gramado; Pizito Augusto de Sousa Denizem — Pôrto Alegre — apresentado em 12-4; Paulo de Paiva Santam — São Leopoldo; Procopio Vieira Farinha — Minas do Butiá; Pedro Ancilino Viana da Silva — Minas do Butiá.

LETRA "R"

Rômulo Bealla — Caxias do Sul — apresentado em 14-4; Roberto Soares Antunes — Gramadara — apresentado em 12-4 e liberado em 14-4; Rubens da Silva — Pôrto Alegre — apresentado em 12-4; Roberto Willis — Taquara — removido para Taquara; Ray Gonçalves de Moura; Raimundo Camilo da Silva; Ricardo Arrigosa; Raimon Caio Wayne — Bagé — apresentado em 15-4; Reuz João Rêgo — Caxias do Sul — apresentado em 14-4; Régis Arnaldo Perretti — Caxias do Sul — apresentado em

14-4; Rui Mantovanni — Pôrto Alegre; Reui Henrique Zatió — Gramado; Roberto Wyll; Konrad; Roberto Leonardo Germano — Rio Grande.

LETRA "S"

Sebastião Lopes — Caí; Sebastião Olegário Haefner — Carazinho — apresentado em 13-4; Silvio Manganielli — Pôrto Alegre — apresentado em 12-4; Severino Coslho Netto; Santo Antônio Polle — Pôrto Alegre; Solon Pereira Neto — Pôrto Alegre — apresentado em 14-4; Sady Feliciano Butelli — Pôrto Alegre; Solon Tavares — Gramado — apresentado em 22-4; Sávio da Silva Pinto — Rio Grande.

LETRA "T"

Trojan Nunes da Silva — Passo Fundo — apresentado em 9-4; Tarello Nunes — apresentado em 12-4; Tarso de Sousa Viana — Pôrto Alegre — apresentado em 14-4 e liberado em 14-4; Tapir Rocha — Viamão — apresentado em 15-4; Twófilo Sauer.

LETRA "U"

Ulisses de Souza Marçal — Gramado — apresentado em 12-4 e liberado em 12-4; Ulisses da Silva Tavares — Pôrto Alegre — apresentado em 14-4.

LETRA "V"

Valter Roman Camara — Caxias do Sul — removido para Caxias; Valter Tonini — Caxias do Sul — apresentado em 14-4; Valentim Tobias — Gramado — apresentado em 14-4; Vilório Machado Leite Veloso — Pôrto Alegre; Víbio Zanar — Pôrto Alegre — apresentado em 10-4; Vicente Rau — apresentado em 14-4.

LETRA "W"

Walter Alexandre Almeida — Bagé — apresentado em 15-4; Wanderley Azevedo — liberado em 8-4; Wilson da Silva Batista — Cruz Alta; Wilson Sebastião Possavito — apresentado em 12-4; Wilson Arrada; Wilson Afonso Kopp Santos — Bagé.

LETRA "Z"

Zulmir Butelli — Nonoê — apresentado em 14-4 e liberado em 16-4.

GRÁTIS

todos os acessórios
 comprados em uma
 de nossas 3 lojas,
 tem colocação gratuita,
 sem acréscimo no preço.

CASAS TIGRE

5 LOJAS
 Farrapos, 2947 e 605
 Assis Brasil, 622
 Azenho, 509 e 519

RELOGIOS

Marcas de Fama Mundial



3 GERAÇÕES DE JOALHEIROS

JOALHERIA *Ajax*

ANDRADAS, 1343

Relação do Expurgo no Estado

A Comissão Especial de Investigações, designada pelo Governo do Estado para tratar dos expurgos no funcionalismo estadual, de acordo com o Ato Institucional, divulgou ontem a seguinte nota:

"A Comissão Especial de Investigação instituída pelo Governador do Estado, com base no Ato Institucional, apreciou 328 processos, mandando arquivar 178 e chamando 150 a apresentarem defesa. Após examinar detidamente os 150 processos, a Comissão emitiu parecer e encaminhou-o ao Senhor Governador do Estado. Este, após examinar caso por caso, acolheu os pareceres da referida Comissão. Em face disso, foram absolvidos os seguintes servidores: José Ortega, do DEPRC; Paulo Vieira Aquino, da Sec. de Educação; Euclides Serpa, do DEPRC; Delfim Silveira de Araújo, do D.E. P.R.C.; Maurillo Alves, do DEPRC; Fêlcio Marazita Neto, do DEPRC; Hugo Campos, do DEPRC; Valtor Cúria, do D.E. P.R.C.; Artur de Araújo Bom Reis, do DEPRC; Clóvis de Oliveira, do DEPRC; Ivo Pacheco Ramos, do DEPRC; José Edison das Neves, do DEPRC; Maria Tizah Jardim Fonseca, da Sec. de Educação; Nair Antônia de Oliveira Rocha, da Sec. de Educação; Julieta Rousselet dos Santos, da Sec. Educação; Gilgia Margarida Perini, da Sec. Educação; Amadeu Pereira Machado, do Depto. Aeroviário; Marino Kury, Juiz de Direito; Ana Maria dos Santos Amantino, da Sec. Educação; Maria Conceição Basson Ferraz, da Sec. Educação; Jorge Louros, escrivão distrital; José Carlos Teixeira Giorgis, da Sec. Educação; José Von Hoonhitz, do DAER; Eva da Nova, da Sec. Educação; Lígia de Oliveira Callage, da Sec. Educação; Adão Dorneles Paraco, da Sec. de Educação; Reginald Delmar Hintz Felker, promotor de Justiça; Luísa de Almeida Bastos, delegado de Polícia; Rubens Clair Viana, professor; Cirilo Alves dos Santos, do DEPRC; João Batista Rodrigues, do DEPRC; Miguel José Pereira, do DEPRC; Isidoro Lima Garcia, médico; Flávio Pancaro da Silva, professor; José Meszerrat, economis-

ta; Norma Schwantes, professora; Nivaldo Felppeto Gatti, médico; José Carlos Costa, do DEPRC; Maria da Graça Costa Simm, professora; Reinaldo Tagliari, guarda florestal; Paulo André Rozzi, funcionário do I. S. R. de Carnes; Derli Schultz, guarda florestal; Rute Gonçalves Kolberg, da Dec. Educação; Maria Purcina Pereira da Costa, professora; Heracídes de Azevedo, inspetor de polícia; Otávio Baptista de Andrade, exator; Trajã Andara Rodrigues, exator.

Foram aposentados os seguintes servidores:

Hugolino de Andrade Ullaker, juiz de Direito; Heitor Viterbo de Oliveira, promotor de Justiça; Floriano Maia D.Ávila, procurador do Estado; Flávio da Costa Franco, promotor de Justiça; Eduardo Gil de Lima, titular de Cartório; Cláudio de Toledo Mércio, promotor de Justiça; Sadi Miguel Leal, serventário de Justiça; Jesuino D'Ávila, engenheiro; Marino Rodrigues dos Santos, professor; Frederico Pedro Irineu Petrucci, professor; Wanda Souza Trindade, professora; Oscar de Camillis Filho, professor; Cirano Saviniano de Araújo, condutor, Décio Floriano, professor; Honório Campos Peres, técnico contabilidade; Itatiana Itagiba Teles, do DEPRC; Antonio Rodrigues, do DEPRC; Lila Rippol Guedes, professora; Assis Enedino da Rocha, do DEPRC; Naldi Muniz do DEPRC; Joaquim José Barcelos Felizardo, do DEPRC; Palmiro Moreira Prates, do DEPRC; Hugo Brenner de Macedo, professor; Enestor Farias de Albernaz, do DEPRC; Democratino Rocha Muller, do DEPRC; Carlos Dias da Silva, do DEPRC; Dirceu Costa, do DEPRC; Ulisses de Souza Marçal, guarda rodoviário; Eurides Palm Vieira, do DEPRC; Carlos Orestes Banall Callage, oficial administrativo; Rubens Rograndine Fiori Belem do DAER; Rubens Dario Porciuncula, químico; Alfredo Neri Paiva, professor; Possidônio Assis Ochoa, motorista; Hercúlio de Barros, guarda florestal; Valdir da Silva Martins, técnico de inspeção; Hamilton Moojen Chaves, censor; Maria Almerinda da Silva Paz, professora. Iri-

neu Prestes, auxiliar de Administração; Cibília da Rocha Viana, contador.

Foram demitidos os seguintes servidores: Daison Gomes da Silva, professor; Genaro Graf-funder Krebs, assessor técnico; Jorge Luis Barreiro, professor; Elizário Polli, professor; Antonio Pádua Ferreira da Silva, professor; Ilka de Campos Pegas, professora; Afonso Celso Rodrigues Leal, auxiliar de administ. Lino Rodrigues da Silva, professor; Artigas Castilhos Puignau, professor; Osmar Santa Helena, professor; Farydo Salomão, professor; Rui Oliveira Melo, auxiliar de ensino; Celindo João Follador, professor; Moisés de Amaral e Silva, professor; Gentil Fernandes Follador, auxiliar de ensino; Paulo Devanier Lauda,

professor; Elida Rodrigues da Costa, professora; Beno Orlando Burmann, inspetor de V. e Consig.; Aldo Auri Schlichting, médico; Silverino Angelo Taparello, inspetor de Polícia; Lourenço Calvete Correa, inspetor de Polícia; João Manuel Mena Barreto, delegado de Polícia; Hélio de Andrade Vasconcelos, inspetor de Polícia; António Cardoso Flores, inspetor de polícia; Luis Amélio Vanzo, escrivão de polícia; José Geraldo Souza, do DEPRC; Danilo Adão Bonotto, escrivão de exatoria; José Lorenzoni Parreira, engenheiro da SOP; Almir Duarte de Oliveira, professor; Beatriz Vicência Bandeira Ryff, tec. de Educação; Rubens Dario Forciuncula, professor; Talita Cardoso Aveline, professor; Jason Beck, professor;

Flausina Guilloux Brum, professora; Pedro Primo Paulo Barilli, professor; Adelmo Simas Genro, professor; Paulo Devanier Lauda, médico; Valdir Rangrad Taborda, professor; Emir Squeff, médico; Carlos Branco dos Santos, inspetor de polícia; João Gervário da Silva Ferreira, del. Polícia; João Alberto Machado, eng. agr.; Jorge Haroldo Monteiro Piffero, médico; Jorge Alberto Campezatto, C.E. E.E.; Alvares Leonardi Ayalla, CEEE; e Otomar Ataliba Dillen-burg, CEEE.

NA PREFEITURA

No município, confirmou-se a relação já amplamente divulgada pela Folha da Tarde em suas edições passadas.

EXPURGO NA UNIÃO ATINGIU ONTEM VÁRIAS CENTENAS DE CIVIS E MILITARES

RIO, 9 (F.T.) — De acordo com o artigo 7.º do Ato Institucional foram reformados, aposentados ou demitidos, várias centenas de funcionários, civis e militares da União, em atos assinados ontem, pelo presidente da República, entre os quais o marechal Osvaldo Pereira Alves, general Genaro Bomtempo, o ex-ministro da Educação Júlio Sambuqui, Francisco Mangabeira, o ex-deputado Bayard Bolatoux, Celso Teixeira Brandt, Roberto Ferreira Lassance, Inaldo Farias Neves, Caio Monteiro de Barros, José Carlos Argolo Praga, cel. av. Eudo Candolota da Silva, cel. av. Hernani Milário Filippaldi, ten. cel. Nelson Gama e Souza, major Manuel Henrique Gomes Filho, tenente Arivaldo Antonio Pereira.

As várias listas divulgadas ontem, pela Presidência da República, incluem funcionários de vários ministérios e autarquias federais, inclusive funcionários do Banco do Brasil, como o ex-gerente nesta Capital, sr. Romeu José dos Santos, o ex-prefeito de Uruguaiana, Antônio Chiarello e

Lourenço de Brito, Luis Gonzaga Regino, Hélio de Alcântara Pinto, Anacreonte Couri Gomes, Plínio de Deus Fernandes, Luís Viana Izern e Júlio Ximenes Júnior; os 1.º-tenentes Afílio Domini, João de Deus Gasso, Antônio Idelyar de Barros da Ponte, Albano Antonino Pinhão Lana, Benito Rodrigues Milton Antônio Rodrigues da Silva e Antônio Marini; os subtenentes Alvim de Oliveira Rodrigues, Florindo Pils, Alfredo João Branco e Grico Ferreira; os 1.º-sargentos Jorge Quadros, José Alves da Silva, Arnóbio Dorneles da Silva e Ricardo Feliciano Silva; os 2.º-sargentos Fernando César do Nascimento, Valfrido Ribeiro, Nilo Amorim, Valtor Moreira Silva, Mateus Gonçalves Fagundes, Cândido Correia Sartana Filho, Holmes de Campos Lopes, Arlindo Mendes da Rosa, Francisco Lellis Gomes Medeiros, Paulo Correia da Silva, Francisco de Aquino Ramos, Edgar Nogueira Borges, Milton Guiraj Praxedes, Júlio César Colvero, João de Deus Borba, Israel Beloni dos Santos, Carlos Rodrigues Rosa, Carlos Gomes da Luz, Alzira Lavecchia Ramos, Antônio Frutuoso da Sil-

los Eduardo Condaek, Átila Azevedo Filho, Amadeu Pereira Penigo, Rinaldi Paia Braga, Dirceu Munhoz, Joaquim Fajardim, Nil-ton Aires de Alencar, José Eleutério de Sousa, Antônio Barbosa de Araújo, Cleomio Olímpio Ferreira de Melo, Edineir Rogue Vilanova, Fernando Brasil Rodrigues, João Damasceno Brandão Filho, Antônio Brito de Almeida, José Carlos de Miranda e Adão Ferreira de Freitas; e,

— Demitir, expulsando das fileiras do Exército, sem prejuízos das sanções penais a que estiverem sujeitos, fazendo seus beneficiários jus à pensão a que tiverem direito; os subtenentes Nei Antônio de Oliveira e Irã Teixeira de Melo; o 1.º sargento Armando Davila Machado; os 2.ºs sargentos José Bottazzini, Edir Marques, Tucidipes Pinheiro de Assunção, José Pereira Sanguano Neto, Sídney Adolfo Pupo, Aimoré Zoch Cavalheiro, Luísa Dantas Cruz, Arlindo Franco de Castro, Francisco Crocco, Francisco do Nascimento, José Vieira dos Santos, Aristides Rodovaldo de Alencar, Alexandre Tomás da Silva e Virgílio Wincler e os 3.ºs sargentos Nevilleton Gonçalves Fagundes, Otton Oliveira



Prisão de políticos gaúchos, em abril de 1964.
 Em pé: deputados Justino Quintana, Wilson Vargas da Silveira, Rubens Porciúncula, José Lamaison Porto e Antônio Visintainer. Sentados: Sereno Chaise, João Caruso Scuderi e Ajadil de Lemos.

Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã

1964



Benno Burmann



José Lamaison Porto (esq.)



Justino Quintana (esq.)



Rubens Dario Porciúncula



Tapir da Rocha

1966



Osmar Lautenschleiger



Wilmar Taborda

1969



Ary Delgado



Darcilo Giacomazzi



João Brusa Neto



Lauro Hagemann



Paulo Renato de Souza



Pedro Nunes



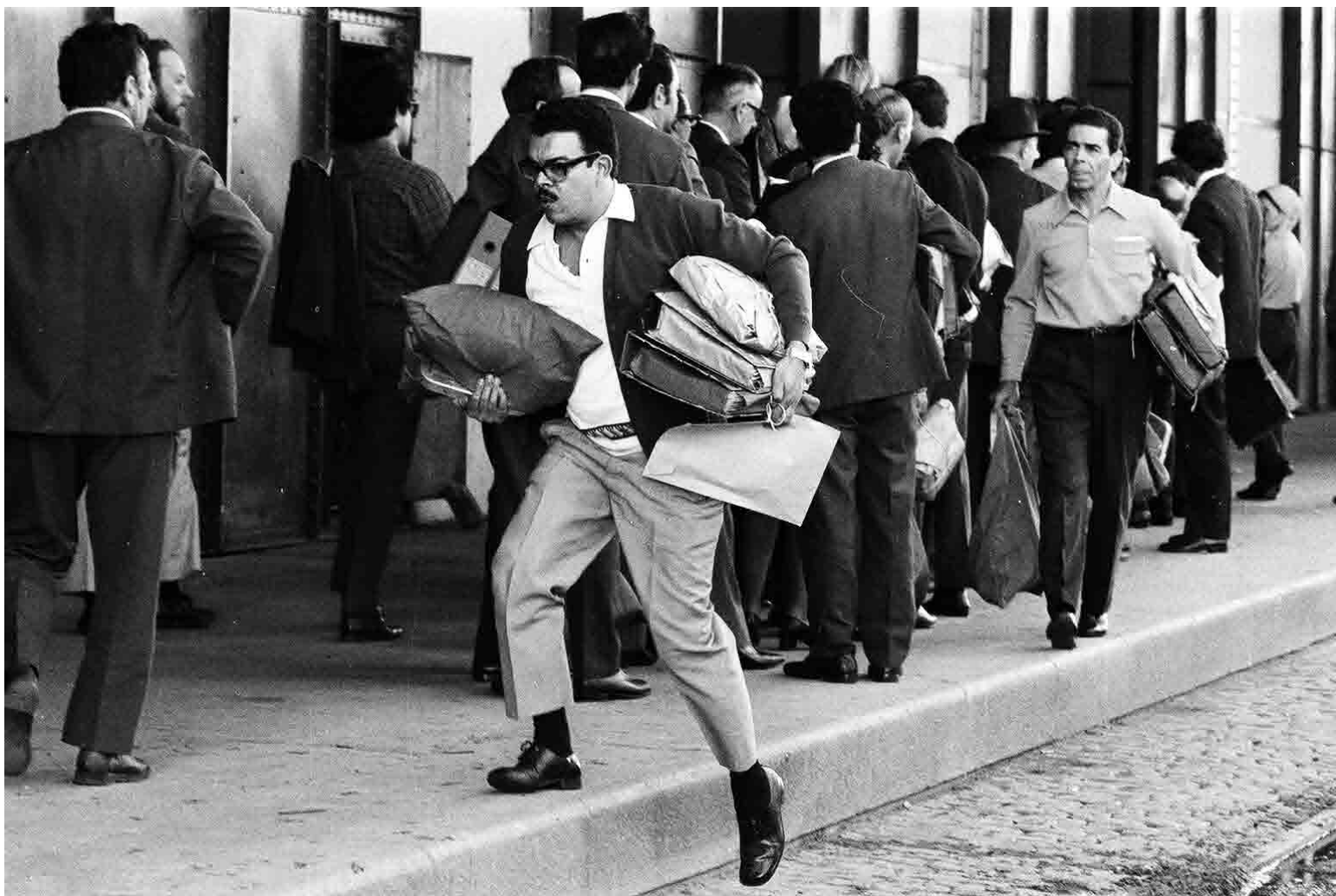
Rubem Lang



Therezinha Irigaray

Alguns dos parlamentares gaúchos que tiveram seu mandato cassado.

* Não foram localizadas as fotos de todos os deputados ou suplentes cassados na Assembleia Legislativa gaúcha.



Escrutínio em eleição na década de 1960, em Porto Alegre.
Fotógrafo Assis Hoffmann.

Uma das formas utilizadas pela ditadura civil-militar para reprimir seus opositores foi o exílio. Mesmo que sair do Brasil em busca de abrigo em outro país tenha sido geralmente uma decisão pessoal, esse afastamento foi fruto da perseguição política imposta pela repressão. Com isso, a ditadura atingia dois objetivos: desarticulava a oposição e criava “exemplos” para que a população visse o que ocorria com quem questionasse o regime. Existiram duas gerações de exilados durante a ditadura brasileira. A primeira formou-se logo após o golpe e foi composta por políticos, sindicalistas, militares e outros setores que estavam envolvidos no projeto nacionalista e que, de uma forma ou de outra, apoiavam ou participavam do governo de João Goulart. A segunda geração começou a se formar em 1969, logo depois da decretação do AI-5, e teve como componentes um grande número de militantes de organizações clandestinas que surgiram no final da década de 1960.

Os atingidos no primeiro momento foram, em sua maioria, homens que tinham vínculos fortes com o governo deposto, chefes de família com uma profissão definida – os filhos e cônjuges dos perseguidos políticos também foram afetados e, em muitos casos,

famílias inteiras foram levadas ao exílio. Com algumas exceções, o destino preferencial foi Montevidéu, capital do Uruguai. A proximidade era de grande valor, uma vez que muitos desses exilados pensavam em formas de resistir e de voltar ao Brasil para derrotar a recém-instaurada ditadura. Outro motivo relevante para o exílio no Uruguai era o ambiente democrático vivido naquele país. Os uruguaios se orgulhavam da tradição de abrigar perseguidos políticos de outros países e ofereceram um grande apoio – em especial a esquerda – aos exilados brasileiros. Os gaúchos que se transferiram para a “Banda Oriental” encontraram lá um local muito parecido com o Rio Grande do Sul, onde se poderia assar uma carne e tomar um mate sem chamar a atenção.

A maneira mais simples de um perseguido político chegar ao Uruguai era viajar de ônibus, partindo de Porto Alegre. Para isso, era necessário ter todos os documentos regularizados, o que não era comum entre eles. Outra forma era buscar abrigo na embaixada uruguaia, alternativa que dependia de procedimentos diplomáticos que envolviam tanto o governo daquele país quanto o brasileiro. Em geral, portanto, os exilados entravam no Uruguai clandestinamente pela fronteira gaúcha, em especial através das cidades geminadas de Santana do Livramento e Rivera.

O exílio – primeira fase

Chegando lá, atravessavam a pé a divisa, indo em direção a Montevideu. Os fugitivos eram auxiliados por pessoas dos dois países que os acolhiam, lhes davam comida, roupas, ajudavam na travessia e, em alguns casos, a sobreviver no exílio. Segundo a historiadora Marla Barbosa Assumpção, faziam parte desses “esquemas de fronteira” religiosos e funcionários públicos, entre outros. Eles se utilizavam de relações e contatos com autoridades dos dois lados para obter informações que auxiliassem a entrada e a permanência dos brasileiros no país platino.

A experiência do exílio nunca foi homogênea. Pode ter sido vivida como um momento muito triste, de isolamento e de impotência, ou como a abertura de novas oportunidades. No caso dos que foram para o Uruguai, imediatamente após o golpe,

o estranhamento com a terra estrangeira foi amenizado pela grande quantidade de brasileiros que se concentraram nesse país e pela expectativa de que seria curto o tempo fora do Brasil. Um dos maiores problemas que teve que ser enfrentado pela maior parte dos exilados foi o de garantir a própria sobrevivência e a dos familiares: não era muito fácil encontrar emprego no exterior, e aqueles que conseguiram tiveram, muitas vezes, que trabalhar em áreas diferentes daquelas em que atuavam antes. Muitos deles contavam, nos primeiros momentos, com rendas vindas da venda de imóveis no Brasil. Aqueles que não tinham dinheiro dependiam da boa vontade de brasileiros mais abastados; um desses benfeitores foi o ex-presidente João Goulart, que empregava exilados, além de dar dinheiro e

moradia para muitos. A estabilidade financeira, no entanto, não garantia por si só uma vivência mais tranquila do exílio.

No que se refere à atuação política, parte dos exilados optou por esperar a volta ao Brasil por meios democráticos e pacíficos; foi o caso de Jango e do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, exilado na Argélia. Arraes promoveu uma campanha de denúncias da ditadura brasileira na imprensa internacional, através da Frente Brasileira de Informações (FBI); essa estratégia também foi utilizada pelos exilados no Uruguai, que se valeram principalmente do semanário uruguaio *Marcha*.

Outra parte dos exilados no Uruguai tinha a intenção de tomar medidas mais enérgicas frente à situação política brasileira. Entre estes, segundo relatos, desenharam-se dois grupos, os quais foram associados a duas diferentes propostas chamadas por eles de “teoria do carvalho” e “teoria da batatinha”, segundo o tempo necessário para frutificarem as ações políticas idealizadas. A “teoria do carvalho” – que daria resultados num prazo mais longo – propunha a instalação de focos guerrilheiros e era defendida por um grupo menor, composto principalmente por marinheiros. Eles faziam treinamentos físicos e militares e alguns realizaram cursos em Cuba. Já a “teoria da batatinha” – que previa colheita rápida – era defendida por Brizola e pela maioria dos exilados no Uruguai, que apostavam na estratégia de realizar pequenas revoltas de agrupamentos militares, as chamadas “quarteladas”, as quais desencadeariam um levante popular que derrubaria a ditadura. Para levar adiante seus planos, Brizola e seus correligionários confabulavam tanto no Brasil quanto no Uruguai. Muitos militantes conhecidos como “pombos-correio” cruzavam a fronteira constantemente, levando e trazendo informações;



- Uééé...? Você não vai?
- “Ainda não. Vou esperar o Ato das 10 h!”

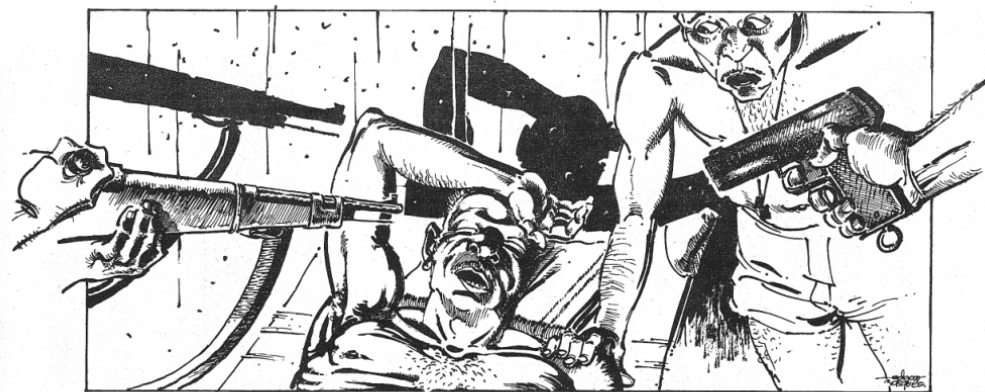
Charge de Sampaio mostrando que o exílio era uma das principais saídas para os perseguidos do regime.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

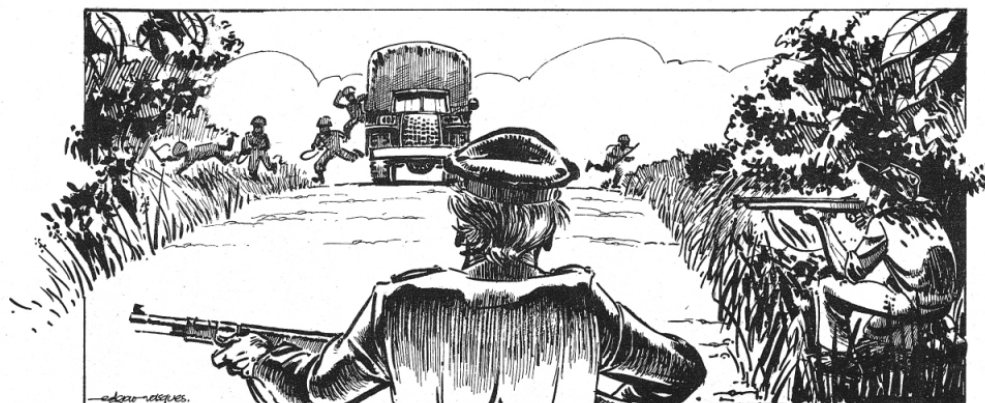
através deles eram obtidos dados sobre a situação em diversas regiões do Rio Grande do Sul, sobre as possibilidades de levante e de resistência. Além disso, eram transmitidas ordens dadas por Leonel Brizola para orientar seus apoiadores no estado e em outras partes do Brasil.

Nem sempre houve concordância entre os exilados em relação às medidas a serem empreendidas. Um exemplo disso foi a ação que ficou conhecida como Guerrilha de Três Passos: com base na “teoria da batatinha”, aconteceu, em março de 1965, um levante liderado pelo ex-coronel exilado Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo ex-sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos. Existe controvérsia no que se refere à data exata do início do levante e à vinculação de Brizola ao plano: segundo relatou José Wilson da Silva em seu livro de memórias, *O tenente vermelho*, o ex-coronel queria iniciá-lo antes do aniversário do golpe por capricho, e a ação não tinha relação com Brizola; já Jefferson Cardim, em entrevista concedida ao *Coojornal* em dezembro 1978, afirmou que a data era uma exigência de Darcy Ribeiro e que a ação fazia parte de um plano maior de Brizola.

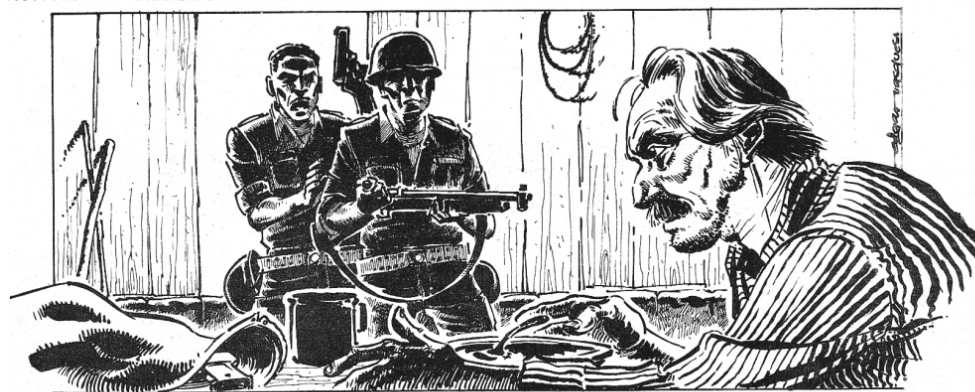
De qualquer forma, houve ajuda financeira aos revoltosos por parte de Jango, Brizola e Darcy Ribeiro. Após terem comprado armas, Jefferson, Alberi e o ex-sargento Firmo Chaves entraram no Rio Grande do Sul no dia 19 de março de 1965. Eles chegaram ao município de Três Passos, no norte do estado, no dia 25 daquele mês, com 23 homens, alguns dos quais vindos do Uruguai e outros arregimentados no Brasil. Em Três Passos, tomaram o destacamento da Brigada Militar e o presídio, apanharam armas e fardas e prenderam os soldados que encontraram. Depois, tomaram a rádio local, onde Jefferson leu um manifesto que seria a senha para a deflagração de outros levantes no estado.



— **Acorda rapaz, vamos que a Revolução começou. Brizola vem aí**



— **Parem, vocês estão presos. Rendam-se. E aí foi uma debandada**



— **Não mate esse homem, é o coronel Jefferson, disse o sargento**

Ilustrações de Edgar Vasques para o *Coojornal*, sobre a guerrilha coronel Jefferson, dezembro de 1978.

Reprodução do livro *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar* (Libretos, 2011)

Segundo depoimento do ex-coronel, Brizola desmobilizou os potenciais apoiadores e, com isso, não houve a reação em cadeia esperada. Armados e em uma viatura, os componentes do grupo foram para o norte, atravessaram Santa Catarina próximo à fronteira com a Argentina, chegando à cidade de Capitão Leônidas Marques, no Paraná, no dia 27 de março. Nesse dia houve um confronto com tropas do Exército e o grupo foi capturado e preso, passando por intensas torturas e, mais tarde, por julgamento. Em 1968, Jefferson fugiu da prisão e pediu asilo ao México; de lá viajou a diversos países com o intuito de fazer contatos com exilados brasileiros para organizar novas tentativas de derrubada da ditadura, mas não obteve sucesso.

Após o fracasso da Guerrilha de Três Passos, o grupo exilado passou a se identificar majoritariamente com a teoria do foco guerrilheiro, o que contribuiu para o surgimento do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A organização planejou três focos: um na Serra do Caparaó, entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, outro no norte do Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia, e o último em Goiás, que posteriormente foi transferido para o oeste do Maranhão. Com o plano traçado, foram realizados treinamentos de guerrilha, além de contatos com Cuba para obter ajuda financeira e tática. Após os treinamentos, 14 homens se instalaram na Serra do Caparaó, em outubro de 1966. Logo, os guerrilheiros começaram a ter problemas, passando por fome e por um surto de peste bubônica, decorrente das péssimas condições em que se encontravam. Além dos incidentes relacionados à falta de preparo do grupo, os militantes não tiveram uma boa inserção junto à população local. Alguns dos moradores não hesitaram em denunciar os forasteiros para as autoridades militares. Em abril

de 1967, a Polícia Militar mineira, com o apoio das Forças Armadas, surpreendeu os guerrilheiros e estes se entregaram sem resistência. Eles foram presos e processados na Justiça Militar.

Por seu país abrigar a principal comunidade de exilados, as autoridades uruguaias sofreram muitas pressões do governo brasileiro para que fossem tomadas medidas de controle desse grupo. O Brasil utilizou todo seu peso político-econômico frente ao país vizinho e teve como seu principal porta-voz o embaixador Pio Correa. Além disso, a repressão brasileira travou fortes elos com a direita uruguaia que, com esse apoio, cresceu e assumiu a presidência em 1967, com Pacheco Areco. A vitória do projeto conservador uruguaio cristalizou-se na figura de Juan María Bordaberry, que em 1971 tornou-se presidente em uma eleição fraudulenta e implantou, em 1973, uma ditadura que se estenderia até 1985. A participação do Estado brasileiro foi vital nesse processo – chegou-se mesmo a planejar uma intervenção armada no caso de a esquerda vencer as eleições de 1971, a “Operação Trinta Horas”. O Uruguai deixou de ser abrigo para as esquerdas do continente, e muitos brasileiros se transferiram para a Europa ou para outros países latino-americanos, como a Argentina e o Chile. ■



O roteiro: 1.600 quilômetros desde Montevideu

Mapa sobre a guerrilha do coronel Jefferson. *Coojornal*, dezembro de 1978. Reprodução do livro *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar* (Libretos, 2011)



Foto da chegada de Brizola
no exílio no Uruguai, 1964.

Assembleia Legislativa RS/
Memorial do Legislativo



Brizola em sua fazenda durante exílio no Uruguai, 1974.
Fotógrafo Ricardo Chaves.



Além de prisões, expurgos, cassações e intervenções, logo depois do golpe, começou a ser gestada outra forma de combater os pretensos inimigos do poder: durante toda a ditadura civil-militar, o Estado brasileiro utilizaria sistematicamente práticas como o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento de seus opositores. Qualquer pessoa que se manifestasse contra o regime ditatorial – mesmo que por vias democráticas – poderia ser perseguida pelo aparato repressivo que foi sendo montado e reforçado ao longo dos anos. Em muitos casos, portar panfletos ou fazer um pronunciamento público crítico eram atitudes que poderiam levar pessoas aos porões da ditadura. Apesar disso, as autoridades sempre negaram veementemente os crimes do aparato repressivo.

Um dos primeiros casos que trouxe a público essa situação no Rio Grande do Sul foi a morte de um preso político, o ex-sargento Manoel Raimundo Soares, no que ficou conhecido como o “caso das mãos amarradas”. Soares era sargento do Exército até o ano de 1964. Em 1963, ainda no período democrático, já havia sido punido por razões políticas por ter participado do Movimento dos Sargentos e da luta pela aprovação das reformas de base. Logo

após o golpe, ele foi expurgado do Exército e teve sua prisão decretada. Fugiu para não ser preso e iniciou uma vida clandestina. Ele morava no Rio de Janeiro, mas mudou-se para Porto Alegre no ano de 1965 para continuar sua militância contra a ditadura. O ex-sargento acabou sendo sequestrado pela Polícia do Exército no dia 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Vianna, no Parque da Redenção. Na ocasião, estava em posse de 2.000 exemplares de “material subversivo” – recortes de jornais carimbados com “abaixo a ditadura”. O material seria entregue a um suposto amigo, o Edu, que era na verdade um informante do Serviço Nacional de Informação (SNI). Encaminhado à Polícia do Exército e em seguida ao Departamento de Ordem Pública e Social, o DOPS, foi duramente torturado durante oito dias. Depois, foi conduzido à Ilha do Presídio – situada no lago Guaíba –, onde permaneceu preso em péssimas condições e sem direito à defesa.

Após quatro meses na Ilha do Presídio, Manoel Raimundo Soares foi novamente levado ao DOPS, onde passou por novas sessões de torturas físicas e psicológicas. Entre os dias 13 e 19 de agosto de 1966, sofreu sucessivos espancamentos, passou horas no “pau de arara”, foi queimado com pontas de cigarro e recebeu choques elétricos. No último dia, foi colocado

O caso das mãos amarradas

em uma lancha e levado para o meio do lago Guaíba, onde os agentes do aparato repressivo da ditadura o ameaçaram de morte. Eles utilizaram como prática de tortura a simulação de afogamento, o que teria ocasionado a morte do ex-sargento, segundo as hipóteses levantadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

No dia 24 de agosto, dois agricultores encontraram um cadáver boiando próximo à Ilha da Pintada, nas margens do Rio Jacuí, a mais ou menos 20km de Porto Alegre. O corpo encontrava-se com as mãos amarradas às costas e apresentava sinais de tortura. Havia suspeitas de que ele fosse de um preso político. Em razão disso, a esposa de Manoel, Elisabeth Soares, dirigiu-se a Porto Alegre no dia 30, portando documentos que acabaram comprovando que o cadáver era de seu marido. Este fato gerou uma grande repercussão na mídia e teve forte impacto político na época. Ela já tinha solicitado

várias vezes à Justiça Militar informações sobre o paradeiro do marido, através de diversos *habeas corpus* impetrados no STF.

Esse assassinato ocorreu em um período em que Castello Branco ainda tentava dar aparências democráticas ao regime. Para apurar o caso, foram abertos um inquérito policial, uma investigação no Ministério Público, liderada pelo promotor de justiça Cláudio Tovo, e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa gaúcha. A CPI se tornou um importante recurso para que testemunhas pudessem denunciar as torturas que ocorriam no DOPS e na “Dopinha”, em Porto Alegre. Segundo a historiadora Caroline Bauer, esta última foi uma estrutura repressiva clandestina integrada por cerca de 30 membros das Forças Armadas e da Polícia Civil, além de civis; criada logo após o golpe, era responsável por investigações paralelas e funcionava como um meio facilitador do trabalho da repressão. A

sede da “Dopinha” ficava em um casarão na Rua Santo Antônio, no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. De acordo com a historiadora Susel Oliveira da Rosa, era chefiada pelo Major Luiz Carlos Menna Barreto, que foi responsabilizado publicamente pela morte de Manoel Raimundo Soares. O assassinato do ex-sargento foi o primeiro caso confirmado e amplamente divulgado de tortura, assassinato e tentativa de desaparecer com um preso político, trazendo a público as práticas do aparato repressivo da ditadura.

O enterro de Manoel Raimundo Soares foi marcado por uma grande comoção social. Mesmo sob intensa vigilância policial, milhares de pessoas compareceram ao funeral. Apesar de fortes indícios apontarem a participação de oficiais do Exército e de funcionários do DOPS no crime, o julgamento terminou absolvendo os réus e deixando impunes aqueles que torturaram e assassinaram o ex-sargento. ■





Ilustrações de Edgar Vasques sobre o assassinato de Manuel Raimundo Soares para o *Coojornal*.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Fotos dos autos do processo sobre o Caso das Mãos Amarradas.

Acervo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul



Comissão de investigação organizada para apurar o assassinato de Manuel Raimundo Soares visita a Ilha do Presídio, em Porto Alegre, 2 de setembro de 1966. Fotógrafo Ricardo [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Enterro de Manuel Raimundo Soares, 2 de setembro de 1966. Fotografia Assis/Martins [assim informado pelo CDI].
Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

O primeiro Ato Institucional, mesmo que afirmasse a manutenção da Constituição de 1946, dava início a uma rotina de desrespeito à Carta, com a criação de leis de exceção, a suspensão de direitos legalmente garantidos e, ainda, a interferência nas regras eleitorais. Estas foram modificadas constantemente ao longo da ditadura, que admitiu conviver com partidos políticos e com eleições diretas para senadores, deputados federais, deputados estaduais, vereadores e prefeitos (excluindo os prefeitos de capitais e de municípios considerados áreas de segurança nacional). A manutenção dos partidos, do poder legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) e das eleições visava dar legitimidade ao regime e garantir espaço para um debate político limitado e para uma oposição consentida, sem o que a ditadura teria que se manter apenas pela força. Por outro lado, o funcionamento dos partidos, dos legislativos e das eleições foi sendo alterado de acordo com as conveniências de cada conjuntura.

Tivemos, ao longo da ditadura, três sistemas partidários: até o final de 1966, funcionaram os partidos criados desde 1945, que participaram de eleições em parte dos estados brasileiros em 1965. No final desse ano, foram criadas duas novas agremiações, a Arena e o MDB. No Rio

Grande do Sul, a Arena foi composta pelos deputados da Ação Democrática Popular, aliança que reunia os partidos conservadores que haviam apoiado a eleição de Ildo Meneghetti em 1962 (PSD, PL, PDC, PRP e UDN), enquanto o MDB abrigou os representantes do PTB, MTR e da ARS. Como vimos, antes dessa reformulação vários parlamentares ligados aos últimos partidos mencionados tinham sido cassados. A Arena e o MDB funcionaram até novembro de 1979, quando foram extintos na reforma partidária. O embate e a coexistência entre os dois partidos foram a principal marca da vida política brasileira durante a ditadura. O partido de oposição foi, várias vezes, alvo de cassações e teve suas chances de crescimento podadas, em diversos momentos, pelas mudanças nas regras eleitorais ou, ainda, pelas fórmulas que calculavam o número de parlamentares que cada estado enviaria ao Congresso Nacional. A Arena, por sua vez, era beneficiada por ser o partido do governo, apesar de ter pouco espaço na definição das políticas nacionais e mesmo na escolha de nomes para a presidência da república e para os governos dos estados.

Entre 1966 e 1982, os governadores foram escolhidos de forma indireta. Da mesma forma, entre 1964 e 1989, os presidentes da república foram eleitos pelo Congresso Nacional, depois de feita a escolha dos candidatos pelos meios

Atos

institucionais,

partidos

e eleições

militares. No período enfocado por este capítulo, aconteceram as eleições indiretas dos presidentes Humberto de Alencar Castello Branco (abril de 1964), Arthur da Costa e Silva (novembro de 1966), Emílio Garrastazu Médici (outubro de 1969). No Rio Grande do Sul, foram escolhidos indiretamente os governadores Walter Peracchi Barcelos (final de 1966) e Euclides Triches (final de 1969).

Nas eleições para o Congresso Nacional e para as Assembleias Legislativas em 1966 e em 1970, a Arena gaúcha manteve uma leve vantagem em relação ao MDB. Essa tendência mudou a partir da eleição de 1974, como será explicado adiante. No caso das eleições indiretas para o governo do estado, durante toda a ditadura, o MDB optou por abster-se de participar das votações. Além do bom desempenho nas eleições estaduais e federais, a Arena mantinha forte preferência nos municípios gaúchos.

As eleições indiretas para presidente foram definidas no segundo Ato Institucional, o AI-2, decretado em outubro de 1965. Ele serviu para dar continuidade às punições que tinham iniciado com o AI-1, fez importantes mudanças no Judiciário e extinguiu os partidos existentes. Em fevereiro de 1966, o terceiro Ato Institucional definiu a eleição indireta para os governadores, os quais teriam a prerrogativa de nomear os prefeitos das capitais. O último Ato Institucional assinado por Castello Branco foi o de número 4, em dezembro de 1966. Ele convocou o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967 e elaborar a nova Constituição, a qual, segundo o preâmbulo do Ato, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” e substituir a carta de 1946, que já não atendia “às exigências nacionais”.

A nova Constituição foi promulgada em 24 de janeiro e entrou em vigor em 15 de março de 1967. Apesar das intenções governamentais, a nova carta manteve alguns direitos individuais, como o acesso ao *habeas corpus*, o direito de reunião e a liberdade de imprensa. Essas brechas, segundo a cientista política Maria Helena Moreira Alves, ajudam a entender os acontecimentos de 1967 e de 1968, tornando possível o surgimento de manifestações de oposição, dentro do Congresso e nas ruas, especialmente entre os estudantes. Como ficará claro no tópico sobre a movimentação estudantil entre 1964 e 1968, o último ano trouxe ao governo Costa e Silva e aos setores militares que o apoiavam, identificados como linha dura, a certeza de que era preciso “um fortalecimento da repressão da ditadura”. Isso se deu com a edição do quinto Ato Institucional, o AI-5.

O estopim para a imposição do Ato foi um discurso pronunciado pelo deputado federal carioca Márcio Moreira Alves, que foi considerado ofensivo às Forças Armadas. A Constituição previa que ele só poderia ser punido com a licença do Congresso Nacional, que não a concedeu para o governo. A resposta foi o fechamento do Congresso e a edição do AI-5. O novo Ato Institucional restabelecia e ampliava

os poderes extraordinários do presidente da república que já eram previstos no AI-1, mas que até então tinham um prazo de vigência limitado. O presidente poderia, por exemplo, decretar estado de sítio sem consultar o Congresso, suspender direitos políticos, promover cassações, demitir, remover ou aposentar funcionários públicos e fechar o Congresso. Além disso, o AI-5 impunha a suspensão do *habeas corpus* para os crimes políticos, acabando com uma garantia constitucional que protege o indivíduo de violências do Estado, o que tornava praticamente impossível qualquer tipo de crítica aberta à ditadura. Uma nova onda de perseguições se seguiu, mostrando-se ainda mais violenta do que aquela que havia ocorrido logo após o primeiro Ato Institucional. Alguns exemplos para o caso do Rio Grande do Sul foram a nova leva de expurgos de professores na UFRGS, a cassação de mandatos de deputados e de vereadores e o aumento dos enfrentamentos entre grupos de oposição e a repressão.

Decretado durante o mandato de Costa e Silva, o Ato vigorou até dezembro de 1978 e foi um dos principais instrumentos para o endurecimento do regime, capitaneado, desde o início de 1971, pelo general Emílio Garrastazu Médici. ■



Logos da Arena e do MDB.



Castello Branco em visita ao Rio Grande do Sul, cumprimentando populares da janela do Palácio Piratini, 22 de maio de 1964.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Castello Branco assiste desfile militar na cidade de Bagé, 10 de outubro de 1965.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa





Desfile militar de aniversário do golpe civil-militar.
Palanque na avenida Borges de Medeiros, Porto Alegre,
31 de março de 1966. Ao centro, governador Ildo Meneghetti.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Solenidade realizada no Monumento ao Expedicionário na data que marca a
derrota da Intentona Comunista. Parque Farroupilha, Porto Alegre,
27 de novembro de 1967. Ao centro, o governador Peracchi Barcelos.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa





Costa e Silva assiste a manobras de guerra junto a autoridades militares em Saicã, 8 de novembro de 1967.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Visita de Costa e Silva a sua terra natal, Taquari, ao lado do governador Walter Peracchi Barcelos, 1º de abril de 1968.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa





Costa e Silva em visita ao Rio Grande do Sul, ao lado do governador Peracchi Barcelos.
Fotógrafo Assis Hoffmann.



Chegada de Médici a Porto Alegre, 20 de outubro de 1970.
Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Médici e o governador Peracchi Barcelos sendo recebidos pela população nas ruas de Bagé, cidade natal do presidente, 3 de março de 1970.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Solenidade de Assinatura do Ato de Posse dos prefeitos indicados como Interventores dos Municípios da Faixa de Segurança Nacional, Salão Negrinho do Pastoreio, Palácio Piratini, 29 de janeiro de 1969. Na esquerda e ao fundo, o governador Peracchi Barcelos.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Governador Triches recebe o chefe da delegação militar norte-americana na missão mista Brasil-Estados Unidos, Palácio Piratini, 4 de junho de 1974.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa





Costa e Silva no Rio Grande do Sul.
Fotógrafo Assis Hoffmann.

Nos primeiros anos da ditadura ocorreu uma grande desestruturação do movimento estudantil. Logo após o golpe, o III Exército realizou intervenções nas principais entidades estudantis do Rio Grande do Sul, destituindo os dirigentes de esquerda e estabelecendo uma Comissão Interventora coordenada por militares. A Comissão indicou estudantes mais próximos ao regime para assumirem as diretorias da Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul (FEURGS), do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS, da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES) e da Federação dos Estudantes de Universidades Particulares (FEUP). Em protesto contra a intervenção, as correntes destituídas boicotaram as eleições e os setores conservadores permaneceram na diretoria das entidades entre 1964 e 1965.

É importante destacar a heterogeneidade e diversidade de posicionamentos políticos presentes no movimento estudantil durante a década de 1960. Entre os grupos de estudantes que contestavam a ditadura, havia diversas organizações de esquerda com posicionamentos muito distintos. Setores estudantis conservadores, embora numericamente inferiores, também tiveram uma atuação

política relevante e ajudaram a construir uma base civil de sustentação da ditadura. Além disso, havia setores liberais que se posicionavam mais ao centro, não simpatizando nem com o autoritarismo do regime nem com a contestação das correntes de esquerda.

No final de 1964, foi decretada a Lei Suplicy de Lacerda, que incidia diretamente sobre a forma de representação estudantil: não mais reconhecia a UNE e a UEE, criava e estabelecia as regras de funcionamento de entidades de representação estudantil subordinadas ao Estado, os Diretórios Estaduais e o Nacional dos Estudantes (os DEEs e o DNE). O dispositivo autoritário também proibia as organizações estudantis de promoverem qualquer ação ou manifestação de caráter político-partidário. No entanto, a lei permitia a existência de entidades de caráter assistencial e cultural, o que foi utilizado pelos estudantes gaúchos para justificar a atuação de organizações paralelas às oficiais, como a UEE. No Rio Grande do Sul, com o impulso da intervenção, fortaleceram-se na diretoria das principais entidades estudantis grupos universitários de direita, anticomunistas e simpáticos à ditadura. Ao contrário do que aconteceu nos demais estados, o DEE-RS conseguiu grande representatividade junto aos estudantes nos primeiros anos do regime.

O movimento estudantil

Além da interferência nas entidades estudantis, a ditadura também passou a promover mudanças nos currículos escolares. Ocorreu um processo de desvalorização das ciências humanas e de exclusão de disciplinas consideradas “perigosas”, como a Filosofia e a Sociologia, e a inclusão de matérias que difundissem um discurso favorável ao regime, como a Educação Moral e Cívica, a Organização Social e Política do Brasil (OSP) e o Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB).

Juntamente com a tentativa de implementar essa nova concepção de educação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a firmar acordos com a USAID (United States Agency

for International Development), aproximando o projeto de educação brasileiro daquele dos EUA. Segundo o entendimento dos estudantes da época, as mudanças tornavam o ensino menos democrático, mais tecnicista (preocupado em formar mão de obra para a indústria) e privatista e feriam a soberania nacional. Isso fez com que o movimento estudantil reforçasse a luta por mais verbas para a educação, pela reforma universitária e contra os acordos MEC-USAID.

O final da década de 1960 foi marcado, no Brasil e no mundo, por uma forte atuação de jovens contestando valores vigentes na sociedade e buscando a construção de um

novo ordenamento político, econômico, social e cultural. A insatisfação em relação às formas tradicionais de fazer política – inclusive as dos partidos de esquerda – e aos mais variados tipos de autoritarismo e repressão foi a base para a rebeldia. O ano de 1968 se tornou o ápice das manifestações de contestação protagonizadas pela juventude em diversos países do mundo. A rebeldia extrapolou o campo do político: os jovens passaram a questionar os costumes, propondo novas maneiras de se viver e pensar e promovendo transformações comportamentais e sociais. A contestação e a contracultura aos poucos repercutiram na forma de mudanças no campo das artes, nas maneiras de se vestir



A juventude na década de 1960: os cabelos crescem. Charge de Bendati.

Acervo pessoal de Maria Mercedes Bendati

A juventude na década de 1960: as saias encurtam. Charge de Sampaolo.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

e de se expressar, de se relacionar, de encarar a família e o casamento, na defesa da liberdade sexual, entre outras coisas.

No Brasil, entre 1966 e 1968, os estudantes – com apoio de setores da classe média, artistas, intelectuais e trabalhadores – foram protagonistas de grandes mobilizações contra a ditadura. Assim como em outros países, a rebeldia dos jovens brasileiros se voltava contra a falta de liberdade e o autoritarismo, e acabou desencadeando conflitos com setores conservadores da sociedade e uma violenta repressão estatal.

Em 1966 começou a ocorrer uma rearticulação dos setores de esquerda no movimento estudantil gaúcho, que acabaram vencendo as eleições para a diretoria de diversas entidades, como o Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, o Julinho, o DCE da UFRGS e o da PUCRS, que eram as principais instituições de ensino médio e superior do estado. O movimento estudantil começou a organizar grandes manifestações públicas, tomando as ruas e tornando-se o principal protagonista da luta contra a ditadura entre os anos de 1966 e 1968. Apesar disso, os setores conservadores ligados à diretoria do DEE permaneceram atuantes e criaram o Movimento Decisão, contrapondo-se às manifestações dos grupos contestadores, os quais acusavam de “baderneiros”.

O movimento estudantil secundarista gaúcho foi muito atuante nessa conjuntura, tendo entre seus principais protagonistas alguns grupos de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. A partir de 1966, esses grupos passaram a promover diversas manifestações públicas, tomando as ruas do centro da cidade. Em julho de 1966, o então diretor do Julinho, Antônio Magadan, proibiu



Charge de Sampauro sobre a repressão ao movimento estudantil no final da década de 1960.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

a entrada de alunos (do sexo masculino) com cabelo comprido. Ele chegou a colocar um barbeiro na frente da escola para cortar os cabelos dos meninos. Após muita revolta e manifestações, os “cabeludos” saíram vitoriosos e a direção permitiu que eles entrassem. No dia três de abril de 1967, em mais um ato arbitrário, a direção do Julinho passou a proibir a entrada de alunas que estivessem de “minissaia” – segundo o diretor, qualquer saia que deixasse o joelho de fora –, o que gerou muita indignação e manifestações por parte dos estudantes da escola.

A partir de 1966, o movimento estudantil universitário sul-rio-grandense também iniciou um processo de intensificação das manifestações contra a ditadura e em oposição aos acordos MEC-USAID. O mês de setembro daquele ano foi marcado por mobilizações em todo país, culminando no Dia Nacional de

Luta Contra a Ditadura, liderado pela UNE. No Rio Grande do Sul, estudantes das Faculdades de Direito, Filosofia e Geologia da UFRGS decidiram entrar em greve e organizaram grandes passeatas pelas ruas do centro de Porto Alegre. Os estudantes ligados ao DEE, em um número reduzido, também se manifestaram, mas no sentido de buscar um diálogo com o regime e criticar a rebeldia da UNE e a greve de estudantes.

A repressão da ditadura se intensificava junto com o fortalecimento das manifestações estudantis. Em fevereiro de 1967, a reitoria da UFRGS fechou o DCE, o que desencadeou uma nova onda de mobilizações e protestos em Porto Alegre. Para se contrapor ao fechamento do diretório e demarcar a postura de oposição às organizações estudantis vinculadas à ditadura, foi organizado o “DCE Livre” da UFRGS. No dia 8 de março ocorreu uma passeata no centro

da cidade, que foi violentamente reprimida pela polícia. O espancamento dos estudantes se estendeu até a Catedral Metropolitana, aonde eles foram à procura de refúgio. O episódio foi emblemático do clima de tensão da época.

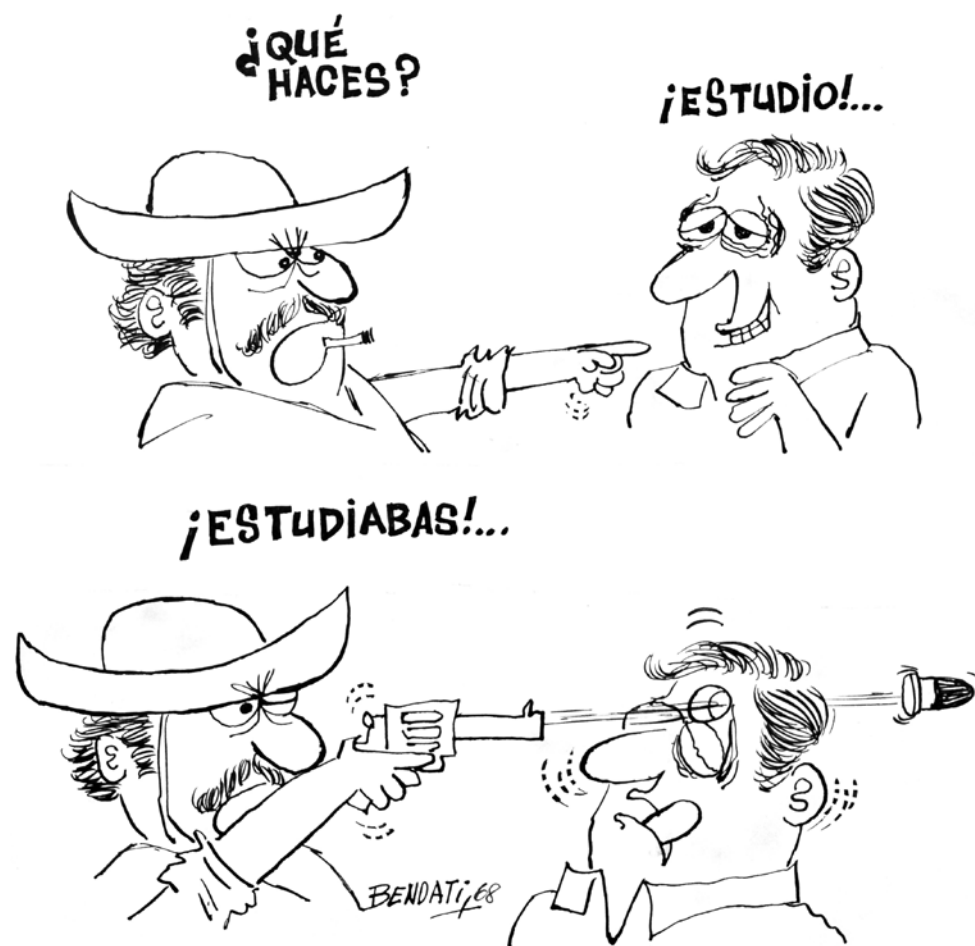
Seguindo a escalada repressiva, o grêmio do Julinho foi fechado no dia 5 de maio de 1967 e os dirigentes da entidade foram suspensos. No dia anterior, havia ocorrido em frente ao colégio um enfrentamento envolvendo, de um lado, membros do grêmio e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) – que organizavam uma manifestação contra os acordos MEC-USAID – e, de outro, alunos de setores que se opunham a essa ação. O fechamento do grêmio acelerou as disputas internas entre os estudantes e contra a direção. A luta pela reabertura da entidade iniciou imediatamente e durou o ano inteiro: os estudantes criaram o “Grêmio Livre” do Julinho e organizaram uma série de passeatas em protesto, que geraram novos conflitos e mais repressão, culminado com a expulsão e prisão de quatro estudantes.

Em 1967 a ditadura decretou mais um dispositivo que afetava as normas de representação para os estudantes. O Decreto 228 impunha a dissolução das entidades que promovessem manifestações políticas ou apoiassem greves estudantis. Até mesmo o DEE, que havia sido criado pela própria ditadura e era dirigido por estudantes alinhados com o regime, acabou sendo extinto por esse dispositivo. A ditadura mostrava cada vez mais sua face antidemocrática e repressiva: a presença da polícia e de agentes do DOPS se tornou constante dentro das instituições de ensino; estudantes passaram a ser presos e expulsos de escolas e universidades; muitos tornaram-se alvo de IPMs e acabaram sendo condenados

pela Lei de Segurança Nacional; vários deles foram forçados a sair do país ou passar para a clandestinidade.

É importante lembrar que, no final da década de 1960, continuavam a ter força política os estudantes que defendiam posições conservadoras, tanto do ponto de vista comportamental quanto do político, e foram de grande importância na legitimação da ditadura. Entre os grupos conservadores

do movimento estudantil havia, inclusive, organizações anticomunistas de extrema direita – algumas clandestinas e paramilitares –, que chegaram por vezes a praticar ações terroristas e partiram para o enfrentamento direto com os setores de esquerda. A partir de 1966, com a intensificação das mobilizações contra a ditadura pelo movimento estudantil, o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC)



A repressão ao movimento estudantil na charge de Bendati.

Acervo pessoal de Maria Mercedes Bendati

passaram a praticar ações e a se aproximar dos órgãos de repressão do Estado. As entidades de direita do movimento estudantil tentaram se estruturar nacionalmente no ano de 1967, com a organização do Primeiro Congresso de Estudantes Secundaristas Anticomunistas, em São Paulo. O CCC foi muito atuante em Porto Alegre no ano de 1968, tendo sido responsável pela explosão de duas bombas (uma em frente à Catedral Metropolitana quando se realizavam a missa de sétimo dia do assassinato do estudante Edson Luís e outra em frente à casa de um militante de esquerda). Seus membros também promoveram o espancamento do elenco da peça Roda Viva, de Chico Buarque. Alguns jovens vinculados ao CCC tiveram atuação no Julinho e em outras instituições de ensino no Rio Grande do Sul – muitas vezes com o respaldo da direção. Outro grupo anticomunista que recebeu apoio no meio estudantil gaúcho nesse contexto foi a Sociedade para Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que havia surgido logo antes do golpe.

O ano de 1968 iniciou com a intensificação das mobilizações contra a ditadura em todo país. O assassinato do estudante Edson Luís pela polícia em uma manifestação no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no dia 28 de março, foi um dos marcos desse período. O episódio desencadeou grandes passeatas em todo país e recebeu forte apoio de diversos setores da sociedade. No Rio Grande do Sul, durante o mês de março, estudantes de quatro faculdades da UFRGS estiveram em greve e organizaram manifestações. Em junho e julho, foi a vez dos estudantes da Filosofia entrarem em greve. Em outubro de 1968, as principais lideranças estudantis que participavam de um congresso clandestino da UNE em Ibiúna (SP) foram presas. Com a

promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 e o Decreto 477 em fevereiro de 1969, a atuação política nas escolas e nas universidades tornou-se praticamente impossível. O decreto previa a demissão dos professores e a expulsão de estudantes que participassem de qualquer passeata ou manifestação política. Até mesmo o porte de panfletos criticando a ditadura já era suficiente para banir um aluno da universidade.

O movimento estudantil foi forçado a se desarticular: no fim de 1968, setores de direita voltaram a ocupar as entidades estudantis, seja por vitória eleitoral ou por deposição das antigas diretorias; durante os nove anos seguintes, nenhuma passeata contestando a ordem vigente aconteceu no Rio Grande do Sul. Ao impossibilitar a manifestação por vias democráticas, esse cerceamento aproximou os estudantes das organizações clandestinas. Dentro destas, a concepção de que a luta armada era a única forma de combater o regime passou a ganhar força. ■



Manifestação estudantil no centro de Porto Alegre durante a greve dos estudantes da UFRGS, 16 de setembro de 1966. Fotógrafo Assis/Soares/Martin/Victor [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Manifestação contrária à greve promovida pelos estudantes ligados ao DEE. Porto Alegre, 16 de setembro de 1966. Fotógrafo Assis/Soares/Martin/Victor [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Solenidade de abertura do 23º Congresso de Estudantes Secundaristas da UGES com a presença do governador Peracchi Barcelos. Cruz Alta, 20 de julho de 1970.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Manifestação estudantil contra o acordo MEC-USAID e por mais verbas para a educação. Centro de Porto Alegre, 23 de março de 1968.

Banco de Imagens do Museu da UFRGS

Assembleia dos estudantes da UFRGS decidindo pela greve e ocupação do prédio da Faculdade de Filosofia, 25 de junho de 1968.

Banco de Imagens do Museu da UFRGS





Manifestação estudantil em março de 1967 no centro de Porto Alegre.
Estudantes são espancados pela polícia até mesmo dentro da Catedral. Fotógrafo Assis Hoffmann.



Manifestação estudantil no final da década de 1960 em frente à Faculdade de Filosofia da UFRGS.
Fotógrafo Assis Hoffmann.



Assim como o estudantil, o movimento sindical também sofreu duramente a repressão da ditadura. Os sindicatos haviam tido grande atuação nas mobilizações pelas reformas de base, durante o governo João Goulart. Muitos deles eram próximos ao PTB e ao PCB, o que os transformou em alvos preferenciais da “primeira operação limpeza” promovida pelo regime. Foram abertos IPMs para apurar a atuação de lideranças sindicais e criadas comissões de expurgo nos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, resultando em diversas demissões e prisões. Para fugir da perseguição política imposta pela ditadura, muitos desses trabalhadores acabaram buscando o exílio.

O regime fechou o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e destituiu as diretorias sindicais de diversas categorias, promovendo, em seu lugar, lideranças que colaboravam com o Ministério do Trabalho e com a polícia. Somente nos dois primeiros anos, a ditadura interveio em mais de 800 sindicatos em todo o Brasil. Além disso, a legislação autoritária modificou as regras de funcionamento dos sindicatos (por exemplo, na forma das eleições, na gestão financeira e no direito de greve) e possibilitou que qualquer manifestação política

dos trabalhadores fosse punida como crime contra a segurança nacional.

Apesar da atuação repressiva do Estado, os trabalhadores conseguiram organizar manifestações de resistência nos primeiros anos da ditadura. Conforme relato de Antônio Losada, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre quando ocorreu o golpe, categorias estratégicas, como ferroviários, portuários, estivadores, metalúrgicos e bancários realizaram, na época, manifestações a favor da estabilidade no emprego e contra a perda do valor real dos salários. Para contrapor-se à política econômica da ditadura – que promovia reajustes salariais abaixo da taxa de inflação – foi criado em Porto Alegre o “Movimento Antiarrocho Salarial”, através do qual foram feitas várias manifestações.

No ano de 1966 chegaram a ocorrer algumas greves no Rio Grande do Sul, temática que ainda foi muito pouco explorada pelos historiadores. Segundo Losada, foi o caso da Zivi-Hércules, da Wallig, do Estaleiro Só e da Renner, onde ele próprio trabalhava, além de outras tentativas de menor porte e, em geral, malsucedidas. Também se encontram na imprensa gaúcha indícios da realização de uma greve dos bancários e de manifestações pelo reajuste salarial dos professores estaduais, ambas em 1966.

O movimento sindical

Sobre as greves no Rio Grande do Sul na segunda metade da década de 1960 também informam as entrevistas concedidas por Raul Ellwanger e por Carlos Franklin Paixão Araujo ao *Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*. Ambos militavam em movimentos de resistência à ditadura em Porto Alegre e, antes de 1968, eles atuavam no escritório do advogado trabalhista Afrânio Araujo, pai de Carlos. Segundo Ellwanger, o período em questão foi marcado por um despertar dos direitos trabalhistas que estavam na CLT, mas que ainda não haviam sido reivindicados, muito menos cumpridos. O escritório estava envolvido na negociação de dissídios coletivos que afetavam milhares de trabalhadores, e também agia estimulando greves.

Carlos Araujo também militou no sentido de organizar os trabalhadores após o golpe e relatou, em sua entrevista, a atuação na greve dos operários da fábrica de fogões Wallig, na zona norte de Porto Alegre, em 1966. Segundo Araujo, o sindicato da categoria era contra a mobilização e, para burlar o controle da ditadura, os trabalhadores paralisaram uma seção estratégica da fábrica, ao mesmo tempo em que evitaram a organização de manifestações ou atos públicos. Ainda assim, o Exército fechou os dois lados da Avenida Assis Brasil, em frente à fábrica, e reprimiu a mobilização.

Esses depoimentos apontam formas que os trabalhadores encontraram para se manifestar em meio ao autoritarismo do regime, com a tendência à organização de “greves-relâmpago”, em muitos casos sem a participação dos sindicatos. Ao mesmo tempo em que a ditadura dificultava cada vez mais a atuação política e as manifestações dos trabalhadores, afetava

suas vidas com a política salarial que permitia aumentos menores que a inflação e com mudanças como a extinção da estabilidade no emprego e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que na época foi visto como uma perda de direitos. ■

Com a radicalização da repressão, depois do Ato Institucional nº 5, houve uma guinada dos grupos de esquerda em direção à luta armada. Quando nos referimos à luta armada, estamos falando de planos e/ou de ações efetivamente realizadas que tinham como objetivo instaurar um processo revolucionário para a derrubada da ditadura e para a implantação de um regime mais igualitário, de cunho socialista. Esses planos eram inspirados em exemplos como os da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Entre os grupos que tinham essa orientação, havia divergências: para uns, as ações deveriam começar nas cidades, e para outros, no campo; alguns defendiam que as ações seriam levadas adiante por um pequeno grupo de guerrilheiros, outros consideravam fundamental manter proximidade com a população mais pobre e com os trabalhadores.

Na prática, as ações que ficaram conhecidas como “luta armada” ou “guerrilha contra a ditadura” e que foram rotuladas pelo regime e pela grande imprensa como “terrorismo” foram tentativas de garantir recursos para as organizações sustentarem seus membros (que viviam na clandestinidade, sem endereço certo, sem emprego) e montarem uma estrutura para o treinamento militar (compra de armas,

compra ou aluguel de imóveis para realizar os treinamentos etc.). A busca desses recursos se dava especialmente através de assaltos a bancos, que eram denominados pelos “guerrilheiros” como “expropriações”. Na medida em que a repressão aumentou e que membros presos poderiam ser mortos, alguns grupos utilizaram como recurso o sequestro de diplomatas, libertados em troca de presos políticos. Houve, ainda, situações em que os militantes dessas organizações mataram, de forma proposital ou acidental, agentes de segurança ou pessoas que estavam nos locais onde se deram enfrentamentos.

O grande crescimento do número de organizações que defendiam a luta armada está relacionado aos exemplos revolucionários da época – Che Guevara, Mao Tsé-Tung e Ho Chi Minh –, ao endurecimento do regime com o AI-5 e, ainda, à postura assumida pelo PCB, que foi entendida por muitos como passiva. O partido havia decidido que, frente ao arbítrio, o caminho a ser trilhado era o democrático; isso significava buscar brechas para atuação no que restava de legalidade no país, aproximando-se, por exemplo, do MDB; significava negar a luta armada, que era defendida por parte dos seus próprios membros e por militantes de outros grupos. Nos anos que se seguiram ao golpe, mais especialmente depois do AI-5, surgiram diversas

As organizações clandestinas de esquerda

dissidências do PCB. No Rio Grande do Sul, foi criado o Partido Operário Comunista (POC), organização que via a luta armada como uma possibilidade real. O grupo teve forte presença no estado e originou-se da fusão entre um grupo saído do PCB, a Dissidência Leninista, e a Organização Revolucionária-Marxista/Política Operária (ORM-POLOP), que tinha surgido no início da década de 1960, antes do golpe.

Em 1967, membros da dissidência do PCB saíram da organização e criaram o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21). Esse grupo teria sido o primeiro a tomar armas no Rio Grande do Sul e foi apelidado de “Guerrilha Brancaleone” pelos membros do POC. Essa referência à comédia italiana de Mario Monicelli, *O Exército de Brancaleone*, mostra que os membros do MR-21 eram vistos como os protagonistas do filme, como um bando de atropalhados. A primeira ação desse grupo – formado por jovens que haviam participado das manifestações estudantis e atuavam no Colégio Júlio de Castilhos – foi a “expropriação” de algumas armas de um coronel do Exército. As armas obtidas, no entanto, eram antigas e não estavam em bom estado. Posteriormente, os membros do grupo realizaram contatos com outras organizações do Brasil e ações pequenas, até seus membros serem presos, saírem do estado ou do país.

Após a atuação do MR-21, que se deu, segundo o historiador Davi Ruschell, entre dezembro de 1967 e dezembro de 1968, só foram concretizados novos planos de grupos armados no Rio Grande do Sul em meados de 1969. Alguns relatos apontam que não ocorreram ações antes dessa data porque o estado era utilizado por várias organizações como rota de saída do país. Assim, era de interesse desses grupos não chamar a atenção da

repressão para o estado. Isso se alterou quando o militante Edmur Péricles Camargo, ex-membro do PCB, voltou ao Rio Grande do Sul, em maio de 1969, após atuar no centro do país. Ele era ligado a Carlos Marighella, dissidente do PCB, que havia criado a Ação Libertadora Nacional (ALN) em 1966. Marighella foi o principal teórico da guerrilha urbana no Brasil e a ALN foi uma das organizações que mais se envolveu em ações armadas e que mais perdeu membros (prisões, assassinatos, desaparecimentos, clandestinidade e exílio forçado). Como a repressão estava fechando o cerco nos três focos de luta armada, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Edmur veio ao Rio Grande do Sul para abrir uma quarta frente.

Sua primeira ação armada no estado foi o assalto à agência da Caixa Econômica Federal da Rua José do Patrocínio em Porto Alegre, no dia 13 de junho de 1969. A partir desse evento, foram realizadas diversas outras ações para a obtenção de fundos para a guerrilha. Em 23 de julho, a agência Petrópolis do Banco Industrial e Comercial do Sul foi alvo de membros do POC e da ALN. Em dois de dezembro de 1969, a agência da União de Bancos, em Cachoeirinha, foi assaltada. No final de janeiro de 1970, Edmur e seu grupo, que agora respondia pelo nome M3G (Movimento Marx, Mao, Marighella e Guevara), assaltaram a agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, localizada no bairro Tristeza. Já no dia 2 de março, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) assaltou o carro pagador do Banco Brasil e da Ultragás, na Vila Rio Branco, em Canoas. A VPR era outra organização forte, que realizava ações ousadas; tinha como líder nacional o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. No dia 18 de março, foi assaltada a agência do Banco do Brasil de Viamão por três grupos: o M3G,

a Frente de Libertação Nacional (FLN) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Após esse assalto, aconteceu a maior ação da luta armada gaúcha: a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter, organizada pela VPR no início de abril de 1970. O plano da organização era similar a outros sequestros postos em prática no país, os quais tinham por objetivo divulgar os motivos da luta armada e negociar a libertação de presos políticos. Porém, devido a questões pontuais, como a imprudência do cônsul e o modelo do carro dos sequestradores, o plano fracassou e ele fugiu dos raptos, sendo atingido por um tiro no ombro. A partir desse acontecimento, a repressão contra as organizações armadas gaúchas aumentou consideravelmente, com a vinda para Porto Alegre de técnicos ligados à Operação Bandeirantes. Essa organização tinha sido criada em São Paulo, no início de 1969, reunindo forças policiais e militares para conseguir melhores resultados na repressão aos grupos armados que estavam surgindo e se fortalecendo. Nos meses posteriores à tentativa de sequestro, ainda foram realizadas algumas ações em Porto Alegre e no interior. A última delas aconteceu em 10 de dezembro de 1970, na agência bancária instalada no Hospital Conceição; o objetivo era obter dinheiro e medicamentos para os ambulatórios clandestinos que atendiam os militantes dos grupos armados.

As organizações abordadas acima eram formadas por ex-membros do PCB e por militares nacionalistas expurgados das Forças Armadas em 1964. Eles se inspiravam no modelo revolucionário cubano, baseado no foco revolucionário. O POC também surgiu da dissidência do PCB; enquanto alguns relatos

apontam que ele não via como imediata a luta armada, dando preferência ao trabalho com as massas trabalhadoras, outros afirmam que alguns membros da organização participaram de ações desse tipo.

Outra vertente da esquerda eram as organizações maoístas: seguindo a linha chinesa, propunham a guerra popular prolongada. Segundo essa teoria, os revolucionários deveriam fazer um trabalho de inserção junto à população pobre e trabalhadora, ajudando-a na conscientização política; isso levaria à revolução. As organizações presentes no Rio Grande do Sul que seguiam essa vertente eram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ala Vermelha do PCdoB e, mais tarde, a Ação Popular (AP). Essas organizações tinham relações entre si e, no final da década de 1960, muitos membros

da AP passaram a fazer parte do PCdoB. O projeto principal do PCdoB era a instalação de militantes junto a comunidades camponesas na região do rio Araguaia, entre o Pará, Maranhão, Goiás e a área que atualmente pertence ao estado do Tocantins. Já a AP concentrava sua atuação junto aos trabalhadores das cidades; além disso, mantinha no Rio Grande do Sul um esquema de fronteira que auxiliava militantes a saírem do país.

Havia ainda no estado grupos trotskistas, como a Fração Bolchevique-Trotskista (FBT) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Esses grupos seguiam a linha proposta por Leon Trotsky e optaram por não pegar em armas, promovendo ações com a população, com o objetivo de concretizar uma aliança entre estudantes e operários. ■



Agência bancária após expropriação praticada por guerrilheiros em 1969.
Fotógrafo Valdomiro Soares.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter e sua família em entrevista coletiva após tentativa de sequestro, Porto Alegre, 3 de junho de 1970. O braço do cônsul estava imobilizado devido ao tiro que sofreu no evento. Fotógrafo Shigueru Nagassawa.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Carro do cônsul, Porto Alegre, 5 de abril de 1970. Fotógrafo Soares [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Apresentação do material apreendido pelo DOPS, Porto Alegre, 17 de abril de 1970. Fotógrafo Galeno e Armênio [assim informado pelo CDI].
Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

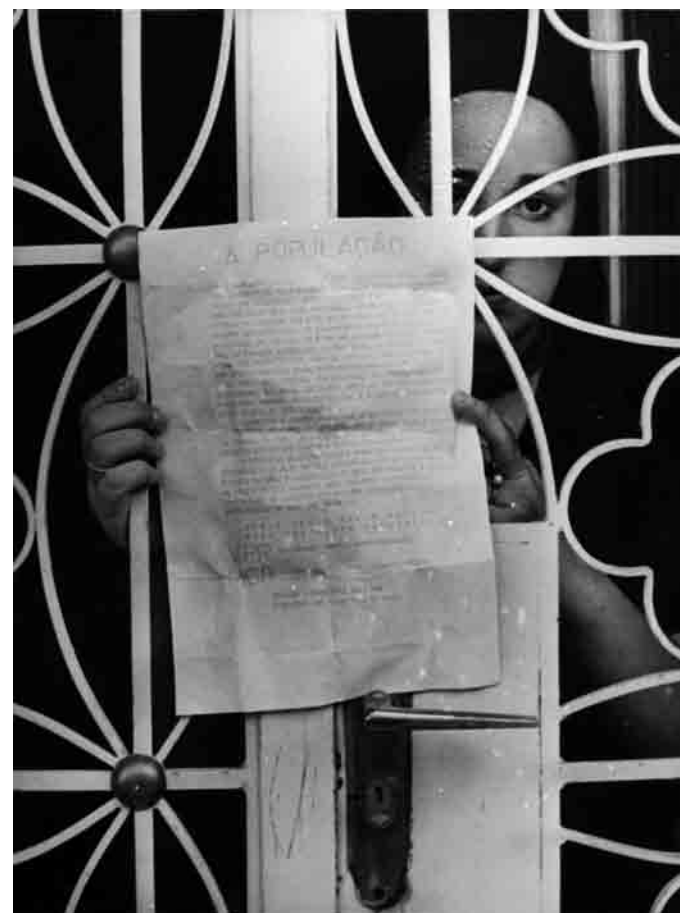


Apresentação de guerrilheira presa pelo DOPS, Porto Alegre, 17 de abril de 1970.
Fotógrafo Galeno e Armênio [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Panfleto distribuído por guerrilheiros da VPR após
assalto à agência do Banco Itaú instalada no Hospital
Conceição, em Porto Alegre, 11 de dezembro de 1970.

Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã



AO POVO TRABALHADOR

O estado burguês impõe violenta opressão política alicerçada na desvairada exploração do povo brasileiro que encontra sua maior expressão no arrôcho salarial, e não menos radical repressão policial, matando, assassinando, torturando sob as formas mais variadas, brutais e inumanas possíveis nas ruas e nos seus imundos cárceres; contra este estado nos colocamos e, portanto, também nos colocamos contra os exploradores e seu governo, ou seja, contra os provocadores disto tudo.

Nossa resposta é a que nos forçam os capitalistas, a saber: a guerra. Hoje nesta ação de guerrilha expropriamos os expropriadores para materializar e perpetuar nossa LUTA JUSTA. Foi com base nista que escolhemos um banco da ditadura dos exploradores, o Banco do Brasil.

Dedicamos esta operação de guerrilha urbana aos heróicos paladinos da revolução latino americana, que foram os bravos camaradas Manoel Raimundo Soares e Carlos Marighela covardemente assassinados pela reação.



Nossos mortos serão vingados !

Comandos do Movimento Revolucionário:

Comando M.3-G. (Marx, Mac, Marighela - J-Guevara)

Comando Sargento Manoel Raimundo Soares - VAR-P.

(VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA - PALMARES)

Panfleto distribuído por guerrilheiros do M3G e VAR-Palmares, em Viamão e Porto Alegre.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul



DCI/SSP/RS

197

AÇÃO ANTI - SUBVERSIVA

SITUAÇÃO DE MILITANTES

NÚMERO DE ORDEM	NOME DAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS	NÚMERO DE IMPLICADOS	SITUAÇÃO					PROVEDIMENTOS						
			DETIDOS	PRISÃO PREVENTIVA, SÓLID. OU DEGRESS.	LIBERADOS	EM FUGA	FORTIFICADOS	PROPOSTOS	RELAZIADOS	RELAZIADOS	SOM. FUNDOS	RELAZIADOS DE SUBVERSÃO	RELAZIADOS DIVERSAS	
1	P.O.C.	20	10	20	29	70	28	12	2	-	18	1	2	39
2	PCdo B.	29	15	3	12	29	14	4	3	1	16	4	-	7
3	V.P.R.	17	15	8	8	15	1	6	1	-	1	-	1	6
4	A.V.	16	9	-	9	16	6	2	2	1	5	-	-	6
5	M.C.R.	8	8	2	1	8	-	2	-	-	2	-	-	1
6	VAR-P.	2	2	-	2	2	-	-	-	-	1	-	-	1
7	F.B.F.	1	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
8	Sem vinculação.	12	10	-	10	12	1	8	1	-	3	-	-	2
9														
10														
TOTAL		153	103	33	77	153	51	37	9	2	40	5	3	65

Cartazes de guerrilheiros procurados pela repressão.

Acervo da Luta contra a Ditadura, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Documento sobre a estrutura das organizações vinculadas à luta armada.

Acervo da Luta contra a Ditadura, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

O início da ditadura, como vimos, foi marcado por uma grande onda de perseguições, visando os apoiadores do governo deposto. Com o passar dos anos, com as agitações – especialmente entre os estudantes – e o início das ações dos grupos armados, o regime passou a aprimorar as formas de reprimir, com o objetivo de atingir e desarticular grupos específicos de “subversivos” e, ao mesmo tempo, disseminar entre a população uma cultura do medo, para mantê-la passiva e obediente. Isso se deu especialmente durante o mandato de Emílio Garrastazu Médici na presidência da república, época que ficou conhecida como os “anos de chumbo”.

No Rio Grande do Sul, durante a maior parte da ditadura, a repressão foi centralizada no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS), em Porto Alegre, e nas Seções de Ordem Política e Social (SOPS), localizadas em cidades do interior. A Secretaria de Segurança Pública do Estado, à qual esses órgãos eram vinculados, foi ocupada por oficiais do Exército, garantindo um trabalho unificado entre as forças policiais e as militares, com o apoio de setores civis. Segundo a pesquisa *Brasil: nunca mais*, 43% das denúncias de tortura no estado foram feitas por pessoas presas nas dependências do DOPS/RS. Partindo das

informações coletadas pelos seus agentes, esse órgão elegia as organizações e os militantes que seriam alvo de suas ações. O primeiro procedimento realizado era a prisão/sequestro: os agentes interceptavam, detinham e levavam os suspeitos para a sede do DOPS/RS, localizada no 3º andar do Palácio da Polícia, na Avenida João Pessoa. Isso era feito sem mandado de prisão expedido pelo Judiciário e assumia a característica de um sequestro. No momento da “captura”, os agentes já faziam uso da violência, dando socos e pontapés e ameaçando os presos. O preso/sequestrado passava por um período de incomunicabilidade; a partir desse momento, iniciavam as torturas psicológicas e físicas.

O objetivo da tortura era conseguir informações rápidas sobre os companheiros da organização, os locais onde se escondiam e as ações que planejavam. No entanto, mesmo quando essas informações eram conseguidas ou quando os agentes se convenciam de que não havia mais nada a descobrir, a tortura podia continuar – era uma forma de afetar a própria sanidade mental do torturado. Diversos relatos de pessoas que cumpriram prisão no DOPS apontam as duas técnicas geralmente empregadas naquele órgão antes da tortura propriamente dita: o “chá de banco”, a espera apreensiva da sessão de violências, e o “amacramento”, que consistia em assistir a um

A repressão nos “anos de chumbo”

preso ser violentado. Após esses procedimentos introdutórios, era iniciada a parte física. Os métodos mais usados no DOPS/RS eram, ainda segundo os relatos daqueles que foram presos nas suas dependências, o pau de arara (no qual o torturado ficava com as mãos e os pés presos e amarrados juntos em uma barra, enquanto era alvo de socos e choques), os choques elétricos (através de um instrumento ligado ao corpo, a “maricota”) e os espancamentos (nos quais era utilizado o “pirelli”, um instrumento produzido no DOPS/RS, feito com pneus de carro). Além disso, existem registros de que eram praticados atos de violência sexual contra os presos. A dimensão psicológica não se encerrava nesse momento, já que eram sempre feitas ameaças ao preso – de que voltaria a ser torturado ou de que seus familiares passariam por isso, o que ocorreu em alguns casos.

Os métodos utilizados eram fruto de conhecimento construído com o apoio de uma rede de informações da qual faziam parte grupos conservadores da América Latina e o governo estadunidense. Os principais torturadores brasileiros aprendiam esses procedimentos “científicos” em lugares como a Escola das Américas, mantida pelo governo dos EUA no Panamá, aperfeiçoando práticas que já eram usadas pela polícia comum. Uma medida que representa a “racionalidade” da tortura brasileira era a presença de médicos nas sessões, evitando que os opositores morressem. Os médicos do DOPS/RS também atuavam em um segundo momento, dando laudos em que eram ignoradas as marcas das violências.

Durante as sessões de tortura, os presos eram mantidos incomunicáveis. Seus familiares, porém, iam em busca de informações, em geral



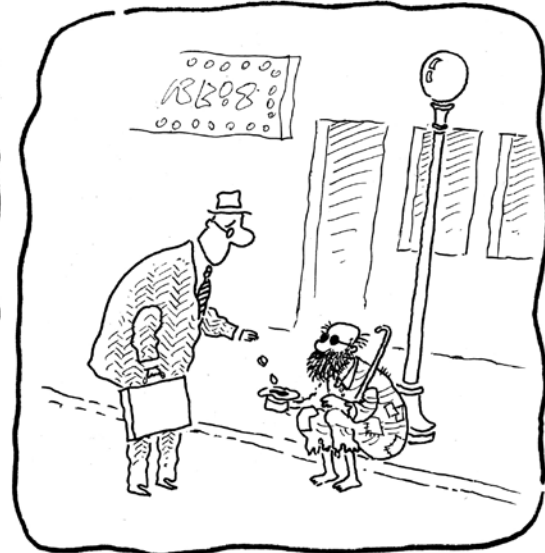
Charge de Edgar Vasques sobre a paranoia vivida pela população durante a ditadura (nessa época, os telefones públicos funcionavam através de fichas metálicas).

GOZADO, EU TAMBÉM
PENSO O MESMO.



Charge de Canini publicada no *Coojornal*.

Acervo de Imprensa do Museu da
Comunicação Hipólito José da Costa



Charge de Santiago sobre torturador.

através de advogados, que, mesmo não tendo muita possibilidade de atuação, usavam de seus conhecimentos para obter informações sobre os presos. Através de procedimentos e de relações com o aparato repressivo, os defensores procuravam descobrir onde estavam presos seus clientes e demonstrar que havia conhecimento de que eles estavam lá, evitando que eles “desaparecessem”.

São conhecidos três casos de pessoas mortas nas dependências do DOPS/RS. O primeiro foi o ex-sargento Manoel Raimundo Soares, no já mencionado “caso das mãos amarradas”. O segundo foi o chacareiro Avelmar Moreira de Barros, que foi preso com as armas de seu patrão, Dario Vianna dos Santos, militante do M3G. Avelmar foi morto por agentes do DOPS/RS em março de 1970; a versão oficial do departamento foi de suicídio. O terceiro caso foi o de Luiz Alberto Pinto Aréballo, em fevereiro de 1973. Ele era filho de criação do delegado Pedro Seelig, denunciado por muitos presos como torturador. Luiz Alberto morreu no DOPS/RS após uma semana de prisão. Seelig havia pedido a seus colegas que prendessem e dessem “uma lição” ao jovem de 17 anos. Ainda há o caso de Ângelo Cardoso da Silva, integrante do M3G, que foi encontrado morto em uma cela do Presídio Central, em Porto Alegre. A versão oficial de suicídio foi contestada por diversos militantes que tiveram contato com ele. Além desses nomes, conforme a ativista de direitos humanos Suzana Lisboa, em informe publicado no livro *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*, várias outras pessoas que nasceram no Rio Grande do Sul ou que militavam no estado foram mortas pela repressão: Alfeu de Alcântara Monteiro, Bernardino Saraiva, Edu Barreto Leite, João de Carvalho Barros, Onofre

Ilha Dornelles (em 1964), Elvaristo Alves da Silva, Leopoldo Chiapetti (em 1965), Darcy José dos Santos Mariante (1966), Milton Soares de Castro (1967), Alceri Maria Gomes da Silva, Ary Abreu Lima da Rosa, Silvano Soares dos Santos (1970), Joaquim Alencar de Seixas (1971), Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter (1972), Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Nilton Rosa da Silva (Bonito), Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones (1973), Manoel Custódio

Martins (1978) e Gustavo Buarque Schiller (1985). Há ainda o caso de João Goulart, que morreu no exílio em 1976: existem indícios de que o ex-presidente tenha sido envenenado em uma operação articulada das ditaduras do Cone Sul.

Enquanto estava nas mãos da repressão, sempre existia a possibilidade de o preso se tornar um “desaparecido”: como na maioria dos casos não eram feitos registros da prisão,

LAS “LOCAS” DE LA PLAZA DE MAYO



Charge de Santiago sobre familiares de desaparecidos argentinos.

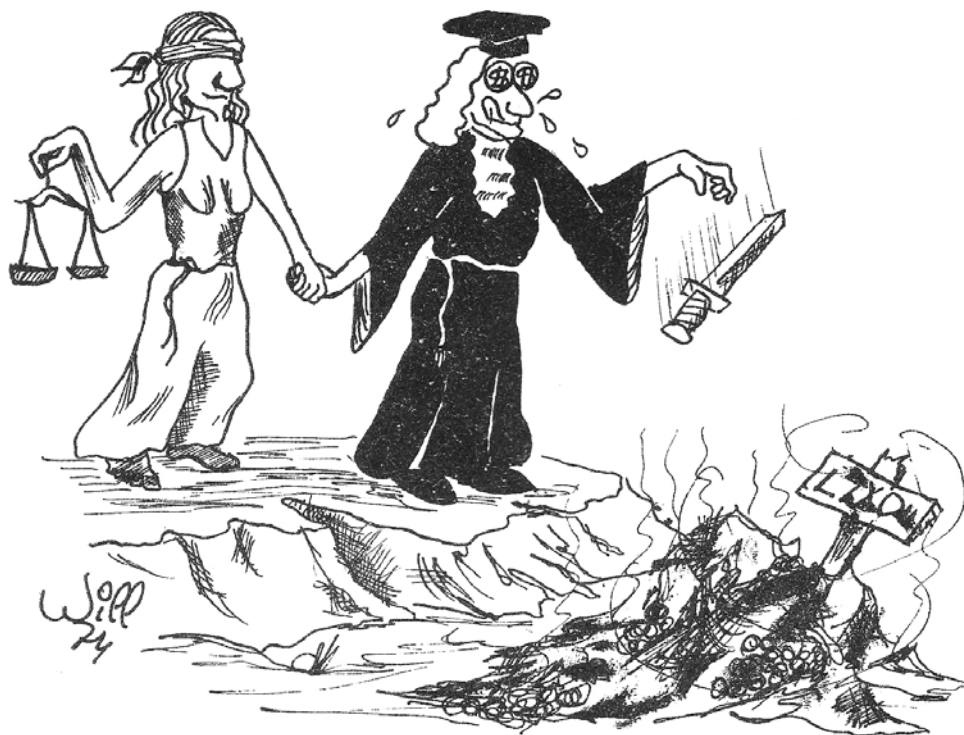
os torturadores poderiam matá-lo e fazer com que seus restos não fossem encontrados. A repressão brasileira se utilizou diversas vezes desse método. Uma das vítimas foi Luiz Eurico Tejera Lisboa, militante do movimento estudantil no Colégio Júlio de Castilhos e depois na ALN. Ele foi visto pela última vez em julho de 1972, em São Paulo; após ser capturado pela repressão, Luiz Eurico foi morto e seus restos enterrados sob outro nome. Em junho de 1979, foram encontrados em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, depois de uma insistente busca realizada por sua esposa e familiares. Na lista de militantes desaparecidos durante a ditadura constam vários gaúchos ou militantes que tiveram intensa atuação no estado: Celso Gilberto de Oliveira, Luiz Renato Pires de Almeida (desaparecidos em 1970), João Carlos Haas Sobrinho (1972), Joaquim Pires Cerveira, Paulo Mendes Rodrigues, José Carlos da Costa, Guilherme Gomes Lund, Edmur Péricles Camargo, João Batista Rita (1973), José Huberto Bronca, Cilon da Cunha Brum (1974), Zelmo Bosa e Jorge Alberto Basso (1976). No Rio Grande do Sul, ainda desapareceram os seguintes militantes que não atuavam no estado: James Allen da Luz (em 1973), Davi Capistrano da Costa, José Roman (1974), Jorge Oscar Adur e Lorenzo Ismael Viñas (1980).

Após a fase da tortura, era encerrado o inquérito policial militar, o qual era encaminhado ao Ministério Público Militar (MPM). O promotor do MPM, então, apresentava uma denúncia aos juízes da Auditoria Militar, iniciando o processo judicial. Nesse momento, os advogados atuavam em favor de seus clientes, mas o processo poderia ainda ir para uma segunda instância, o Superior Tribunal Militar (STM), e para uma terceira, o

Supremo Tribunal Federal (STF). O Judiciário também fazia parte do aparato repressivo e, uma vez que legitimava a violência da ditadura, também teve suas mãos sujas de sangue.

No Rio Grande do Sul, a repressão foi eficaz na destruição dos grupos que realizavam ações armadas. Depois da tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, praticamente todos os militantes dessas organizações foram presos, torturados e processados. Em alguns casos, foram mortos ou desaparecidos. Até 1971, a repressão gaúcha conseguiu aniquilar esses grupos. A AP, que não tinha participado daquelas ações, foi brutalmente atingida entre 1970 e 1972, devido ao esquema que organizou

para a fuga de militantes, a chamada “Operação Fronteira”. Já a Ala Vermelha do PCdoB foi alvo da repressão entre 1970 e 1971. Da mesma forma, a FBT, que não realizou ações armadas, foi alvo da repressão nesses dois anos. O POC e o PCdoB tiveram seus partidários reprimidos no Rio Grande do Sul, em 1971 e 1972. O PCB, como veremos adiante, foi alvo da repressão em 1975. Vê-se, então, que inicialmente a repressão foi mais dura contra aquelas organizações que realizaram ações armadas ou mantiveram esquemas de fronteira. Depois de aniquiladas estas, o aparato repressivo, como uma máquina voraz, voltou-se para os grupos mais “pacíficos”. ■



Charge de Wilson Cavalcanti sobre a Justiça na ditadura, 1975.

Publicada no livro *14 bis* (Garatuja, 1976)

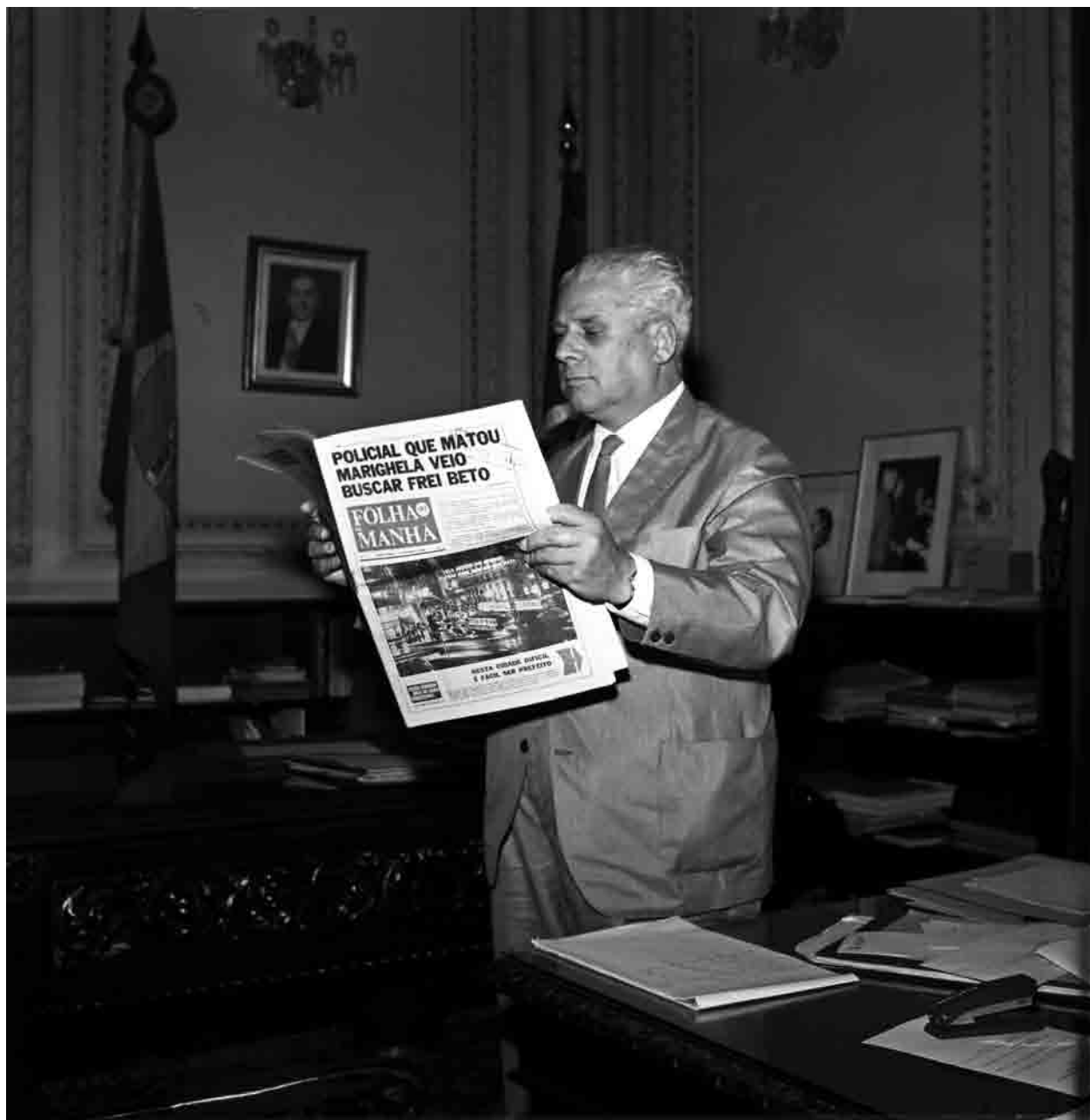


Charge de Sampaio sobre supostos
"suicídios" ocorridos na prisão.
Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio



Visita do governador Walter Peracchi Barcelos à Penitenciária do Partenon, 25 de outubro 1967.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

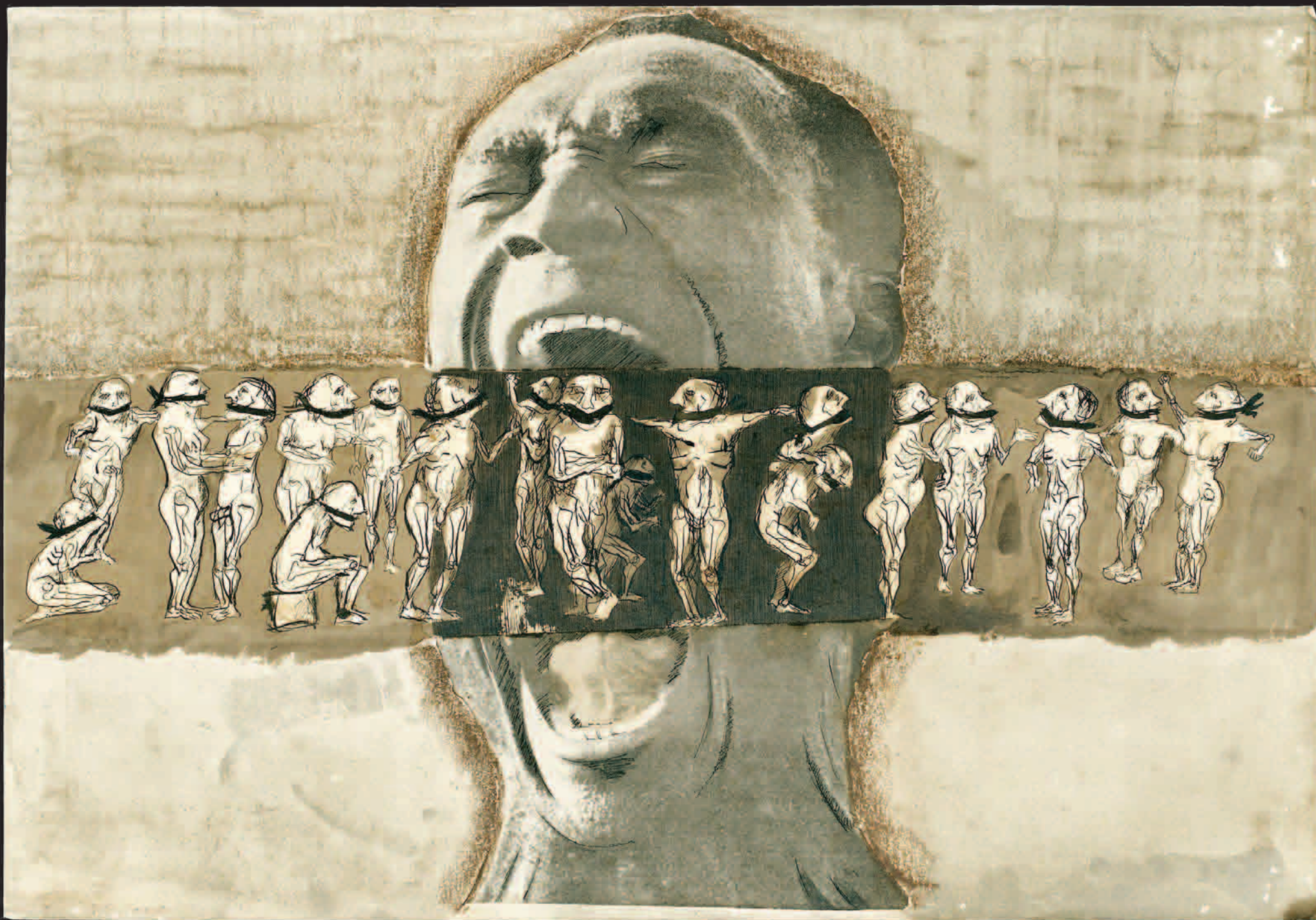


Governador Walter Peracchi Barcelos lendo o primeiro exemplar da *Folha da Manhã* (jornal da empresa Caldas Júnior), no Palácio Piratini em 12 de novembro de 1969. A manchete do jornal anuncia a vinda do torturador paulista Sérgio Paranhos Fleury para Porto Alegre.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Quero voz. Obra de Wilson Cavalcanti sobre a tortura no Brasil (nanquim e asfalto), 1975.



Não calo. Grito. Obra Wilson Cavalcanti (técnica mista: colagem, nanquim e betume), 1974.

Depois do golpe de 1964, o exílio foi uma imposição em alguns casos e uma alternativa em outros, para os considerados “inimigos do regime”. Com o AI-5 e do aumento da repressão aos grupos armados, a saída do país para os “subversivos” ganhou centralidade novamente. A partir desse momento, o número de exilados aumentou e seu perfil se modificou. Tratava-se de militantes mais jovens, sem profissão definida. Havia um número maior de mulheres, e eram geralmente membros de organizações da luta armada. Além disso, criou-se uma nova categoria de candidatos ao exílio: aqueles presos políticos que tinham sido trocados pela libertação de diplomatas sequestrados. A estes, não foi apenas permitido sair do país: foram banidos do Brasil, considerados como “mortos” do ponto de vista legal. Os banidos dependiam de um governo estrangeiro conceder documentos para eles e seus familiares, uma vez que o banimento afetava também o cônjuge e os filhos. Durante a ditadura, 140 pessoas foram banidas; entre elas, 31 tinham ficha no DOPS/RS.

Até 1972, existiam no Rio Grande do Sul rotas de fuga de militantes, os esquemas de fronteira. Um deles, organizado por Frei Betto em 1969, foi desmontado com sua prisão em novembro do mesmo ano, na ação que levou

ao assassinato de Carlos Marighella em São Paulo. Já o esquema de fronteira organizado pela Ação Popular contava com uma rede de apoio de militantes e simpatizantes no interior gaúcho, fazendo com que as rotas variassem de acordo com as ondas repressivas. Esse esquema, denominado “Operação Fronteira”, foi responsável pela saída de diversos perseguidos e foi desmantelado pela repressão em 1972.

Um dos destinos mais escolhidos por aqueles que saíram do Brasil após 1968 por motivos políticos foi o Chile. A principal razão da escolha era a mobilização popular de esquerda que havia no país naquele momento, em especial após a eleição de Salvador Allende, em 1971. A partir daí, o Chile passou a ser visto por toda a esquerda latino-americana como um modelo de socialismo implantado pelas vias legais e democráticas. O encampamento de bandeiras locais foi uma das singularidades do exílio no Chile: boa parte dos brasileiros que se refugiaram nesse país participaram da “experiência chilena”, trabalhando voluntariamente junto à população e engajando-se em suas causas políticas. Essa cooperação não significava apoio irrestrito ao governo Allende, mas tinha a ver com a ideia de que se lutava pela revolução na América Latina, não importando o país; assim, os militantes brasileiros se aproximaram de organizações e grupos chilenos

O exílio – segunda fase

que tinham princípios teóricos parecidos com os seus. Além disso, parte dos exilados se engajou em entidades como o Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil (CDR) e contribuiu para a campanha de divulgação das violências que estavam em curso no Brasil, através da imprensa local e de jornais mantidos pelos exilados.

Segundo relatos de exilados, no seio da comunidade existia uma divisão de “classes”: havia os “burgueses”, que trabalhavam em universidades ou no governo, e o “proletariado”, que muitas vezes dependia da ajuda de outros companheiros, através da “caixinha”. Ao mesmo tempo, existia uma hierarquia, em especial dentro das organizações que pregavam a luta armada. Nesses grupos, por exemplo, os banidos estavam em posição de superioridade em relação aos militantes que chegaram ao exílio “por vontade própria”.

Em 11 de setembro de 1973, ocorreu um golpe e o processo de socialismo democrático chileno foi drasticamente interrompido. Nesse momento, iniciou-se uma onda repressiva que utilizava o extermínio como forma de silenciar os grupos de esquerda. Foi tão grande a fúria dos golpistas que não bastavam as prisões e os quartéis: eram necessários estádios para torturar e prender. Isso foi retratado no filme *Desaparecido: um grande mistério (Missing)*, do diretor Costa-Gavras, vencedor do Oscar de melhor roteiro em 1983.

Um dos alvos principais da repressão no Chile foram os exilados, que passaram a ser perseguidos e reprimidos de forma brutal. Eles buscavam abrigo em embaixadas de outros países, para as quais pediam asilo político. Após o 11 de setembro chileno, a Europa se tornou o destino principal dos exilados. Um dos países que mais abrigou brasileiros nesse momento foi a França: o país havia se oposto ao golpe chileno e tornou-se em um centro de acolhimento para os exilados latino-americanos. Existiam diversas entidades francesas de apoio aos perseguidos pela ditadura brasileira; uma delas era o CIMADE (Comité Inter-Mouvement Auprès des Évacués), que auxiliava os exilados em questões que iam de alojamento até à concessão de bolsas de estudos. Durante o exílio francês, a segunda geração de exilados passou por uma transição ideológica.

Inicialmente, a maior parte da esquerda brasileira exilada mantinha suas convicções revolucionárias. A partir de 1974, essas posições começaram a ser revistas e mesmo os setores mais radicais passaram, aos poucos, a ver na democracia uma bandeira de luta e um valor a ser buscado, reconquistado. Em 1975, foi fundada a sessão parisiense do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que teve grande repercussão e apoio da sociedade francesa. Nesse momento, os exilados brasileiros passaram a contribuir mais com a Anistia Internacional, órgão que denuncia as violações

dos direitos humanos em todo o mundo. Em 1976, os exilados na Europa organizaram mobilizações contrárias à ditadura, como, por exemplo, aquelas contra a visita do presidente Ernesto Geisel à França. No mesmo ano, foi realizada em Roma a terceira etapa do Tribunal Bertrand Russell II, formado por intelectuais, juristas e personalidades de diversos países. Durante esse período, os exilados brasileiros entraram em contato com causas de outros povos, em especial as lutas de libertação na África – vários deles decidiram ir a esses países e contribuir na construção de novos governos. Naqueles anos, também se iniciou no exílio a discussão e organização de novos partidos políticos no Brasil, como o PDT e o PT.

A ditadura procurou acompanhar os passos da segunda geração de exilados, assim como tinha feito com a primeira. Para isso, contava com escritórios do Centro de Informações do Ministério do Exterior (CIEEx) nas cidades com grandes comunidades de exilados, como Santiago, Paris, Praga e Lisboa. As maiores preocupações que o regime tinha em relação aos brasileiros no exterior diziam respeito à possibilidade da sua volta e às campanhas em prol da anistia e da denúncia das violações dos direitos humanos organizadas pelos exilados, que iam contra a imagem democrática que o governo se esforçava em transmitir; fazia-se também, um acompanhamento das viagens de brasileiros ao exterior. ■



Foto de Frei Betto após prisão em Porto Alegre, 12 de novembro de 1969.
Ele organizava um esquema de saída de militantes do Brasil. Fotógrafo Ivan [assim informado pelo CDI].
Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Time de exilados brasileiros na França.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.

Exilados brasileiros Jaime, Lilian Cardoso e seu filho, na Bélgica.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



Guerrilheira ferida da Frente de Libertação de Moçambique.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.

Documentos do fotógrafo Daniel de Andrade Simões com o nome
(Reginaldo Faria Leite) adotado durante exílio na França, 1975.



MEETING pour le VIETNAM



organisé par

AELACF



Premier anniversaire de la défaite
totale de l'imperialisme Yankee

VENDREDI 30 AVRIL

M. du CANADA

Cité Internationale

20h30

HIER LE CHAN



**L'Impérialisme
Français
Soutient les Dictatures**

**AUJOURD'HUI
GISCARD INVITE GEISEL**



**DEMAIN
PINOCHET?**

**AU BRÉSIL, UN PEUPLE LUTTE
LA DICTATURE TORTURE
ET ASSASSINE**

DEHORS GEISEL

**UNITE DES PEUPLES
FRANÇAIS ET BRÉSILIEN
EN LUTTE CONTRE L'IMPERIALISME**

**MEETING
A LA MUTUALITE
28 AVRIL 20 H 30**

- A l'appel du Collectif de Soutien à la Lutte Révolutionnaire du Peuple Brésilien et du Comité Brésil Amnistie
- organisé par LCR, OCR, GC-GOP, PCRm, PSU, le CEDETIM
- soutenu par les Comités Argentine (CSLRPA), Bolivie, Chili, Equateur, Guatemala-Solidarité, Uruguay, l'AELAF, le GP, America-Press

Cartazes contrários à visita de Geisel na França, em 1976.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



década de 1960 foi marcada por uma efervescência cultural em todo o mundo, e no Brasil não foi diferente: diversos artistas vinculados à música, ao teatro, ao cinema e às artes visuais tiveram destaque nessa conjuntura,

impulsionando transformações estéticas, mudanças comportamentais e, em muitos casos, críticas ao autoritarismo da ditadura. O período em questão foi marcado pelo fortalecimento da cultura nacional, com o surgimento de diversas correntes artísticas que disputaram espaço, debateram e se confrontaram em torno de questões estéticas e políticas. Foi marcado, também, pela falta de liberdade de expressão, pela atuação da censura e do aparato repressivo na tentativa de impedir as manifestações de contestação – fossem elas políticas ou comportamentais.

Em 1961, o cartunista carioca José Geraldo e os jornalistas gaúchos João Maia Neto e Hamilton Chaves decidiram enfrentar a invasão norte-americana em um novo terreno: os quadrinhos. Frente à grande presença de personagens importados nas bancas e jornais brasileiros, os três decidiram criar a Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre (CETPA), que pretendia abordar em seus trabalhos somente temáticas nacionais, combatendo

os mocinhos e super-heróis estadunidenses. Esse projeto teve apoio direto do governador Leonel Brizola e fez com que grandes artistas gráficos da América Latina e do centro do país se transferissem para Porto Alegre. Na CETPA, foram produzidos os quadrinhos Abas Largas (desenhados por Getúlio Delphin e João Mottini), Sepé Tiaraju (de Flávio Colin), Lupinha (do argentino Aníbal Bendati), Piaquito (de Flávio Luiz Teixeira), História do Cooperativismo (de Luiz Saindemberg), História do Rio Grande do Sul (de Júlio Shimamoto) e Zé Candango (desenhado pela revelação gaúcha, Renato Canini, que na década de 1970 foi responsável por transformações no personagem Zé Carioca, da Disney, dotando-o de características mais “brasileiras”). O Zé Candango, que tinha roteiro de Saindemberg e José Geraldo, era a encarnação do programa da CETPA: um cangaceiro que em suas tiras combatia os super-heróis estrangeiros, como Batman e Super-homem, mostrando que a cultura brasileira poderia impor-se frente à invasão norte-americana. Em fins de 1963, a CETPA encerrou suas atividades, devido ao final do governo de Brizola e à pouca inserção no mercado; deixou, porém, um grande legado para a arte gráfica gaúcha, ajudando a fortalecer o Rio Grande do Sul como um celeiro de cartunistas e quadrinistas, além de constituir um exemplo para as gerações seguintes.

A cultura na década de 1960



Charge de Sampaio sobre os Festivais da Canção.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

Na esfera musical, na década de 1960, ocorreu o fortalecimento do mercado fonográfico e da música nacional. A televisão, enquanto nova mídia musical de massas, e os Festivais da Música Popular Brasileira foram marcantes nessa conjuntura. O primeiro festival foi organizado pela TV Excelsior, de São Paulo, no ano de 1965. O formato do programa – marcado pela competitividade e interação – agradou o público, e novos festivais foram organizados nos três anos seguintes. Neles, foram impulsionadas as carreiras dos maiores compositores e cantores brasileiros da época, como a de Elis Regina, Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Os Mutantes, entre outros.

A partir do segundo festival, surgiu a expressão “MPB” para definir o estilo musical que ganhava força na época. Alguns setores da “música popular brasileira” se aproximavam muito da contestação protagonizada pelo movimento estudantil da época, seja nos protestos contra a ditadura ou nas transformações comportamentais. O termo MPB, contudo, condensava diferentes gêneros musicais, e ocorriam muitas disputas entre as tendências que compunham os festivais. Havia um grande debate sobre o papel que a cultura deveria exercer na sociedade, e o fortalecimento da luta contra a ditadura tornava ainda mais agudo o confronto entre questões políticas e estéticas dentro das artes. Nesse contexto, tiveram grande relevância o tropicalismo, que tinha como principais expoentes musicais Caetano Veloso e Gilberto Gil, e a “música de protesto” de compositores como Chico Buarque, Edu Lobo, Geraldo Vandré, com grande inserção no movimento estudantil.

Além disso, outros movimentos musicais paralelos à MPB estavam surgindo. Entre eles,

a Jovem Guarda foi um dos que conquistaram maior sucesso perante a juventude da época. O grupo era composto por jovens cantores, como Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, que fizeram vários shows com grande público no Rio Grande do Sul. Fizeram parte do movimento também: Ronnie Von, Renato e seus Blue Caps, Os Incríveis, The Fevers, Golden Boys, entre outros. Influenciados principalmente por Elvis Presley e pelos Beatles, eles renovaram a música brasileira ao fazer a primeira tradução do fenômeno do rock internacional.

Desde o começo da década de 1960, o movimento musical também vinha crescendo em Porto Alegre. Conforme o compositor e intérprete Raul Ellwanger, que iniciou sua carreira nesse contexto e concedeu entrevista ao projeto Marcas da Memória, a bossa-nova e o tropicalismo eram importantes influências para os músicos porto-alegrenses, numa época em que se buscava fazer canções que tivessem como conteúdo a própria realidade local. De acordo com Ellwanger, os momentos mais marcantes para a música sul-rio-grandense foram os Festivais da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (em 1968 e 1969) e os Festivais Sul-Brasileiros da Canção, da TV Gaúcha (de 1967 a 1969). Estes últimos tiveram importância na promoção de artistas gaúchos, contando com a presença de Túlio Piva, Alcides Gonçalves, Lupicínio Rodrigues, Hamilton Chaves, Paulo Fagundes, Paulo Ruschel, Luiz Mauro, Ivaldo Roque, Sergio Napp, Raul Ellwanger, Beto Morgado, Cezar Dorfman, Mutinha, entre outros. Nesse mesmo período, foi criada a Frente Gaúcha da Música Popular, que reunia dezenas de jovens músicos que estavam surgindo no estado. O grupo tinha como sede o Clube de Cultura de Porto Alegre, organizava

apresentações e recitais coletivos, rodas de violão nas universidades e mostras em colégios da cidade. Paralelamente a isso, crescia o grupo de jovens que aderiam ao rock no estado.

A partir de 1968, com o fortalecimento da repressão, os compositores passaram cada vez mais a sofrer com a censura e com o risco de prisão. A maioria das músicas que promovessem contestações de ordem política, moral ou comportamental foi proibida pelo regime. Vários artistas foram forçados ao exílio. Os Festivais da Canção entraram em decadência. No Rio Grande do Sul, um pouco depois, começaram a fazer sucesso os Festivais de Música Nativista, que serão comentados adiante.

A década de 1960 também foi muito significativa para a dramaturgia no Brasil. O teatro se nacionalizou e popularizou, numa atmosfera semelhante à vivenciada pela MPB. Diversos grupos teatrais passaram a propor um “teatro engajado”, elegendo como foco principal a luta contra ditadura. Outros, influenciados pela contracultura e pelo tropicalismo, desenvolveram um teatro mais voltado para as transformações estéticas e mudanças de comportamento.

Durante a década de 1960, ocorreu um significativo crescimento da atividade teatral no Rio Grande do Sul, com o surgimento de novos grupos, novos espaços de apresentação e de um grande número de espetáculos. No ano de 1967, foi criado o Teatro de Arena de Porto Alegre (TAPA) por quatro jovens que haviam sido colegas no curso de Artes Dramáticas da UFRGS. Influenciados pelo dramaturgo paulista Augusto Boal, resolveram construir um teatro no porão de um edifício na escadaria do viaduto Otávio Rocha, na Avenida Borges de Medeiros, centro de Porto Alegre. A partir de 1968, o TAPA ganhou visibilidade e passou a ter uma

relevante atuação cultural e política, organizando a montagem de espetáculos críticos à ditadura e desenvolvendo debates com o público. O grupo passou a sofrer duramente com a repressão: diversas peças foram proibidas ou censuradas pela ditadura e o diretor do teatro, Jairo de Andrade, chegou a ser preso pelo Exército.

O Teatro de Arena se tornou alvo, também, de ações de organizações anticomunistas de extrema direita. Durante a montagem de uma adaptação da peça *I Feira Paulista de Opinião*, escrita por Augusto Boal, o TAPA começou a receber bilhetes do Comando de Caça aos Comunistas com a ameaça de que o teatro seria destruído caso eles não desistissem da apresentação. O ataque não chegou a se efetivar, mas os cortes impostos pela censura tornaram a peça quase incompreensível, fazendo com que o grupo desistisse de montá-la.

Um mês antes das ameaças ao Teatro de Arena, o CCC havia comandado um atentado contra o elenco da peça *Roda viva*. Escrito por Chico Buarque e dirigido por José Celso Martinez Correa, o espetáculo estreou em Porto Alegre no dia 2 de outubro de 1968, no Teatro Leopoldina, ocasião na qual os atores receberam bilhetes com ameaças. No dia 4 de outubro, na saída do Leopoldina após a apresentação, eles foram cercados e espancados na rua por cerca de trinta homens do CCC, armados com cassetetes. Dois deles chegaram a ser sequestrados e levados para a periferia de Porto Alegre, onde sofreram torturas psicológicas. Depois do incidente, a censura federal conseguiu a proibição da peça.

Após o AI-5, o teatro passou a sofrer ainda mais com o fortalecimento da repressão. A partir de 1969, os prejuízos econômicos decorrentes da atuação da censura começam a afetar o Teatro de Arena. Devido à perseguição



Charge de Sampaolo sobre peça *Roda Viva*.
Folha da Tarde, 5 de outubro de 1968.

Acervo de Imprensa do Museu da
Comunicação Hipólito José da Costa

política, Jairo de Andrade e sua esposa fugiram da cidade e o TAPA teve que fechar temporariamente as portas em 1972.

Outro importante protagonista da cena artística gaúcha foi o Grupo Teatro Província, criado em 1970 por pessoas oriundas do Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS e que tinha como espaço de apresentação o recém-inaugurado Teatro de Câmara Túlio Piva, na Rua da República, em Porto Alegre. O Província se dedicou à experimentação e à criação de novas técnicas, dando maior ênfase ao desenvolvimento estético e à contestação comportamental – razão pela qual também sofreu cortes e proibições impostos pela censura. A crítica social estava presente, instigando o público a questionar o contexto em que vivia e refletir sobre seus problemas e contradições.

A década de 1960 também foi marcada pelo fortalecimento das artes dramáticas no interior do Rio Grande do Sul, com o surgimento e atuação de diversos grupos teatrais. Merece destaque o caso de Pelotas, onde entre os anos de 1962 e 1971 foi organizado anualmente o Festival de Teatro da cidade. Inicialmente, apresentavam-se apenas grupos amadores, compostos principalmente por estudantes secundaristas e universitários da região; com o passar dos anos, o festival foi se profissionalizando e importantes companhias do Brasil e de alguns países da América do Sul passaram a participar do evento. O recrudescimento da censura levou ao término do festival no início da década de 1970, gerando um expressivo enfraquecimento do teatro pelotense nos anos subsequentes.

As artes visuais no Brasil também tiveram um desenvolvimento significativo na década de 1960, mas ainda há muito poucos estudos

analisando a forma com que esse campo artístico foi afetado ou se relacionou com a ditadura – entre os historiadores, a temática continua praticamente inexplorada. Muitos artistas da época buscaram produzir obras que abordassem os problemas políticos e sociais vivenciados – algumas delas confrontando diretamente o autoritarismo e a repressão ditatorial. Entre eles, estavam alguns escultores e desenhistas gaúchos, como Bruno Segalla, Francisco Stockinger e Wilson Cavalcanti. É importante destacar que as artes visuais também sofreram com a censura e a perseguição do regime: exposições e exposições foram canceladas, obras foram apreendidas e censuradas, e alguns artistas chegaram a ser presos.

Antes de concluir a análise sobre a conjuntura cultural durante a década de 1960 é importante analisar o funcionamento da censura, um dos pilares de sustentação do regime. A ditadura civil-militar brasileira empreendeu um esforço de estabelecer um modelo censório sistemático, centralizado e burocratizado, que atuou de forma precisa e eficiente visando impedir manifestações culturais contestatórias. Os órgãos de censura partiam dos princípios da segurança nacional e da defesa da “moral e dos bons costumes”. Segundo o historiador Juliano Doberstein, havia dois tipos distintos de censura durante o regime: o primeiro deles era o praticado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão criado em 1945 que era regulamentado por legislação específica, funcionava abertamente e recebia apoio de muitos setores da sociedade civil. A DCDP era encarregada da censura prévia às manifestações artísticas (música, teatro, cinema, TV, rádio, entre outros) e tinha o poder de proibir todas aquelas que “induzissem aos maus costumes”. Até 1967, as questões de ordem

moral, principalmente aquelas relacionadas à sexualidade, eram os principais alvos da censura. A partir desse ano, o órgão passou também a proibir manifestações culturais que contivessem contestações de ordem política. Esse tipo de censura não era, no entanto, apenas uma imposição unilateral. Muitos setores sociais, desejosos de defender os costumes, a “moral cristã” e a família, demandavam uma censura moral às diversões públicas, aceitando a tutela e o poder do Estado de decidir quais manifestações culturais poderiam ou não ser veiculadas.

O segundo tipo de censura – cuja existência sempre foi negada pelo Estado – voltava-se à imprensa e era conhecido como censura prévia. Era feito de forma ilegal pelo Setor de Imprensa do Gabinete do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (SIGAB), um órgão criado no final da década de 1960 com o objetivo de impedir a veiculação de qualquer manifestação contrária à ditadura. Para isso, eram utilizados recursos como bilhetes e telefonemas – recebidos por todos os órgãos da imprensa – informando sobre quais assuntos não poderiam se tornar notícia; outra prática era a instalação de um censor diretamente na redação do jornal ou da revista. Esta última não atingiu toda a imprensa, mas foi imposta como forma de punição e teve como alvo aqueles periódicos que eram vistos como “perigosos” pelo regime.

Embora vários jornalistas tenham desafiado e tentado resistir à censura, deve-se ressaltar que muitos jornais e revistas – alguns dos quais têm forte presença nacional e regional até hoje –, por iniciativa própria apoiaram e colaboraram com a ditadura. A grande imprensa não deve ser vista unicamente como uma vítima, que resistiu à ditadura e lutou heroicamente pela liberdade de expressão. ■



Show de Chico Buarque em Porto Alegre, 9 de abril de 1967.
Fotógrafo Hirano [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Show dos Mutantes
em Porto Alegre.
Fotógrafo Ricardo Chaves.



Elis Regina,
a "intérprete do Brasil".
Fotógrafo Luiz
Eduardo Achutti.



Foto da peça Os Fuzis da senhora Carrar, de Bertolt Brecht, Teatro de Arena, 1968. Aparecem na foto os atores Alba Rosa, Jesus Tubalcain, Luiz Carlos Kovacz, Podero Borba Neto, Paulo Taboada, Ida Celina e Sergio Renato Rosa.

Acervo Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena

Foto de certificado da Censura Federal para a apresentação de peça no Teatro de Arena.

Acervo do Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena

MINISTERIO DA JUSTICA
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

**CENSURA FEDERAL
TEATRO**

CENSURA Nº 590/68

PEÇA -/ ::: OS FUZIS DA SENHORA CARRAR :::

ORIGINAL DE BERTOLT BRECHT

APROVADO PELO S.C.D.P. VÁLIDO ATÉ 01 de OUTUBRO de 68

CLASSIFICAÇÃO

**IMPRÓPRIO
ATÉ 14 ANOS**

Brasil, 01 de OUTUBRO de 68

Assinado por Aloysio Muhlethaler de Souza
Chefe do S.C.D.P.
ALOYSIO MÜHLETHALER DE SOUZA

AP/

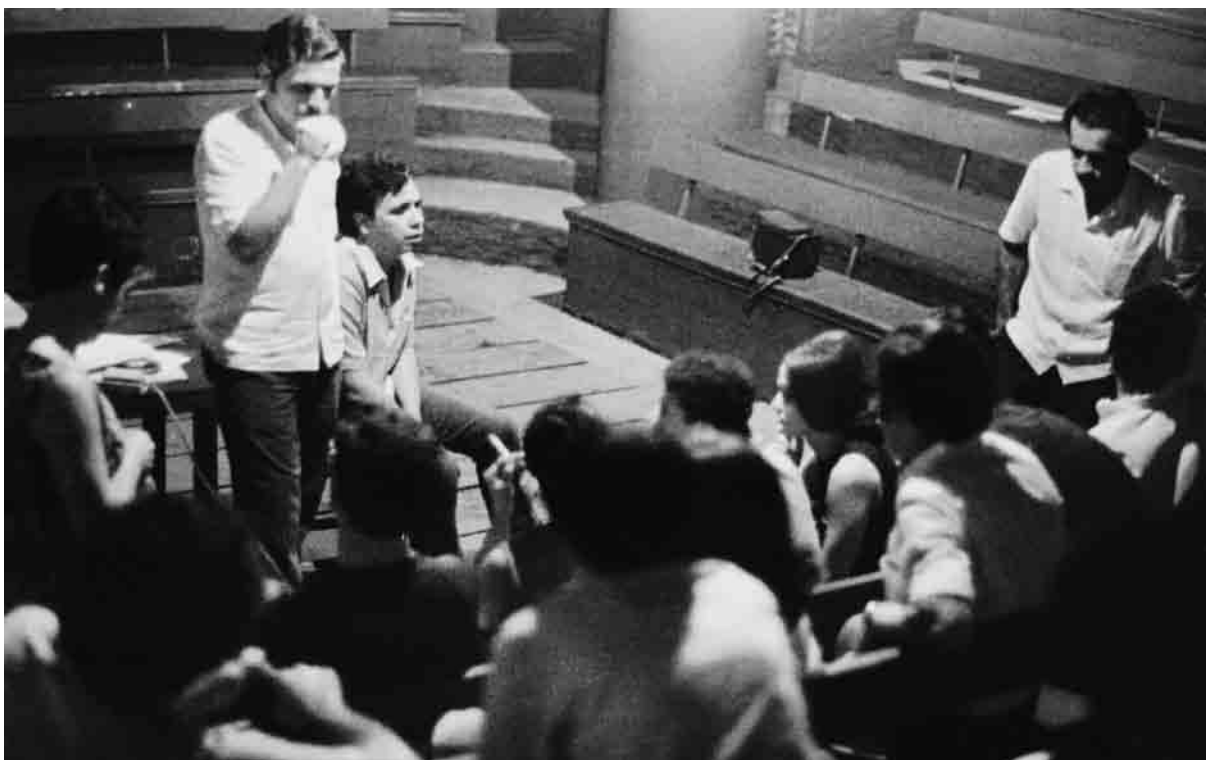
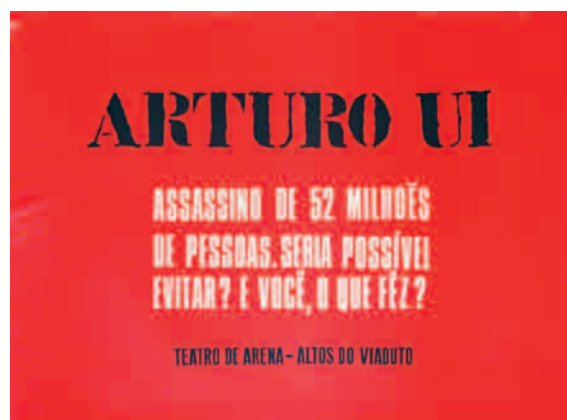


Foto de debate no Teatro de Arena após a apresentação de peça, 1971.

Acervo Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena



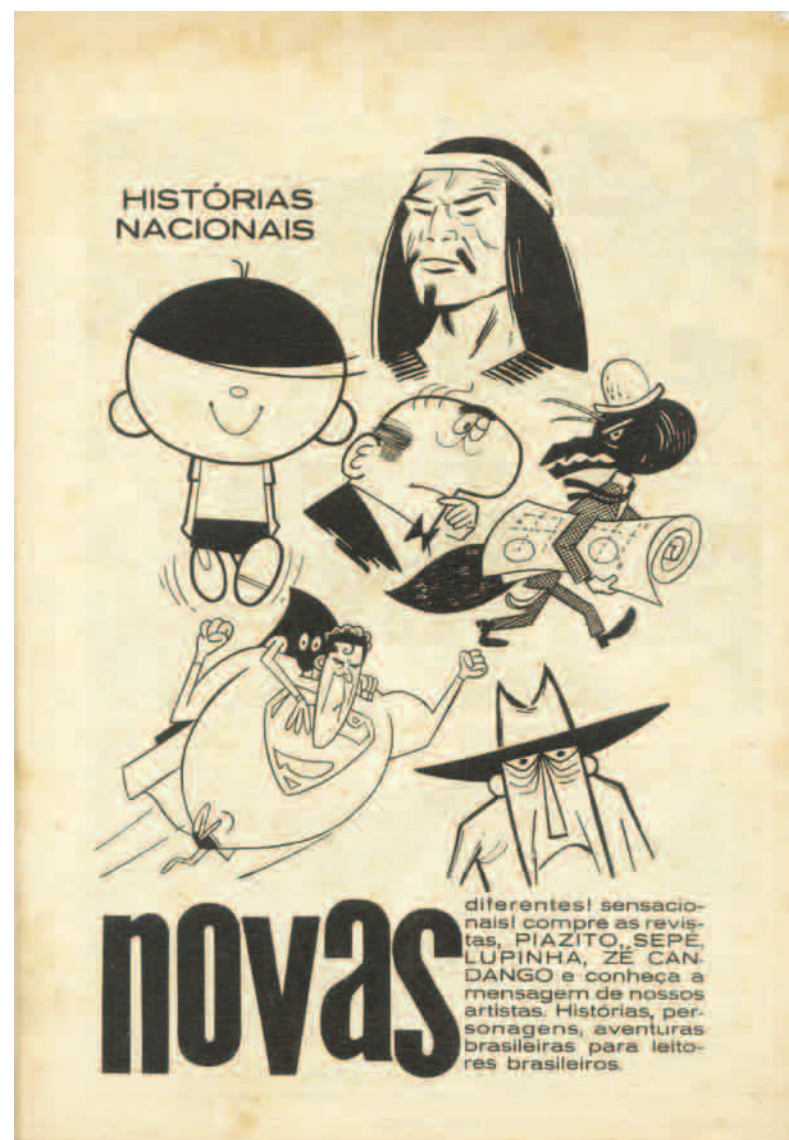
Cartazes de peças do Teatro de Arena.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Cartaz da peça Qorpo-Santo, apresentada no Teatro de Clube de Cultura em 1966 e 1968.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Cartaz promocional da CETPA.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



DIREITOS HUMANOS
Bruno Segalla
Escultura
1967
IBS AE 34



Escultura *Direitos Humanos*, produzida pelo artista Bruno Segalla, Caxias do Sul, 1967. Fotógrafo Gabriel Dienstmann.

Acervo do Instituto Bruno Segalla



Obras produzidas por Bruno Segalla entre as décadas de 1960 e 1970, Caxias do Sul. Fotógrafo Gabriel Dienstmann.

Acervo do Instituto Bruno Segalla

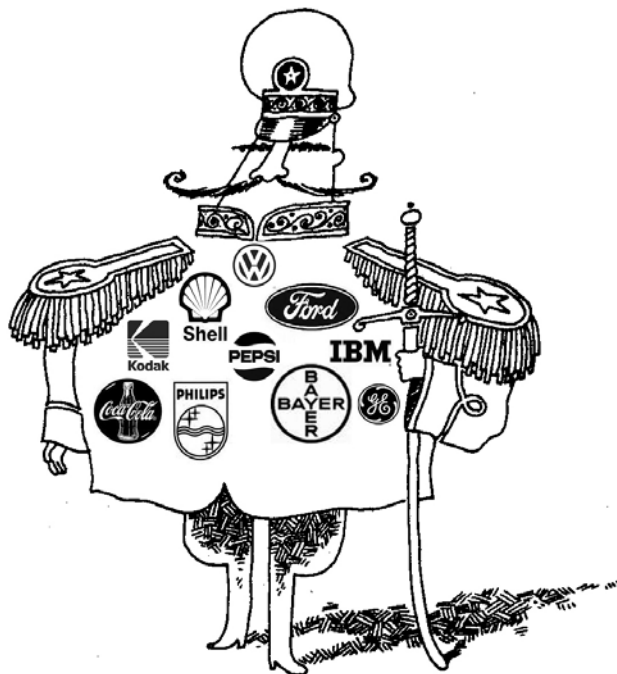
O período Médici, como vimos, foi marcado por uma forte atuação do aparato repressivo da ditadura. No entanto, o uso da força não era o único instrumento utilizado para a manutenção do poder. Ancorada na Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura manteve uma forte preocupação em conquistar os indivíduos no plano da subjetividade, visando tornar-se hegemônica e produzir consenso. A permanência do regime só foi possível devido à legitimação que conseguiu construir e ao apoio que recebeu de diversos setores da sociedade civil ao longo de toda a sua existência. As formas de legitimação e de apoio eram muito diversificadas e se alteraram significativamente com o decorrer dos anos, de acordo com a conjuntura política, social e econômica que o regime enfrentava.

Até o governo Costa e Silva, a ditadura buscava se afirmar através de uma postura defensiva, um discurso centrado no anticomunismo, na eliminação da “subversão” e na “limpeza” do Congresso Nacional. Durante esse período, o regime recebia um apoio mais setorizado – principalmente das parcelas conservadoras da sociedade – e teve que lidar com grandes manifestações de oposição. No governo Médici, esse quadro se modificou

profundamente, tanto porque mudaram as ações da resistência contra a ditadura (de passeatas para ações armadas), quanto porque o regime passou a investir em propaganda. Os anos entre 1969 e 1973 foram de um vigoroso crescimento da economia, que ficou conhecido como “milagre econômico”, propiciando um forte clima de euforia desenvolvimentista. Tal euforia foi intensificada com a conquista do tricampeonato mundial de futebol pela seleção brasileira em 1970 e pelas grandiosas comemorações cívicas organizadas pelo regime.

A eficiência econômica se deu com o controle da inflação, a atração de investimentos, a criação de empregos e o desenvolvimento industrial. O crescimento da economia ultrapassou a média dos 10% ao ano, trazendo benefícios imediatos para a população. A modernização da indústria possibilitou a popularização de produtos que até então eram tidos como de luxo, principalmente eletrônicos e eletrodomésticos. Ocorreu, também, um fortalecimento da indústria automobilística e da construção civil, impulsionadas principalmente pelas obras “faraônicas” do regime, como a construção da hidrelétrica de Itaipu, da rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói. No Rio Grande do Sul, foram construídas grandes barragens, além de várias pontes, viadutos e estradas.

As formas de legitimação da ditadura



Charge de Santiago sobre a relação de grandes empresas multinacionais com a ditadura.

A ditadura soube explorar politicamente o sucesso obtido na esfera econômica através da utilização intensiva da publicidade. No ano de 1968, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), órgão responsável pela produção das propagandas políticas do governo, que passou a promover campanhas cívicas e educativas com base em um discurso otimista e patriótico. As propagandas, veiculadas na TV, cinema, rádio, jornais e cartazes, fizeram sucesso e se incorporaram ao cotidiano dos brasileiros. Elas possuíam uma excelente qualidade técnica e chegaram a exercer grande influência no meio publicitário comercial da época. Durante o período Médici, o órgão produziu centenas de peças publicitárias, utilizando como jargões: “Você constrói o Brasil”, “Ninguém segura este país”, “Brasil, conte comigo”, “Este é um país que vai para frente”, “Pra frente, Brasil”; também foram difundidos slogans menos otimistas, como o famoso “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

O futebol também foi amplamente utilizado como elemento de legitimação da ditadura. A conquista do tricampeonato na Copa de 1970 – a primeira transmitida a cores pela TV – teve um forte uso político. As vitórias da

seleção brasileira foram usadas pelo regime para fortalecer a identidade nacional e o patriotismo, difundindo um clima de euforia e a imagem do Brasil como grande potência mundial. A taça e os jogadores da seleção foram recebidos com grandes festividades em Brasília e em vários estados. No Rio Grande do Sul, o evento mais marcante foi a recepção de Everaldo, que era lateral esquerdo do Grêmio e se tornou o primeiro jogador gaúcho a ganhar o título mundial.

Durante a ditadura, também foram organizadas grandiosas festividades para a celebração de datas cívicas. Nelas, o regime festejava não só a história da Pátria e os heróis nacionais do passado, mas principalmente o otimismo em relação ao presente e às perspectivas de futuro. O sucesso que essas comemorações obtiveram no período Médici sintetizava a euforia social da época e era representativo da grande capacidade que o regime possuía de mobilizar a sociedade.

O ano de 1972 assinalou o 150º aniversário da Independência do Brasil e foi marcado por intensas comemorações – as maiores em todo o período da ditadura. Foi criada uma comissão para a organização das celebrações, que contou



Tira de Edgar Vasques sobre o futebol e a ditadura, 1976.

com a presença de círculos governamentais, militares e importantes instituições da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa, grandes empresários, associações de bairro, esportivas e religiosas. Entre os eventos que fizeram parte dessas comemorações esteve o resgate dos restos mortais do primeiro imperador brasileiro, D. Pedro I, que foram trazidos de Portugal para o Brasil e recebidos com grandes atos cívicos em todos os estados.

Para as comemorações do Sesquicentenário da Independência também foi organizado um torneio de futebol, a Taça da Independência, no qual a Seleção Brasileira enfrentou as de outros países. A não convocação de Everaldo para jogar pelo Brasil fez com que o torneio, ao invés de fortalecer o esperado espírito de união nacional, deflagrasse um conflito político no Rio Grande do Sul. O evento acabou reacendendo ressentimentos que o estado historicamente conservava contra os centros de decisão do país. Chegou a ser proposto que a Federação Gaúcha de Futebol rompesse com a Confederação Nacional, mas a solução encontrada para o conflito foi a organização de uma partida da seleção brasileira contra a seleção gaúcha. O jogo ocorreu no estádio Beira-Rio, que recebeu o maior público da sua história, 110 mil pessoas. Segundo o historiador Cesar Guazzelli, os jogadores da seleção brasileira foram vaiados e bandeiras do Brasil chegaram a ser queimadas na ocasião – uma grave afronta ao patriotismo ufanista da ditadura. A seleção gaúcha – um combinado de jogadores do Internacional e do Grêmio – abriu o placar, mas a seleção brasileira empatou no segundo tempo; depois de fortes emoções, o placar final foi 3x3.

Apesar do incidente futebolístico, os gaúchos tiveram intensa participação no restante das

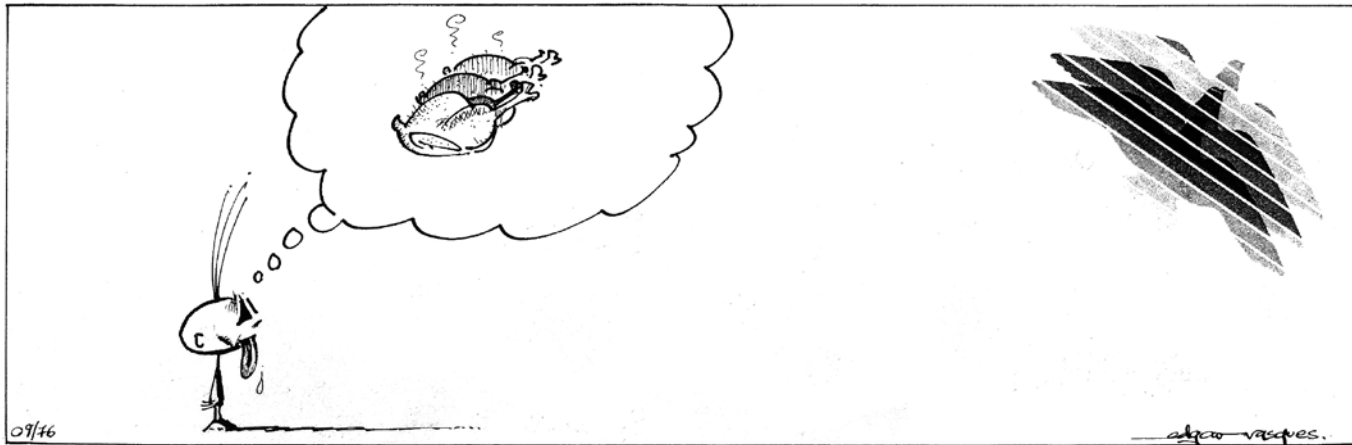
comemorações cívicas que marcaram o período Médici. Em geral, as manifestações de apoio social ao regime têm recebido menos atenção dos pesquisadores do que os fatos relacionados à repressão e à oposição à ditadura. No entanto, consideramos perigoso simplificar os processos em curso durante os “anos de chumbo”. Na época, não tínhamos apenas a atuação repressiva de um Estado todo-poderoso contra uma oposição armada ou contra uma sociedade que oscilava entre a resistência e a ignorância. Havia também muitas situações de apoio da sociedade à ditadura, resultantes tanto da força do pensamento conservador entre nós quanto da propaganda do governo brasileiro. Para além das posições mais definidas de apoio ou de oposição ao regime, havia ainda os que se mantinham indiferentes.

Apesar dos aspectos positivos resultantes do crescimento econômico no período Médici, diversos fatores dele provenientes se tornaram prejudiciais a longo prazo. Os ganhos desse período não foram sentidos de maneira igual por toda a população e beneficiaram principalmente os empresários e a classe média. O modelo econômico utilizado era fundamentado em uma lógica excludente, que diminuía o valor real dos salários dos trabalhadores e investia cada vez menos recursos em políticas sociais, gerando um crescimento exponencial da

concentração de renda. O “milagre econômico” contribuiu para o endividamento externo do país, a concentração de terras, um crescimento urbano desordenado e sem a devida infraestrutura, a devastação do meio ambiente e a diminuição dos investimentos públicos em áreas como saúde e educação. Esses fatores acabaram colaborando para a crise econômica que o regime veio a enfrentar posteriormente e para a retomada dos movimentos sociais no final da década de 1970, questões que serão exploradas na segunda parte deste livro. ■



Charge de Santiago sobre o Sesquicentenário da Independência.



Tiras de Edgar Vasques ironizando as comemorações patrióticas organizadas pela ditadura e denunciando a pobreza e a miséria resultantes do "milagre econômico". Por causa destas tiras, toda a edição do *Pasquim* em que foram publicadas foi apreendida das bancas pela censura.

JUSKA



Charge de Juska ironizando o autoritarismo e o otimismo da propaganda ditatorial.



Cartazes de propaganda da ditadura produzidos pela AERP ou por empresas privadas.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Inauguração do Viaduto da Conceição
no centro de Porto Alegre, 1972.

Fototeca Sioma Breitman, Museu de Porto
Alegre Joaquim José Felizardo



Obras do "Milagre Econômico": visita de Médici à
barragem do Passo Real na cidade de Espumoso,
em 2 de setembro de 1970. A construção da
barragem deixou milhares de famílias sem-terra.

Acervo Fotográfico do Museu da
Comunicação Hipólito José da Costa



Audiência de Médici com o Cardeal Vicente Scherer
no Palácio Piratini, 24 de novembro de 1970.

Acervo Fotográfico do Museu da
Comunicação Hipólito José da Costa







Everaldo é recebido pela população porto-alegrense após a conquista da Copa do Mundo de 1970. Ele era o único jogador gaúcho na seleção brasileira. Fotógrafo Assis Hoffmann.



Taça Jules Rimier, conquistada pelo Brasil na Copa do Mundo de 1970, é exposta no Rio Grande do Sul. Palácio Piratini, 1º de outubro de 1970.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Parada militar e desfile da semana da pátria, Porto Alegre, 7 de setembro de 1973.
Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Comemorações cívico-militares, Porto Alegre, 7 de setembro de 1975.
Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Comemoração do 10º aniversário do golpe que instaurou a ditadura, 29 de março de 1974, Parque da Redenção, Porto Alegre.
Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Comemorações do sesquicentenário da independência: chegada dos restos mortais de Dom Pedro I em Porto Alegre, 25 de abril de 1972.
Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

PARTE II



passagem da ditadura para um regime civil que se deu em 1985, com a posse de José Sarney na presidência da república, foi resultado de uma longa transição pactuada entre setores dominantes do regime e da oposição. Diferente do que aconteceu em outros países, como a Argentina, no Brasil a ditadura não entrou em colapso, não caiu por consequência de alguma crise interna. A saída dos militares do poder e a eleição de um civil para a presidência da república se deram de maneira a não colocar em questão os ideais dos vencedores de 1964. Geisel assumiu a presidência no início de 1974; em agosto daquele ano, divulgou sua política de distensão: ele pretendia garantir, por meio de um relativo afrouxamento nos controles sobre a oposição, a sobrevivência do regime. Tal proposta foi criticada tanto por militares ligados aos órgãos de segurança – que consideravam que o afrouxamento não deveria acontecer, pois o perigo da subversão ainda existia – quanto da oposição, dentro e fora do MDB. Ao mesmo tempo em que esse partido cresceu e passou a ser visto como canal legítimo de oposição, foram surgindo organizações da sociedade civil que ocuparam as brechas abertas pelo governo e pressionaram pelo aumento do

espaço de reivindicação e de manifestação. A isso, somaram-se questões de ordem econômica, associadas à crise do chamado “milagre brasileiro”, que despontou já em 1974 e só se aprofundou nos anos seguintes.

É importante destacar, seguindo a proposição do cientista político Carlos Arturi, a centralidade que as eleições tiveram no processo de transição: foi por meio delas que o regime tentou garantir sua permanência e também foi ao longo delas que a oposição foi ganhando força em alguns momentos, apesar de ter sido podada em outros. A ditadura brasileira manteve, ao longo da sua duração, eleições diretas para os cargos do Legislativo e para a maior parte das prefeituras entre os partidos políticos criados em 1965, a Arena e o MDB. O crescimento da votação do MDB em 1974 foi um fenômeno nacional que também se manifestou no Rio Grande do Sul, onde o partido conseguiu eleger Paulo Brossard para o Senado. Associa-se a essa vitória o debate transmitido pela TV Gaúcha entre Brossard e o candidato da Arena, Nestor Jost – naquele momento, ainda não havia restrições ao uso do rádio e da televisão, como veio a acontecer nos pleitos seguintes. As eleições para o executivo estadual, contudo, continuavam indiretas: com os votos dos deputados da Arena e a abstenção da oposição, a Assembleia Legislativa escolheu Sinval Guazzelli como governador.

As eleições

de 1974,

1976 e 1978

A proposta de afrouxamento apresentada por Geisel começou a ser relativizada, na prática, com uma onda de perseguições políticas que ocorreu em 1975. Entre seus alvos estavam militantes do Partido Comunista Brasileiro, PCB, vistos como responsáveis, em parte, pela vitória da oposição no ano anterior. No caso do Rio Grande do Sul, os comunistas ajudaram a levar à Assembleia Legislativa, pelo MDB, o médico Fernando do Canto. Em março de 1975, foram realizadas em torno de 20 prisões de militantes do partido no estado. Um deles, Hilário Gonçalves Pinha (preso sob o codinome de Francisco Penha Rodrigues), passou por diversas torturas que quase o levaram à morte e ocasionaram graves sequelas. Em 1981, Pinha foi o primeiro preso político indenizado, responsabilizando a União pelas violências cometidas pelo aparato repressivo. O processo teve como base documentos produzidos pelo II Exército sobre o estado do preso na chegada a São Paulo que evidenciavam as torturas que ele havia sofrido.

Também os militantes do PCdoB foram alvo de forte perseguição. Desde a instalação da ditadura, o partido vinha organizando um plano de implantação de uma guerra popular prolongada, aos moldes do comunismo maoísta, baseado na região do Rio Araguaia, no atual estado de Tocantins. A ideia era introduzir em comunidades da região militantes que, com o tempo, liderariam um levante popular que tomaria o poder; para isso, foram realizados treinamentos na China entre 1965 e 1966. O projeto, implantado a partir de 1966, teve a participação de quatro gaúchos: Paulo Mendes Rodrigues, José Huberto Bronca, João Carlos Haas Sobrinho e Cilon Cunha Brum. Após tomarem conhecimento da presença dos militantes na região, as forças repressivas

começaram a realizar operações para localizá-los, o que deu início ao enfrentamento. Em abril de 1972, foi levada a cabo a primeira campanha, que não teve sucesso. Uma segunda investida ocorreu em setembro do mesmo ano, deixando um saldo de seis militantes mortos, entre eles o mencionado João Carlos Haas Sobrinho. A partir daí, o Exército aterrorizou a população

local, visando obter informações sobre os guerrilheiros. No final de 1973, foi iniciada a terceira e última campanha, momento em que foram exterminados os demais militantes e muitos camponeses que lhes tinham prestado algum auxílio; na maior parte dos casos, foram capturados, torturados e assassinados pelo Exército brasileiro. Paulo Mendes Rodrigues,



A política de “abertura lenta, gradual e segura” nas tiras de Edgar Vasques.

José Huberto Bronca e Cilon Cunha Brum foram mortos nessa campanha e, assim como outros militantes, fazem parte das listas de desaparecidos pela ditadura.

A destruição da tentativa de foco guerrilheiro não aliviou o peso da repressão sobre o PCdoB: no final de 1976, três lideranças do partido foram mortas em São Paulo, num ataque que ficou conhecido como a Chacina da Lapa. Cerca de um ano antes, os assassinatos de Vladimir Herzog (outubro de 1975) e de Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976), ambos nas dependências do II Exército, na capital paulista, mostraram que havia resistência, no seio dos órgãos de repressão, à política de afrouxamento proposta pelo presidente da república.

Temendo que as eleições municipais marcadas para 1976 pudessem ser outra oportunidade para

o crescimento do MDB, o governo lançou novas regras para o pleito: a Lei Falcão, como ficou conhecida, restringia o uso do rádio e da televisão para propaganda eleitoral. Debates como o de 1974 foram proibidos; os candidatos tiveram que se concentrar na distribuição de santinhos e na realização de comícios. Em Porto Alegre, um dos destaques da campanha do MDB foi a intensa participação do Setor Jovem e do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), bem como o uso dos palanques por mulheres integrantes do Movimento Feminino pela Anistia. Começava-se a colocar em prática uma das propostas dos setores mais à esquerda dentro do partido, qual seja a de buscar uma maior aproximação com os trabalhadores, de voltar a ocupar o espaço público.

A partir dessa eleição, a Arena passou a controlar 83% das prefeituras brasileiras e, em 11 capitais, conquistou a maioria das cadeiras nos legislativos municipais. A saída de cena da televisão na campanha de 1976 e o “retorno das lideranças políticas” ao contato direto com os eleitores – o que é muito peculiar das eleições municipais – garantiram bons resultados ao partido governista. Dois vereadores eleitos pelo MDB em Porto Alegre, Glênio Peres e Marcos Klassmann, foram cassados no início de 1977. O discurso de posse do primeiro enfatizou a maioria conseguida pelo MDB na Câmara porto-alegrense e a necessidade de o prefeito nomeado respeitar esse fato. Chamou atenção, ainda, para o papel da Câmara, para a prática de tortura e para a falta de liberdade existentes no Brasil. Ambos os vereadores retornaram a seus



A abertura de Figueiredo, no traço de Santiago.



A eleitora em dúvida, na charge de Juska sobre as eleições de 1974.

deputados por estado, beneficiando os menos urbanizados, redutos eleitorais da Arena e, ainda, foi definida a eleição de um terço dos senadores pelo Colégio Eleitoral estadual. Estes, eleitos apenas em 1978, foram apelidados de senadores “biônicos”. Apesar dessas medidas visando à contenção do MDB, quando aconteceram as eleições de 1978, a ditadura já vinha sendo abalada por um vertiginoso crescimento de manifestações de oposição, parte das quais tinha o apoio de setores do partido. Na eleição, o MDB elegeu Pedro Simon para o Senado e ultrapassou a Arena no número de deputados para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa. Além disso, houve eleição indireta para o governador do estado, tendo sido eleito José Augusto Amaral de Souza, com os votos da Arena, pois o MDB optou pela abstenção.

Em outubro de 1978, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 11, que determinava o fim da vigência dos atos institucionais e complementares contrários à Constituição e à referida emenda. Isso afetava especialmente o AI-5, incorporado à Carta em 1969; com a revogação, restabeleceu-se o direito ao *habeas corpus* nos casos de crimes contra a segurança nacional. Por outro lado, a emenda regulamentou a decretação, pelo presidente da república, do estado de sítio e do estado de emergência, situações nas quais ficavam suspensos os direitos recuperados pela própria emenda. O dispositivo vigorou a partir de 1º de janeiro de 1979, quando estava acabando o mandato presidencial de Ernesto Geisel. Ainda em novembro de 1978, o governo enviou ao Congresso um projeto de mudança na Lei de Segurança Nacional, o qual foi aprovado por decurso de prazo. A Lei 6.620 incidiu sobre as penas de prisão – diminuindo aquelas muito

longas e aumentando as muito curtas –, deu amplos poderes ao ministro da Justiça (como censura e apreensão de material considerado subversivo), tipificou crimes que não constavam nas leis anteriores, como aqueles “contra a organização do trabalho” e “crimes de imprensa”, ao mesmo tempo em que criminalizou a vinculação com entidades estrangeiras e a divulgação de notícias que pudessem “indispor o povo com as autoridades constituídas”, conforme se lê no artigo 14. A lei também previu a responsabilização judicial de jovens a partir dos 16 anos. Segundo a historiadora Heloísa Greco, trata-se de uma reação que tinha como alvos a imprensa e as entidades que denunciavam violações dos direitos humanos, assim como aquelas ligadas à luta pela anistia.

Em 1978, o MDB apresentou uma chapa de oposição para a presidência da república, composta pelo general Euler Bentes Monteiro e pelo senador gaúcho Paulo Brossard. O general João Batista Figueiredo, candidato da Arena, foi o escolhido pelo Colégio Eleitoral para suceder Ernesto Geisel. ■

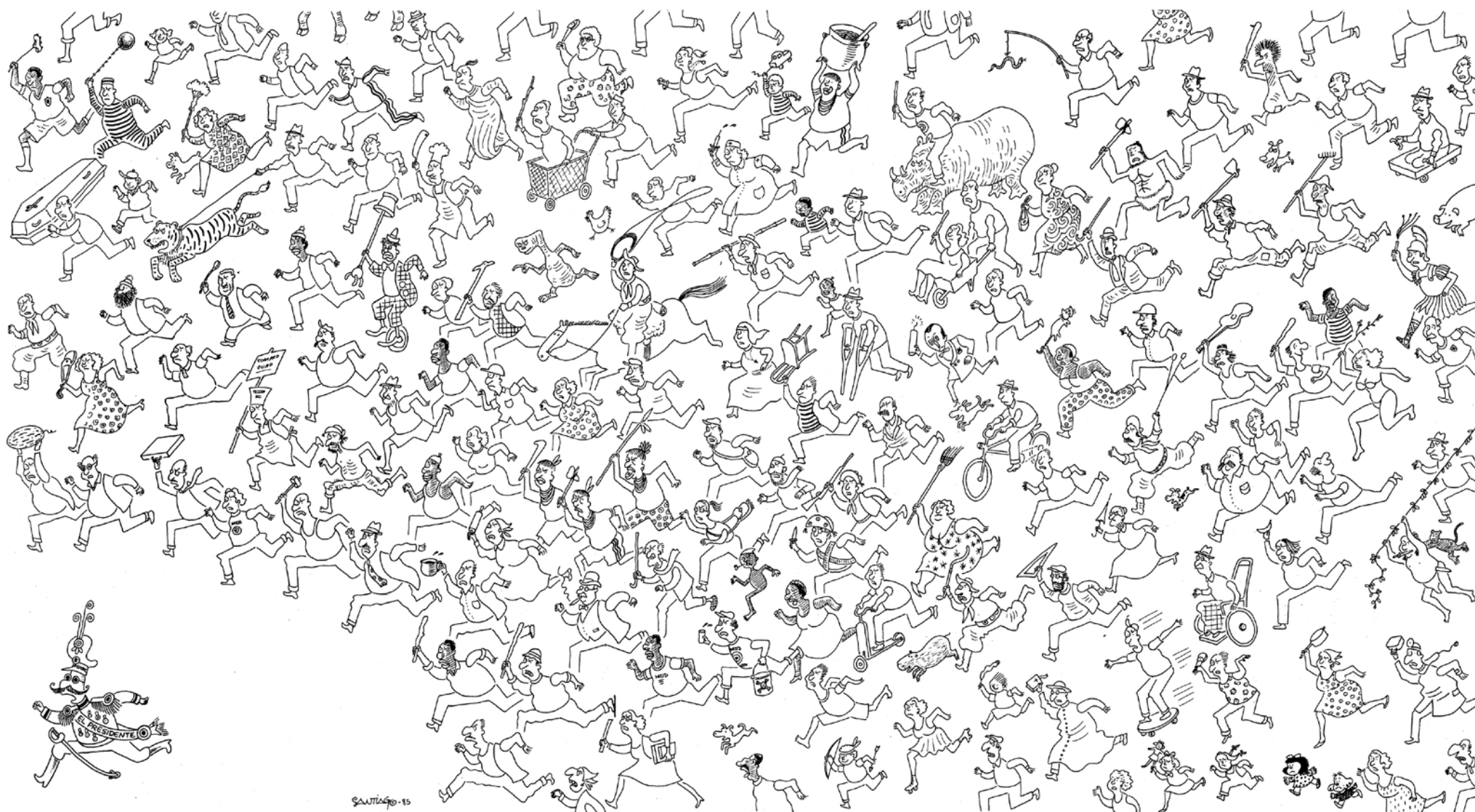


Charge de Sampaio sobre as mudanças eleitorais impostas pela ditadura.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio



Rango, personagem de Edgar Vasques, reflete sobre o voto do povo.



Na charge de Santiago, a luta contra a ditadura e os diversos movimentos sociais que passam a exigir a volta da democracia no período da "abertura".



Debate na televisão entre Nestor Jost e Paulo Brossard, candidatos ao Senado, às vésperas da eleição de 1974. Fotógrafo Gerson e Nico [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



O então deputado Pedro Simon e correligionários quando da cassação de mandatos de parlamentares do MDB, no início de 1977. Fotógrafo Olívio Lamas.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Comício da Arena no cinema Avenida, em Porto Alegre, em 1978. Fotógrafo Antônio Pacheco.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

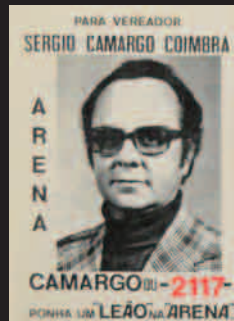
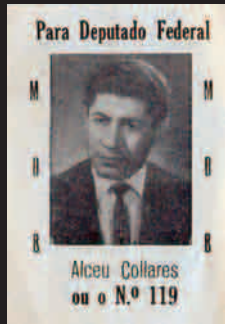


Campanha eleitoral de Américo Copetti, do MDB, no centro de Porto Alegre, em 1978. Fotógrafo Luiz [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Comício da Frente Ampla pela Redemocratização, com a presença do general Euler Bentes, candidato à presidência da república pelo MDB, em 1978. Fotógrafo Eduardo Tavares.



Panfletos e santinhos de campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul, década de 1970.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Geisel e Guazzelli cumprimentando a população em frente ao Palácio Piratini, em 1975.

Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Comandante do III Exército cumprimentando o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli.
Fotógrafo Antônio Vargas.



Figueiredo em visita ao Rio Grande do Sul, abril de 1979.
Fotógrafo Eduardo Tavares.



Figueiredo e o governador Amaral de Souza.
Fotógrafo Antônio Vargas.

Im 28 de agosto de 1979, o presidente Figueiredo sancionou a Lei da Anistia, que havia sido aprovada no Congresso Nacional no dia 22 daquele mês. A aprovação da anistia foi apresentada como um dos passos da política de distensão iniciada no governo Geisel e assumida pelo seu sucessor com o rótulo de “abertura”. No entanto, essa bandeira vinha sendo levantada havia vários anos por grupos de pessoas próximas às diferentes categorias de atingidos pelos atos de exceção da ditadura. A medida só começou a integrar o discurso do regime após a mobilização social que marcou a segunda metade da década de 1970.

A luta pela anistia teve início em 1975, quando mulheres de várias cidades do Brasil formaram núcleos do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Elas propunham o engajamento das mulheres na política, a mobilização do seu espírito solidário na busca da anistia, que demandavam ampla e geral. O núcleo gaúcho foi criado em junho e contou com a liderança de Lícia Peres e de Zulmira (Mila) Cauduro. A principal estratégia do MFPA foi a busca de apoio institucional: as componentes do grupo fizeram contatos com parlamentares dos dois partidos, especialmente o MDB, mobilizando a seu favor o argumento de que a anistia fazia

parte do programa do partido de oposição; procuraram sensibilizar autoridades da Igreja, como o arcebispo Dom Vicente Scherer – neste último caso, sem muito sucesso. As militantes do MFPA procuraram, ainda, divulgar as ações do grupo e a causa da anistia por meio da imprensa, pela participação em comícios do MDB na campanha de 1976 e pela tentativa de indicar o nome de Mila Cauduro para a vaga de suplente de senador em 1978.

Foram, também, aproveitadas outras oportunidades para a propaganda da anistia: todos os anos, no dia 24 de agosto, aniversário de morte de Getúlio Vargas, eram realizadas manifestações nas quais se destacava que o ex-presidente tinha concedido diversas anistias. Isso ajudava a sustentar o argumento de que essa medida fazia parte da história brasileira e, ao mesmo tempo, servia para enfatizar a importância de lideranças trabalhistas, numa época em que os principais nomes ligados a essa corrente política (Leonel Brizola e João Goulart) estavam no exílio.

Entre 1975 e o início de 1978, o MFPA foi a única entidade que, no Rio Grande do Sul, voltava-se exclusivamente à luta pela anistia, apesar de outras – como a OAB, as organizações estudantis e setores mais à esquerda dentro do MDB, o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) e o Setor

A luta pela anistia e a reforma partidária

Jovem Metropolitano – também apoiarem essa bandeira. Em outras partes do Brasil, surgiram e cresceram nesse mesmo período outros núcleos do MFPA e outras entidades que, ao se colocarem de forma crítica frente ao regime, demandavam anistia. No exterior, entre os exilados, também iniciou um processo de organização de grupos, que deu origem, por exemplo, ao Comitê Brasil pela Anistia, fundado em Paris, em 1975, e ao Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil, sediado em Lisboa.

Em fevereiro de 1978 foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Aos poucos, foram surgindo pelo país outros CBAs, que congregavam militantes e familiares, ex-presos políticos e advogados, além de representantes de sindicatos, centros acadêmicos, grupos de defesa dos direitos humanos, associações profissionais etc. Apesar de manterem a autonomia no seu funcionamento, os núcleos do MFPA integraram-se aos CBAs, articulando-se em nível nacional por meio de encontros e congressos. Em Porto Alegre, entre março e abril de 1978, foi criado o Comitê Unitário pela Anistia do Rio Grande do Sul (CBA/RS); na ocasião, foi lançado um manifesto assinado pelo MFPA, pelos setores jovem e feminino do MDB, pelo IEPES, por um grande número de entidades estudantis da UFRGS, da PUCRS e da Unisinos e, ainda, por entidades de trabalhadores da saúde e da educação, por um grupo de teatro e pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

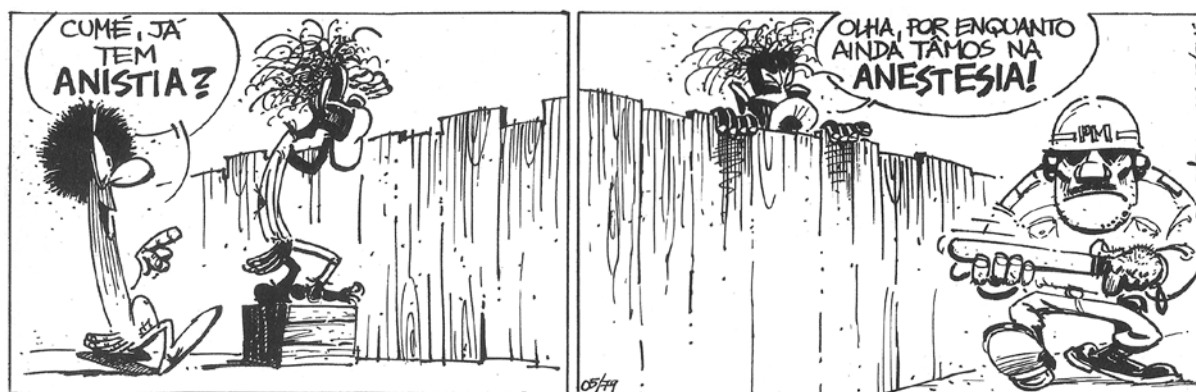
Entre 1978 e 1979, sob a direção do CBA/RS, que teve Raquel Cunha como presidente, as estratégias em prol da anistia foram guiadas pelo propósito de popularizar a luta, através do incentivo para que entidades estudantis, sindicais, profissionais, culturais e comunitárias se engajassem na causa. Alguns momentos da

mobilização dos anos de 1978 e 1979 podem ser considerados emblemáticos da luta em prol da anistia no Rio Grande do Sul, apesar de não terem ficado restritos ao estado: trata-se das campanhas pela libertação de Flávia Schilling e de Flavio Koutzii, ela presa no Uruguai desde 1972 e ele, na Argentina desde 1975.

Flávia era filha do ex-assessor de Brizola, Paulo Schilling, que estava com a família no exílio uruguaio desde 1964. Foi presa quando tinha 18 anos e condenada a seis anos de prisão – pena que foi aumentada posteriormente –, sob acusações de envolvimento com pichações, distribuição de panfletos, discussões políticas e de autoria de um manual de fabricação de armas. A situação da jovem foi denunciada em diversas atividades associadas à luta pela anistia, por entidades estudantis e por CBAs, cujas lideranças fizeram pressões sobre membros da diplomacia uruguaia e sobre as autoridades brasileiras, as quais se mostraram indiferentes, por longos anos, à situação de Flávia. Além disso, órgãos da imprensa alternativa divulgavam notícias sobre a situação da presa política. Uma compilação de cartas enviadas pela jovem à família foi publicada em 1978. Foram feitas coletas de

dinheiro para custear a assistência judiciária e para pagar despesas de “hospedagem” exigidas pelo governo uruguaio. A libertação de Flávia se deu em abril de 1980, quando o governo uruguaio, pressionado interna e externamente, promulgou uma lei que dava liberdade e expulsava todos os estrangeiros presos no país.

Flavio Koutzii, por sua vez, tinha saído do Brasil em 1970. Em 1972 foi condenado pela Justiça Militar por atividades subversivas quando atuava junto ao movimento estudantil e a organizações clandestinas. Depois de ficar por dois anos na França, transferiu-se para a Argentina, onde foi preso em 1975, por sua militância junto ao PRT/ERP (Partido Revolucionario de los Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo). A condenação a mais de seis anos de prisão foi dada apenas em 1978 e a partir daí começaram a ser organizados abaixo-assinados no Brasil, na França e na Argentina clamando pela sua libertação. Flavio passou por diversas prisões argentinas, onde foi alvo de torturas e de variadas formas de violência. Foi libertado em junho de 1979, depois que o presidente argentino Jorge Videla o indultou e o expulsou do país.



Tira de Edgar Vasques sobre a demora na aprovação da Lei de Anistia.



Charge de Juska sobre os excluídos da Lei de Anistia.

Em junho de 1979, o governo Figueiredo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei de anistia. A partir desse momento, novas entidades, além das mencionadas, passaram a participar da campanha, a direcionar sua ação para o encaminhamento das demandas específicas de anistia de cada categoria, como os militares afastados das Forças Armadas logo após o golpe, os professores universitários expurgados, os funcionários da Prefeitura de Porto Alegre e da Rede Ferroviária Federal, da Petrobrás. Reuniões foram realizadas na Assembleia Legislativa e uma comissão de entidades gaúchas se dirigiu a Brasília, entre 3 e 5 de agosto, visando influenciar os parlamentares que votariam o projeto do governo. Foi realizada, também, uma vigília em frente à Catedral de Porto Alegre, onde os

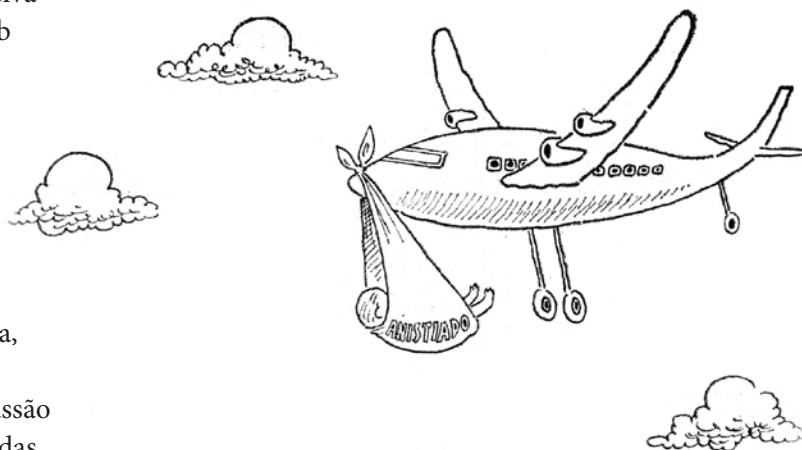
militantes se fizeram presentes com faixas e cartazes, dando visibilidade à questão.

O projeto do governo, apresentado ao Congresso Nacional em 27 de junho de 1979, foi entendido pelas entidades pró-anistia como uma proposta restrita e recíproca, que em muito se distinguia da medida que reivindicavam, ampla – para todos os crimes políticos; geral – para todas as categorias de atingidos pelos atos de exceção; e irrestrita – sem nenhum impedimento à sua pronta aplicação. A lei aprovada em agosto, no entanto, excluía do benefício parte daqueles que haviam lutado contra a ditadura (sobretudo os que pegaram em armas para combater o regime e foram enquadrados na legislação repressiva como “terroristas”) e abrangia, sob a fórmula da anistia aos “crimes conexos”, os agentes do Estado. O objetivo do governo era garantir a impunidade a todos os membros do aparato repressivo e aos responsáveis diretos pelos atentados contra os direitos humanos, como tortura, assassinato e desaparecimentos.

Ao longo do processo de discussão do projeto, apresentação de emendas e votação no Congresso Nacional, houve intensificação da pressão nas ruas e também nos presídios. Uma greve de fome nacional feita pelos presos políticos chamou a atenção dos parlamentares e da sociedade para a realidade daqueles que eram apontados como “terroristas” pelo regime. Ainda sobre a luta pela

anistia no Rio Grande do Sul, é preciso destacar a importância da Assembleia Legislativa. Por meio de deputados do MDB e de outros membros do partido que apoiavam a causa, a Assembleia ofereceu infraestrutura para o funcionamento do MFPA, do CBA e de outras entidades, proporcionou espaço para debates, atos públicos e comícios e permitiu, através dos debates parlamentares e do seu registro, que ficassem conhecidas as variadas ações realizadas pelas entidades pró-anistia.

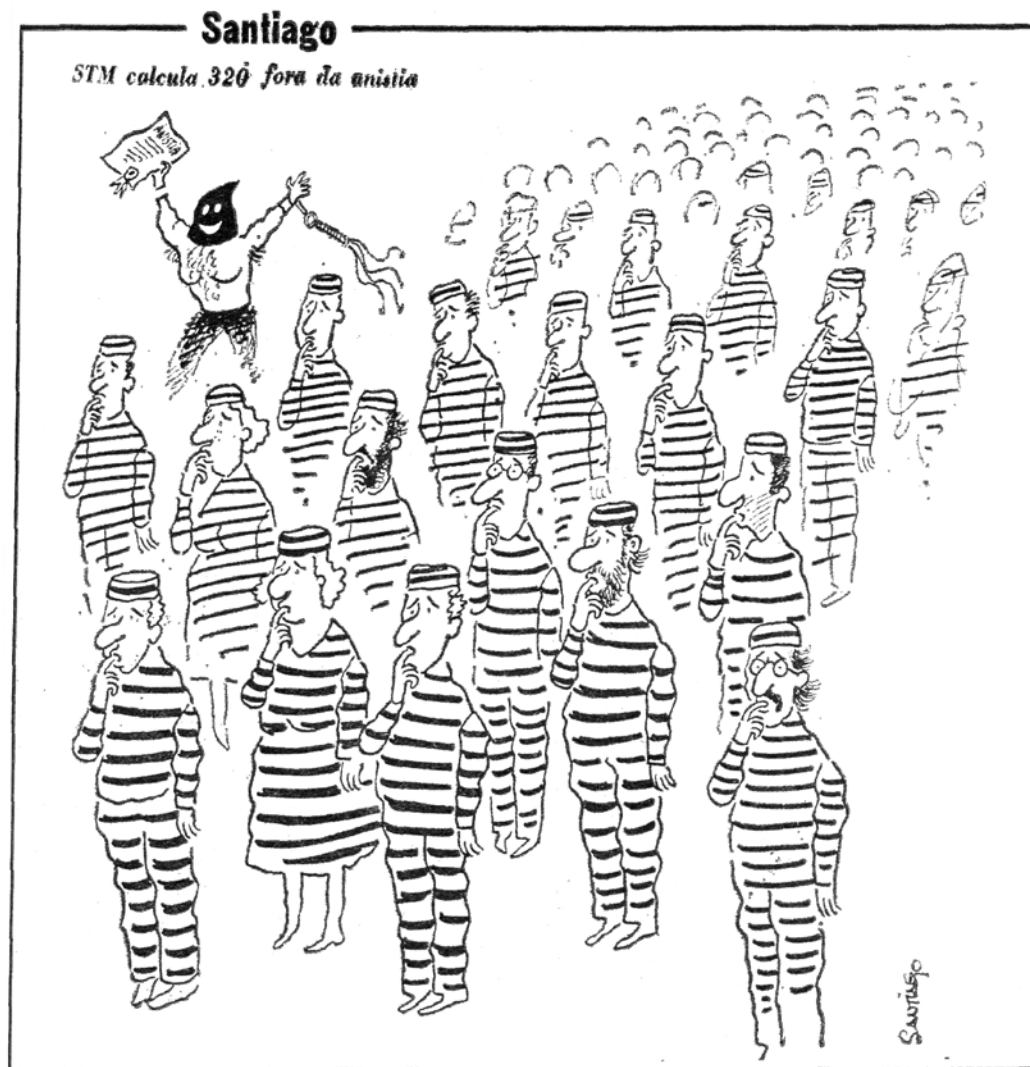
Apesar de ter sido muito criticado pelas entidades que participaram do movimento, o projeto de Figueiredo foi aprovado pelo



Charge de Santiago sobre as expectativas e frustrações com a Lei de Anistia.

Congresso Nacional, já que a maioria dos seus membros era fiel ao governo. Até hoje, a presença na lei da expressão “crimes conexos” tem sido utilizada como argumento para garantir a impunidade dos torturadores. A Lei de Anistia previa, também, que a reintegração de funcionários públicos civis e militares deveria se dar com o aval de comissões nomeadas pelo Poder Executivo, o que ia contra a pretensão de se alcançar uma medida com aplicação imediata.

Depois de aprovada a anistia, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para modificar o sistema partidário, que foi aprovado depois de intensa discussão e sancionado em dezembro de 1979. A Lei 6.767 extinguiu a Arena e o MDB e fixava as regras para a criação de novos partidos políticos. A proposição da reforma partidária pode ser entendida como uma manobra governista para dividir o MDB, devido ao crescimento que o partido teve desde 1974 e que ainda deveria ter com a volta dos exilados ao Brasil. A mudança, no entanto, vinha sendo almejada por grupos dentro do próprio partido de oposição, por exemplo, com as articulações feitas por Brizola, então exilado em Portugal, para refundar o PTB e com a criação, no seio do MDB gaúcho, de uma Tendência Socialista, ainda em 1977. Esses grupos, depois da lei de 1979, participaram da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e do Partido dos Trabalhadores (PT). Muitos antigos filiados do MDB optaram pelo PMDB e a Arena, por sua vez, num primeiro momento manteve a unidade e transformou-se no Partido Democrático Social, o PDS. Alguns dissidentes, um pouco mais tarde, formaram o Partido da Frente Liberal, o PFL – posteriormente, o PFL deu origem ao atual Democratas, enquanto que o PDS, após sucessivas mudanças de nome, converteu-se no atual PP (Partido Progressista). ■



Charge de Santiago sobre as expectativas e frustrações com a Lei de Anistia.



Mila Cauduro, do MPPA, discursa no aniversário da morte de Vargas, em 1976. Fotógrafo Antônio Carlos Mafalda.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Anúncio da morte de Jango em São Borja, dezembro de 1976. Fotografia Antônio Vargas.



Pedro Simon no funeral de Jango. Fotografia Antônio Vargas.



A bandeira da anistia sobre o caixão de Jango.
Fotógrafo Luiz [assim informado pelo CDI].
Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Ato público em favor dos deputados cassados, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, abril de 1979. Fotógrafo Eduardo Tavares.



Manifestação pela anistia, Porto Alegre, agosto de 1979.
Fotógrafo Eduardo Tavares.





Cartaz da campanha pela anistia.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Lançamento da campanha da anistia, em Porto Alegre, em abril de 1978.
Fotógrafo Eduardo Tavares.



Cartaz de divulgação da campanha pela libertação de Flávia Schilling.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Campanha pela libertação de Flavio Koutzii, Porto Alegre, maio de 1979. Fotógrafo Eduardo Tavares.





Depois da anistia, a volta de Leonel Brizola.
Fotógrafo Ricardo Chaves.



A votação da Lei de Anistia no Congresso Nacional.
Fotógrafo Luiz [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Hm novembro de 1978, os militantes uruguaios do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), Universindo Díaz, Lilian Celiberti e os filhos de Lilian, Camilo e Francesca, foram sequestrados por agentes de repressão uruguaios e brasileiros

em Porto Alegre. Essa ação fazia parte da Operação Condor, uma organização conjunta das ditaduras do Cone Sul durante a década de 1970 para reprimir os opositores que garantia, entre outras coisas, o trânsito de agentes entre os países com o intuito de debelar as oposições além-fronteira. As primeiras ações foram realizadas em outubro de 1975, e o período de maior atividade da Condor foi em 1976 e 1977.

Além de manter contato com a resistência uruguia, os militantes do PVP que residiam no Brasil buscavam travar relações com entidades de defesa dos direitos humanos, com o intuito de denunciar as violações ocorridas no Uruguai e a própria Operação Condor. Por essa razão Universindo Díaz e Lilian Celiberti estavam em Porto Alegre. Uma vez que eles se estabilizaram, Lilian trouxe seus filhos, Camilo e Francesca, que moravam na Itália desde que ela partira para o exílio. No dia 12 de novembro, Lilian foi sequestrada na Estação Rodoviária de Porto Alegre por uma equipe composta por agentes uruguaios e do DOPS/RS. Logo após,

Universindo e as crianças, que se preparavam para ver um jogo no Estádio Beira-Rio, foram sequestrados no apartamento em que moravam no Bairro Menino Deus. Eles foram levados ao DOPS/RS, no Palácio da Polícia, onde os adultos passaram por torturas. No dia 13, os quatro foram transferidos para uma prisão clandestina em Montevideu, junto com outros militantes do PVP capturados.

No Uruguai, Lilian elaborou uma estratégia para libertar seus filhos: disse aos agentes que se reuniria com correligionários no dia 17, no apartamento de Porto Alegre, oportunidade em que os mesmos poderiam ser capturados. Desta forma, ela foi levada de volta à capital gaúcha e conseguiu, através de códigos, informar o que se passava aos companheiros de partido, que avisaram jornalistas e defensores dos direitos humanos. Assim, no mesmo dia 17, os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco, da sucursal gaúcha da revista *Veja*, foram ao apartamento onde os uruguaios moravam e encontraram Lilian acompanhada de agentes do DOPS e da repressão uruguia, o que deu início a um trabalho de investigação e de denúncia do sequestro. Destacam-se, além da atuação de Cunha e Scalco, a do advogado Omar Ferri, de Jair Kruschke (do Movimento de Justiça e Direitos Humanos) e da mãe de Lilian, Lília Celiberti. Ela havia sido informada do

O sequestro dos uruguaios

ocorrido e, no dia 23 de novembro, estava em Porto Alegre, clamando por seus netos; graças a isso, as crianças foram libertadas e entregues aos avós no dia 25 de novembro. Devido ao impacto que o caso teve com a divulgação na imprensa, a repressão uruguaia viu-se obrigada a legalizar a detenção de Lilian e Universindo. A campanha internacional chegou a um de seus objetivos: evitou que os militantes engrossassem a lista de desaparecidos “nas asas do Condor”.

O caso não terminou aí. Enquanto Cunha, Scalco, Ferri e Krischke prosseguiram com a investigação, começou a pressão para que houvesse um inquérito oficial, especialmente sobre a presença de agentes uruguaio no território brasileiro e a colaboração do DOPS gaúcho na ação. Um dos momentos significativos nesse processo foi a participação do filho de Lilian, Camilo (sete anos) na identificação, através de fotos, das dependências do DOPS/RS e dos agentes dessa instituição envolvidos no sequestro: o temido Pedro Seelig, Orandir Lucas (o Didi Pedalada, ex-jogador do Internacional) e Faustina Severino. Faustina, que era escritã do DOPS/RS e havia cuidado das crianças, morreu em circunstâncias suspeitas em 7 de maio de 1979, cinco dias após seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembleia Legislativa. Chamou atenção o fato de que seu velório foi prestigiado por grandes nomes do governo, entre eles Amaral de Souza, governador eleito indiretamente havia pouco tempo. A mencionada CPI foi outro momento importante da investigação, assim como o inquérito policial e o processo que transcorreu na justiça.

De encontro à investigação vinha o aparato repressivo, que não queria ser desmascarado. O governador Sinval Guazzelli manteve uma postura dúbia em relação ao fato e à

responsabilização dos agentes do DOPS. A CPI, por sua vez, foi palco de grandes embates entre a Arena, que negava os dados apontados, e o MDB, que via no caso uma forma de denunciar as violências cometidas pelo regime. Nesses embates, destacaram-se como “advogados” da repressão os deputados arenistas Jarbas Lima e Cícero Viana. Ao final do julgamento, Didi Pedalada e João Augusto da Rosa (também conhecido como Irno) foram condenados pelo sequestro. O delegado Pedro Seelig, também apontado por diversos torturados como um dos mais cruéis funcionários do DOPS/RS, foi absolvido por falta de provas.

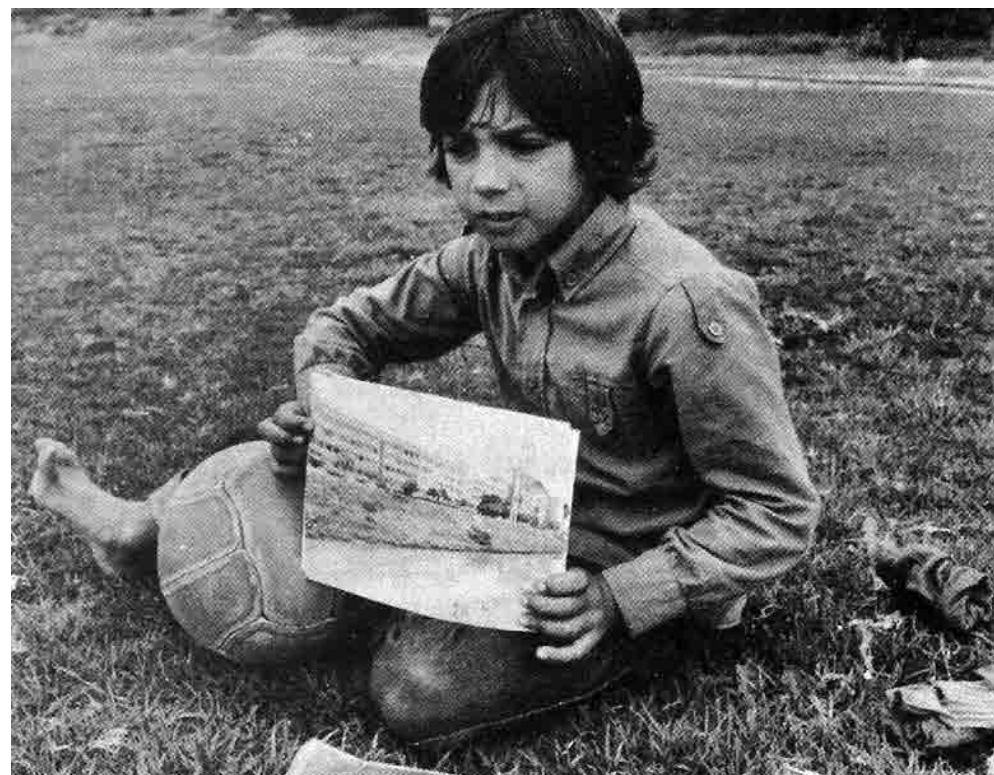
O sequestro dos uruguaio trouxe à luz a Operação Condor e a participação ativa que o Brasil desempenhava. Após esse caso, não foi mais possível negar a existência de conexões repressivas entre as ditaduras do Cone Sul, mostrando que, nem longe da pátria, os alvos da repressão tinham sossego. Esse desvelamento foi possível devido à diferença de nível de repressão e de censura que existia entre Brasil e as outras ditaduras: aqui já havia um ambiente propício à denúncia da repressão, o que permitiu a campanha internacional que salvou Universindo, Lilian, Camilo e Francesca. ■



Charge de Edgar Vasques sobre a conexão repressiva das ditaduras no Cone Sul.



Lília Celiberti e Omar Ferri denunciam o sequestro em 22 ou 23 de novembro de 1978. Fotógrafo Ricardo Chaves.



Camilo (filho de Lillian Celiberti) em Montevideu, após ter sido entregue a seus avós, identificando o prédio do Palácio da Polícia, em 1978. Fotógrafo Ricardo Chaves.



Governador Amaral de Souza no velório de Faustina Severino, em 8 de maio de 1979. Fotógrafo Eduardo Tavares.



Pedro Seelig, do DOPS, recebendo do Exército a Medalha do Pacificador, em 1973. Fotógrafo Ricardo Chaves.



Depoimento do jornalista Luiz Cláudio Cunha na Justiça, com Pedro Seelig e Orandir Lucas ao fundo, em 11 de maio de 1979. Fotógrafo Eduardo Tavares.



Universindo Díaz e Lilian Celiberti em Porto Alegre em 1984, após serem libertados.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



A segunda metade da década de 1970 foi marcada pelo processo de reconquista das ruas para as manifestações populares. Os protagonistas dessa nova ou renovada forma de fazer política foram os estudantes, através das entidades estudantis. Sua ação acabou servindo como exemplo que foi seguido, logo depois, por outros setores ou organizações da sociedade civil.

O movimento estudantil era composto por diferentes tendências, vinculadas a correntes políticas da esquerda, a maioria das quais vivia na clandestinidade. As tendências tinham relação com as organizações comunistas e trotskistas e algumas atuavam no seio do MDB. Após o recrudescimento da repressão, no final da década de 1960, o movimento estudantil gaúcho passou por uma diminuição considerável de seu potencial combativo. Dois decretos-lei, o 228/67 e o 477/69, cerceavam a política estudantil: o primeiro dava ao regime a possibilidade de intervir em entidades acadêmicas, enquanto o segundo, mais temido, permitia que estudantes, professores e funcionários fossem processados pela Lei de Segurança Nacional, além de expulsar os estudantes que participassem de manifestações contrárias ao regime. Durante o início da

década de 1970, as mobilizações estudantis de oposição à ditadura estavam restritas aos ambientes escolares ou universitários, e, mesmo assim, eram alvo de forte vigilância. Ao mesmo tempo, existia a preocupação de reconstruir as estruturas da base do movimento estudantil, como os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais dos Estudantes das universidades.

Essa situação começou a ser modificada na Semana Regional pelas Liberdades Democráticas, realizada de 1º a 7 de maio de 1976. Surgida de uma decisão do Conselho dos DCEs, foi a primeira atividade estudantil nacional unificada depois de 1968. No Rio Grande do Sul, foi organizada pela UFRGS e pela PUCRS. Na UFRGS, a reitoria fechou as salas e a própria universidade, fazendo com que os estudantes procurassem a Assembleia Legislativa para a realização das atividades. Entre as manifestações dos estudantes da UFRGS foi realizado um ato em solidariedade aos presos políticos e aos exilados. Já na semana organizada por estudantes da PUCRS, ocorreram palestras e atos contrários ao regime, apesar da proibição da reitoria. Nos dois eventos, houve grande participação dos estudantes.

Ao mesmo tempo, os estudantes procuraram reorganizar as entidades que representavam suas demandas: a UNE e as UEEs. Entre 1976

O ressurgimento do movimento estudantil

e 1978, foram realizados quatro Encontros Nacionais dos Estudantes (ENE) com o intuito de reconstruir a UNE, o que foi conseguido em março de 1979, ao final do XXXI Congresso Nacional dos Estudantes, acontecido em Salvador.

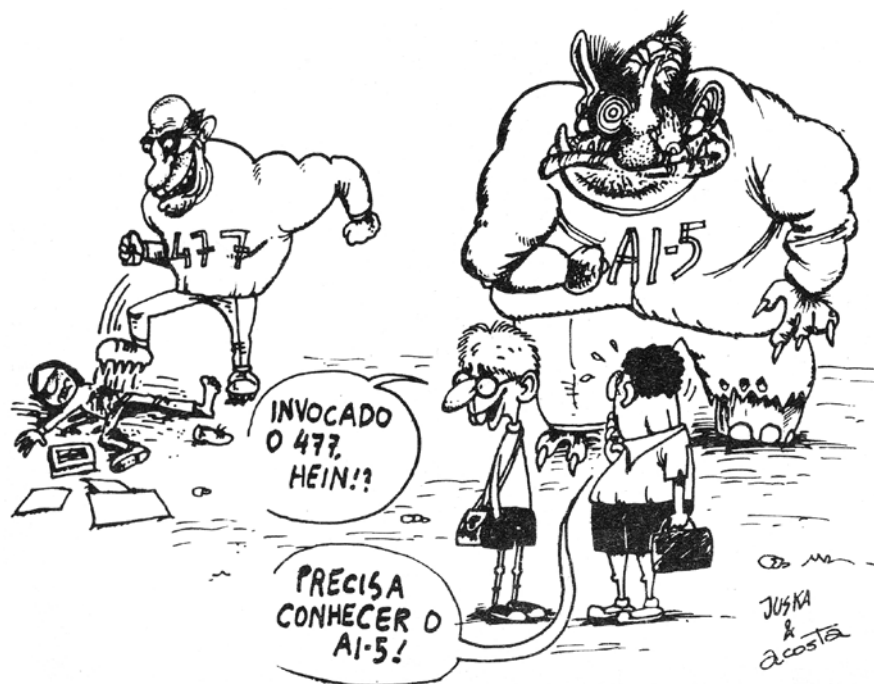
Em 23 de agosto de 1977, aconteceu o Dia Nacional de Lutas. Em Porto Alegre, ocorreram mobilizações para marcar o dia, com a saída dos estudantes dos campi e sua manifestação nas ruas. Foram planejadas diversas medidas para contornar a repressão, que já era prevista. Uma das estratégias foi fazer com que o ato ocorresse em diversos lugares ao mesmo tempo: enquanto um grupo era reprimido, outro se manifestava em um lugar diferente. Apesar desses cuidados, houve prisões e violência contra os estudantes. De qualquer

forma, o saldo das manifestações foi positivo por ter mobilizado um grande número de participantes. Essa manifestação e as que se seguiram tiveram apoio da população, através de papéis picados jogados das janelas por parte dos trabalhadores e moradores do centro de Porto Alegre. O 3º ENE, que estava previsto para acontecer em Belo Horizonte e que foi cancelado por causa da repressão, acabou ocorrendo nos dias 22 e 23 de setembro de 1977, em São Paulo. Os policiais, comandados pelo coronel Erasmo Dias, invadiram a PUC/SP e a USP, em uma atitude truculenta. Mesmo assim, os líderes estudantis conseguiram organizar a Comissão Pró-UNE, que articulou o congresso de refundação da entidade.

O movimento estudantil gaúcho também se envolveu em outras campanhas do período,

contribuindo significativamente para a luta pela anistia e dando apoio a demandas sindicais de trabalhadores. Diversas entidades estudantis participaram da fundação do Comitê Unitário pela Anistia do Rio Grande do Sul, em abril de 1978, e das campanhas em prol da libertação de Flávia Schilling e Flavio Koutzii, brasileiros presos no Uruguai e na Argentina, respectivamente. Na greve dos trabalhadores da construção civil, acontecida em Porto Alegre em 1979, estudantes da tendência Liberdade e Luta (LIBELU) fizeram uma greve de fome, pedindo a libertação de militantes presos em manifestações dos operários. O envolvimento do movimento estudantil nessas mobilizações demonstra as relações entre os grupos que surgiam na cena política no final da década de 1970: havia uma união entre as demandas, que refletiam a luta contra o arbítrio e a busca de uma sociedade mais igualitária. Após a refundação da UNE, o movimento estudantil gaúcho se mobilizou para reorganizar a UEE. Para isso, foram feitas reuniões em 1979, em Porto Alegre, e em 1980, em Santa Maria, onde foi refundada a entidade.

Uma situação que demonstrou o protagonismo do movimento estudantil ao final da ditadura foram as manifestações contra a presença do ditador argentino Rafael Videla em Porto Alegre. Ele e o general João Batista Figueiredo, presidente do Brasil desde 1979, pretendiam reinaugar a Praça Argentina, que ficava em frente ao campus central da UFRGS. Os estudantes resolveram realizar no dia anterior um ato de repúdio, brutalmente reprimido pela Brigada Militar, que chegou a invadir o Restaurante Universitário (RU) e a Casa do Estudante da UFRGS. Depois disso, os estudantes decidiram que haveria greve e vigília até a saída de Videla. A vigília realizada



Charge de Juska sobre movimento estudantil, 1976.

no RU teve participação de músicos, atores e militantes que denunciavam as violações de direitos humanos cometidas pelas ditaduras brasileira e argentina. Na manhã do dia 23 de agosto, os estudantes planejavam realizar atos na praça e em frente ao consulado argentino. Com a perspectiva do enfrentamento entre os estudantes, reunidos na Praça Argentina, e os soldados da Brigada Militar, na Praça Raul

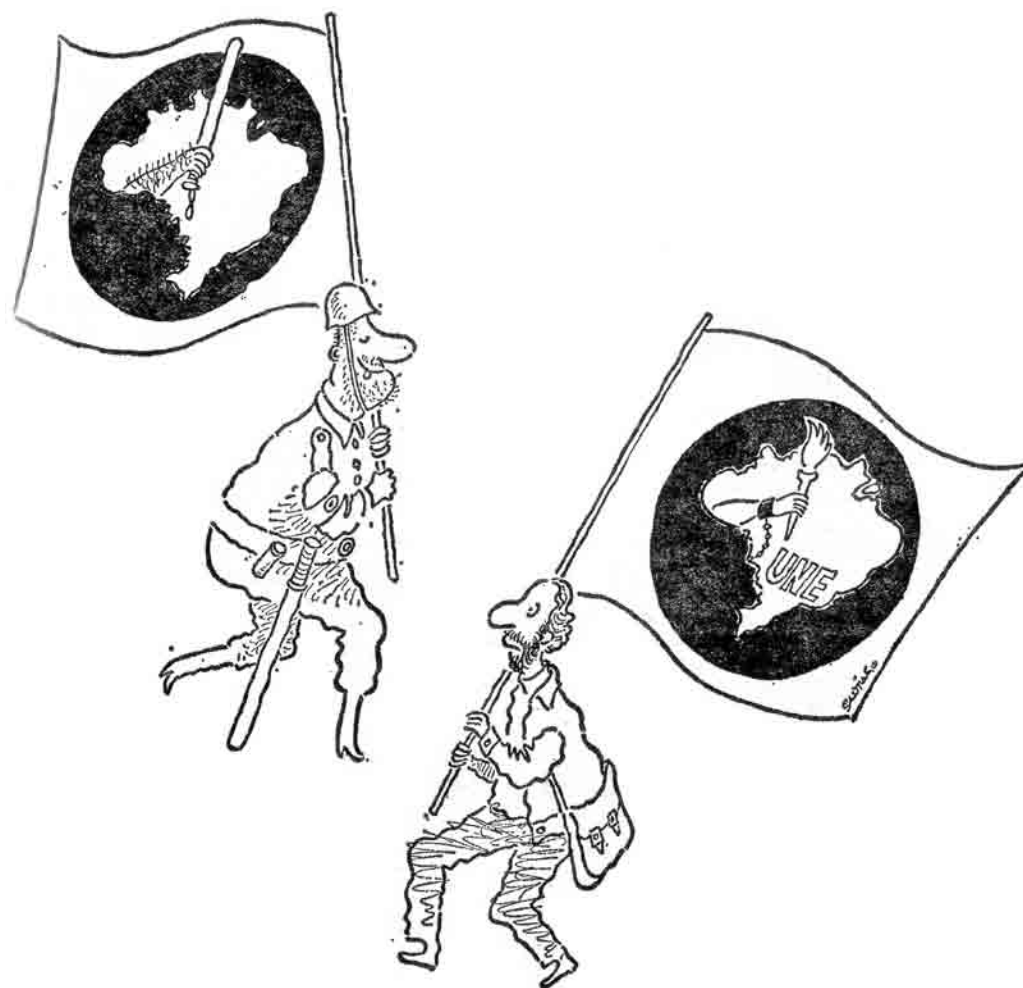
Pilla, do outro lado da Avenida João Pessoa, a reinauguração foi cancelada e os manifestantes comemoraram a vitória “mudando” o nome do local para “Praça das Madres de Mayo”.

O retorno da UEE foi marcado pela organização do festival Cio da Terra em Caxias do Sul, em outubro de 1982. Esse festival contou com a presença de mais de dez mil espectadores, que assistiram shows

de artistas locais, como Nei Lisboa, Nelson Coelho de Castro e Bebeto Alves, e também de artistas como Geraldo Azevedo, Ednardo e o grupo Tarancón, formado por músicos latino-americanos exilados no Brasil. No festival, houve ainda espaço para outras artes desenvolvidas no estado, como teatro e cinema. Foram feitos, ainda, debates sobre sexualidade e ecologia, entre outros temas. ■



Charge de Sampaolo sobre manifestações estudantis.



Charge de Santiago sobre refundação da UNE.



Manifestações estudantis no Dia Nacional de Lutas, próximo ao campus central da UFRGS, nas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, no dia 23 de agosto de 1977. Fotógrafo Antônio Vargas.



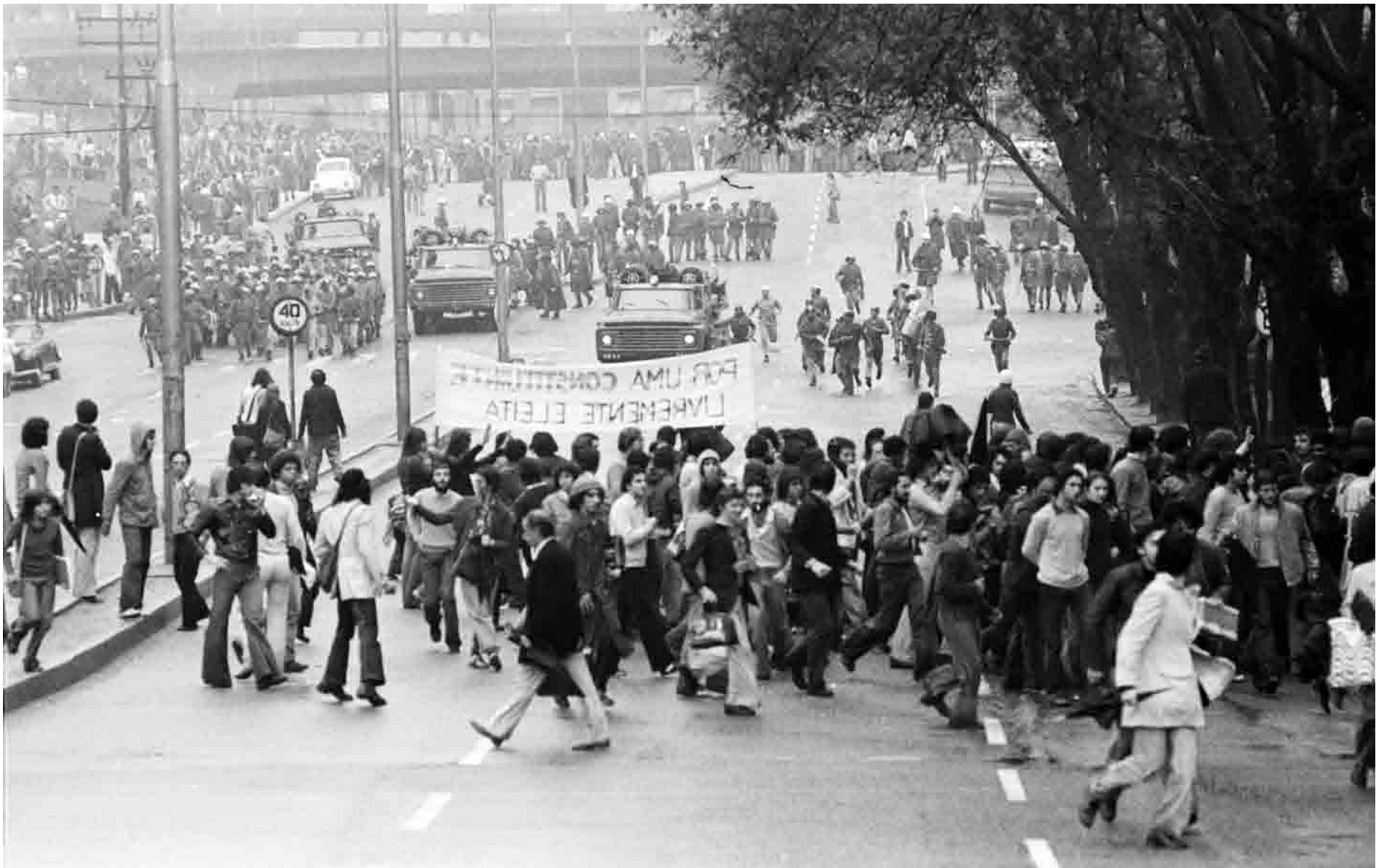


Manifestações estudantis no Dia Nacional de Lutas, próximo ao campus central da UFRGS, nas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, no dia 23 de agosto de 1977. Fotógrafo Ricardo Chaves.





Repressão à manifestação estudantil no Dia Nacional de Lutas, em frente ao campus central da UFRGS, Porto Alegre. Fotógrafo Ricardo Chaves.



Manifestações estudantis no Dia Nacional de Lutas, próximo ao campus central da UFRGS, nas avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha, no dia 23 de agosto de 1977. Fotógrafo Olívio Lamas.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Assembleia de estudantes da Unisinos, em São Leopoldo, 10 de setembro de 1980. Fotografia Arivaldo [assim informado pelo CDI].

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Greve de fome de estudantes da LIBELU em prol da libertação de militantes presos em manifestações, DCE/UFRGS, Porto Alegre, em 20 de agosto de 1979. Fotografia Eduardo Tavares.



Manifestação de estudantes contra a visita do ditador argentino Videla em frente à Casa do Estudante da UFRGS, no dia 22 de agosto de 1980. Fotografia Arivaldo Chaves.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Após um período de intensa atuação no início da década de 1960, as mobilizações dos trabalhadores passam a sofrer duramente com a repressão da ditadura. A intervenção nos sindicatos e a legislação autoritária impuseram um verticalismo na estrutura sindical, facilitando a chegada às diretorias de lideranças próximas ao regime. No início da década de 1970, alguns desses sindicatos faziam, inclusive, manifestações de apoio à ditadura durante a organização das festividades do Dia do Trabalhador.

Na segunda metade da década de 1970, o movimento sindical, ao lado do movimento estudantil, passou a ter grande importância na esfera nacional e se tornou um dos principais protagonistas na luta pela redemocratização. Diversas categorias de trabalhadores se mobilizaram e promoveram ondas de greves, confrontando a política de abertura e o arrocho salarial. Dentro dos sindicatos, começaram a surgir novas lideranças e novas bandeiras de luta, como a defesa do direito à autonomia e à organização das entidades sem a interferência estatal.

A greve dos metalúrgicos do ABC paulista, no início de 1978, foi a primeira a ocorrer desde a decretação do AI-5 e tornou-se um marco

para a reconstrução do movimento sindical e a retomada da luta contra a ditadura. Os operários já vinham se mobilizando desde o ano anterior, quando se descobriu que o regime havia promovido uma desvalorização de 34,1% do salário real dos trabalhadores brasileiros durante o período do chamado “milagre econômico”. Na época, a reposição dos salários era estipulada com base na taxa de inflação medida pelo Estado. A ditadura fraudou esses índices, o que contribuiu para que os salários fossem desvalorizados e, com isso, aumentasse a concentração de renda.

No ano de 1979, mais de três milhões de trabalhadores entraram em greve em todo o Brasil, com o Rio Grande do Sul entre os grandes protagonistas dessas mobilizações. Em 1978, já haviam ocorrido as primeiras paralisações (desde 1968) no estado, com os casos dos ferroviários de Santa Maria e dos trabalhadores das confecções Wollens S/A em Porto Alegre.

Entre março e abril de 1979, ocorreram pelo menos quatro greves no Rio Grande do Sul: a dos trabalhadores da indústria do fumo, as greves dos médicos residentes da Santa Casa de Misericórdia e dos lixeiros, em Porto Alegre, e a greve dos professores do ensino público estadual, em diversos municípios gaúchos. Esta última, liderada pelo CPERS, teve uma duração de 13 dias e se tornou a mais marcante do

O movimento sindical urbano

período. Foi uma resposta ao descumprimento de um acordo assinado no ano anterior em que o governador Sinval Guazzelli havia prometido aos professores um aumento salarial de 70% e a fixação de um piso que corresponderia, na época, a três salários-mínimos. A categoria havia sofrido uma elevada desvalorização salarial desde o início da ditadura, e essa foi a primeira de muitas greves que vieram a ser promovidas pelo CPERS na luta pelo reconhecimento dos professores e por um piso salarial digno.

Entre os meses de agosto e setembro, aconteceram 45 greves no estado. A primeira delas, com início no dia 13 de agosto, foi a dos trabalhadores da construção civil de Porto Alegre. Em busca de aumento salarial e melhoria das condições de trabalho, os operários paralisaram as obras de construção da Vila Restinga. A greve chamou atenção por ter sido deflagrada por uma categoria com pouca tradição organizativa e independente da orientação



Charge de Santiago sobre a prisão das lideranças do sindicato dos bancários do Rio Grande do Sul durante a greve de setembro de 1979.



Tira de Edgar Vasques de maio de 1980 sobre a repressão policial sofrida pelos trabalhadores durante a ditadura.

do sindicato. Os trabalhadores promoveram diversas manifestações na cidade, as quais foram duramente reprimidas e ocasionaram a prisão dos líderes do movimento. No dia 14 de agosto, foi a vez dos motoristas, cobradores e fiscais de ônibus de Porto Alegre cruzarem os braços. Nesse mesmo mês, ocorreu também a greve dos caminhoneiros, que atingiu diversas cidades do Rio Grande do Sul e paralisou as estradas.

A greve mais impactante do segundo semestre de 1979 no Rio Grande do Sul foi a dos bancários, iniciada no dia 4 de setembro e liderada pelo sindicato da categoria. O movimento atingiu rapidamente o interior do estado, principalmente cidades como Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, Rio Grande, Uruguaiana, Santo Ângelo. A paralisação foi alvo de intensa repressão: foi decretada a intervenção no sindicato, destituída a sua diretoria e presas as principais lideranças do movimento – o então presidente do sindicato, Olívio Dutra, e aqueles que o substituíram no posto, Ana Santa Cruz e Namir Bueno. Com algumas vitórias políticas, mas sem a conquista de suas principais demandas, os bancários gaúchos encerraram a greve no dia 18 de setembro. No final do mês, o



Durante a onda grevista de 1979 ocorreram vários episódios de confronto das forças repressivas com manifestantes. Charge de Eugênio Neves, 18 de junho de 1979.

setor sofreu uma onda de demissões, que atingiu mais de 400 bancários.

Outras greves marcantes no mês de setembro foram a dos trabalhadores da indústria do calçado em Novo Hamburgo, a dos vigilantes de Porto Alegre e do interior e a das trabalhadoras da indústria do vestuário. Esta última chamou atenção pelas grandes manifestações protagonizadas por mulheres. No mês seguinte, ocorreu a greve dos trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de Porto Alegre. Ainda em 1979, sucederam-se paralisações da construção civil em Erechim e Candiota, dos lixeiros de

Bento Gonçalves, dos trabalhadores nas indústrias de celulose em Guaíba, entre outras.



Após vários anos de domínio de uma estrutura sindical atrelada à ditadura e aos empresários, trabalhadores retomam os sindicatos. Charge de Eugênio Neves, 24 de outubro de 1979.

A passagem da década de 1970 para a de 1980 foi marcada pelo embate político no interior do sindicalismo e concorrência de projetos distintos. Ocorreu um processo paulatino de mudanças das diretorias das entidades e de institucionalização das tendências sindicais que ganharam força a partir de 1978. As greves de 1979 impulsionaram importantes transformações na estrutura sindical brasileira e contribuíram para dar visibilidade a lideranças que vieram a ter um papel político expressivo nas décadas posteriores. Com o fim do bipartidarismo, a política sindical e a partidária se aproximaram cada vez mais. O movimento sindical se tornou um protagonista ativo na construção dos novos partidos e se empenhou na criação das centrais sindicais. Surgiram novos canais entre a sociedade e o Estado e novas formas de pressão.

Nesse processo de transformações no meio sindical, dois grupos diferentes se fortaleceram e ascenderam às diretorias: a Unidade Sindical, formada por setores da esquerda “tradicional”, como o PCB, o PCdoB, o MR-8; e o autodenominado “sindicalismo combativo” ou “novo

sindicalismo”, identificado com as correntes que surgiram no contexto grevista do final dos anos 1970 e que depois veio a desembocar no PT e na Central Única dos Trabalhadores (CUT). O marco para a separação desses blocos foi a organização da Comissão Nacional Pró-CUT, eleita na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em São Paulo em agosto de 1981. O Rio Grande do Sul enviou a segunda maior delegação de entidades para a conferência: 123 sindicatos, sendo que 65% eram urbanos e 35%, rurais. O Congresso de Fundação da CUT ocorreu em agosto de 1983, e o Rio Grande do Sul novamente foi o estado com a segunda maior delegação de entidades. Nesse mesmo ano foi também organizado um congresso pelo bloco formado pela Unidade Sindical, que não participou da criação da CUT e fundou a sua própria central, no início chamada CONCLAT e depois transformada em CGT.

No dia 21 de julho de 1983, ocorreu a primeira greve geral desde o início da ditadura. A comissão pró-CUT convocou para essa data o Dia Nacional de Protesto contra o Arrocho Salarial, que acabou se transformando no início da greve geral. A paralisação contou com uma grande adesão dos trabalhadores, mas foi severamente reprimida. Porto Alegre e outras capitais amanheceram ocupadas pelas forças do Exército.

Após a fundação da CUT em nível nacional, ganhou impulso a criação de uma seção regional da central sindical no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1984 foi realizado o primeiro Congresso Estadual da CUT-RS, no qual estiveram presentes 85 entidades. A formação da CUT-RS marcou uma retomada das greves como instrumento de mobilização e impulsionou uma nova greve geral em 1986. ■





Bancários lotam o estádio Gigantinho em uma assembleia da categoria durante a greve, Porto Alegre, 11 de setembro 1979.
Fotógrafo Arivaldo Chaves.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Assembleia dos professores estaduais durante a greve do CPERS.
Auditório Araújo Vianna, Porto Alegre, 5 de abril de 1979.
Fotógrafo Eduardo Tavares.



Repressão aos trabalhadores da construção civil em greve. Centro de Porto Alegre, 14 de agosto de 1979.
Fotógrafo Eduardo Tavares.



Manifestação durante a greve dos trabalhadores da construção civil em Porto Alegre, agosto de 1979.
Fotógrafo Antônio Vargas.



Trabalhadoras da indústria do vestuário tomam a frente em manifestação da greve da categoria. Centro de Porto Alegre, 5 de setembro de 1979. Fotógrafo Arivaldo Chaves.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora

Cartaz do movimento sindical no Rio Grande do Sul.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa





Greve dos trabalhadores da indústria do calçado em Novo Hamburgo, 4 de setembro de 1979.
Ao centro, Orlando Muller, presidente do sindicato da categoria. Fotógrafo Valério Ayres.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Manifestação no Dia do Trabalhador em Caxias do Sul, em 1983.
Fotógrafo Protásio Nene.

Acervo Fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional



Manifestação do dia 1º de maio em Porto Alegre,
Parque Farroupilha (Redenção), em 1986.
Fotógrafo Protásio Nene.

Acervo Fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional



Greve dos vigilantes, Porto Alegre, década de 1980. Fotografia Luiz Abreu.



Manifestação durante a greve geral de dezembro de 1986, avenida Borges de Medeiros, em frente ao Mercado Público, centro de Porto Alegre. Fotógrafo Luiz Abreu.



organização dos trabalhadores rurais sem-terra adquiriu grande importância no contexto de retomada dos movimentos sociais no final da década de 1970. A exclusão de um grande número de trabalhadores do

acesso à terra foi impulsionada pelo processo de modernização e capitalização das atividades agrícolas ocorrido ao longo da ditadura. No Rio Grande do Sul, a mobilização pelo acesso à terra passou a marcar a vida política a partir de 1978 e pôs a região norte do estado no centro de grandes lutas sociais.

A primeira mobilização dos sem-terra registrada no estado ocorreu após a expulsão de cerca de 1.500 famílias de colonos da reserva indígena de Nonoai. Durante décadas, colonos foram se estabelecendo como posseiros no interior da reserva, recebendo o incentivo do governo estadual e mesmo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que arrendava a terra para os trabalhadores rurais. Empresários da região também se beneficiavam das terras indígenas com a exploração da madeira extraída e da soja produzida no local. Em maio de 1978, os índios kaingang, comandados pelo cacique Xangrê, se organizaram e expulsaram os mais de sete mil colonos da reserva. Atuou na tentativa de mediar o conflito a Associação Nacional

de Apoio ao Índio (ANAÍ), uma entidade recém-criada e presidida pelo advogado e ambientalista gaúcho Caio Lustosa que teve um papel importante nas mobilizações em torno dos direitos indígenas, questão que assumiu considerável importância no processo de redemocratização do país.

As famílias que ficaram sem terra devido à expulsão, não tendo para onde ir, permaneceram nas estradas da região, onde começaram a formar acampamentos. A única solução oferecida pelo governo para o impasse foi um projeto de colonização no estado do Mato Grosso. Cerca de 500 famílias aceitaram a proposta, muitas delas acabaram retornando posteriormente devido à falta de infraestrutura e às más condições das terras. A situação dos que permaneceram precariamente na região começou a chamar a atenção e a despertar a solidariedade dos movimentos sociais. No final de junho de 1978, ocorreu uma manifestação pública no plenário da Assembleia Legislativa em apoio às famílias sem-terra, contando com a participação de diversas entidades estudantis, setores do MDB e do movimento pela anistia; essas famílias começaram então a se organizar e a reivindicar o direito à terra. Passado mais de um ano desde a expulsão, no dia 7 de setembro de 1979 os colonos promoveram a primeira ocupação de terras desde o início da ditadura: as

A retomada dos movimentos sociais no campo

granjas Macali e Brilhante. Elas se localizavam em Sarandi, próximo da região de Nonoai, e já estavam há mais de uma década em litígio de desapropriação. Entre os anos de 1979 e 1981 ocorreram mais cinco ocupações de glebas da antiga Fazenda Sarandi. Essas iniciativas resultaram no assentamento de 380 famílias na região.

É importante destacar o papel fundamental que os setores progressistas da Igreja Católica tiveram na organização dos movimentos sociais e na busca pela democratização do acesso à terra. Influenciados pela Teologia da Libertação, esses setores foram responsáveis pelo surgimento de várias pastorais e instituições dentro da Igreja, entre elas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que elegeram como compromisso o combate à pobreza, à opressão e à exclusão social. No início do período da “abertura”, muitos setores sociais encontraram nas CEBs e na CPT um espaço de atuação política: essas instituições foram importantes na organização dos trabalhadores rurais sem-terra, na reconstrução dos sindicatos urbanos e fundação de sindicatos rurais, na criação de associações de bairros e vilas e no movimento contra a carestia. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a apoiar esses grupos, posicionando-se contra a ditadura. Apesar disso, figuras conservadoras e contrárias a essas causas mantiveram sua força dentro da Igreja, entre elas o cardeal gaúcho Dom Vicente Scherer e o bispo Dom Cláudio Colling, da diocese de Passo Fundo, que abrangia as regiões onde estavam acontecendo os conflitos fundiários.

A CPT auxiliou na organização das famílias de colonos sem-terra e, numa postura ecumênica, trabalhou em conjunto com setores das igrejas luterana e metodista, contribuindo

para dar visibilidade e legitimidade à luta pela reforma agrária. O discurso e os símbolos religiosos tiveram um importante papel na construção da identidade e na coesão do movimento: a cruz se tornou um elemento central na vida dos acampamentos e nas manifestações dos sem-terra. A principal atividade de mobilização promovida pela Pastoral da Terra eram as Romarias da Terra, que começaram a ser organizadas a partir do final dos anos 1970 e chegaram a reunir dezenas de milhares de pessoas na década seguinte. Nas discussões promovidas pela CPT, ocorreu a formação política e o surgimento de lideranças dos colonos sem-terra – que impulsionaram, posteriormente, a criação do MST.

Após a conquista de alguns assentamentos em 1980, as famílias sem-terra remanescentes da expulsão de Nonoai, em conjunto com outros colonos da região, organizam uma ocupação na margem da estrada do entroncamento conhecido como Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta – terras que haviam pertencido à antiga Fazenda Sarandi. O acampamento teve início em dezembro de 1980 e chegou a comportar 600 famílias, transformando-se em um símbolo nacional de resistência à ditadura. Formou-se um comitê com a adesão de mais de trezentas entidades

da sociedade civil em apoio à ocupação promovida pelos sem-terra. O acampamento foi alvo de forte repressão, com a presença de tropas do Exército comandadas pelo major Curió – o mesmo que chefiou o massacre de militantes políticos no Araguaia. Além da prisão dos líderes do movimento, há relatos que denunciam torturas físicas e psicológicas praticadas pelos agentes da repressão.

Após mais de um ano de acampamento na beira da estrada, o movimento conquistou, em março de 1982, um assentamento comunitário em Ronda Alta, fruto de uma campanha de



Charge de Santiago sobre o conflito entre índios e colonos em Nonoai.

arrecadação de recursos promovida pela Igreja Católica. Com a vitória dos acampados, iniciou-se um processo de organização de base dos sem-terra e, num momento de grande efervescência política, ganhou impulso a construção de um movimento em nível nacional. Em janeiro de 1984, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, com o objetivo de promover trocas entre experiências que haviam ocorrido no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina. Nesse encontro foi fundado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que aos poucos ganhou adesões em diversas regiões do país.

Para contrapor-se às mobilizações pela reforma agrária, os grandes proprietários de terra do Brasil criaram a União Democrática Ruralista (UDR) em 1985. Uma das principais formas de atuação da entidade foi o financiamento de campanhas de políticos comprometidos com os interesses dos latifundiários.

Com o surgimento do MST, a CPT deixou de ser a dirigente das mobilizações e a luta pela terra começou a se tornar um movimento autônomo e independente. Iniciou-se um processo de transformações na orientação política dos sem-terra, com o fortalecimento de um discurso de classes em detrimento do discurso religioso. Contudo, os setores progressistas da Igreja continuaram entre os principais apoiadores do MST, junto com sindicatos rurais e urbanos e o Partido dos Trabalhadores, com os quais o movimento buscou aprofundar suas articulações.

A ocupação da Fazenda Annoni, localizada nos municípios de Pontão e Sarandi, foi a primeira grande ação dirigida pelo MST: estabeleceram acampamento no dia 29 de outubro de 1985 aproximadamente 1.500

famílias vindas de mais de 30 municípios da região. A atitude foi uma resposta dos trabalhadores aos recuos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado no governo Sarney, que prometia o assentamento de milhares de famílias de sem-terra.

Durante o primeiro ano da ocupação, a CPT ainda teve um papel importante nas diversas mobilizações promovidas pelos sem-terra. A principal delas foi a Romaria Conquistadora da Terra Prometida, iniciada no dia 1º de maio de 1986, em que 250 camponeses partiram da fazenda Annoni, em uma caminhada de mais de 400km, até Porto Alegre. Foram organizados

atos públicos nos diversos municípios pelos quais a romaria passou, com grande apoio da população. Na chegada a Porto Alegre, cerca de 40 mil pessoas marcharam junto com os sem-terra até o centro da cidade. Para ajudar nas articulações políticas dos camponeses na capital, foi formado o Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária, composto por cerca de 70 entidades sindicais, religiosas, estudantis, associações de bairro, movimentos de defesa dos direitos humanos, associações de profissionais liberais, entre outros. Os colonos permaneceram acampados na frente da Assembleia Legislativa por três meses.



Charge de Sampaio sobre o cerco militar ao acampamento sem-terra na Fazenda Annoni, 30 de setembro de 1986.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

Sem conseguir os resultados esperados, em setembro de 1986, os sem-terra decidiram voltar para a fazenda Annoni e adotar uma nova estratégia para a conquista dos assentamentos: ocupar novas fazendas na região. Nesse mesmo mês, num episódio marcado pela repressão e violência policial, tropas da Brigada cercaram a Annoni, impedindo a saída dos colonos do acampamento. No ano de 1987, os acampados empreenderam 12 novas ocupações, com diversos confrontos com a Brigada Militar e os fazendeiros.

No final do ano de 1986, a fazenda Annoni foi desapropriada e liberada para assentamento provisório: a primeira grande conquista de terras durante a Nova República. Contudo, a propriedade acabou abrigando apenas 400 das 1.500 famílias que participaram da ocupação. As famílias não beneficiadas permaneceram precariamente acampadas na Annoni até a década de 1990, quando finalmente conseguiram ser assentadas em outras regiões do estado.

Além da luta pela democratização do acesso à terra, é importante destacar o surgimento de outras mobilizações no campo durante o período da “abertura”. Uma delas foi o esforço dos pequenos produtores rurais pela obtenção de melhores preços para a comercialização de seus produtos, que ganhou força a partir de 1978, com a atuação da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), que articulava os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Vários desses sindicatos passavam por transformações, no período, com a eleição de lideranças mais combativas. Entre os episódios mais marcantes dessa atuação reivindicatória dos trabalhadores rurais, estiveram a luta contra o confisco cambial da soja, no início dos anos 1980, e o boicote à política agrícola do governo Sarney, em 1987.

Outra mobilização que surgiu no período foi a dos agricultores que perderam as suas terras devido à construção de barragens. Milhares de famílias foram atingidas pela construção de hidrelétricas no Rio Grande do Sul, o que impulsionou o surgimento da Comissão dos Atingidos por Barragens (CRAB), que posteriormente se transformou em Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e tinha o objetivo de alcançar o reconhecimento dos direitos dos desalojados.

Merece relevo também a mobilização das mulheres trabalhadoras rurais gaúchas em busca de direitos e cidadania, que ganhou força na década de 1980. Partindo dos sindicatos de trabalhadores rurais, foi organizado ao longo dessa década o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Uma das principais lutas desenvolvidas pelo movimento foi em torno da conquista do direito de se tornarem beneficiárias diretas da previdência social e de serem reconhecidas como “trabalhadoras rurais”, e não terem a sua profissão definida como “do lar”. Além das questões econômicas, colocava-se, nessa mobilização, o desejo das mulheres de deixarem de ser consideradas como dependentes dos maridos, combatendo o machismo e a discriminação de gênero.

Uma entidade que surgiu nesse contexto e que teve grande importância junto ao movimento sem-terra e ao movimento sindical foi o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). A organização foi fundada em 1983 por estudantes, sindicalistas e lideranças do movimento comunitário urbano, articulados com setores da Igreja Católica. O objetivo do CAMP era estimular a organização dos movimentos sociais que vinham ganhando força no contexto de redemocratização. A

entidade utilizava sua estrutura para prestar apoio e assessoria a esses movimentos, atuando principalmente em atividades educacionais e técnicas, como formação de lideranças, assessoria jurídica e econômica. Destaca-se a atuação do CAMP junto ao MST – inclusive o jornal nacional do movimento era produzido na sede da entidade –, na montagem de chapas de oposição junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e aos sindicatos urbanos, na formação da CUT-RS, no auxílio ao MAB e à organização de associações de moradores de vilas e bairros em Porto Alegre. ■



Foto da exposição *Colonos*, 1982. Fotógrafa Jacqueline Joner.



Índios kaingang expulsam colonos da reserva indígena de Nonoai em maio de 1978. Fotógrafo Ricardo Chaves.



Seiscentas famílias de agricultores sem-terra ocupam a beira da estrada.
Acampamento de Encruzilhada Natalino, Ronda Alta, dezembro de 1980. Fotógrafo Antônio Vargas.



Família de colonos sendo expulsa da reserva indígena de Nonoai em maio de 1978. Fotógrafo Assis Hoffmann.



Sebastião Curió (à direita na foto), major do exército, conversando com colonos antes de cercar o acampamento de Encruzilhada Natalino e reprimir violentamente os sem-terra. Fotógrafo Antônio Vargas.



Polícia militar cerca a fazenda Annoni e reprime os colonos sem-terra, impedindo que eles saíssem do acampamento, 29 de setembro de 1986.

Acervo Fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional



Manifestação de agricultores contra o confisco da soja e a política agrícola da ditadura em Ijuí, 1980. Fotógrafo Eduardo Tavares.



Cartaz da luta pela reforma agrária na década de 1980.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Encontro das trabalhadoras rurais em Frederico Westphalen no dia da mulher, 8 de março de 1986.

Acervo fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional



A cruz da Encruzilhada Natalino é resgatada pelos colonos da Fazenda Annoni. Fotografia Daniel de Andrade Simões.



Romaria Conquistadora da Terra Prometida: trabalhadores rurais sem-terra partem a pé do acampamento na Fazenda Sarandi rumo a Porto Alegre no dia 1º de maio de 1986. Fotografia Eduardo Tavares.



Manifestação de trabalhadores e agricultores sem-terra durante a greve geral de 1983, em Erechim.

Acervo Fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional



Ocupação do latifúndio São Juvenal, em Cruz Alta, 1987. Com a conivência da polícia, os fazendeiros e seus jagunços reagem armados e despejam violentamente os colonos sem-terra. Fotógrafo Luiz Abreu.



Manifestação do movimento sem-terra durante a década de 1980 no centro de Porto Alegre.

Acervo Fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional

Surgidos ao longo da década de 1970, especialmente nos seus últimos anos, diversos movimentos sociais passaram a levantar novas demandas e propor novas formas de participação política e social. Entre eles, destacamos as mobilizações contra o aumento do custo de vida, a defesa do meio ambiente, a defesa dos direitos humanos, o feminismo e o movimento negro.

O aumento do custo de vida passou a ser fortemente contestado no final da década de 1970. Os preços dos alimentos haviam aumentado significativamente com a disparada da inflação, enquanto que os salários dos trabalhadores continuavam sendo cada vez mais desvalorizados. Em 1978, surgiu em Porto Alegre o Movimento Contra a Carestia, influenciado pelas primeiras manifestações desse tipo que estavam acontecendo em São Paulo. O movimento, com um forte caráter popular, foi organizado a partir de dezenas de associações de moradores de bairros e vilas da capital e do interior do estado, com apoio da Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros (FRACAB), do CBA-RS, de sindicatos e do movimento estudantil.

No Dia do Trabalhador do ano de 1979, o movimento organizou uma concentração

em Porto Alegre, no Campo do Reco, bairro Sarandi, na qual foi lançada a campanha pelo aumento do salário-mínimo nacional. No dia 11 de agosto, foi promovida a primeira Passeata da Panela Vazia: além de exigir aumentos salariais, o ato pedia o congelamento dos preços dos gêneros alimentícios e a diminuição dos custos das passagens de ônibus. No mesmo mês, outro evento similar: o Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, que reuniu cerca de mil pessoas no Parque Farroupilha, em Porto Alegre. Mobilizações como essas continuaram a ocorrer nos anos seguintes, sempre acompanhadas de perto pela repressão da ditadura – algumas lideranças de bairro chegaram a ser presas devido à sua atuação.

No início dos anos 1970, surgiram as primeiras entidades ambientalistas no Brasil. Em 1971, foi fundada, em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), por iniciativa dos ambientalistas José Lutzenberger, Hilda Zimmermann e Augusto Carneiro. A AGAPAN era composta majoritariamente por agrônomos, biólogos, advogados e estudantes. Suas principais ações foram: denúncias de poluição, promoção de cursos e palestras sobre ecologia, oposição à derrubada de árvores para construção de empreendimentos urbanos, defesa de criação de parques de proteção

Os “novos”

movimentos

sociais



Charge de Santiago sobre as manifestações contra a carestia.



Charge de Edgar Vasques criticando a política econômica da ditadura, julho de 1978.

ambiental, proteção das lagoas e rios e crítica ao uso de agrotóxicos. Essas propostas eram defendidas em atos públicos, na imprensa e no jornal da entidade, chamado *Sobrevivência*. A organização incentivou a criação de outros grupos ecologistas no interior do estado durante a década de 1970, entre eles um núcleo ambientalista em São Leopoldo e a Associação Ijuense de Proteção ao Ambiente Natural (AIPAN). Há indícios de surgimento de grupos também em Santa Maria, Caxias do Sul, Alegrete e Passo Fundo.

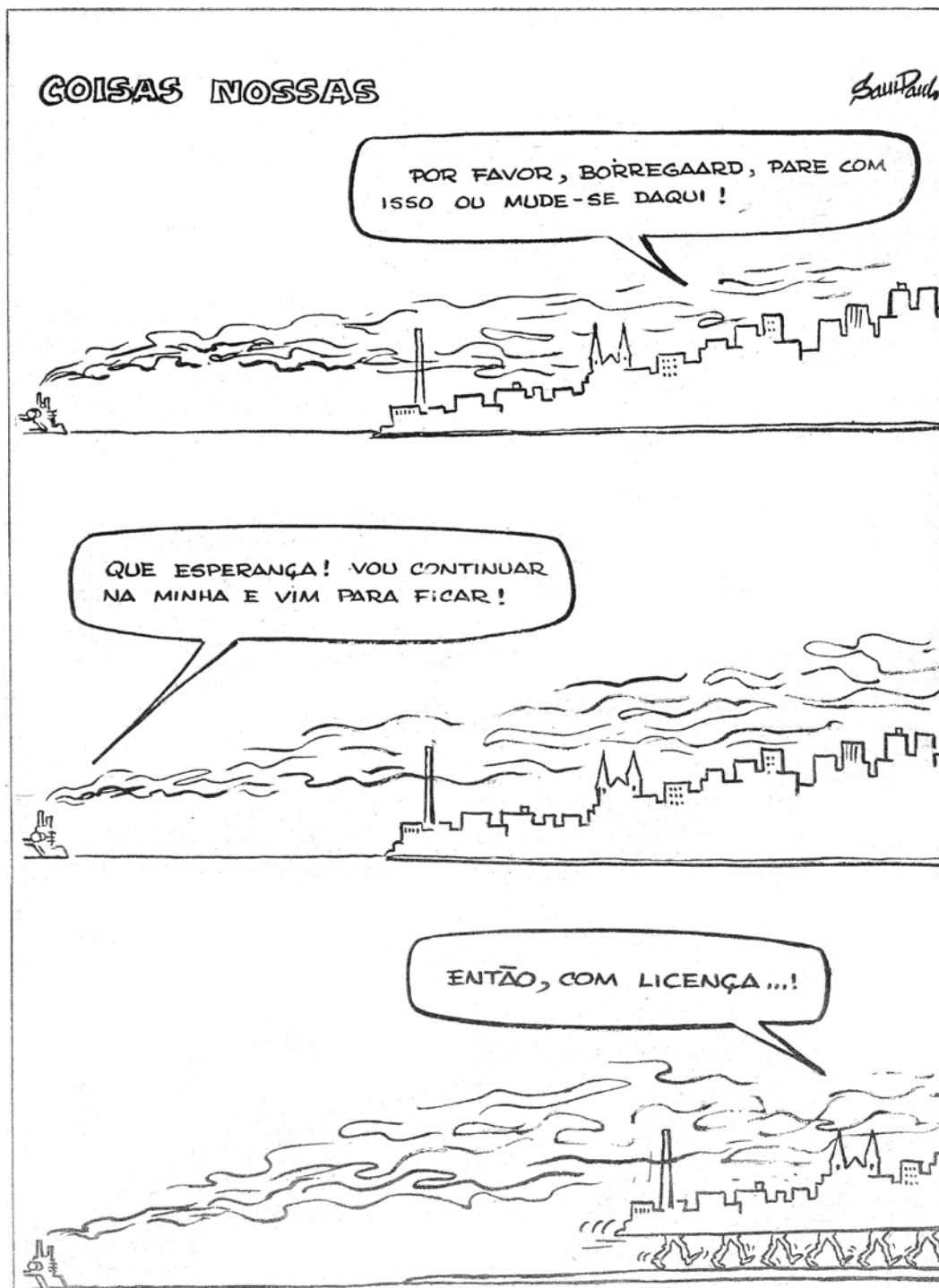
Algumas mobilizações merecem destaque: a primeira delas diz respeito ao fechamento da fábrica norueguesa de celulose Borregaard, instalada no município de Guaíba em 1972. A empresa emitia gases tóxicos continuamente por suas chaminés, infestando a cidade de Porto Alegre com mau cheiro e causando

doenças respiratórias. Houve forte agitação sobre o caso por parte de grupos ecologistas e a população se indignou com a poluição gerada pela empresa. Iniciou-se uma grande campanha, que forçou o governo do estado a fechar a fábrica por três meses. Após o episódio, o ex-comandante do III Exército, general Breno Borges Fortes, assumiu a direção da multinacional para tentar melhorar a sua imagem. Posteriormente os acionistas noruegueses deixam a empresa, que passou a se chamar Riocell em 1975, foi estatizada em 1978 e privatizada em 1982. Atualmente, ela faz parte da empresa Aracruz Celulose.

Outro caso relacionado ao meio ambiente foi um protesto contra a derrubada de árvores na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre. No dia 25 de fevereiro de 1975, o estudante universitário Carlos Alberto Dayrell e mais

dois colegas subiram numa árvore que estava prestes a ser derrubada em frente à Faculdade de Direito da UFRGS, tentando impedir a ação dos agentes da prefeitura. Vinte e cinco árvores seriam derrubadas para facilitar a construção de um viaduto no local. A manifestação juntou uma multidão que se solidarizou com a causa e empunhou cartazes com os slogans: “Mais verde, menos concreto” e “Natureza sim, destruição não”. Depois de várias horas, os protagonistas da mobilização foram levados ao DOPS, mas conseguiram conquistar seus objetivos: as árvores não foram derrubadas e a causa ganhou ampla repercussão.

Na década de 1980, outras mobilizações se voltaram contra a poluição das águas do Lago Guaíba, contra o despejo dos resíduos do III Polo Petroquímico de Triunfo na lagoa dos Patos, pelo controle do uso de agrotóxicos e



Charge de Sampaio sobre o caso Borregaard.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio

contra a exploração do granito rosa no Parque Estadual de Itapuã, em Porto Alegre.

No final da década de 1970, também começam a ganhar força, no Brasil e na América Latina, organizações que tinham como foco a defesa dos direitos humanos. Elas tiveram um importante papel na luta contra as ditaduras instaladas na região, denunciando seu aparato repressivo, torturas, mortes e desaparecimentos, combatendo a legislação autoritária e defendendo o retorno do Estado democrático de direito. No Rio Grande do Sul, o movimento começou a articular-se de maneira efetiva a partir de 1979, impulsionado pelo episódio do sequestro de Lilian e Universindo. Naquele ano, surgiu em Porto Alegre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, liderado por Jair Krischke, um dos pioneiros da causa no estado. Setores da Igreja Católica também tiveram destaque nessas mobilizações. A partir de 1980, o debate em torno da questão dos direitos humanos também se fortaleceu em outros espaços, como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – que criou nesse ano uma comissão permanente para tratar da temática – e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sobretudo frente aos atentados terroristas praticados por grupos de extrema direita ligados ao aparato repressivo da ditadura, como o caso Rio-Centro e a explosão de uma bomba na sede da OAB-RJ, que acabou vitimando a funcionária Lyda Monteiro da Silva.

O feminismo também esteve entre os movimentos sociais que adquiriram expressão na conjuntura de redemocratização. Na segunda metade da década de 1970, surgiram em todo o país diversos grupos feministas. O movimento tinha como principal bandeira a luta contra a opressão sofrida pelas mulheres e se pautava

por uma profunda transformação cultural, social e política, questionando os valores e comportamentos machistas arraigados na sociedade. Entre os anos de 1975 e 1982, sete grupos feministas foram criados em Porto Alegre. Não pudemos encontrar estudos a respeito de grupos feministas no interior do

estado. O grupo pioneiro foi o Movimento de Mulheres Porto-Alegrenses, que surgiu em 1975. Ele se dividiu posteriormente, formando o grupo Costela de Adão, em 1976, e o Movimento Mulher pela Libertação (MML), em 1979. No ano de 1980, surgiram mais dois grupos, o Liberta e o Ação Mulher, e no ano seguinte foi fundado o SOS Mulher.

O movimento feminista defendia que a opressão individual sofrida pelas mulheres era política e concernia a toda a sociedade. Com isso, as feministas conseguiram abrir caminho para abordar muitas questões que antes não eram discutidas no espaço público, como a sexualidade feminina, a

violência contra a mulher, a discriminação que ocorria na escola e no trabalho, a divisão do trabalho doméstico – que obrigava muitas mulheres a cumprirem uma dupla jornada –, a desigualdade salarial que as mulheres sofriam no mercado de trabalho, a necessidade de creches, a luta pelos direitos reprodutivos, pela utilização de métodos contraceptivos e pela legalização do aborto.

O feminismo no Brasil expandiu-se para a esfera dos direitos civis, exigindo, por exemplo, a revisão do Código Civil, que admitia o assassinato de adúlteras por legítima defesa da honra; reivindicando mudanças nas leis trabalhistas, que proibiam o trabalho noturno para mulheres e exigiam autorização do marido para que elas pudessem trabalhar.



Charge de Santiago criticando a imposição dos empreendimentos urbanos sobre o meio ambiente.



Charge de Santiago sobre a poluição do Lago Guaíba.

Uma das ações do movimento que teve grande visibilidade foi a ocupação da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFRGS por mulheres, no dia 29 de abril de 1980. Até essa data, era proibida a entrada de mulheres na CEU. A manifestação promovida pelo grupo Liberta conseguiu conquistar esse direito.

As organizações feministas que existiram em Porto Alegre possuíam práticas e posturas muito diversificadas. Alguns grupos se dedicaram a atividades com um caráter teórico e reflexivo – como a promoção de debates e discussões sobre a discriminação contra as mulheres –, enquanto outros defenderam uma estratégia de aproximação das mulheres operárias, acreditando que a luta feminista era um dos elementos para a busca de uma transformação social mais radical. Além da tensão entre projetos políticos distintos no interior do movimento, as feministas precisaram confrontar o preconceito e o tratamento pejorativo por parte de setores conservadores da sociedade e afirmar a importância de suas demandas em uma conjuntura em que as forças políticas de oposição estavam totalmente voltadas para a redemocratização do país. Mesmo entre aqueles setores que eram considerados “progressistas” ou de esquerda, havia muitas lideranças que achavam que as demandas feministas poderiam enfraquecer a luta pelo retorno do Estado democrático.

Em 1981, aconteceu o I Congresso da Mulher Gaúcha, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O congresso foi polarizado entre as militantes de correntes ligadas a partidos políticos – como a Ação da Mulher Trabalhista, do PDT, e a Hora do Povo, do PMDB – e aquelas ligadas às organizações autônomas. O evento acabou aprovando a criação da Federação da Mulher Gaúcha, o que

consolidou o poder das correntes partidárias em detrimento dos demais grupos. Nos anos seguintes, a maioria das organizações feministas surgidas na década de 1970 em Porto Alegre deixou de existir.

A década de 1970 também foi marcada pelo fortalecimento do movimento negro no Brasil. Esse movimento buscou combater a discriminação racial e a marginalização historicamente imposta aos afrodescendentes e à cultura afro-brasileira. O surgimento dessas mobilizações no país foi influenciado também pelas guerras de libertação e independência que estavam ocorrendo no continente africano e pela luta em torno dos direitos civis nos Estados Unidos.

Uma das organizações pioneiras do movimento negro moderno no Brasil



Charge de Luis Fernando Verissimo sobre a discriminação racial. Reprodução do livro *Humor de sete cabeças* (Livraria do Globo, 1978)



Tira de Edgar Vasques sobre a desigualdade racial no Brasil, 1975.

foi o Grupo Palmares, fundado por quatro jovens universitários em Porto Alegre no ano de 1971. O grupo tinha o objetivo de resgatar e valorizar as raízes culturais e a identidade negra através da releitura da história brasileira em busca de episódios de resistência à opressão escravocrata, como fugas de escravos, aquilombamentos e revoltas urbanas. A principal ação do movimento foi a afirmação do personagem histórico Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo da história brasileira. O Grupo Palmares, batizado em homenagem ao episódio, lutou pelo estabelecimento do dia 20 de novembro – que marca a morte de Zumbi em combate – como a principal data de comemoração para os afrodescendentes brasileiros. A entidade passou a organizar, já em 1971, a comemoração da data com atividades culturais, palestras, leitura de poemas e literatura, música, dança, teatro, resgatando referenciais da cultura afro-brasileira. O evento foi ganhando cada vez mais visibilidade com o passar dos anos. A partir de 1976, o Palmares passou a ser procurado por outras organizações do país e as comemorações começaram a ganhar um caráter nacional, contribuindo para a criação do Dia da Consciência Negra.

Apesar de terem como foco um viés cultural, as ações do Grupo Palmares também confrontavam a ditadura. Isso ocorreu através do questionamento do projeto político adotado pelo regime, de consolidação da cultura e da identidade nacional através da integração em um projeto único – hegemonicamente branco – que deveria ser assimilado por afrodescendentes e indígenas, desconsiderando sua tradição, história e identidade étnica. Devido à contestação política, o movimento negro também sofreu com a repressão:

integrantes do movimento chegaram a ser intimados a depor no DOPS, e as manifestações promovidas por eles eram investigadas e vigiadas pela polícia.

Em 1978, o Grupo Palmares foi desarticulado e parte de seus integrantes passaram a militar em uma organização de caráter nacional, o recém-criado Movimento Negro Unificado (MNU), fruto do processo de aproximação entre as entidades nos diferentes estados. O grupo adotava uma posição considerada como mais “combativa”, denunciando, por exemplo, episódios de discriminação racial, violência policial e assassinatos de negros. Em 1978, surgiu a revista *Tiçãõ*, criada por um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos e de jornalistas de Porto Alegre e voltada especificamente para a questão do negro no Brasil. A *Tiçãõ* enfocava questões culturais e estéticas, valorizando a negritude, e tinha um forte caráter de contestação política, inserindo a discriminação e a desigualdade racial em um viés de luta de classes. Na década de 1980, o movimento negro foi fortemente transformado pelo contexto de reorganização partidária. Ele continua forte até hoje, conquistando o reconhecimento oficial do Dia da Consciência Negra, no ano de 2003, a obrigatoriedade do ensino da história da cultura africana e afro-brasileira nas escolas e a lei das cotas para acesso às universidades.

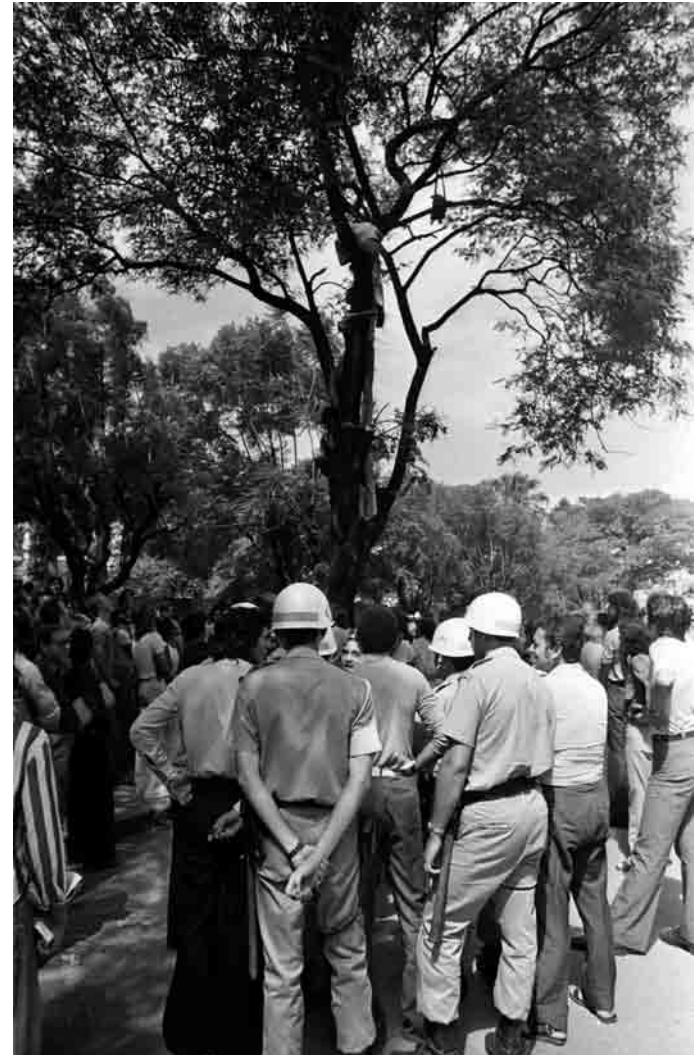
Em nível nacional, o movimento homossexual e a mobilização contra a homofobia também começaram a ganhar força no final dos anos 1970, com o surgimento do jornal *O Lâmpião da Esquina*, no Rio de Janeiro. Contudo, não encontramos informações sobre mobilizações do tipo no Rio Grande do Sul durante o período da ditadura. ■



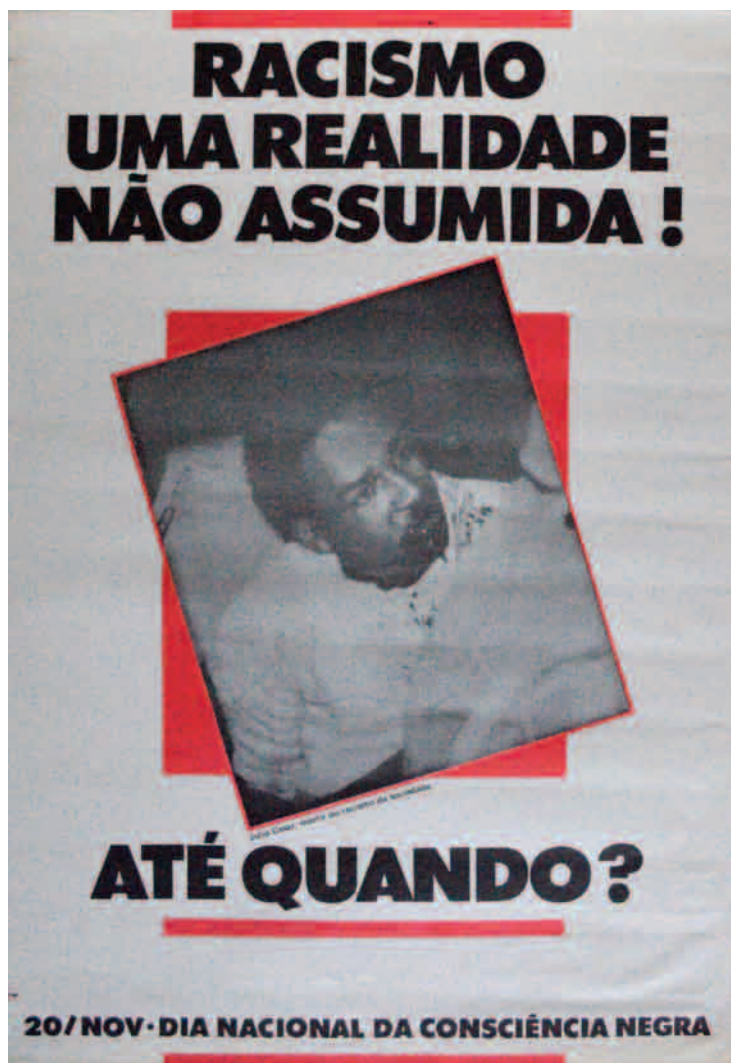
Passeata da Panela Vazia, em Porto Alegre, 31 de março de 1980. Fotógrafo Eduardo Tavares.

Três estudantes da UFRGS sobem em uma árvore na avenida João Pessoa, em Porto Alegre, impedindo que ela fosse derrubada para a construção de um viaduto. Fotógrafo Carlinhos Rodrigues.

Centro de Documentação e Imagem do jornal Zero Hora



Criança após a perda de sua casa em incêndio na Vila Dique, zona norte de Porto Alegre. Fotógrafo Antônio Vargas.



Cartazes dos movimentos sociais no período de democratização.
Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



A Casa do Estudante da UFRGS é ocupada pelas mulheres, em manifestação promovida pelo Grupo Feminista Liberta no dia 29 de abril de 1980, avenida João Pessoa, Porto Alegre. Fotógrafo Luiz Eduardo Achutti.



luta em prol das eleições diretas para a presidência da república foi uma das mobilizações mais marcantes do final do período de “abertura” da ditadura. Sob o slogan “Diretas Já”, foram realizados inúmeros comícios com grande afluência popular durante os anos de 1983 e 1984. A campanha foi encabeçada por lideranças do PMDB, do PDT e do PT. Participaram também militantes e lideranças comunistas e socialistas como Luís Carlos Prestes, Roberto Freire e Miguel Arraes. Em Porto Alegre, em 13 de janeiro de 1984 foi realizada a “Grande Caminhada Democrática”, na qual estiveram presentes Ulysses Guimarães, deputado federal paulista; Tancredo Neves, governador de Minas Gerais; Pedro Simon, senador gaúcho; e Paulo Brossard, ex-senador gaúcho, todos do PMDB, além dos cantores Kleiton e Kledir e de Martinho da Vila, da deputada e atriz Ruth Escobar e do ator Raul Cortez. A caminhada foi realizada pelas ruas do Centro, culminando em um comício na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas, a Esquina Democrática, que contou com cinco mil participantes. Em fevereiro, aconteceu uma caminhada pela praia de Capão da Canoa, com cerca de 50 mil participantes. Em 28 de março, houve um ato público em

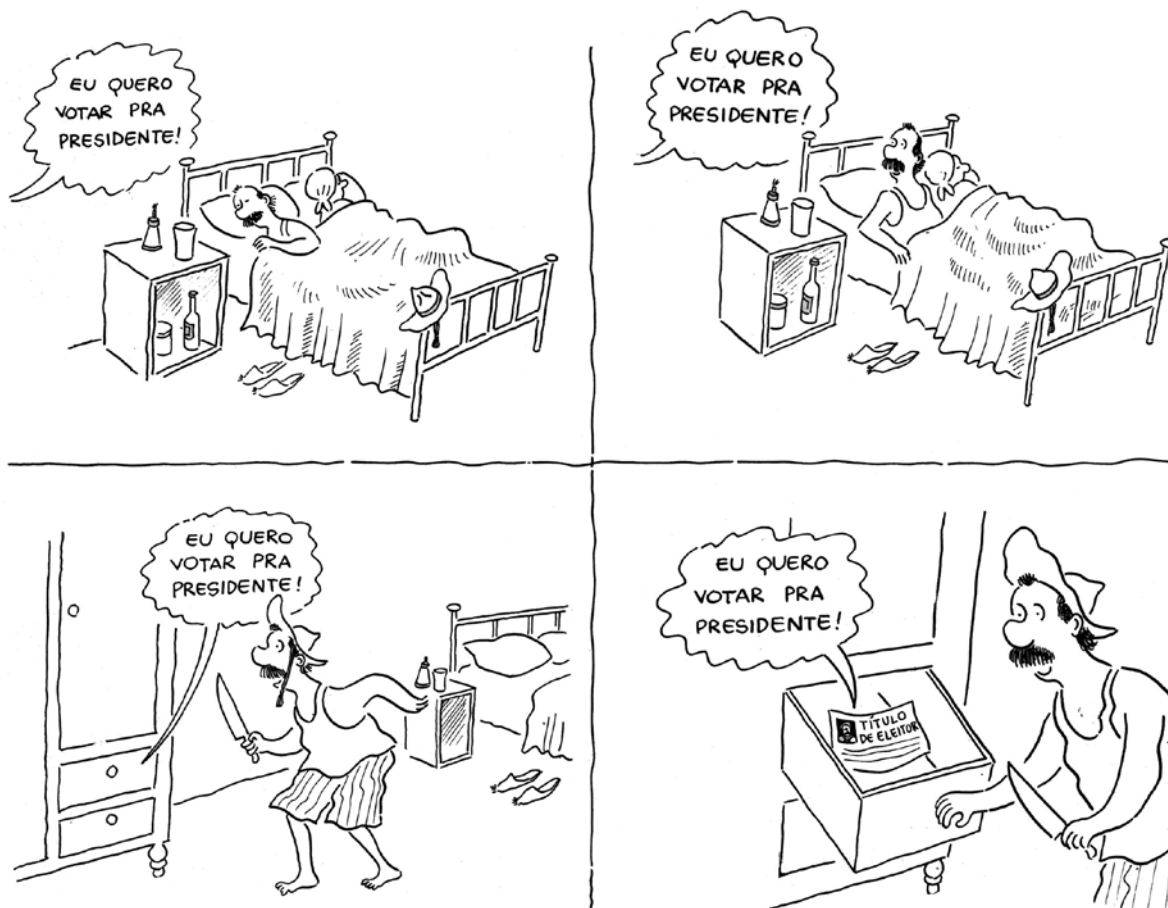
frente ao DCE da PUC, com o objetivo de lançar um documento demandando eleições diretas, a “Carta de Porto Alegre”. Outro ato aconteceu no Plenário da Assembleia Legislativa, no mesmo dia. No comício de 13 de abril, se fizeram presentes 200 mil pessoas e lideranças como Ulysses, Tancredo, Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. O grande comício de abril também recebeu Fafá de Belém, cantora que teve intensa participação na campanha e se destacou pela interpretação que fez do Hino Nacional. As ruas do Centro de Porto Alegre e o Largo da Prefeitura foram tomados pelo público, pelas faixas e pelas bandeiras; papéis picados foram jogados das janelas dos edifícios de escritórios.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que mudava a Constituição, prevendo eleições diretas para a presidência da república em 1985, foi realizado o enterro simbólico dos deputados federais gaúchos do PDS que votaram contra a proposta. O ato foi organizado pelo Setor Jovem do PMDB e por outros grupos da oposição e foi realizado, no fim da tarde, no trajeto entre a Assembleia Legislativa e a Esquina Democrática.

Uma comparação entre a dimensão dos atos públicos da campanha pela anistia e daqueles das Diretas Já revela um aumento significativo da presença popular nas ruas. Uma das razões

As Diretas Já

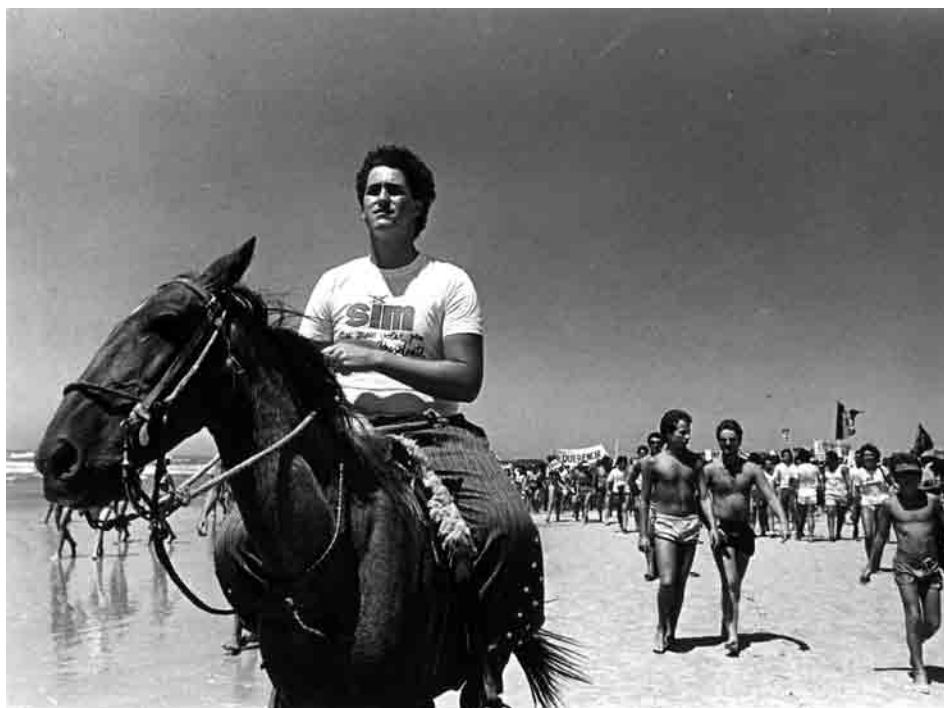
para isso pode ser a centralidade que a questão da eleição presidencial assumiu no processo de transição. Ao observarmos as imagens da campanha, no entanto, percebemos que nas eleições foram condensadas demandas diversas, que estavam se tornando públicas e que indicam um crescimento do poder organizativo da sociedade civil. Faixas e bandeiras presentes nos comícios revelam as categorias profissionais, as entidades e os partidos políticos envolvidos; cartazes se referem a questões como a reforma agrária, a luta ambiental e a dívida externa; camisetas e faixas apontam nomes de futuros candidatos à presidência. Além disso, os comícios revelam que um número crescente de pessoas passou a considerar que a restauração da democracia não era algo que deveria ser delegado apenas aos arranjos entre oposição e situação em Brasília, mas que deveria passar pela contribuição de todos os cidadãos. Estava sendo dado mais um passo para a consolidação de noção de democracia associada à de cidadania. ■



As Diretas Já no traço de Santiago.



As Diretas Já no traço de Bier.



Caminhada pelas Diretas Já, em Capão da Canoa, fevereiro de 1984.

Assembleia Legislativa do RS/Memorial do Legislativo



Cartaz da campanha pelas Diretas Já.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



A vaca e as Diretas. Fotógrafo Luiz Eduardo Achutti.



Estudantes defendem as Diretas Já.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Comício pelas Diretas Já, Porto Alegre, 1984.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



Fafá de Belém no Comício das Diretas Já, em Porto Alegre, abril de 1984. Fotógrafo Luiz Eduardo Achutti.



Comício das Diretas Já, em Porto Alegre, abril de 1984. Fotógrafo Eduardo Tavares.



UNE

ELEIÇÕES DIRETAS JÁ!
COMITÊ UNITÁRIO - CACHOEIRINHA

DIRETA JÁ

QUAIBA
DIRETAS JÁ

GREVE GERAL 25
DIRETAS LIVRES JÁ!
BOICOTE AO COLEÇÃO ELEITORAL!
ABAIXO A DITADURA!

SOBERANIA NACIONAL
PÁTRIA LIVRE
VENCEREMOS

DIRETAS JÁ!
REFORMA AGRÁRIA

PD T

DIRETAS JÁ!
FORA FMI!
MRB

BASTA! DIRETAS JÁ!
ARTISTAS PRO-DIRETAS

DIRETAS JÁ!
CAID LUSTOSA

GREVE GERAL

DIRETAS

LEGALIDADE
PARA O
PLANO FIM
DA LSN

DIRETAS
1
NA CARTÃO



Comício das Diretas Já em abril de 1984 em frente à Prefeitura de Porto Alegre.

Assembleia Legislativa do RS/Memorial do Legislativo

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Rio Grande do Sul foi palco do surgimento e da convivência de diferentes manifestações culturais, seja na música, no cinema, no teatro, na literatura ou nas artes gráficas. Tratava-se de um momento de grande efervescência cultural, no qual variadas formas artísticas dialogavam com as questões colocadas pela conjuntura da redemocratização e pelas transformações que vinham afetando a sociedade brasileira e gaúcha nas últimas décadas.

Ocorreram novidades no que diz respeito à música gauchesca, aquela que afirmava seu vínculo com uma cultura e uma tradição gaúcha “autênticas”. Dentro da música gauchesca, temos nos anos 1970 e 1980 a convivência de três modelos diferentes: o tradicionalismo, o regionalismo e o nativismo. O tradicionalismo foi um movimento criado na década de 1950, por alunos do colégio Júlio de Castilhos que buscavam ritmos e temas mais próximos da tradição; esse grupo criou o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e sua música é mais vinculada a temáticas e estilos tidos como tradicionais. No fim dos anos 1950 e no início dos 1960, estourou um fenômeno: a música chamada “regionalista”, que tinha como principais representantes Teixeira

Gildo de Freitas e José Mendes. Inicialmente, esse estilo teve impacto regional, atingindo, posteriormente, uma repercussão nacional. Esses artistas tinham um forte apelo popular e geravam lucros significativos para a indústria fonográfica; Teixeira foi o que alcançou maior sucesso, conquistando, inclusive, o status de ídolo. Ele também esteve envolvido com a indústria cinematográfica, como se verá adiante.

Em contraposição aos dois estilos acima, foi criada, em 1971, uma nova proposta, rotulada de “nativismo” e que teve como marco a realização da Califórnia da Canção Nativa, em Uruguaiana. Com o sucesso do festival, outros eventos similares foram organizados no estado, e houve espaço para a divulgação de trabalhos de músicos que propunham uma renovação estética e temática. Foram intensas as disputas e conflitos entre os músicos ligados ao MTG e aqueles vinculados ao nativismo. A hegemonia do MTG foi garantida na criação, em 1974, do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), órgão vinculado à Secretaria da Cultura e que participou da organização de diversos festivais no Rio Grande do Sul. Apesar disso, e da mesma forma que aconteceu na década de 1960, os concursos de música nativista dos anos 1970 e 1980 foram palco de certames políticos e estéticos. Ser ou não ser contra a ditadura, criticar ou não a hegemonia do tradicionalismo

Cultura nos anos 1970 e 1980

e a sua orientação conservadora eram alguns dos embates travados.

Também para a música “urbana” gaúcha, a década de 1970 foi um período de grande criatividade, apesar do pouco espaço que existia, então, para esse estilo. Os músicos gaúchos ainda estavam “longe demais das capitais”, isto é, distantes do centro cultural brasileiro. No entanto, houve exceções: uma delas foi a banda Liverpool, formada em meados da década de 1960, no bairro do IAPI. Em 1967, o grupo transferiu-se para o Rio de Janeiro e fez sucesso com sua música pop-rock tropicalista; gravou três discos entre 1969 e 1971 e fez a trilha sonora para o filme *Marcelo Zona Sul*, lançado em 1970. Em 1972, a banda entrou em crise e modificou seu nome para Bixo da Seda, passando a um estilo mais roqueiro; em 1976, gravou um último disco e se desfez no final da década. Liverpool/Bixo da Seda é considerada a banda fundadora do rock gaúcho.

Na década de 1970, consolidaram-se grandes nomes da música porto-alegrense, como Cláudio Levitan, Nelson Coelho de Castro, Giba-Giba, Raul Ellwanger, Bebeto Alves e outros. Diante da carência de espaços na capital para divulgarem sua música, uma alternativa foi a organização de espetáculos que combinavam música, teatro e artes plásticas, como *Em palpos de aranha*, de Levitan, ou que reuniam diversos artistas, como o show *Pentagrama*, que contava com a participação de Jerônimo Jardim e Ivaldo Roque. Em 1975, esse panorama foi modificado com o lançamento das Rodas de Som, no Teatro de Arena, organizadas por Carlinhos Hartlieb: nesses shows, realizados todas as sextas-feiras, eram apresentados os jovens músicos e cantores gaúchos. Nesse ano se iniciaram os shows coletivos denominados *Vivendo a vida de Lee*, promovidos pela Rádio Continental até

1978. Também em 1975, no Musipuc – festival organizado pela PUCRS desde 1972 – apareceu pela primeira vez a banda gaúcha Almôndegas, que fazia uma mistura de música gaúcha, Beatles e Caetano Veloso e que fez sucesso em todo o país. A banda, liderada pelos irmãos Kleiton e Kledir Ramil e por seu primo Pery Souza, lançou quatro discos entre 1975 e 1978, chegando a emplacar a música *Canção da meia-noite* na trilha sonora da novela *Saramandaia*. Em 1980, a banda acabou e, a partir dela, formou-se a dupla Kleiton e Kledir, que também alcançou grande sucesso no cenário nacional. Outra iniciativa que abriu espaço para os novos músicos foi o lançamento, em 1978, do disco *Paralelo 30*, produzido por Juarez Fonseca e

que reunia os cantores Bebeto Alves, Nelson Coelho de Castro, Raul Ellwanger, Carlinhos Hartlieb, Nando D’Ávila e Cláudio Vera Cruz. Esse disco condensou as propostas musicais que estavam circulando na cidade, mostrando a cara da nova música urbana gaúcha, caracterizada pela mistura de ritmos regionais, como milonga, com samba, tango, rock, folk e outros.

Em 1980, surgiu uma nova voz: Nei Lisboa. Ele se destacou com o show *Deu pra ti anos 70*, que também foi a trilha sonora do filme homônimo, de Nelson Nadotti e Giba Assis Brasil. No ano seguinte, pela primeira vez, ele e outros artistas, como Gelson Oliveira, Bebeto Alves, Nelson Coelho de Castro, Julio Reny, passaram a ser ouvidos em uma rádio FM, a



Charge de Santiago sobre Califórnia da Canção, de 1975.

Ipanema. Essa rádio repercutiu as mudanças e as novas tendências que apareceram nos anos 1980 e foi palco de disputas entre o grupo da chamada Música Popular Gaúcha (MPG) e os artistas do rock gaúcho. Saíram vencedoras as bandas de rock, priorizadas na programação da emissora. Segundo o músico e pesquisador Arthur de Faria, os únicos que tocavam na Ipanema e não eram roqueiros eram Nei Lisboa e Vitor Ramil. Ramil, irmão mais novo de Kleiton e Kledir, lançou seu primeiro disco em 1981, com arranjos diferenciados que misturavam elementos regionais, nacionais, concretistas, criando um estilo próprio. Em 1984, a rádio Ipanema lançou o disco *Rock Garagem*, com 12 jovens bandas que mostravam a variedade da cena roqueira porto-alegrense da época: ia do rock do IAPI (Garotos da Rua) ao metal (Astaroth, Leviathan e Valhalla), passando pelo hard rock (Taranatirica), punk (Os Replicantes), new wave (Frutos da Crise, Urubu Rei e Fluxo) e blues (Moreirinha e Seus Suspiram Blues). No ano seguinte, foi lançada outra coletânea, *Rock Grande do Sul*, com as bandas Os Replicantes, TNT, DeFalla, Garotos da Rua e Engenheiros do Hawaii.

Assim como a música regionalista, o cinema gaúcho nos anos 1970 foi marcado pelo fenômeno Teixeira. Ele protagonizou 12 filmes entre 1966 e 1981, levando milhares aos cinemas: um exemplo disso é seu terceiro filme, *Ela tornou-se freira*, de 1972, que teve mais de meio milhão de espectadores somente na região sul. A filmografia de Teixeira ia do melodrama a tramas aventurescas e foi alvo de muitas críticas de setores intelectualizados, que apontavam a baixa qualidade das fitas. Nos filmes, Teixeira era representado como um herói, um homem de origem humilde, que realizava façanhas, combatia

o mal e tinha um final feliz. Um dos fatores apontados para o grande sucesso é o fato de que havia muita identificação do público com as fitas: elas representavam os sonhos e ilusões de um setor da população gaúcha e brasileira. Independentemente da avaliação estética e política dos filmes de Teixeira, eles garantiram a formação no Rio Grande do Sul de um conjunto de técnicos e profissionais especializados para trabalhar com cinema.

A partir de 1976, dois grupos de jovens de Porto Alegre, o Grupo de Cinema Humberto Mauro e o Câmera-8, começaram a utilizar o Super-8 para realizar experimentações cinematográficas. Esse suporte havia sido criado pela Kodak para a produção de filmes caseiros e foi utilizado em grande escala no Rio Grande do Sul até 1982. Inicialmente, eram realizados curtas-metragens, feitos de forma amadora, com os próprios realizadores se revezando em diversas funções. Aos poucos, esses cineastas foram se especializando, ao mesmo tempo em que apareciam espaços para mostrar os novos filmes, como o Teatro de Arena e o Teatro de Câmara Túlio Piva. A partir de 1977, o Festival de Cinema de Gramado abriu uma categoria para Super-8, permitindo que essas novas obras fossem vistas, discutidas e premiadas. Desde seus primórdios, o evento tinha se colocado o objetivo de incentivar a cena local, além de ser um espaço para exibição e discussão do melhor do cinema nacional e internacional. Gramado se converteu em um espaço de resistência cultural, uma vez que pelo festival passavam e eram premiados filmes que apresentavam críticas ao regime e à sociedade como um todo.

Um dos marcos do cinema gaúcho foi lançado em 1981. Trata-se do longa-metragem em Super-8 *Deu pra ti anos 70*, de Nelson Nadotti e Giba Assis Brasil. O filme teve grande

repercussão e foi exibido em diversas cidades do interior do estado. Em 1982, foi lançado, também em Super-8, o longa *Inverno, 12 dias de frio*, de Carlos Gerbase. Dois anos depois, veio a público o primeiro longa-metragem em 35 mm de Carlos Gerbase e Giba Assis Brasil, chamado *Verdes anos*. Todos esses filmes dialogavam com a realidade da geração que havia sido formada no período da “abertura” e que tinha participado das movimentações do período.

As produções audiovisuais gaúchas também foram beneficiadas por transformações efetuadas na Televisão Educativa, a TVE gaúcha, que na época buscou uma aproximação maior com o público jovem. Passaram a fazer parte da equipe nomes como Jorge Furtado Filho, Ana Azevedo, Jairo Jorge e José Pedro Goulart, os quais modificaram a programação do canal. O espaço constituiria, junto com os grupos do Super-8 da década de 1970, um laboratório para esses jovens, que logo em seguida começariam a realizar produções cinematográficas. Um exemplo foi o filme de 1986 *O dia em que Dorival enfrentou a Guarda*, de Furtado e Goulart. O filme, que ganhou diversos prêmios, representava de forma metafórica a situação brasileira. Durante a década de 1980, duas produtoras buscavam reunir essa geração de cineastas: em 1984, foi lançada a Z, que produziu, entre outras coisas, *Verdes anos*; em 1987, foi criada a Casa de Cinema de Porto Alegre, que foi responsável pela realização de dois curtas que mudariam o cinema gaúcho, *Barbosa* (1988, de Jorge Furtado e Ana Luiza Azevedo) e *Ilha das Flores* (1989, de Jorge Furtado).

Durante a década de 1970, o teatro gaúcho manteve sua postura contestadora em relação à ditadura, com destaque para a atuação do Teatro de Arena. Em 1975, foi montada a peça *Mockpoint*, alvo de muitos cortes por parte

da censura. Com essa montagem, que contou com o apoio da embaixada alemã, o grupo excursionou pelo interior do estado. Além de abrigar outras manifestações culturais, como a música e o cinema, o Teatro de Arena foi o local de reunião de mobilizações políticas do período. Peças de fundo político foram remontadas, como *Jornada de um imbecil até o entendimento* e *Cordélia Brasil*. Nesse momento se aproximavam do Teatro de Arena jovens artistas recém-formados no Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS (DAD/UFRGS), como Luciano Alabarse. No final da década, o Teatro de Arena passou por uma crise financeira e, em 1979, fechou as portas. Em 1988, passou por reformas, convertendo-se em uma instituição da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, e, em 1991, foi reinaugurado.

Seguindo a concepção de teatro político, surgiu, no final da década de 1970, a Tribo de Atadores Ói Nóis Aqui Traveiz, fundada por participantes ativos das manifestações estudantis e sindicais em curso naquele período. A fusão entre as dimensões artísticas e políticas do trabalho do grupo pode ser percebida no próprio conceito de “atuadores”, utilizado para designar seus participantes. Em 1978, o Ói Nóis montou *A felicidade não esperneia patati, patatá* e *Divina proporção*, em março, e *Bicicleta do condenado*, em novembro. No ano seguinte, o grupo encenou *Ensaio selvagem*, *Sentido do corpo* e *O rei já era parará tim bum bum*. Em 1980, teve censurada a peça *Amargo Santo da Purificação*, que tratava da guerrilha no Brasil. Nesses anos, os membros do grupo foram alvo da repressão, passando por prisões devido a seu posicionamento político, o que não impediu que o Ói Nóis Aqui Traveiz levasse adiante o seu propósito de realizar espetáculos na rua. Em 1981, foram montadas as primeiras intervenções

teatrais em manifestações ecológicas e, em 1982, em atos contra a Guerra das Malvinas. As intervenções foram reprimidas pela Brigada Militar. Ao longo da década de 1980, o grupo foi se consolidando no cenário teatral gaúcho e começou a oferecer oficinas para novos atores. Em 1984, foi aberto o centro de experimentação e pesquisa cênica Terreira da Tribo de Atadores Ói Nóis Aqui Traveiz, na rua José do Patrocínio, estreando o espetáculo *A visita do presidenciável ou os morcegos estão comendo os abacates maduros*.

Na literatura, as décadas de 1970 e 1980 foram ricas no aparecimento de novos autores. Como aponta o professor e pesquisador Luís Augusto Fischer, pode-se dividir a literatura gaúcha desses anos em duas temáticas principais: a identitária e a urbana. Sobre a primeira se debruçaram autores preocupados com o tema da identidade gaúcha, como Luiz Antonio de Assis Brasil, Tabajara Ruas, Sergio Faraco, com o romance, e Carlos Nejar, com a poesia. Esses autores integram uma longa tradição da literatura sul-rio-grandense, da qual fazem parte Erico Verissimo e Cyro Martins, que procurava problematizar a imagem do gaúcho. Ao mesmo tempo, surgiam escritores que abordaram outras identidades presentes no estado: nos romances de Josué Guimarães e de Charles Kiefer, é problematizada a identidade alemã, enquanto que os de José Clemente Pozenato tratam da italiana, os livros de Moacyr Scliar, da judaica, e a poesia e de Oliveira Silveira, da negra.

Já entre os autores que trabalharam temas urbanos, vemos uma subdivisão entre aqueles que tratam de denúncias políticas e sociais e os que tratam de temas ligados ao íntimo do indivíduo inserido nas grandes cidades. Na obra de Tânia Faillace, no teatro de Carlos Carvalho,

nas crônicas de Luis Fernando Verissimo e na poesia de Luiz de Miranda, vemos debatida a situação política e econômica do país, além de outras questões, como o feminismo, no caso de Faillace. Esses autores problematizavam a sociedade gaúcha e brasileira, apontando a opressão vivida por grandes parcelas da população. Também nesse contexto surgiram autores como Caio Fernando Abreu, Lya Luft e João Gilberto Noll, trabalhando com questões subjetivas e psicológicas das grandes cidades. Além de quebrarem o paradigma realista da literatura gaúcha, propuseram uma renovação estilística, o que fez com que obtivessem grande reconhecimento da crítica literária brasileira.

Queremos destacar, ainda, as transformações por que passaram as artes gráficas (cartuns, charges, caricaturas, histórias em quadrinhos) no período da abertura e da redemocratização. Segundo o artista e pesquisador Joaquim da Fonseca, o Rio Grande do Sul é um “celeiro” de cartunistas, chargistas, quadrinistas etc., mas há no estado muito mais artistas gráficos do que espaço para a publicação de seus trabalhos. Ainda segundo Fonseca, essa profusão de artistas foi marcada pela Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre (CETPA), fundada em 1961 e, ao longo da ditadura, foi consolidada graças à imprensa alternativa gaúcha, que lançou artistas como Santiago, Edgar Vasques, Juska, Fraga, Eugênio Neves e outros.

Em 1975, foi lançada a coletânea *QI 14*, que continha trabalhos dos desenhistas Juska, Santiago, Edson, Tarso, Fraga, Edgar Vasques, Canini, Batsow, Ronaldo e Rekern, além de textos de Armando, Torquato e Pacheco, e desenhos e textos de Luis Fernando Verissimo. Em 1976, foi publicada outra coletânea, *14 bis*, da qual participaram os artistas Caco, Diones, Levitan, Marco Aurélio, Marco Ribeiro, Reinaldo,



Os generais e seus brinquedos, desenho de Wilson Cavalcanti em nanquim, 1978.

Sampaio, Schröder, Schuch, Uberti, Will e Wilmarx e os escritores Renato Pereira e Rosito, além da participação especial do consagrado Mario Quintana. Os dois livros são um registro do modo como esses jovens artistas viam o mundo, sua geração e, em especial, a repressão da ditadura – a censura é um tema recorrente no livro, já que afetava diretamente seu trabalho.

Na década de 1980, apareceram novos artistas – como Bier, Lancast Mota e Iotti – aumentando, dessa forma, a comunidade dos artistas gráficos do estado. Durante essa década também surgiu um movimento de desenhistas que, influenciados pelos quadrinistas Laerte Coutinho, Angeli e Glauco, por quadrinistas europeus, norte-americanos e argentinos, decidiram criar quadrinhos abordando temáticas vinculadas ao *underground*. Assim, em 1986, os desenhistas Chico Machado, Eloar Guazzelli, Mauro Dorfman, Pedro Alice, Verde, Vitt Nuñez, Lancast Mota e Iotti lançaram a revista *Kamikaze*, que tratava de temas como sexo, drogas e outras questões comportamentais. Além das influências do quadrinho nacional e internacional, a *Kamikaze* era fruto da cena alternativa de Porto Alegre, vivida nos bares do bairro Bom Fim, e dialogava com o rock da época.

Cabe destacar, também, a importância cultural e política que a imprensa alternativa adquiriu durante o período da ditadura, sobretudo durante a segunda metade da década de 1970. Na medida em que o espaço para a crítica se fechava cada vez mais na grande imprensa e em outros canais de expressão política e artística, dezenas de jornais alternativos foram criados, aglutinando jornalistas, intelectuais, políticos, humoristas e cartunistas. Apesar da grande diversidade de propostas e objetivos envolvidos, esses jornais

tinham em comum a influência da contestação contracultural, a postura de oposição à ditadura e a luta pela liberdade de expressão. O humorismo e a inovação na estética e na formatação proporcionadas por eles foram marcantes e enriqueceram a linguagem jornalística tradicional. De uma forma ou de outra, toda a imprensa alternativa sofreu com a política repressiva do regime, seja através da censura, da vigilância, de prisões arbitrárias ou por prejuízos econômicos impostos, de tal forma que, quando acabou a ditadura, todos esses jornais haviam desaparecido.

Entre 1967 e 1982, surgiram mais de 20 jornais da imprensa alternativa no Rio Grande do Sul. A maioria deles tinha características predominantemente políticas, mas tiveram grande destaque alguns com foco cultural, humorístico, e aqueles que se concentraram em questões colocadas pelos movimentos feminista, ecológico e negro, por exemplo. O primeiro veículo alternativo do estado foi o *Exemplar*, criado em 1967, por iniciativa do Clube do Professor Gaúcho (CPG). Inicialmente, chamou-se *Boletim CPG* e circulou apenas entre os professores do ensino estadual. A partir de 1970, o jornal deixou de ser restrito à categoria, assumiu um caráter alternativo e crítico, fazendo denúncias de problemas políticos e sociais relacionados à ditadura, sobretudo através do humor, de textos literários e metafóricos. O *Exemplar* circulou até 1972, quando encerrou as atividades por problemas financeiros. Também em 1967, foi criado em Porto Alegre o jornal *O Protesto*, vinculado ao movimento anarquista. A publicação era formada por informações e textos sobre o anarquismo, também com uma postura de confronto à ditadura.

No ano de 1971, surgiu em Porto Alegre o semanário humorístico *Pato Macho*,

dirigido por Luis Fernando Verissimo e com colaboradores como Moacyr Scliar, Carlos Nobre, Assis Hoffmann, Luiz Carlos Felizardo, Roberto Pimentel, entre outros. Teve sucesso de vendas em seus primeiros números, causando alvoroço na capital graças à sua postura irreverente e satírica. O ponto central do jornal era a crítica ao provincianismo e ao tradicionalismo da capital gaúcha, que eram apontados como os fatores que impediam o aparecimento de inovações artísticas e que geravam um ambiente de decadência e estagnação cultural. Desde sua terceira edição, o *Pato Macho* passou a sofrer com a censura prévia da ditadura, instalada depois que o jornal satirizou a esposa do reitor da UFRGS – que além de reitor era cardiologista do ditador Médici. O jornal sofreu uma crise financeira e acabou chegando ao fim com a sua 15ª edição. Contudo, influenciou as demais publicações da época com seu estilo inovador, tanto visualmente como no conteúdo, propondo mudanças comportamentais e lutando contra o arbítrio através do riso.

Outros jornais alternativos foram fundados no Rio Grande do Sul entre a década de 1970 e 1980. Em 1974, começou a circular em Porto Alegre o *Risco*; em 1975 foram criados o *Semanário de Informação Política*, na cidade de Ijuí, o *Coojournal* e o *Comunicação*, em Porto Alegre; em 1976, surgiram o *Informação*, o *Peleia*, o *Lampião* e o *Paralelo*, em Porto Alegre, e o *Triz*, em Pelotas; em 1977, o *Kronica*, na capital; em 1979, foi lançado *O Ajuricaba*, na cidade homônima, no noroeste do estado; no mesmo ano, foram criados em Porto Alegre o *Lado Inverso* e o *Tchê*; em 1982, nasce o jornal *Denúncia*, um dos poucos alternativos do Rio Grande do Sul com circulação nacional. Também tiveram importância dentro da

imprensa alternativa gaúcha no período os jornais ligados aos movimentos feminista, negro e ambientalista: *Tição*, *Correio da Mulher*, *Liberta* e *Sobrevivência*.

O jornal alternativo gaúcho de maior destaque no período foi o *Coojournal*, que circulou mensalmente entre os anos de 1975 e 1982. O jornal adquiriu uma importância nacional, chegando a ter uma tiragem de 35 mil exemplares por edição. A publicação foi fruto da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 1974. A cooperativa foi a primeira do tipo em todo o Brasil, alcançou mais de 300 associados e inspirou projetos semelhantes em outros estados.

O *Coojournal* usava como método narrativo a reportagem histórica, publicando ousadas matérias de denúncia à ditadura em que eram abordadas temáticas como cassações, censura, repressão, torturas, mortes, desaparecimentos, luta armada. Além das denúncias, o jornal se tornou um veículo atuante na redemocratização do país, através do apoio e divulgação de questões relacionadas aos movimentos sociais e às lutas que marcaram o período – anistia, diretas já, reforma agrária, greves e outras.

A partir de 1977, o *Coojournal* passou a sofrer duramente com a perseguição da ditadura. Após a publicação de uma matéria com o primeiro levantamento sobre os cassados pelo regime – que chegavam a 4.682 na época, segundo a reportagem – as forças repressivas fecharam o cerco, ameaçando os anunciantes do jornal e colocando a cooperativa em sérias dificuldades financeiras. Em fevereiro de 1980, o jornal sofreu mais um duro golpe da ditadura ao publicar relatórios secretos do Exército sobre a atuação do aparato repressivo no combate à luta armada no Vale da Ribeira, em São Paulo. Os jornalistas Elmar Bones, Osmar Trindade,

Rafael Guimaraens e Rosvita Saueressig foram processados e ficaram presos por vários dias. O processo terminou com a condenação dos jornalistas, o que mobilizou a categoria na luta pela liberdade de imprensa. Após esse episódio, grupos paramilitares de extrema direita ligados ao aparato repressivo da ditadura explodiram bombas em algumas das bancas que vendiam o *Coojornal* em Porto Alegre, causando mais prejuízos econômicos. Ataques terroristas desse tipo a jornais alternativos já haviam ocorrido no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Esses episódios, somados à crise financeira e às divergências internas na direção, fizeram com que o *Coojornal* não resistisse e deixasse de circular em 1983. Por ele passaram importantes fotógrafos, cartunistas e jornalistas gaúchos, muitos dos quais são autores das obras que compõem este livro, como os fotógrafos Luiz Abreu, Jaqueline Joner, Assis Hoffmann, Daniel de Andrade Simões, Ricardo Chaves, Luiz Eduardo Achutti, Eduardo Tavares, os cartunistas Santiago, Edgar Vasques, Canini, Eugênio Neves, Juska, Luis Fernando Verissimo, e os jornalistas Elmar Bones, Rafael Guimaraens, Luiz Cláudio Cunha, Caco Barcellos, entre outros.

As manifestações culturais ocorridas no Rio Grande do Sul durante os anos 1970 e 1980 deram mostras de como era percebida a realidade no estado. A variedade de formas de expressão está diretamente relacionada aos diferentes grupos, o que proporcionava embates dentro das áreas, como é o caso da música gauchesca e da música “urbana”. A questão política esteve sempre presente nessas manifestações, seja ela relacionada à questão institucional ou comportamental. Era um momento de questionamentos de padrões estéticos e políticos. ■

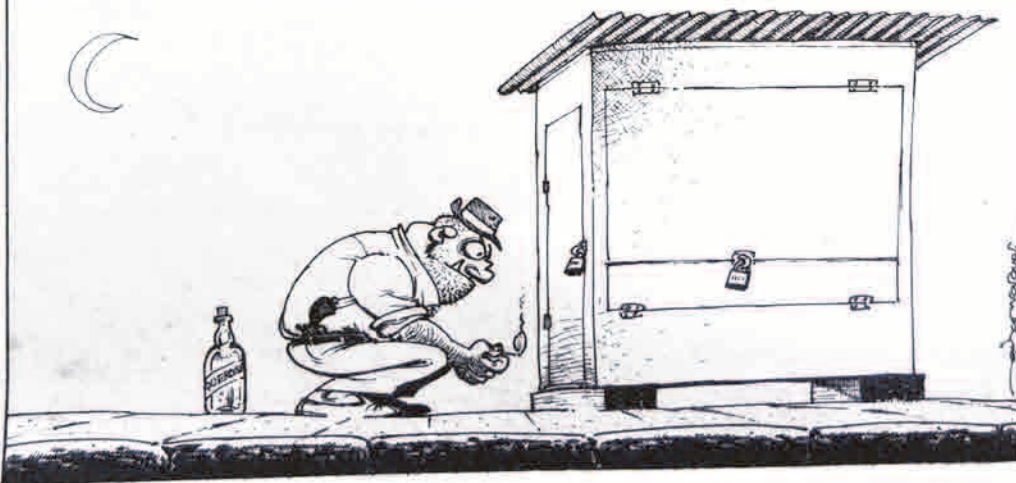
À MANEIRA DE CARLOS ESTEVÃO:

AS APARÊNCIAS ENGANAM

MAS O QUE É ISTO!?! UM SOLERTE TERRORISTA QUE, NA CALADA DA NOITE, ATENTA CONTRA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROPRIEDADE ALHEIA, ATEANDO FOGO A UMA FACATA BANCA DE REVISTAS APENAS PORQUE ESTA CUMPRE A SUA FINALIDADE? LEDO ENGANO, MEU CARO LEITOR ...



... POIS TRATA-SE APENAS DE UM MODESTO FUNCIONÁRIO TORTURADOR QUE, INJUSTIÇADO PELO REGIME QUE O ADESTROU E AGORA DISPENSA-LHE OS PRÉSTIMOS, CUIDA DE PRESERVAR SEU MERCADO DE TRABALHO MEDIANTE SINGELAS ATITUDES PROVOCATIVAS! UFA, QUE ALÍVIO, HEIN, CARO LEITOR!



Charge de Edgar Vasques na contracapa do *Coojornal*.

Grupos paramilitares ligados ao aparato repressivo da ditadura promovem ações terroristas e colocam bombas em bancas que vendiam a publicação em Porto Alegre.

Acervo de Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



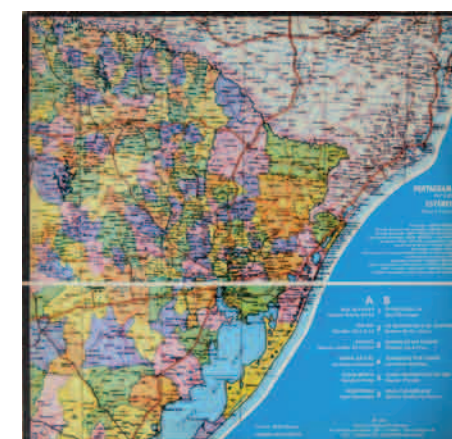
Jornalistas do Coojornal em frente à Auditoria da Justiça Militar, em Porto Alegre. Eles foram presos e processados pela ditadura por terem publicado um relatório do Exército sobre a atuação do aparato repressivo. Fotógrafo Luiz Eduardo Achutti.



Califórnia da Canção Nativa de 1979, em Uruguaiiana.
Fotógrafo Eduardo Tavares.



Show da banda Bixo da Seda no Teatro de Arena, na primeira Roda de Som, 1975. Fotógrafo: Juarez Fonseca.
Acervo do Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena



Capa e contracapa do disco *Paralelo 30*, de 1978, produzido por Juarez Fonseca, com Carlinhos Hartlieb, Nelson Coelho de Castro, Bebeto Alves, Raul Ellwanger, Cláudio Vera Cruz e Nando D'Ávila.

Acervo da Discoteca Pública Natho Henn



Capa e contracapa do disco *Rock Garagem*, de 1984, produzido pela Rádio Ipanema com as bandas Taranatirica, Urubu Rei, Garotos da Rua, Fluco, Moreirinha e seus Suspiram Blues, Astaroth, Frutos da Crise, Valhala, Leviathan e Os Replicantes.

Acervo da Discoteca Pública Natho Henn



Show de Nei Lisboa na década de 1980.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.

Cartaz do filme *Motorista sem limites*, de Milton Barragan com Teixeirainha, lançado em 1970.

Acervo da Coordenação de Cinema Vídeo e Fotografia da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre

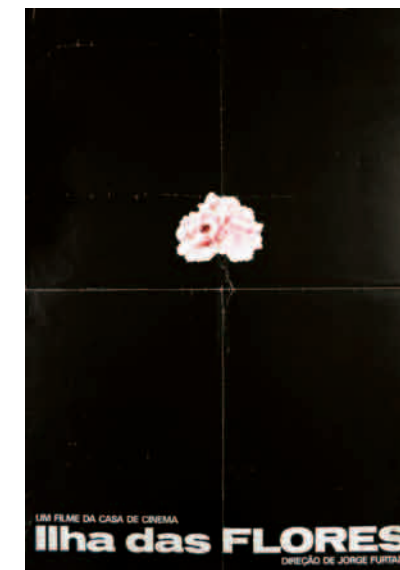
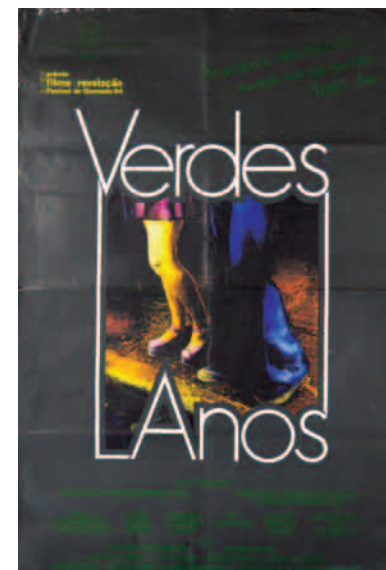


Teixeirinha nos bastidores. Fotógrafa Eneida Serrano.



Capa do VHS *Deu pra ti anos 70*. Este foi o primeiro longa-metragem em Super-8 e retratava a geração porto-alegrense da década de 1970.

Acervo da Coordenação de Cinema Vídeo e Fotografia da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre



Cartazes de filmes gaúchos do final da década de 1970 e início da década de 1980.

Acervo da Coordenação de Cinema Vídeo e Fotografia da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre



Cartaz do filme *Aqueles dois*, de Sergio Amon, lançado em 1985, baseado na obra do escritor Caio Fernando Abreu e que trata da temática homossexual.

Acervo da Coordenação de Cinema Vídeo e Fotografia da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre



Artistas recebendo premiações no Festival de Cinema de Gramado no início da década de 1980. Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



Cartaz da peça *Jornada de um imbecil até o entendimento*, montada pelo Teatro de Arena em 1979.

Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena



Cartaz das peças *A divina proporção* e *A felicidade não esperneia. Patati patata.*, da Tribo de Atuadores Ôi Nóis Aqui Traveiz, encenadas em 1978.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Encenação de peça na rua pela Tribo de Atuadores Ôi Nóis Aqui Traveiz, na década de 1980.

Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena

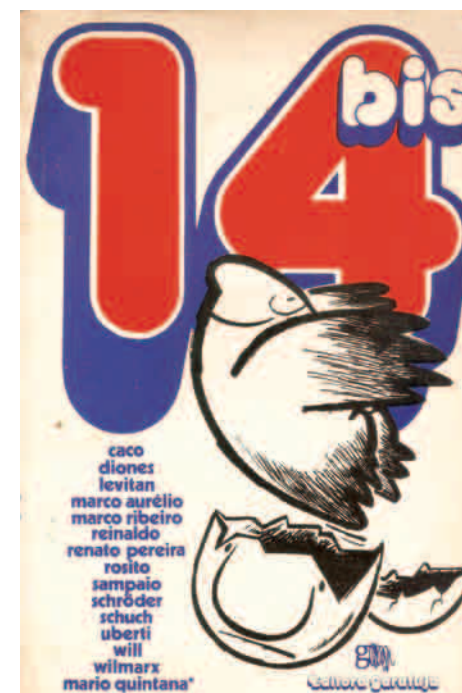
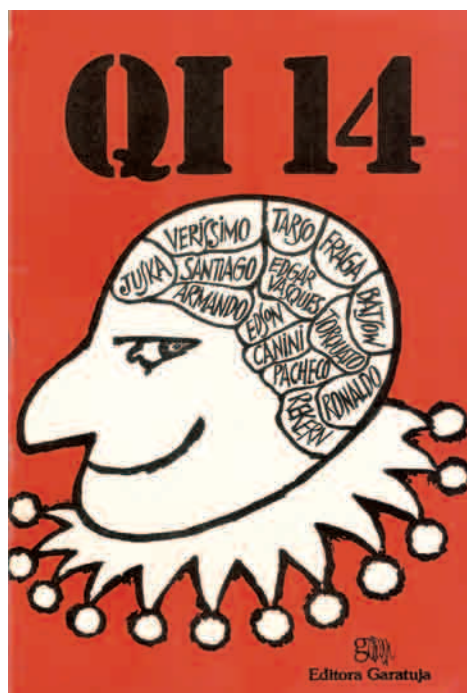


Mobilização pela reabertura do Teatro de Arena, 1980.

Espaço Sônia Duro – Centro de Desenvolvimento e
Pesquisa em Artes Cênicas do Teatro de Arena



Os cartunistas Edgar Vasques, Santiago e Eugênio Neves, na época em que trabalhavam no *Coojornal*.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



Capas dos livros *QI 14* e *14 bis*, de 1975 e 1976, respectivamente.

Acervo pessoal de Dante Guimaraens Guazzelli



Segundo número da revista
Kamikaze, de 1986.

Acervo pessoal de Eloar Guazzelli Filho

Hm 1979, foi aprovada a Lei de Reforma Partidária, que extinguiu a Arena e o MDB e que possibilitou a construção de novos partidos. O ano de 1982 foi marcado pela primeira eleição direta para governador depois do golpe de 1964: quem saiu vitorioso foi Jair Soares, do PDS, mas a diferença em relação ao segundo lugar, Pedro Simon, do PMDB, foi de apenas 22.643 votos. Os outros candidatos foram Alceu Collares, do PDT, e Olívio Dutra, do PT. Durante a campanha eleitoral de 1982, continuaram em vigor as determinações da Lei Falcão, às quais se somaram outras, que visavam diminuir as chances de sucesso dos novos partidos de oposição. Com isso, o PDS, que era composto pelos ex-integrantes da Arena e representava os interesses da ditadura, foi vitorioso. No Rio Grande do Sul, foi eleito Carlos Chiarelli para o Senado, derrotando o candidato do PMDB, Paulo Brossard, que buscava a reeleição. O PDS também fez a maioria dos votos para deputado federal e estadual.

Com a rejeição da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional e a derrota da proposta das Diretas Já, manteve-se a eleição indireta, via Colégio Eleitoral, para a escolha do sucessor do general Figueiredo na presidência da república. A eleição ocorreria em janeiro de 1985, e a

expectativa geral era de que o poder passasse para as mãos de um civil. As articulações em torno das candidaturas geraram conflitos no seio do partido governista em que, pela primeira vez, discutiu-se o nome do candidato à sucessão – nos pleitos anteriores, o candidato do governo era escolhido pelos generais e depois apenas referendado pela Arena. A vitória da candidatura de Paulo Maluf nas prévias do PDS gerou descontentamento do presidente do partido, José Sarney, que abandonou a agremiação em junho de 1984. Um grupo de políticos tradicionais, que haviam sido da Arena e migrado para o PDS, associou-se a Sarney, criando a Frente Liberal (mais tarde PFL), que participou da montagem da chapa Tancredo/Sarney. Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, tinha sido deputado federal e depois senador pelo MDB, além de primeiro-ministro no início do governo Jango. O Colégio Eleitoral teve, então, que escolher entre os nomes de Paulo Maluf, do PDS, e Tancredo Neves, do PMDB. O candidato da oposição recebeu 480 votos, enquanto o do partido governista alcançou 180. Mesmo sendo indireta, a eleição de 1985 gerou grande expectativa popular e contentamento pela vitória do candidato da oposição. A alegria, no entanto, logo deu lugar à apreensão e à frustração com o adocimento de Tancredo e a posse de José Sarney na presidência. O anúncio da morte de

A eleição de Tancredo Neves e a Assembleia Constituinte

Tancredo Neves foi dado no dia 21 de setembro de 1985. Viram-se, pelo país, cenas de multidões marcadas pela tristeza.

O período que iniciou com a posse de Sarney foi nomeado pelos seus apoiadores como Nova República, ainda que fossem bem perceptíveis as muitas continuidades em relação ao regime iniciado em 1964. Durante o mandato de José Sarney, que havia dirigido o partido governista durante a ditadura, a crise econômica iniciada no governo Geisel e agravada no governo Figueiredo se ampliou, e a herança da ditadura ficou mascarada por uma anistia entendida como recíproca, o que impedia que fossem adiante os esforços de esclarecimento e de punição dos crimes do regime. A capacidade organizativa da sociedade civil e dos trabalhadores em particular, no entanto, continuou crescendo, com a criação de centrais sindicais e a deflagração de muitas greves. Houve, além disso, uma preocupação da parte de setores do PMDB, do PDT e do PT de remover o “entulho autoritário”, isto é, as leis da ditadura que ainda estavam em vigor e que limitavam o exercício da cidadania.

Para dar conta desse desafio, o caminho escolhido foi a elaboração de uma nova

Constituição, tarefa que coube aos parlamentares eleitos em 1986. Naquela eleição, o partido do presidente Sarney foi o grande vencedor: o PMDB elegeu, entre deputados e senadores, um número de parlamentares superior à maioria absoluta (306); o PFL elegeu 132 e o PDS, 38; PDT, PTB e PT conquistaram 26, 18 e 15 cadeiras, respectivamente; outros sete partidos elegeram representantes, entre os quais o PL, PDC, PCB, PCdoB e PSB. O principal motivo para o sucesso do PMDB foram os resultados positivos, até então, do Plano Cruzado, um conjunto de medidas de estabilização econômica que freou, temporariamente, a inflação e que gerou uma aparência de distribuição de renda – os limites do plano vieram à tona ainda em novembro de 1986, quando foi abandonado. No Rio Grande do Sul, o partido conseguiu eleger Pedro Simon para o governo do estado. Para além da repercussão das medidas econômicas em nível nacional, há que se levar em conta a história do candidato, que, durante a ditadura, cumpriu sucessivos mandatos de deputado estadual e, posteriormente, de senador pelo MDB.

É importante destacar, para entender as expectativas depositadas na nova Carta, que

desde o final dos anos 1970 foi sendo gestada – no seio de diferentes grupos e em diversas iniciativas da oposição – uma nova noção de cidadania. A luta contra a ditadura passou a ser caracterizada como uma luta pela conquista das liberdades democráticas. Isso significava, por exemplo, reconquistar o direito de organização partidária e sindical e a liberdade de expressão e de reunião. Significava, também, garantir transformações de caráter distributivo que permitissem elevar a situação social do povo brasileiro e criar espaços de participação para além do voto. Esse propósito foi levado adiante por entidades sindicais, estudantis, comunitárias e partidárias, e foi incorporado no mecanismo de proposição de emendas populares para a Constituição. Tais emendas eram petições encaminhadas ao Congresso Constituinte, assinadas por três entidades da sociedade civil e acompanhadas de 30 mil assinaturas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a campanha eleitoral de 1986 foi contemporânea do acampamento da Fazenda Annoni, o que fez com que o tema da reforma agrária fosse central na propaganda de alguns candidatos, como aquela do líder sindical dos pequenos agricultores,



A Nova República como continuidade, no traço de Luis Fernando Verissimo.

Adão Pretto, natural de Coronel Bicaco, que veio a ser eleito deputado estadual pelo PT. Ele e outros candidatos encabeçaram as campanhas em prol de emendas pela reforma agrária. Outras emendas populares diziam respeito aos direitos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, além das relativas ao meio ambiente.

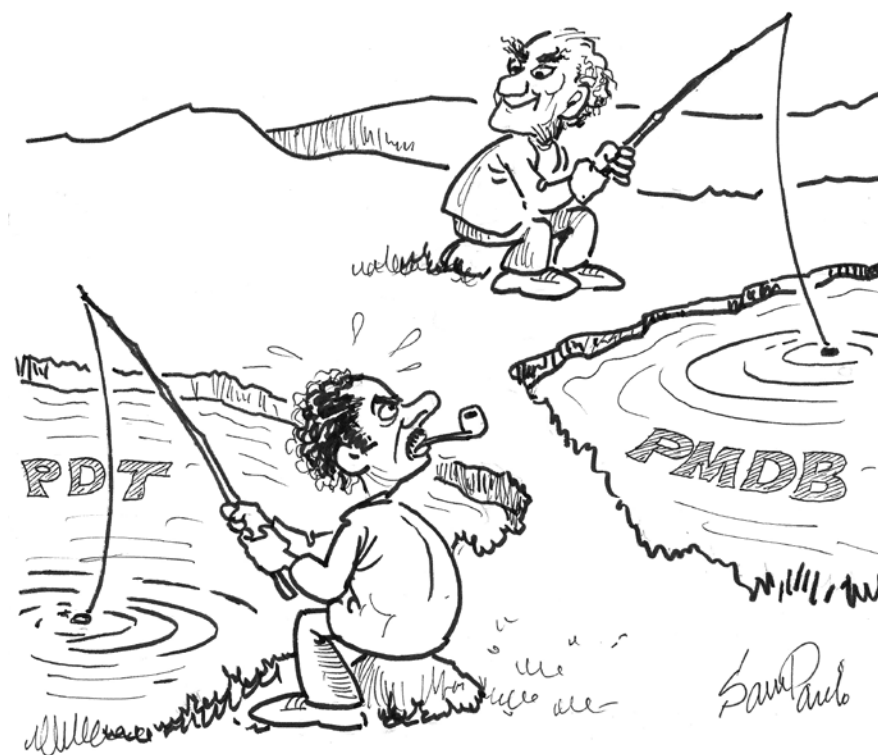
Ao longo dos debates constituintes, foram entrando em choque os parlamentares e as forças políticas que pretendiam ampliar o exercício da cidadania, romper com o passado e incorporar à Carta uma série de direitos civis e sociais e aqueles que pretendiam uma reforma jurídica mais restrita. Foi em meio a

esses conflitos e na defesa da segunda postura que surgiu uma articulação, que ficou conhecida como “Centrão”, entre membros do PMDB, do PDS e do PFL. Como resultado dos embates entre as duas propostas, a nova Constituição incorporou direitos sociais e uma noção ampliada de cidadania, ao mesmo tempo em que não tocou em questões relativas à herança da ditadura. A Carta foi criticada por sua abrangência: em 245 artigos e 70 disposições transitórias, tratou de temas que, por serem muito específicos, não necessariamente deveriam estar numa Constituição, mas poderiam ser tratados na legislação ordinária.

Questões semelhantes marcaram a Assembleia Constituinte Estadual, que se reuniu por onze meses, entre outubro de 1988 e outubro de 1989, e foi composta pelos deputados estaduais eleitos em 1986, a maioria dos quais pertencia ao PMDB. Quase trezentas emendas populares foram apresentadas, carregando a assinatura de cerca de 5% do eleitorado gaúcho, num importante indício do tipo de participação política que estava se consolidando no Brasil. Da mesma forma que a federal, a Constituição Estadual foi bastante abrangente, repetindo uma visão a respeito da lei como garantidora do efetivo cumprimento das demandas coletivas. ■

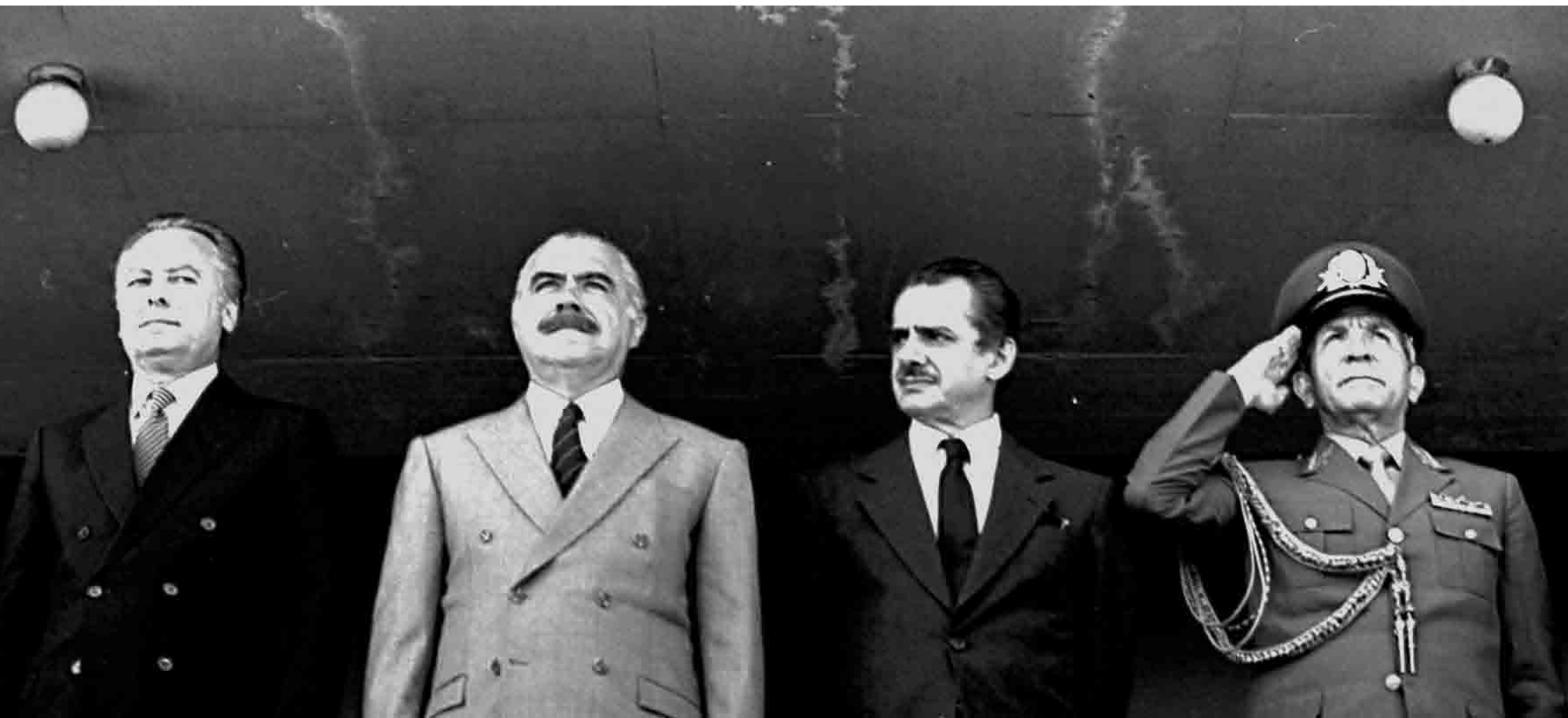


Charge de Santiago. No contexto da abertura, políticos que defendiam os interesses da ditadura “trocam de camiseta” para tentar adotar uma aparência democrática.



A oposição dividida, em 1979, no traço de Sampaio.

Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio



Jair Soares, José Sarney, Pedro Simon e militar em cerimônia oficial.
Fotógrafo Daniel de Andrade Simões.



Tancredo Neves em campanha para a presidência.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Cartaz sobre a Assembleia Constituinte.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Cartaz sobre a Assembleia Constituinte.

Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Tortura nunca mais: evento na Câmara Municipal de Porto Alegre.
Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Cartaz pelo fim da Lei de Segurança Nacional.
Acervo de Publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa



Ato contra a Lei de Segurança Nacional, na Assembleia Legislativa, em 1983.

Assembleia Legislativa do RS/Memorial do Legislativo



Brizola em comício do PDT, em Porto Alegre, novembro de 1982.
Fotógrafo Eduardo Tavares.



Convenção do PMDB em 1982, em Porto Alegre.
Fotógrafo Luiz Eduardo Achutti.



Enterro simbólico do PDS promovido pelo PT em novembro de 1985 na Esquina Democrática, em Porto Alegre. O candidato da antiga Arena ficou em último lugar na eleição municipal. Em primeiro plano, Olívio Dutra. Fotógrafo Rogério Sottili. Acervo Fotográfico do Centro de Assessoria Multiprofissional

O marco final da ditadura instaurada em 1964 é, para alguns, a Lei de Anistia, de 1979; para outros, a eleição de Tancredo e Sarney, em 1985, ou a promulgação da nova Constituição, em outubro de 1988. Há, ainda, a possibilidade de se pensar que o regime termina realmente com a primeira eleição direta para a presidência da república, em 1989. Essa dificuldade de delimitação tem a ver com o gradualismo e a lentidão da passagem da ditadura para o regime democrático, e com o fato de que muitas das lideranças da ditadura se mantiveram no centro do jogo político. Por outro lado, novas figuras políticas surgiram, organizações da sociedade civil se fortaleceram, a associação entre democracia e participação cidadã se alargou. Queremos concluir apontando para questões relativas à ditadura que ficaram sem solução e que, por isso, trazem dificuldades para a efetiva consolidação da democracia. Algumas delas têm voltado ao debate político nos últimos anos e acreditamos que o país está vivendo um momento novo em relação ao tratamento da herança da ditadura.

Depois de aprovada a Lei de Anistia, os diferentes grupos de oposição ao regime passaram a investir suas energias em diversos campos de atuação que foram sendo abertos (novos partidos, sindicatos, associações, centrais

sindicais etc.). As “dívidas” da ditadura foram, aos poucos, se tornando preocupação de grupos mais restritos, de perseguidos políticos e de seus familiares, de pessoas que não tinham sido contempladas com a anistia, que não foram reintegradas em seu trabalho, que não tiveram notícias ou satisfações oficiais sobre o paradeiro de familiares desaparecidos. No caso do Rio Grande do Sul, antes mesmo do final da ditadura, no contexto da investigação sobre o sequestro dos uruguaios, foi criada a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos na Assembleia Legislativa. Desde então, a Comissão vem realizando ações que, entre outras coisas, têm trazido à tona a violência do regime. Um dos resultados desse trabalho foi a publicação, em 1984, do *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Antes disso, em maio de 1982, durante o governo de Amaral de Souza (Arena-PDS), tinha sido extinto o DOPS/RS. Nos dias seguintes, os arquivos do órgão foram incinerados. Essa medida é representativa da intenção de apagar as marcas autoritárias do passado recente do país, efetivada por parte dos militares e dos civis que sustentaram a ditadura e aos quais interessava – e ainda interessa – o esquecimento dos crimes da repressão e a garantia de impunidade.

Outro marco do tratamento das questões da ditadura no Rio Grande do Sul foi a aprovação, durante o governo de Antônio Britto, do PMDB,

As heranças da ditadura

da lei estadual que indenizou ex-presos políticos (Lei 11.042, de 1997, reeditada pela Lei 11.815, de 2002, já no governo de Olívio Dutra, do PT). As decisões a respeito das indenizações ficaram a cargo da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul. Tal comissão recebeu mais de 1.600 pedidos de indenização e concedeu o benefício a quase 1.200 deles. Seu funcionamento, analisado na dissertação de mestrado de Evelise Zimmer Neves, foi marcado por muitas tensões e críticas, perceptíveis na cobertura da imprensa, nos discursos de deputados estaduais que votaram a lei, e também nas falas dos membros da comissão e das pessoas que ingressaram com pedidos. Entre as críticas, podem ser destacadas as dos deputados do PPB (partido que teve origem na antiga Arena), que não concordavam com a indenização por considerá-la revanchista e por entenderem que ela contrariava a lógica do esquecimento, segundo eles proposta na Lei de Anistia. Do lado dos que acreditavam na pertinência da indenização, as críticas diziam respeito às limitações da lei, que só beneficiava os que tivessem sido presos em locais ou por agentes ligados ao estado do Rio Grande do Sul e, também, exigia comprovação das sequelas físicas ou psicológicas deixadas pela tortura. É importante lembrar que em nível federal, em 1995, tinha sido aprovada a Lei 9.140, conhecida como Lei dos Desaparecidos, que reconhecia casos de mortes e de desaparecimentos durante a ditadura e criava uma comissão para avaliar pedidos de indenização para as famílias.

Em 1999, aos 20 anos da Lei de Anistia, o governo Olívio Dutra criou uma comissão para “organizar um acervo histórico da luta pela democracia e de denúncias de violações das liberdades democráticas e dos direitos humanos, cometidas pela ditadura militar instalada em

31 de março de 1964”. A Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura pretendeu reunir documentação do antigo DOPS e dos órgãos regionais – as SOPS –, entrevistas e doações de materiais sob a guarda de antigos militantes, bem como documentos encaminhados à mencionada Comissão de Indenização. O acervo organizado pela comissão foi alocado numa sala do Memorial do Rio Grande do Sul e subordinado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – desde então, o material reunido tem sido usado em diversas pesquisas históricas. O funcionamento do acervo e da comissão foi sempre marcado por tensões, que chegaram ao ápice durante o mandato de Yeda Crusius, do PSDB, quando os membros da comissão renunciaram, o material foi transferido para a sala do Arquivo Histórico e passou a ser denominado de Centro de Memória Documental da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul. Recentemente, depois da posse de Tarso Genro, do PT, no governo do estado, a designação Acervo da Luta Contra a Ditadura voltou a ser usada. O material, ainda sob a guarda do Arquivo Histórico, está atualmente sendo integrado ao projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional.

Nos últimos anos, as questões da herança da ditadura têm voltado ao debate político, através do funcionamento das Caravanas da Anistia (que passaram a divulgar pelo país os julgamentos feitos pela Comissão de Anistia, órgão vinculado ao Ministério da Justiça criado em 2001); do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que confirmou a constitucionalidade da Lei de Anistia no que diz respeito à anistia aos torturadores (2010); da condenação do Brasil pela Suprema Corte dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação ao caso

dos mortos e desaparecidos no Araguaia (2010) e da discussão e aprovação da Lei de Acesso à Informação e da Comissão da Verdade (2011).

Diversas iniciativas vêm sendo tomadas, especialmente pela Comissão de Anistia, para implementar no país um processo de justiça de transição, no seio do qual se colocam desafios relativos à memória, à verdade e à justiça. Os dois primeiros aspectos, assim como as reparações monetárias, têm ganhado, no Brasil, mais destaque do que a implementação da justiça. Esse ponto é dificultado pelo entendimento, reforçado pelo STF, de que a anistia de 1979 foi recíproca. Mesmo assim, acredita-se que a Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, as comissões estaduais e os diferentes comitês criados por organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental para que se avance rumo à superação dessa visão da anistia e à efetivação da justiça. No caso gaúcho, uma Comissão Estadual da Verdade foi criada em 2012, pelo governador Tarso Genro. Até outubro desse ano, tinham sido criados quatro comitês no Rio Grande do Sul (o Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça; o Comitê Popular pela Memória, Verdade e Justiça; o Comitê pela Memória, Verdade e Justiça: Pelotas e Região e aquele da região de Santa Maria). São iniciativas oriundas da sociedade civil, propondo apoio e fazendo pressão para que as comissões nacional e estadual realizem o trabalho esperado. Esses coletivos também realizam atividades de educação e de identificação de lugares associados à repressão. Estão sendo implementados, ainda, diferentes projetos de resgate e preservação da memória, alguns dos quais financiados pelo Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, como esta memória visual da ditadura no Rio Grande do Sul. ■



Foto da exposição *Violência policial*, Porto Alegre, 1983.
Fotógrafo Carlos A. da Silva.

Assembleia Legislativa do RS/Memorial do Legislativo



Queima dos arquivos do DOPS/RS durante o governo Amaral de Souza, 1982.
Fotógrafo Luiz Eduardo Achutti.

Ao encerrarmos a obra, queremos reforçar o propósito de tornar mais conhecida nossa história recente e as formas como, no estado do Rio Grande do Sul, se viveu a ditadura. A escrita e a organização do livro foram possíveis porque outras pessoas já haviam contribuído para produzir ou para conservar registros desse passado: os fotógrafos, os artistas gráficos, os membros de partidos e de entidades, as instituições públicas, as empresas jornalísticas, os historiadores e outros profissionais que se dedicaram a estudos sobre algum dos aspectos da ditadura, os que viveram esse período e transmitiram suas experiências através de relatos de memória e obras literárias etc. Acreditamos que resgatar a memória da ditadura por meio de imagens e contextualizá-las com um texto explicativo seja uma forma de valorizar e de sistematizar um conjunto de esforços anteriores. Disponibilizar este material ao público, nas condições propiciadas pelo edital do projeto Marcas da Memória, do Ministério da Justiça, pode ser um incentivo para o surgimento de novas pesquisas e para a implementação de novos projetos que permitam uma melhor compreensão dessa etapa da vida

brasileira. Confiamos, ainda, que este material contribuirá para o ensino de História, como um subsídio a mais para que os temas da ditadura e de sua herança se tornem objeto de reflexão e de crítica no ambiente escolar.

O livro apresenta aos jovens um conjunto de situações nas quais foi forte a presença da juventude, tanto pelo engajamento político e pelo desejo de mudanças, quanto pelo enfrentamento das forças da repressão. Os que viveram essas situações sentiram esperança, medo, desespero, solidão, vontade de desistir, desejo de recomeçar. Olhar para trás pode ajudar a entender esse passado, a reconhecer o que restou dele e o que construímos a partir dele e, ainda, a pensar a respeito do que queremos construir daqui em diante. O livro fala sobre o passado, mas também sobre o presente, sobre as condições que tornaram possível a sua própria organização e publicação. Ele faz parte de uma luta e de uma política que buscam o direito ao esclarecimento e à justiça em relação aos crimes da ditadura. É um esforço comprometido com o propósito de que tais crimes nunca mais aconteçam. É uma aposta na construção de um futuro livre das heranças do autoritarismo, da repressão e da impunidade. ■

Considerações

finais

Siglas utilizadas

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADF – Ação Democrática Feminina
ADP – Ação Democrática Popular
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AI – Ato Institucional
AIPAN – Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ARS – Aliança Republicana Socialista
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDR – Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEERS – Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense
CEIS – Comissão Especial de Investigação Sumária
CETPA – Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre
CEU – Casa do Estudante Universitário
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores / Central Geral dos Trabalhadores (a partir da década de 1980)
CIEEx – Centro de Informações do Ministério do Exterior
CIMADE – Comité Inter-Mouvement Auprès des Évacués
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPC – Centro Popular de Cultura
CPG – Clube do Professor Gaúcho
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão dos Atingidos por Barragens
CRT – Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
CTN – Companhia Telefônica Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAD/UFRGS – Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS
DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas
DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEE – Diretório Estadual dos Estudantes
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSG – Doutrina de Segurança Nacional
ENE – Encontro Nacional dos Estudantes
ESG – Escola Superior de Guerra
EPB – Estudo dos Problemas Brasileiros
EUA – Estados Unidos da América
FBI – Frente Brasileira de Informações
FBT – Fração Bolchevique-Trotskista
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FEUP – Federação dos Estudantes de Universidades Particulares
FEURGS – Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FLN – Frente de Libertação Nacional
FRACAB – Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IEPES – Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IGTF – Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
IPESUL – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul
IPM – Inquérito Policial Militar
ITT – International Telephone and Telegraph
LIBELU – Liberdade e Luta
M3G – Movimento Marx, Mao, Marighella e Guevara
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAC – Movimento Anticomunista
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia
MML – Movimento Mulher pela Libertação
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MPB – Música Popular Brasileira
MNU – Movimento Negro Unificado
MPG – Música Popular Gaúcha
MPM – Ministério Público Militar
MR-21 – Movimento Revolucionário 21 de Abril
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ORM-POLOP – Organização Revolucionária-Marxista/Política Operária
OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PRADE – Projeto de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal (partido político criado em 1985 e extinto em 2006)
PL – Partido Libertador (partido político que existiu até 1965)
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POC – Partido Operário Comunista
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PRADE – Projeto de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico
PRP – Partido de Representação Popular
PRT/ERP – Partido Revolucionário de los Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVP – Partido por la Victoria del Pueblo
RU – Restaurante Universitário
SESME – Serviço Social de Menores
SIGAB – Setor de Imprensa do Gabinete do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal
SNI – Serviço Nacional de Informação
SOPS – Seção de Ordem Política e Social
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Superior Tribunal Militar
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAPA – Teatro de Arena de Porto Alegre
TFP – Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TVE – Televisão Educativa
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGES – União Gaúcha de Estudantes Secundaristas
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPF – Universidade de Passo Fundo
USAID – United States Agency for International Development
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sobre os autores das imagens

ANTÔNIO VARGAS

Nasceu em Osório (RS) em 1944. Mudou-se para Porto Alegre ainda adolescente, onde aos 16 anos começou sua vida profissional no estúdio Fotoflash. Iniciou o trabalho como repórter fotográfico no jornal Zero Hora, em 1968. No ano seguinte passou a trabalhar na agência Focontexto, de Assis Hoffmann, onde permaneceu até 1976. Nesse ano começou a trabalhar na sucursal gaúcha do jornal Estado de São Paulo. Retornou para a Zero Hora em 1982, onde permaneceu até 1989, ano em que montou a sua própria agência de fotografia, a Polaron. Antônio Vargas ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo e o Prêmio PAS do Sindicato dos Jornalistas do RS em 1977 (este último com fotos da Sequência Pátria, que retratam a manifestação do Movimento Estudantil em Porto Alegre e estão presentes no capítulo 17 deste livro). Também recebeu o Prêmio ARI e o Prêmio TELESP em 1979, o Prêmio Nikon de Fotografia, prêmios de Direitos Humanos, entre outros. Atualmente está aposentado.

ASSIS VALDIR HOFFMANN

Nasceu em Santiago (RS) em 1941. Começou a carreira de repórter fotográfico em 1961, no jornal *Última Hora*, em Porto Alegre, RS, mais tarde adquirido pela Zero Hora, onde trabalhou como editor de fotografia até 1970. Entre 1974 e 1976, assumiu cargo idêntico nos três jornais do Grupo Caldas Junior: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Correio do Povo*. Na mesma época, fundou a Focontexto, primeira agência brasileira de imagens fora do eixo Rio-São Paulo. Na luta pela construção de uma sociedade mais justa, foi um dos fundadores da ANAÍ (Associação Nacional de Apoio ao Índio), além de focar as lentes para temas como a questão agrária e a violência no país. Cobriu guerras na Nicarágua e no Oriente Médio; retratou a Copa de Mundo de 1974 e vários Grandes Prêmios da Fórmula 1. Expôs suas obras dentro e fora do Brasil. Entre os prêmios conquistados, estão o Prêmio PAS, do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (1978), Medalha de Prata no 2º Anuário do Clube de Criação de São Paulo

(1976), o Prêmio Fotoptica (1976); e Menção Honrosa no Nikon Photo Contest International (1975). Atualmente está aposentado. O autor solicitou a inclusão das seguintes palavras: *Visando contribuir para o conhecimento de importante período da história política brasileira e colaborar com a finalidade educacional desta obra, Assis Hoffmann doou parte dos direitos autorais das imagens aqui publicadas. Não tendo oportunidade de estudar além da 4ª série do ensino primário, o fotógrafo autodidata adquiriu sua formação no exercício da profissão jornalística e sente-se honrado em participar desta importante iniciativa do Ministério da Justiça, cooperando para a educação e formação de estudantes, carentes ou não. Atualmente, Assis Hoffmann trabalha na captação de recursos para a edição de seu primeiro livro e montagem de nova exposição fotográfica.* Texto redigido por Cláudia Aragón.

BENDATI (Aníbal Carlos Bendati)

Nasceu em Bragado, Argentina, em 1930, e morreu em Porto Alegre, em 2009. Durante a década de 1950, trabalhou em diversas publicações na Argentina, como *Picardia Universal*, *Pocholandia* e *Recreo*. Migrou para o Brasil em 1957, devido a perseguições políticas derivadas de seu trabalho. Atuou no jornal *Última Hora* (inicialmente no Rio de Janeiro e, a partir de 1960, em Porto Alegre). No início da década de 1960, foi um dos fundadores e trabalhou na Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre (CETPA). Posteriormente atuou nos periódicos *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã*, *Kronika*, *Jornal do Dia*, *Tchê*, *O Pasquim*, *Carrinho* e *Zero Hora*. Além de chargista, foi principalmente editor gráfico e diagramador para diversos jornais no estado. Trabalhou como professor de diagramação na UFRGS e na PUCRS, sendo considerado um dos pioneiros no jornalismo gráfico no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua carreira conquistou diversos prêmios e contribuiu tecnicamente no planejamento gráfico de vários jornais no RS.

BIER (Augusto Franke Bier)

Nasceu em Santa Maria (RS) em 1959. Atuou nos periódicos *O Interior*, *Coojournal*, *O Pasquim*, *O Sul*, entre outros. Participou de diversas coletâneas de chargistas, como *Separatismo – Corta essa!*, ... *E o Bento levou*, entre outros. Publicou muitas obras com seu personagem, Blau, nas quais são retratados gaúchos descendentes de alemães. Foi premiado em salões de desenho em diversos países. É formado em jornalismo, especialista em educação e mestre em Comunicação e Informação e atua como assessor de imprensa do Sindicato dos Bancários. Atualmente vive em Porto Alegre e é diretor do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

www.augustobier.blogspot.com.br

CANINI (Renato Venícius Canini)

Nasceu em Paraí (RS), em 1936. Começou a trabalhar em 1957, na revista *Cacique*, publicação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Participou da Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre (CETPA), entre 1961 e 1963. Atuou nos periódicos *Correio do Povo*, *O Pasquim*, *Ovelha Negra*, e *Coojournal*, entre outros. Durante a década de 1970 atuou na Editora Abril, sendo responsável por histórias em quadrinhos como *Os Flintstones* e *Krás*. Desse período é sua participação no gibi do *Zé Carioca*: ele foi responsável pela transformação do personagem, dando-lhe características mais próximas da realidade brasileira. Publicou diversos livros, alguns deles voltados ao público infantil, e obteve prêmios internacionais. Hoje, Canini mora e trabalha em Pelotas (RS).

DANIEL DE ANDRADE SIMÕES

Daniel de Andrade Simões, nascido em 30 de janeiro de 1948 em Rio Real (BA), quase gaúcho de Livramento. Fotógrafo profissional, com exposições várias, livros etc. Ex-coojornalista, trabalhou para grande e pequena imprensa. Ex-exilado (ex de muitas coisas) no Chile, França. Preso e expulso da Dinamarca e Alemanha, quando tentava exílio, fugindo da ditadura brasileira. Preso em Salvador nos quartéis do VI Exército e Lemos de Brito. Companheiro de Nemésio Garcia, Getúlio Gouveia, Ubiratan Castro de Araújo, Luiz Carlos Maia Bittencourt, Rui Pinto Patterson e outros. Parceiro de lutas de Leopoldo Paulino, do “Tempo de Resistência”, do Wilson Barbosa do Nascimento etc. Em Moçambique, atuou na AIM-Agência de Informação Moçambicana com Mia Couto e na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Sobre a convivência com o fotógrafo em Moçambique, Mia Couto escreveu que Daniel (que usava o codinome de Reginaldo Faria Leite) “era portador de uma ironia permanente e exercia a alegria como se tratasse de uma crença. Não precisávamos de mais tempo para vivermos tudo. E assim quando olhava as fotografias de Daniel eu não via como elas continham o tempo. Para mim eram armas de uso imediato, munições que esgrimávamos contra o ‘inimigo’ de classe. (...) Reginaldo Faria Leite, aliás Daniel de Andrade Simões, era alguém que fotografava com a alma inteira. Não era a máquina. Ele, todo ele, se deixava impregnar pelos outros”. Em 1980, após a anistia, trabalhou para o Coojournal, para a RBS e como free-lancer da grande imprensa. Cria a agência Gaia História e Fotografia com Stella Petrasi, sua companheira. Tem dois filhos, José Daniel Craidy Simões e Ana Craidy Simões. Texto escrito por Daniel de Andrade Simões.

EDGAR VASQUES

Nasceu em Porto Alegre (RS) em 1949. Iniciou sua trajetória profissional em 1968, como ilustrador do jornal *Correio do Povo*. Em 1970, criou, na revista alternativa *Grillus*, seu personagem principal, Rango, que foi publicado na *Folha da Manhã* entre 1972 e 1975 e é publicado até hoje no jornal *Extra Classe*, sendo talvez a tira brasileira mais antiga ainda na ativa. Já trabalhou nos periódicos *O Estado do Paraná*, *Correio de Notícias* (Curitiba), *Diário do Sul* (Porto Alegre), *Gazeta Esportiva* (São Paulo), *Playboy*, *O Pasquim*, *Versus*, *Ovelha Negra*, *Coojornal*, *Artes Visuales* (México), *Charlie Mensuel* (Paris), entre outros. Seu trabalho é reconhecido internacionalmente, e já realizou diversas exposições em diferentes países. Em sua carreira já publicou dezenas de livros, além de participar de coletâneas com outros artistas. Reside e trabalha em Porto Alegre.

www.evblogaleria.blogspot.com.br

EDUARDO TAVARES

Eduardo Tavares é fotógrafo profissional desde o final da década de 1970. Começou fotografando para jornais que resistiam à ditadura, como *O Trabalho*, *Movimento e Coojornal*, sua verdadeira escola de jornalismo investigativo. Graduou-se em jornalismo pela UFRGS em 1982, mesma universidade na qual veio a ser professor de 1992 a 1998. Durante a década de 1980 trabalhou em vários veículos de mídia impressa, como *Veja*, *Globo*, *Manchete*, *Correio do Povo*. Ganhou oito prêmios internacionais de fotografia, sendo o 2º lugar do Nikon Photo Contest International de 1992 o mais destacado. Nesse mesmo ano criou a Lumen Comunicação, uma agência fotográfica e banco de imagens que conta com mais de cem mil fotos do Brasil e exterior. É autor de nove livros fotográficos e atualmente trabalha com projetos editoriais e didáticos.

www.e-tavares.com.br

ENEIDA SERRANO

Nasceu em Porto Alegre (RS), em 1952. Graduou-se em jornalismo pela UFRGS em 1974. Nesse mesmo ano começou a trabalhar como repórter fotográfica do jornal Zero Hora. Nos anos de 1975 e 1976 trabalhou como fotógrafa free-lancer do jornal *O Globo* e da revista *Visão* e foi coeditora de coluna sobre fotografia no jornal *Folha da Manhã*. Em 1977 atuou como repórter fotográfica do *Coojornal*, e em 1978 tornou-se sócia-fundadora da agência Ponto de Vista. Trabalhou também nas revistas *Isto É*, entre 1982 e 1988, e *Veja*, de 1988 a 1991. Desde 1992 dirige estúdio próprio e colabora com diversas revistas nacionais, tendo realizado matérias especiais em muitos países. Já participou de dezenas de exposições individuais e coletivas no Brasil, América Latina e

Europa e é coautora dos livros *Santa soja*, de 1979, e *Ponto de vista: um depoimento fotográfico*, de 1980. Possui trabalhos no Instituto Cultural Itaú, na coleção Pirelli/MASP. Foi vencedora dos Prêmios Porto Seguro e Açorianos de Fotografia. www.eneidaserrano.com.br

EUGÊNIO NEVES

Nasceu em 1954 em Porto Alegre (RS). Iniciou suas atividades profissionais como artista gráfico em 1974, numa fábrica de embalagens plásticas. Posteriormente, trabalhou como programador visual, publicitário e como ilustrador editorial no *Coojornal*, *Diário do Sul* e *Zero Hora*. Paralelamente a essa atividade gráfica atuou como bonequeiro, tendo criado e apresentado as peças *A cigarra e a formiga* e *S.O.S Selva*. Desenvolveu, também, vários trabalhos comerciais para televisão, tais como: confecção de bonecos, criação de cenários, efeitos e direção de arte. Atualmente trabalha como ilustrador autônomo, prestando serviços para publicações de empresas, jornais de sindicatos, boletins etc. Atua também junto à GRAFAR (Grafistas Associados do RS), associação da qual foi primeiro presidente e que reúne ilustradores, cartunistas, chargistas, quadrinistas e caricaturistas do Rio Grande do Sul. Dentre as atividades aí desenvolvidas estão a edição de publicações como *Edição de risco* e a produção e curadoria de inúmeras exposições coletivas da associação, bem como das suas próprias exposições individuais.

JACQUELINE JONER

Nasceu em Santa Rosa (RS), em 1953. Graduou-se em comunicação social com ênfase em fotografia pela PUCRS, em 1976. Começou a trabalhar como fotojornalista em 1974. Foi editora de fotografia do *Coojornal* (1976-1979) e do *Diário do Sul* (1986 a 1989) e colaborou com os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Folha de São Paulo*. No ano de 1979 foi sócia-fundadora da agência de fotografia Ponto de Vista. Joner participou da elaboração e edição de *Santa soja* e *Ponto de vista*, primeiros livros de fotografia editados no Rio Grande do Sul, e já participou de diversas exposições fotográficas nas principais capitais do Brasil e no exterior. Suas obras fazem parte da Coleção de Fotografia Brasileira do MASP (Coleção MASP-Pirelli) e já foram expostas no Museu de Arte do Rio Grande do Sul e na Bienal Internacional de Fotografia de Curitiba. Em 1989 criou o seu estúdio, o Atelier de Photographia, estendendo sua atividade para a área de publicidade e dedicando-se também a trabalhos de expressão pessoal. Entre 2001 e 2003 foi professora de fotojornalismo na PUCRS e, posteriormente, professora de fotografia na Unisinós, em São Leopoldo. Além disso, atua na área editorial.

www.jacquelinejoner.com.br

JUSKA (Francisco Juska Filho)

Nasceu em Santo Ângelo (RS) em 1956. Começou a trabalhar durante a década de 1970, no *Jornal da Semana* (de Novo Hamburgo) e no *Carrinho*. Posteriormente, atuou nos periódicos *Status Humor*, *Planeta*, *O Pasquim*, *Zero Hora*, *O Pioneiro*, *Coojornal*, entre outros. Já ganhou prêmios em salões de desenho de humor em vários países. Lançou diversas publicações, atuando em diferentes áreas como história em quadrinho, cartilhas e desenhos publicitários. Juska atualmente reside e trabalha em Porto Alegre.

jusarte.blogspot.com.br

LUIS FERNANDO VERISSIMO

Nasceu em 1936 em Porto Alegre (RS). Mais famoso por seu trabalho como escritor e cronista, Verissimo é também reconhecido por seus desenhos. Ele iniciou sua trajetória como desenhista no início dos anos 1970, com as personagens As cobras. Nesse período desenhou e escreveu para os jornais *Folha da Manhã* e *Pato Macho*. Posteriormente publicou suas tiras d'As Cobras, Família Brasil e outros desenhos nos jornais *Zero Hora*, *Coojornal*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Vive, desenha e escreve em Porto Alegre.

LUIZ ABREU

Luiz Abreu nasceu em 1946, em Santiago (RS). Mudou-se para Porto Alegre em 1968 e iniciou seus estudos em Química na UFRGS. Foi atendente no manicômio judiciário (1971-1975) e começou a fotografar os pacientes em 1973. Abandonou o curso de Química e dedicou-se à fotografia, descobrindo-a como instrumento de denúncia. Trabalhou, entre 1974 e 1977, em jornais como *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Correio do Povo* e no *Coojornal*. Em 1978 foi um dos fundadores da agência Ponto de Vista e fez parte das publicações *Santa soja* e *Ponto de vista: um depoimento fotográfico*. Nos anos 1980 trabalhou como free-lancer para as revistas *Manchete*, *Isto É*, *Visão*, *Época* e para os jornais *Zero Hora*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *Globo*. Participou da I Mostra da Fotografia Latino-Americana Contemporânea, no México, em 1978 e da Venezia'79 La Fotografia, em Veneza, na Itália. Suas fotos estão na coleção Aidée Santamaría, em Cuba, no acervo do Museu de Fotografia Cidade de Curitiba, na coleção Joaquim Paiva e na MASP-Pirelli 2005. Entre 1999 e 2002, durante o governo de Olívio Dutra, foi coordenador do Departamento de Fotografia do governo do estado do Rio Grande do Sul. Recebeu vários prêmios. Fundou sua própria agência, a Documental, e segue desenvolvendo projetos na área de fotografia.

LUIZ EDUARDO ROBINSON ACHUTTI

Nasceu em Porto Alegre (RS) no ano de 1959. Começou na fotografia em 1975, no Curso de Foto Cine Clube Gaúcho. Iniciou seu trabalho como jornalista na Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, em 1978. Trabalhou depois para o *Jornal do Brasil*, *Isto É*, *Folha de São Paulo*, entre outros. É graduado em Ciências Sociais pela UFRGS em 1985, recebeu o título de mestre em Antropologia Social pela mesma instituição, em 1996, e o de doutor em Antropologia pela Universidade de Paris 7 Denis-Diderot em 2002. Achutti é professor associado do Instituto de Artes e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Também é pesquisador associado à Phanie, Centre de l'Ethnologie et de l'Image em Paris. Atualmente, desenvolve pesquisas na área de Antropologia e em técnicas fotográficas antigas de sensibilização de papéis de desenho. Achutti presta eventuais trabalhos de consultoria, além de atuar no campo da fotografia documental.

www.achutti.com.br

RICARDO CHAVES

Nasceu em Porto Alegre (RS), em 1951, e é fotojornalista há quarenta anos. Iniciou sua carreira profissional em 1969, no jornal *Zero Hora*. Em 1971 trabalhou com Assis Hoffmann na Agência Focontexto. Transferiu-se, em 1972, para a sucursal do *Jornal do Brasil*, onde permaneceu por dois anos. Passou, então, a trabalhar como free-lancer para diversas publicações até 1976, quando foi contratado como repórter fotográfico da sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre. Recebeu menção honrosa no Nikon Photo Contest International, Japão (1977/1978) e o prêmio pela melhor foto em branco e preto no 5º Prêmio Abril, São Paulo (1979). Em 1981, ainda como funcionário da *Veja*, mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1984 foi para São Paulo, onde passou a trabalhar na revista *Isto É* como subeditor e editor de fotografia. Em 1988, foi convidado para trabalhar no jornal *O Estado de São Paulo* e transferiu-se para Brasília. Voltou para São Paulo em 1991, ainda pela Agência Estado, e no ano seguinte retornou a Porto Alegre para trabalhar no jornal *Zero Hora*, onde ocupou, nos últimos vinte anos, o cargo de editor de fotografia. Atualmente edita nesse mesmo jornal a coluna diária *Almanaque gaúcho* e, mensalmente, a coluna *Reflexo* no Caderno Cultura.

SAMPAULO (Paulo Sampaio)

Nasceu em Uruguaiana (RS) em 1939 e atuou como cartunista entre 1955 até sua morte em 1999, tendo trabalhado nos jornais *O Clarim*, *A Hora*, *Diário de Notícias*, *Folha da Tarde*, *Folha Esportiva*, *Correio do Povo*, *Folha da Manhã* e *Zero Hora*. Lançou os seguintes livros: *H,U,M,O,R, do 1º ao*

5º (1963), *Como eu ia dizendo* (1990), *De Pedro a Collor: as charges da tragédia* (1992) e *Até que um dia* (1998), além de participar de diversas coletâneas de humor. Sampaolo é reconhecido internacionalmente, tendo ganhado prêmios no Brasil e em outros países.

sampaolocartunista.blogspot.com.br

SANTIAGO (Neltair Rebés Abreu)

Nasceu em Santiago (RS) em 1950 e começou a trabalhar no início da década de 1970, atuando nas publicações *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde*, *Correio do Povo*, *Coojornal*, *O Pasquim*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Bundas*, *O Pasquim 21*, *Le Monde Diplomatique Brasil*, entre outros. Além disso, publica em periódicos sindicais, empresariais, especializados e vinculados a cooperativas agrícolas, onde divulgou seu principal personagem, o gaúcho Macanudo Taurino. Desde a década de 1970, publicou dezenas de livros, além de participar de coletâneas com outros colegas. Santiago já ganhou diversos prêmios internacionais, incluindo cinco do jornal japonês Yomiuri Shimbun, um dos concursos de desenho de humor mais prestigiados do mundo. Atualmente vive e trabalha em Porto Alegre.

www.caminhosdosantiago.com.br

WILSON CAVALCANTI

Nasceu em Pelotas (RS) no ano de 1950. Na adolescência mudou-se para Viamão e começou a estudar gravura e desenho no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, escola na qual se manteve de 1967 a 1979. Entre 1974 e 1978, seus desenhos e histórias em quadrinhos foram publicados em diversos jornais e revistas estaduais e nacionais, tais como *Folha da Manhã*, *Pasquim*, *Planeta* etc. e nos livros de humor *14 Bis*, da Editora Garatuja e *Antologia do Humor Gaúcho*, da LPM Editora. Expôs individualmente no MARGS, na Galeria Salamandra, no Museu do Trabalho, participou das mostras *Rio Mostra Gravura – Porto Alegre em Buenos Aires*, *La June Gravure Contemporaine*, *Grand Palais Champs-Élisées*, em Paris, entre outros. Foi fundador do Ateliê de Gravura em Metal do Museu do Trabalho, em 1988, do Núcleo de Gravuras do Rio Grande do Sul e da Associação Independente de Artistas (AINDA), em 1997.

* Os autores aqui mencionados são aqueles cujas imagens foram fornecidas diretamente pelos próprios ou por seus familiares. Os acervos fotográficos consultados não disponibilizaram dados biográficos.

Referências

A LEGALIDADE E O GOVERNO JANGO

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. *A Legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos*. Porto Alegre: AGE, 2011.

FACHEL, Cláudio Dias. *História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS): imprensa e política na crise da Legalidade (1961)*. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2009.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997.

HARRES, Marluza Marques. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a questão agrária no início da década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011.

_____. Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do Rio Grande do Sul. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2. p. 199-218.

MORAES, Thiago Aguiar de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 114-123.

MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2010.

REIS, Daniela Görden dos. O poder das imagens e as imagens do poder: a representação política de Leonel Brizola no episódio da Legalidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, 2010, Santa Maria. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. *Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul*. In: GERTZ, René (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas brasileiras: 1961-1964*. 266 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

SILVA, José Wilson da. *O Tenente Vermelho*. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2011.

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.

TRINDADE, Héliogio. A Legalidade e o movimento estudantil brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011.

O GOLPE

ALVES, Taira Souto. Os Grupos dos Onze e a luta armada: os principais alvos da Justiça Militar no Rio Grande do Sul durante a ditadura militar. In: JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITADURAS E DIREITOS HUMANOS, 1, 2011, Porto Alegre. PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *Anais...* Porto Alegre: ALERS, 2011. p. 179-187. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013.

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2005.

MEDEIROS, Angélica Gouveia. *Um confronto ideológico às vésperas do golpe: o comício e a marcha de março de 1964 nas páginas da Folha da Tarde e da Última Hora*. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Introdução – 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 33-50. (v. 1, Da campanha da Legalidade ao golpe de 1964).

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

WASSERMAN, Claudia. O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre, Corag, 2009, p. 51-70. (v. 1: Da campanha da Legalidade ao golpe de 1964).

PRISÕES, CASSAÇÕES, EXPURGOS E IPMS

ACCURSO, Cláudio. Entrevista concedida a Francisco Carvalho Jr. e Rosemay F. Brum para o Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Porto Alegre: 1º set. 2011.

ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. Bauru: Edusc, 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Relatório do Projeto Brasil: Nunca Mais*. São Paulo, 1985. t. I. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=DocBNM&pagfis=1514&pesq=&esrc=s&url=http://docvirt.com/docreader.net>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Relação de Integrantes (31/01/1963 – 31/01/1967)* – corresponde a 5ª Legislatura a partir da Constituição de 1947. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticKet=sJE4l8R8lto%3D&tabid=3543>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CERUTTI, Marcos Fontana. *Comissão Especial de Investigação Sumária e acadêmicos da UFRGS (1964): um estudo a partir de documentos oficiais, jornais e memórias de sujeitos envolvidos*. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2010.

HEINZ, Flávio (Org.). *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: Corag, 2005.

KANTORSKI, Leonardo. *Coerção legal... expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: os casos da FURG*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19, 2010, Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/CH/CH_01110.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2012.

LEAL, Carine. O expurgo dos barnabés. *Já*, Porto Alegre, dez. 2004.

MELLO, Maildes Alves. *Jantar dos inocentes: a saga dos expurgados gaúchos*. Porto Alegre: Tchê!, 1997.

PERES, Honório. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli para o Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Porto Alegre, RS, 4 maio 2011.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, 2010, Santa Maria. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279499337_ARQUIVO_artigomarilia.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

VALIM, Jaime Mansan. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 100-118, jan./jun. 2012.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 23.

O EXÍLIO – PRIMEIRA FASE

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. 411 p. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, RJ, 1998.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

GUERRILHA no sul: 23 homens tentam levantar o país. In: GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar*. Porto Alegre: Libretos, 2011. p. 120-135.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, MT, 2006.

SILVA, José Wilson da. *O Tenente Vermelho*. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2011.

O CASO DAS MÃOS AMARRADAS

BAUER, Caroline Pereira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.

ROSA, Susel Oliveira da. *Estado de exceção e vida nua: violência policial em Porto Alegre entre os anos de 1960 e 1990*. 303 f. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, SP, 2007.

ATOS INSTITUCIONAIS, PARTIDOS E ELEIÇÕES

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. *Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul*. In: GERTZ, René (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BRASIL, Clarissa. As ações do Comando de Caça aos Comunistas (1968-1969). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O lugar da direita na história e na historiografia do movimento estudantil no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

MACIEL, Maria Eunice. A (r)evolução dos costumes: nada mudou, tudo mudou. In: PONGE, Roberto. *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

MARÇAL, Fábio Azambuja. “64,66,68 – um mau tempo talvez” – um estudo sobre o movimento estudantil no “Julinho” atuante na construção de “1968”. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2005.

PINTO, Magda Oliveira. *A reforma universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)*. 332 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

O MOVIMENTO SINDICAL

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Carlos Franklin Paixão. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli e Francisco Carvalho Jr. para o Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Porto Alegre, RS, 11 abr. 2011.

ELLWANGER, Raul. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero para o Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Porto Alegre, RS, 7 jul. 2011.

LOSADA, Antônio. “Losada, não olhe para trás”. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. v. 2. p. 95-115.

AS ORGANIZAÇÕES CLANDESTINAS DE ESQUERDA / A REPRESSÃO NOS “ANOS DE CHUMBO”

ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera*

(1964-1968). 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011. p. 47-49.

BAUER, Caroline Pereira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972*. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Passo Fundo, RS, 2011.

GUZZELLI, Dante Guimaraens. *A lei era a espada: a atuação do advogado Eloar Guazzelli na Justiça Militar (1964-1979)*. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

KOUTZII, Flávio. Trajetórias. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 97-124. (v. 3, Conexão repressiva e Operação Condor).

MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (Org.). *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.

RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

O EXÍLIO – SEGUNDA FASE

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da segurança nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011. p. 47-49.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 271 f. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. In: FERREIRA, Jorge; REIS Filho, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 199-220. v. 3.

A CULTURA NA DÉCADA DE 1960

AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002.

BRASIL, Clarissa. As ações do Comando de Caça aos Comunistas (1968-1969). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

CALIRMAN, Claudia. *Brazilian art under dictatorship*: Antonio Manuel, Artur Barrio and Cildo Merreles. Durham, Carolina do Norte: Duke University Press, 2012.

DOBERSTEIN, Juliano Martins. *As duas censuras do regime militar*: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2007.

KILPP, Suzana. A conjuntura do teatro brasileiro em 1968. In: PONGE, Roberto. *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

MARCON, Fernanda. O primeiro lugar vai para...: por uma abordagem antropológica sobre festivais de música e gêneros musicais. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 128, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Volcão. *Há uma bomba no teatro*: um estudo sobre o movimento teatral em Pelotas e Porto Alegre (1964-1975). 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2010.

GUIMARAENS, Rafael. *Teatro de Arena*: palco de resistência. Porto Alegre: Libretos, 2007.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da Censura Federal Brasileira como órgão público*: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos. 349 f. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2004.

AS FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DA DITADURA

CORDEIRO, Janaína Martins. “A nação que se salvou a si mesma”: entre memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, RS, 2008.

_____. As comemorações do sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 200 p.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Futebol em tempos de ditadura: o Rio Grande contra o Brasil. *Aurora*: Revista de Arte, Mídia e Política, São Paulo, n. 9, 2010.

NETTO, David Antonio de Castro. *Propaganda e legitimação na ditadura civil-militar brasileira (1968-1977)*. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – UEM, Maringá, PR, 2011.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: EDUEL, 2001.

AS ELEIÇÕES DE 1974, 1976 E 1978

ARTURI, Carlos S. Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia; FRY, Peter (Org.). *Política e cultura*: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 142-167.

BAUER, Caroline Pereira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*: terrorismo de Estado e ação de polícia política no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006. p. 136, 151.

BRUM, Liniane. *Antes do passado*: o silêncio que vem do Araguaia. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

CHIPIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

EREMIAS DELIZOIKOV CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. *Dossiê mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sangrillo. *A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS*. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009. p. 98-99.

MADEIRA, Rafael Machado. *Vinhos antigos em novas garrafas*: a influência de ex-arenistas e de ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2007.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

PERES, Norberto. *Glênio Peres era o que ele era*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Palotti, 2008.

REIS, Eliana Tavares dos. *Contestação, engajamento e militância*: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. 330 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2007. p. 259-268.

_____. *Juventude, intelectualidade e política*: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDM dos anos 70. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2001.

SOUSA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados*: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2006.

_____. *Lágrimas e lutas*: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. 235 f. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, SC, 2011.

A LUTA PELA ANISTIA E A REFORMA PARTIDÁRIA

GRECO, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 376 f. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2003.

KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte do coração*: o depoimento de um brasileiro que passou quatro anos no inferno das prisões políticas da Argentina. Porto Alegre: L&PM, 1984.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul*: 1945-1994. Porto Alegre: Editora da Universidade; Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita*: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Coojornal, 1979.

SCHMIDT, Benito B. “Grades invisíveis para rebrantar”: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: SCHMIDT, Benito B.; AVELAR, Alexandre de Sá (Org.). *Grafia da vida*: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 226-246. v. 1.

ROSA, Susel Oliveira da. Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência. *Labrys: Estudos Feministas*, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosowain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/susel2.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SILVA, Diego Scherer da. *A missivista, a prisão e a resistência*: as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980). 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura*: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling. 57 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar*: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979). 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2010.

O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS

BAUER, Caroline Pereira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*: terrorismo de Estado e ação de polícia política no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006. p. 229-241.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor* – o sequestro dos uruguayos: uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DÍAZ, Universindo Rodríguez. Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 179-204. (v. 3, Conexão repressiva e Operação Condor).

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso de Lilian e Univer-sindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 49-82. (v. 3, Conexão repressiva e Operação Condor).

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. 183 f. Porto Alegre, UFRGS, 2012. Dissertação de Mestrado em História.

O RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

DELLAVECHIA, Renato da Silva. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: astendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 412 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão: movimento estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

O MOVIMENTO SINDICAL URBANO

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. *“Hei de vencer, mesmo sendo professor”*: o CPERS e o movimento do magistério público estadual do Rio Grande do Sul (1972-1979). 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 1998.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Junior* (Porto Alegre, 1983-1984). 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2007.

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis et al. *Movimentos grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979*. Porto Alegre: PUCRS, 1981. (mimeo). Anexo 1.

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela anistia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis. v. 1, n. 1, p. 99-122, jan./jun. 2009.

SILVA, André Luis Corrêa da. *“João Ferrador na República de São Bernardo”*: o impacto do “novo” movimento sindical do ABC paulista no processo de transição democrática (1977-1980). 346 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2006.

SOARES, Marcos Flávio. As greves de 1979 no Rio Grande do Sul. Pesquisa IESPE/PUC – FINEP/FNDTC. Porto Alegre, 1984.

A RETOMADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

ANDRIEUX, Claudia. *CAMP 30 anos e a RECID*. Porto Alegre: CAMP, out. 2012. Disponível em: <<http://www.camp.org.br/pdf/cartapedagogicaCAMP.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2012.

BARCELOS, Caco. Fon-Koréin tun Kaingang! – intrusos, fora da terra caingangue!. *Revista Repórter*, p. 44-53, jun. 1978.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). IN: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2.

FRITZEN, Arnildo. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero para o Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Carazinho, RS, 14 nov. 2011.

HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. *Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1981*. 401 f. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2002.

TEDESCO, João Carlos. Entre cruzeiros e cartilhas: a ação da Igreja Católica nos movimentos sociais de luta pela terra no norte do RS na década de 1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

OS “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2006.

CHAGAS, Emílio. Entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero para o Projeto Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Porto Alegre, RS, 13 dez. 2011.

GERHARDT, Marcos. Um olhar sobre a história dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. A imagem que cheira mal: as charges de Sampaolo e de Santiago sobre o caso Borregaard/Riocell durante a década de 1970. *História Oral*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 565-571, jan./jun. 2012.

GUIMARAENS, Rafael; BORTOT, Ivanir José. *Abaixo a repressão: movimento Estudantil e liberdades as democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

LUSTOSA, Caio; BENITES, Eva. *Luta ambiental e cidadania: da Borregaard e outros episódios*. Porto Alegre: Editora da Casa; Palmarinca, 2008.

MÊNDEZ, Natália Pietra. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel. Décadas de militância: política e meio ambiente no depoimento de Caio Lustosa. *História Oral*, Porto Alegre, v. 14, n. 2. p. 511-547, jul./dez. 2011.

AS DIRETAS JÁ

LOPES, Poliana. *O Movimento Diretas Já e a cobertura do jornal Zero Hora: uma análise a partir da agenda-setting*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Memória do Brasil Contemporâneo) – Feevale, Novo Hamburgo, RS, 2007.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

SOARES, Vânia Fonseca. *A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979-85)*. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2002. p. 109-113.

CULTURA NOS ANOS 1970 E 1980

CARRION, Luiz Carlos. Gramado: onde o cinema acontece. In: BECKER, Tuio (Org.). *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995. p. 112-118.

COUGO Jr., Francisco. A historiografia da “música gauchesca”: apontamentos para uma história. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, Santo André, n. 10, p. 1-23, maio/out. 2012. Disponível em: <www.revistacontemporaneos.com.br/n10/dossie/histografia-musica-gauchesca.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013.

FLORES, Paulo. A tribo da resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 181-194. (v. 4, O fim da ditadura e o processo de redemocratização).

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura Gaúcha: história, formação e atualidade*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 270-281.

GUAZZELLI Filho, Eloar. *Canini e o anti-herói brasileiro: do Zé Candango ao Zé – realmente – Carioca*. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – USP, São Paulo, SP, 2009. p. 48-52.

GUIMARAENS, Rafael. *A paranoia do emissário*. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 195-207. (v. 4, O fim da ditadura e o processo de redemocratização).

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar. *Coojornal: um jornal de jornalistas sob o regime militar*. Porto Alegre: Libretos, 2011.

GUIMARAENS, Rafael. *Teatro de Arena: palco de resistência*. Porto Alegre: Libretos, 2009.

DUARTE, Thiago Scott. *Laças erguidas, espadas no ar: como a música regionalista da Califórnia da Canção Nativa escreve a história do Rio Grande do Sul*. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

FARIA, Arthur. *Um século de música*. Porto Alegre: CEEE, 2001. p. 248-271.

MERTEN, Luiz Carlos. Os longas dos anos 80. In: BECKER, Tuio (Org.). *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995. p. 100-103.

MOURA, Vanessa dos Santos. *Josué Guimarães: uma análise de sua trajetória político-intelectual e de sua produção literária ficcional*. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) –UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

PEDROSO, Lucio. *Transgressão do Bom Fim*. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. “Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia”: imprensa alternativa *versus* ditadura militar em Porto Alegre. *Crítica e Teoria de Literaturas*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005.

ROSSINI, Miriam de Souza. O popular cinema de Teixeira. In: BECKER, Tuio (Org.). *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995. p. 73-78.

SELIGMAN, Flávia. Os verdes anos do cinema gaúcho. In: BECKER, Tuio (Org.). *Cinema no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995. p. 79-83.

STRELOW, Aline. *Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/strelow-aline-jornalismo-alternativo.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

A ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

AXT, Gunter. *A constituinte de 1989: história da Constituição dos Gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: ALRS, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SARMENTO, Daniel. 21 anos da Constituição de 1988. *Revista Direito Público*, n. 30, p. 12-13, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/788/656>>. Acesso em: 3 out. 2012.

AS HERANÇAS DA DITADURA

DIENSTMANN, Gabriel. *Usos do passado e disputa pela memória no questionamento da lei de anistia de 1979 no Supremo Tribunal Federal*. 62 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2010.

NEVES, Evelise Zimmer. *Comissão Especial de Indenização a Ex-presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS
tomo@tomoeditorial.com.br www.tomoeditorial.com.br

Este livro é uma contribuição para o entendimento da história da ditadura a partir da sua instalação e de seus desdobramentos no Rio Grande do Sul. É destinado especialmente ao público jovem e conjuga textos e imagens que tornam visíveis as particularidades desse tempo. Sua elaboração foi resultado da seleção de trabalhos produzidos por artistas locais (como fotos e charges) durante a ditadura e pela sistematização de pesquisas que vêm sendo realizadas, nos últimos anos, nas universidades. A proposta de organização e de publicação foi aprovada pelo edital Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e o projeto foi desenvolvido junto ao Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp) por pesquisadores ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apesar de centrada na realidade gaúcha, a obra tem contribuições para o entendimento do quadro geral da ditadura no Brasil. O material tem uma preocupação pedagógica, manifesta tanto na seleção das imagens quanto na elaboração do texto. Uma brochura, destinada aos professores, acompanha o livro e traz sugestões para a utilização do material em sala de aula, especialmente com alunos do ensino médio.

REALIZAÇÃO

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA


CAMP
uma escola de cidadania

TOMO
EDITORIAL

